



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LUCAS DOS SANTOS DE PAULO

O ACERVO DA VERGONHA:
ATOS E INTENCIONALIDADES NA FUNDAÇÃO CULTURAL
PALMARES

Brasília,
2024

LUCAS DOS SANTOS DE PAULO

O ACERVO DA VERGONHA:
ATOS E INTENCIONALIDADES NA FUNDAÇÃO CULTURAL
PALMARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF), da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Produção, socialização e usos da informação e do conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

Brasília,

2024

PP331a Paulo, Lucas dos Santos de
O Acervo da vergonha: atos e intencionalidades na
Fundação Cultural Palmares / Lucas dos Santos de Paulo;
orientador Rodrigo Rabello. -- Brasília, 2024.
210 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Livro. 2. Intencionalidade. 3. Teoria Ator-Rede. 4.
Fundação Cultural Palmares. 5. Acervo da vergonha. I.
Rabello, Rodrigo, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata N°: 60

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado do aluno Lucas dos Santos de Paulo, matrícula 22/0004188. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. Clovis Carvalho Britto / membro interno / PPGCINF/UnB, Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior / Membro externo / UNESP, Dr. Carlos Cândido de Almeida / UNESP, Suplente e Dr. Rodrigo Rabello da Silva / orientador/presidente / PPGCINF/UnB. O discente apresentou o trabalho intitulado “O Acervo da vergonha: atos e intencionalidades na Fundação Cultural Palmares”.

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do candidato, e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

(X) Pela aprovação do trabalho;

() Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

() Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de (N° DE MESES) para nova versão;

() Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. Rodrigo Rabello da Silva,
PPGCINF/UnB
(Presidente/orientador)

Dr. Clovis Carvalho Britto,
PPGCINF/UnB (Membro
interno)

Dr. Oswaldo Francisco de Almeida
Júnior, UNESP (Membro externo)

Dr. Carlos Cândido de
Almeida,UNESP(Suplente)

Lucas dos Santos de Paulo(Mestrando)



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva, Membro do Colegiado da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/05/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 24/05/2024, às 04:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Francisco de Almeida Junior, Usuário Externo**, em 26/05/2024, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas dos Santos de Paulo, Usuário Externo**, em 27/05/2024, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Vice-Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 03/06/2024, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11214594** e o código CRC **97B10BCC**.

À minha querida mãe, Elciene Santiago dos Santos, com todo o meu amor e carinho, pelo apoio e motivação ao longo dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores, amigos e familiares, de modo geral. Sou grato a todos aqueles que me apoiaram durante a construção desse projeto. Escrever uma Dissertação foi um desafio para mim. Por efeito do suporte, carinho, acolhimento e motivação de muitos, o desafio foi cumprido.

Ao meu orientador, Rodrigo Rabello, pela parceria, correções e conhecimento compartilhado, e aos membros da banca pelas contribuições e pela avaliação do meu trabalho com atenção e cuidado.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCINF), pelas disciplinas ministradas, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa.

Aos meus amigos e amigas, em especial, Ana Karolina, pelas trocas e companhia no curso das disciplinas e nas angústias e inquietações do mestrado, Wemison, Giltarlan e Natanael, pelas indicações de referências, pelos ensinamentos diários e apoio, Lara, Iara e Thaís, pela motivação, momentos de descontração e risadas.

Às pessoas entrevistadas, em anônimo pela natureza da pesquisa, que colaboraram com a pluralidade de visões sobre o livro, as coleções e as questões raciais, e aos possíveis leitores da Dissertação, pelas reverberações futuras.

Aos meus pais, José Judivan e Elciene, por todo apoio e suporte, carinho e paciência, e pelas contribuições no meu crescimento pessoal, humanístico e intelectual. Obrigado!

*Por menos que conte a história
Não te esqueço meu povo
Se Palmares não vive mais
Faremos Palmares de novo
– José Carlos Limeira*

RESUMO

A gestão de Sérgio Camargo na Fundação Cultural Palmares (FCP) é marcada por falas e atitudes polêmicas, e ataques aos movimentos negros. Dentre as suas ações, a criação do “Acervo da vergonha”, com livros denominados “marxistas”, em 2021, fragilizou a instituição e a sua biblioteca. O espaço provocou reações adversas e, nesse sentido, questiona-se: quais foram as imbricações políticas/sociais para tal iniciativa e quais foram os posicionamentos e movimentações de instituições correlatas ao acontecimento, como o Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB-6), o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), os movimentos negros, a mídia e atores específicos presentes na criação deste espaço? Parte-se da hipótese de que a criação do espaço “Acervo da vergonha” evidencia que o livro é uma representação simbólica do que se pode, do que se quer, do que não se quer e do que não se pode representar ou defender. Em outras palavras, a este objeto são atribuídas intencionalidades que corroboram, desviam ou controversiam a função ou a intencionalidade inicial. Tanto o livro (unidade) como a coleção (conjunto) são traduções da hibridez presente na dimensão política da instituição. O objetivo da pesquisa é investigar o(s) curso(s) de ação da composição do espaço “Acervo da vergonha”, seus desvios, controvérsias e traduções que expressam a intencionalidade atribuída ao livro como objeto de ações políticas, tendo no horizonte pressupostos que favorecem o estudo das relações do livro, da coleção e de outros atores não-humanos com os atores humanos – numa palavra, com híbridos – no contexto da FCP. A pesquisa se justifica pela natureza da FCP e do seu instrumento de preservação e disseminação de saberes das comunidades negras e afro-brasileiras, a Biblioteca Oliveira Silveira, que contribui com o combate ao racismo. A metodologia é qualitativa e exploratória, e conta com (i) levantamento bibliográfico, para a construção da (ii) revisão de literatura, (iii) pesquisa documental e (iv) entrevistas semiestruturadas com os funcionários da Fundação, integrantes dos movimentos e/ou coletivos negros e profissionais bibliotecários, para o mapeamento da rede de associações do espaço “Acervo da vergonha” e elaboração de (v) diário de bordo, com apoio do recurso heurístico da (vi) Teoria Ator-Rede (TAR). Como resultados, identificou-se que a elaboração do “Acervo da vergonha” representa uma forma de dominação e regulação ideológica do material bibliográfico da FCP, e configura-se como um ataque e desrespeito à história da instituição. Por fim, destaca-se que a Fundação não pode ficar à mercê dos ataques antidemocráticos da extrema-direita, considerando o seu papel na formação de políticas públicas antirracistas e na luta por igualdade racial e, ainda, que as decisões tomadas em relação ao acervo da biblioteca da instituição precisam estar fundamentadas na Política de desenvolvimento de acervo.

Palavras-chave: Livro. Intencionalidade. Teoria Ator-Rede. Fundação Cultural Palmares. Acervo da vergonha.

ABSTRACT

Sérgio Camargo's management at Fundação Cultural Palmares (FCP) is marked by controversial speeches and attitudes, and attacks on black movements. Among its actions, the creation of the “Shame Collection”, with books called “Marxist”, in 2021, weakened the institution and its library. The space provoked adverse reactions and, in this sense, the question arises: what were the political/social implications for such an initiative and what were the positions and movements of institutions related to the event, such as the Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB-6), the Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), the Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), black movements, the media and specific actors present in the creation of this space? It is based on the hypothesis that the creation of the “Shame Collection” space highlights that the book is a symbolic representation of what one can, what one wants, what one does not want and what one cannot represent or defend. In other words, this object is attributed with intentions that corroborate, deviate or dispute the initial function or intentionality. Both the book (unit) and the collection (set) are translations of the hybridity present in the political dimension of the institution. The objective of the research is to investigate the course(s) of action of the composition of the “Shame Collection” space, its deviations, controversies and translations that express the intentionality attributed to the book as an object of political actions, having on the horizon assumptions that they favor the study of the relationships between the book, the collection and other non-human actors with human actors – in a word, with hybrids – in the context of the FCP. The research is justified by the nature of the FCP and its instrument for preserving and disseminating knowledge from black and Afro-Brazilian communities, the Oliveira Silveira Library, which contributes to the fight against racism. The methodology is qualitative and exploratory, and relies on (i) bibliographical survey, for the construction of (ii) literature review, (iii) documentary research and (iv) semi-structured interviews with employees of the FCP, members of the movements and/or black collectives and librarian professionals, to map the network of associations in the “Shame collection” space and prepare (v) logbook, with support from the heuristic resource of (vi) Actor-Network Theory (ANT). As a result, it was identified that the creation of the “Shame Collection” represents a form of ideological domination and regulation of the bibliographic material from the FCP, and is configured as an attack and disrespect to the institution's history. Finally, it is highlighted that the FCP cannot be at the mercy of anti-democratic attacks from the extreme right, considering its role in the formation of anti-racist public policies and the fight for racial equality and, furthermore, that the decisions taken in relation to the collection of the institution's library must be based on the Collection Development Policy.

Key words: Book. Intentionality. Actor-network theory. Fundação Cultural Palmares. Shame Collection.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contexto do problema de pesquisa	12
1.2 Hipóteses	18
1.3 Objetivos	19
1.3.1 Geral	19
1.3.2 Específicos	19
1.4 Justificativa	19
1.5 Estrutura do trabalho	21
2 METODOLOGIA	24
2.1 Desenho da metodologia de pesquisa	25
2.2 Procedimentos para o levantamento bibliográfico	27
2.3 Referencial teórico	29
2.4 Pesquisa documental	30
2.5 Procedimentos para a realização das entrevistas	31
2.6 Estruturação do diário de bordo	31
3 REVISÃO DE LITERATURA	33
3.1 Documentação e Ciência da Informação	33
3.1.1 Origens, definições e paradigmas	33
3.1.2 Neodocumentação	37
3.1.3 Epistemologias emergentes	39
3.2 Teoria Ator-Rede	42
3.2.1 Latour e Teoria Ator-Rede	42
3.2.2 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	43
3.2.3 Diário de bordo latouriano	45
3.3 Noções de intencionalidade	46
3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	46
3.3.2 Intencionalidade para a História	48
3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	50
3.3.4 Intencionalidade para as Filosofias africanas	52
3.4 Intencionalidades do livro	54
3.4.1 A história do livro e suas intencionalidades	54
3.4.2 O colecionismo bibliográfico	56
3.4.3 O livro como agente político	58
3.5 Raça e racismo	61
3.5.1 Epistemicídio negro	61
3.5.2 Necropolítica	63

3.5.3 Movimentos negros	64
3.6 Fundação Cultural Palmares	66
3.6.1 História da Fundação	66
3.6.2 Acervo da Fundação	67
3.6.2.1 Política de desenvolvimento de acervo	69
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	72
4.1 Acervo da vergonha	72
4.1.1 O curso de ação da Fundação Cultural Palmares	72
4.1.2 A série de desvios	73
4.1.3 A tradução: “Acervo da vergonha”	76
4.2 Diário de bordo	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A – ÍNDICE VERTEBRADO	118
APÊNDICE B – BIBLIOGRAFIA	120
APÊNDICE C – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	122
APÊNDICE D – ARTIGOS DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	126
APÊNDICE E – TRABALHOS DO GT12 DO XXII ENANCIB	145
APÊNDICE F – NOTÍCIAS CONSULTADAS	147
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO	150
APÊNDICE H – CARTA DE REVISÃO ÉTICA	153
APÊNDICE I – ACEITE INSTITUCIONAL	155
APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	157
APÊNDICE K – RELATÓRIO DAS ENTREVISTAS	159
APÊNDICE L – EXEMPLAR 1 DO DIÁRIO DE BORDO	196
APÊNDICE M – EXEMPLAR 2 DO DIÁRIO DE BORDO	197
APÊNDICE N – EXEMPLAR 3 DO DIÁRIO DE BORDO	198
APÊNDICE O – EXEMPLAR 4 DO DIÁRIO DE BORDO	199
APÊNDICE P – EXEMPLAR 5 DO DIÁRIO DE BORDO	200
APÊNDICE Q – EXEMPLAR 6 DO DIÁRIO DE BORDO	201
APÊNDICE R – EXEMPLAR 7 DO DIÁRIO DE BORDO	202
APÊNDICE S – EXEMPLAR 8 DO DIÁRIO DE BORDO	203
APÊNDICE T – EXEMPLAR 9 DO DIÁRIO DE BORDO	204
APÊNDICE U – EXEMPLAR 10 DO DIÁRIO DE BORDO	205
APÊNDICE V – EXEMPLAR 11 DO DIÁRIO DE BORDO	206
ANEXO A – NOTAS DE REPÚDIO DO CFB E DA FEBAB	207

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto do problema de pesquisa

As raízes mais profundas e alicerçadas da história brasileira são a escravização, a exploração do corpo negro, e a destruição da cultura e do conhecimento da população afro-brasileira. Sobre o colonialismo, como solo que assegura e nutre essas raízes, o tronco fortificado do racismo, independente da estação, produz frutos diários: morte do conhecimento e do corpo negro¹. A analogia do racismo como uma árvore frutífera auxilia a reflexão sobre a complexidade das questões raciais e do racismo estruturalizado no país. A falta de reconhecimento de referências afro-brasileiras e o encarceramento em massa da juventude negra são, respectivamente, espécimes dos frutos mencionados, nos termos do epistemicídio e da necropolítica.

O epistemicídio é um recurso do colonialismo para destruição e apagamento de saberes e práticas de grupos subalternizados. No Brasil, o epistemicídio é, sobretudo, negro (Alves; Côrtes, 2022), com a negação de um lugar na história para a população negra e a desvalorização dos objetos simbólicos vinculados a ela. Desse modo, a existência de coleções especializadas nessa temática, além de uma forma de preservar a memória do povo negro, é um caminho para o combate ao racismo epistêmico e à ignorância da história afro-brasileira (Lima; Carvalho; Almeida, 2020).

A necropolítica é um conceito do filósofo Achille Mbembe que significa política de morte. O termo se refere aos mecanismos políticos de controle e regulação da vida e da morte, que operam a partir da soberania e das violências do colonialismo (Mbembe, 2018). A marginalização, a exploração e o encarceramento do corpo negro (Alexander, 2018) são alguns exemplos da necropolítica, que reduz esses corpos ao estado de “vidas descartáveis” ou “mortos-vivos” (Almeida, 2021; Mbembe, 2016). A realidade brasileira, fundamentada no racismo, é abundante em necropolítica (Silva, F.; Laurindo; Silva, R., 2022).

Os movimentos negros são resistências ao epistemicídio e às armas da necropolítica. Para organização e promoção de políticas públicas para a população negra, em âmbito nacional, é essencial que o Estado tenha uma instituição específica com essa preocupação. Nesse contexto, a Fundação Cultural Palmares (FCP) é criada para atender as reivindicações

¹ A cada 24h ao menos 6 pessoas negras são mortas pela violência policial, de acordo com estudo que monitora a letalidade da ação policial em 8 estados brasileiros. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/rede-de-observatorios-revela-que-a-cada-quatro-horas-uma-pessoa-negra-foi-morta-pela-policia-em-2022/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

dos movimentos negros em prol da valorização e preservação da cultura afro-brasileira (Araujo; Venturini, 2022).

A FCP é uma instituição federal brasileira, instituída pela Lei nº 7.668, em 22 de agosto de 1988. A Fundação é a primeira instituição vinculada ao Estado direcionada à preservação e divulgação dos valores culturais e sociais advindos da influência negra no país (Fundação Cultural Palmares, 2018). É papel da instituição “[...] resgatar e consolidar o patrimônio histórico afro-brasileiro; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades negras e remanescentes de quilombos no Brasil; impulsionar e apoiar lideranças comunitárias negras” (Ministério da Cultura, [2009], p. 5).

A Palmares é desenvolvida após a transição da Ditadura Militar para a Nova República. Nesse cenário de redemocratização, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal decretam a publicação do principal símbolo democrático do país: a Constituição Federal de 1988. A FCP é a responsável pela criação do Estatuto da Igualdade Racial, atua na certificação de comunidades quilombolas (Araujo; Venturini, 2022) e em apoio ao ensino das Histórias da África e histórias de luta e resistência afro-brasileiras (Brasil, 1996). O nome da instituição faz referência ao Quilombo dos Palmares, o maior e mais famoso quilombo da sua época, situado na antiga Capitania de Pernambuco, onde hoje é o município União dos Palmares, do estado de Alagoas (Oliveira, 2017).

A biblioteca da Fundação, intitulada de Biblioteca Oliveira Silveira, que presta homenagem ao Oliveira Ferreira da Silveira², poeta e intelectual negro, é formada por diversas obras bibliográficas e museológicas (como quadros, vasos, cerâmicas, estátuas, ferramentas do período colonial, etc.). Para além do valor cultural e histórico, artístico e documental, em 2021 parte do acervo da FCP foi classificado por Sérgio Camargo como “vergonhoso” e, posteriormente, realocado para o espaço “Acervo da vergonha”³.

A ação de Sérgio Camargo, jornalista e político filiado ao Partido Liberal (PL) – partido de extrema direita –, na condição de presidente da FCP à época, não é um caso isolado. A prática da censura e restrição ao livro é um problema estrutural da sociedade brasileira, vinculado ou não aos percalços e ataques à democracia, encabeçados por grupos da extrema direita, com expressões, no país, desde meados do início do século XX (Barbosa,

² Oliveira Ferreira da Silveira foi um poeta e intelectual negro, idealizador do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares.

³ O espaço originalmente criado como Acervo da vergonha será redigido entre aspas seguindo o entendimento de que convém, no presente trabalho, se posicionar ante a arbitrariedade e contradição de uma instituição, como a FCP, criada para combater ao racismo e à intolerância, tornar-se, durante a gestão de Sérgio Camargo, um instrumento bolsonarista de extrema direita, propagador de ações racistas e intolerantes.

2015). O ato terrorista de 08 de janeiro de 2023, conhecido pela depredação dos prédios e obras de arte valiosas dos Três Poderes, em Brasília, e o furto da réplica da Constituição Federal de 1988, do Supremo Tribunal Federal (STF), é um dos exemplos mais recentes disso (Amorim; Paulo; Rabello, 2023).

A gestão de Camargo na Fundação, entre 2019 e 2022, ficou marcada por suas falas e atitudes polêmicas, e, também, pelos ataques aos movimentos negros (Portal G1, 2020). Ao não reconhecer o protagonismo negro na história brasileira, e apagar o machado de Xangô da logo da FCP, Camargo fragiliza a imagem e a própria instituição (Araujo; Venturini, 2022). Ao classificar as temáticas dos livros da Biblioteca Oliveira Silveira como “sexualização de crianças” e “bandidolatria”, também enfraquece o instrumento de preservação do material bibliográfico da Fundação.

A criação do espaço “Acervo da vergonha” é um exemplo de como o livro pode encontrar diferentes atribuições e valores, a depender do contexto e da relação que o sujeito ou a instituição estabelece com ele. Ao longo da história do objeto, observa-se que foram atribuídas a ele intencionalidades para além de registro e transmissão de conhecimento, tais como: medicina da alma, na Idade Antiga (Seitz, 2006); objeto sagrado e precioso, na Idade Média (Baptista; Brandt, 2006); sapiência, símbolo de poder e colecionismo, na Idade Moderna (Burke, 2010); e mais recente, na atualidade, objeto de cultura, socialização, transformação social e outras intencionalidades que emergem a partir da relação mútua entre o sujeito e o livro (Paulo, 2021).

Pensar o livro sob a ótica das intencionalidades é um exercício que faz sentido ao retomar, à sombra da influência da Documentação, uma das origens da Ciência da Informação (Ortega, 2009), a importância do documento, do suporte, do conteúdo, do seu conceito e de sua materialidade (Buckland, 1991; Frohmann, 2008; Rabello, 2019), a partir de autores clássicos da área, como Paul Otlet e Suzanne Briet, acrescido das contribuições da noção de intencionalidade para a História. A materialidade do objeto está para além da fisicalidade e considera, dentre outras coisas, aspectos relativos ao processo biográfico do documento (Rabello, 2019). A investigação do livro, nessa perspectiva, se faz relevante para pensar as intencionalidades que podem ser atribuídas a este objeto em sua dimensão simbólica.

No mapeamento temporal do tema “Intencionalidade do livro”, conduzido por Paulo e Rabello (2021), foram identificadas, aproximadamente, 80 abordagens distintas atribuídas ao conceito de livro, na literatura relacionada à Ciência da Informação e áreas correlatas. Dentre essas perspectivas, nove se destacaram, as quais estão enumeradas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Intencionalidades do livro

Intencionalidade	Descrição
1. Fonte de informação	O livro como suporte que veicula determinada informação.
2. Socialização e transformação social	O livro como instrumento para incluir e integrar o indivíduo na sociedade e, assim, transformar o meio social.
3. Afetividade	O livro como objeto que exprime sentimentos e/ou que está associado a uma memória.
4. Memória	O livro como objeto que representa memórias individuais ou coletivas e que pode ter valor histórico.
5. Símbolo de poder	O livro como expressão de poder que representa saberes institucionais que legitimam discursos.
6. Comunicação	O livro como canal que o emissor utiliza para levar uma mensagem ao receptor.
7. Cultura	O livro como objeto que organiza narrativas sobre si e sobre o mundo.
8. Patrimônio	O livro como um bem cultural que sinaliza para o presente, para o passado e/ou para o futuro, inserido em um contexto institucional.
9. Colecionismo	O livro como um objeto de coleção que representa a subjetividade do colecionador.

Fonte: Elaboração própria adaptado de Paulo, 2021.

A partir dessas intencionalidades em destaque, percebe-se que o livro pode ter várias facetas que se expressam na sua relação com as pessoas. O estudo das intencionalidades dos objetos – e, em especial, do livro – é eminente porque revela as diversas funções e finalidades que podem ser atribuídas a eles. De acordo com Meyriat (2016), o objeto pode se transformar em documento se o sujeito observar a sua faculdade informacional. Assim, o objeto dotado de informação é convertido em “documento por atribuição”. O livro, por sua vez, é um “documento por intenção”, porque é criado com a função de conter determinado tipo de informação. Essas intencionalidades mencionadas refletem a realidade do acervo da FCP?

As categorias “documento por atribuição” e “documento por intenção” revelam a dupla origem dos documentos. Da mesma forma que o objeto pode se transformar em documento, o documento, num caminho inverso, pode se converter em objeto, a depender da intenção daquele que com ele se relaciona. Meyriat (2016, p. 242) exemplifica:

Um jornal diário é feito para suportar e transmitir informações; mas se o comprador o usar para embrulhar os legumes, por exemplo, o jornal se transforma numa embalagem rudimentar e não é mais um suporte de informação. Ele pode transformar-se novamente se o destinatário do pacote colocar os olhos sobre o conteúdo e tomar conhecimento de algumas notícias. A vontade de obter uma informação é, por isso, um elemento necessário para que um objeto seja considerado

documento, apesar da vontade de seu criador ter sido outra.⁴

Dessa forma, é o usuário que “faz” o documento (Meyriat, 2016). O mencionado enunciado se situa na tradição que tem como lastro referencial as contribuições dos documentalistas Otlet e Briet, no âmbito da Documentação (Otlet, 1934; Briet, 1951). Essa perspectiva é relevante por trabalhar faces simbólicas do documento – e, também, do livro – (Juvêncio, 2021), no que concerne à materialidade e institucionalidade do objeto ao ampliar a noção de documento (Rabello, 2009; 2019), bem como por vislumbrar a representação institucional (de diversos modos) do objeto como indicação e valoração dele como documento (Fayet-Scribe, 2018; Rabello, 2019).

A historiografia propõe outro modo de pensar a intencionalidade, que pode ser complementar para esta investigação, ao dispor que é o historiador quem faz o objeto transformar-se em fonte histórica, quando observa nele traços ou fragmentos do passado (Barros, 2019). Uma fonte histórica é qualquer objeto que carrega uma marca, um gesto voluntário ou involuntário – ou seja, indícios de intencionalidade – com relação aos costumes, hábitos e/ou práticas de outra sociedade pregressa.

O historiador Marc Bloch – um dos principais idealizadores do movimento historiográfico do século XX, a Escola dos Annales⁵ (Matos, 2010) –, preconiza as nomenclaturas “fontes voluntárias” e “fontes não voluntárias” para diferenciar as conjunções da produção de determinada fonte. Essa taxonomia proposta por Bloch permite pensar nos panoramas presentes no “lugar de produção” – termo cunhado por Michel de Certeau –, ou seja, a institucionalidade e/ou as intercepções da produção do autor da fonte histórica, quando se aplica a autoria (Barros, 2019).

Ademais, o exercício de diferenciação entre “fontes voluntárias” e “fontes não voluntárias” revela que a intencionalidade não é neutra. As fontes históricas autorais, sejam voluntárias ou involuntárias, não estão eximidas de ideologias, simpatias, tendências, parcialismos ou prejulgamentos. O princípio da intencionalidade da Fenomenologia, de Edmund Husserl, considera essas questões para chegar à essência da realidade (Lucca; Vitorino, 2020). A Fenomenologia – campo de estudo da Filosofia com determinada

⁴ Em entrevista para o canal Estúdios Panelaço, na plataforma YouTube, o cantor, rapper e compositor brasileiro Criolo, conta que sua mãe – ao ser alfabetizada na infância e na ausência de livros para ler – lia às pressas o jornal que embrulhava a carne fresca comprada no açougue antes que o sangue da carne cobrisse as letras das notícias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Q1POtXbeb4>. Acesso em: 26 out. 2023.

⁵ A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico do século XX, idealizado por Marc Bloch e Lucien Febvre, com a criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (Zanotto, 2008).

proeminência na Psicologia – é defendida por Husserl como a ciência que estuda a essência dos fenômenos.

No bojo das Filosofias africanas, o conceito de intencionalidade atravessa as ações, os eventos, os corpos e os instrumentos dotados de significados. A intencionalidade estabelece relação com a significação, a espiritualidade e a ancestralidade. Ou seja, a intencionalidade pode ser entendida como uma força que expande e move a energia, o sagrado e a vida, e que está presente na performance do tempo e no resgate das tradições inscritas no corpo. A professora Leda Martins apresenta essa conjuntura complexa de conceitos pensados a partir da ideia de performances do tempo espiralar, onde a intencionalidade se encontra em meio às danças e coreografias da temporalidade fundamentadas em Exu.

Nesse sentido, é de interesse da pesquisa identificar aspectos de intencionalidade presentes no acervo bibliográfico da FCP, mas lançando mão de uma abordagem que se diferencia, ao tentar buscar a intenção em rastros da ação de atores que definem, por si, a intenção atribuída a livros e a coleções num dado momento, ou de outros que modificam tais sentidos noutra ocasião. As perspectivas sobre intencionalidades, trabalhadas nos âmbitos documentalistas, historiográficos, fenomenológicos e, também, de filosofias africanas, poderão ser úteis, sobretudo, como uma referência ou como possíveis pontos de aproximação, mas prescindirá de ter um papel categórico, orientador, definidor. Isso porque, parte-se do princípio de que os atores, construtores de intencionalidades, terão a oportunidade de falar.

O problema orientador da pesquisa parte do contexto de criação do “Acervo da vergonha” na instituição. Questiona-se quais foram as imbricações políticas/sociais para tal iniciativa e quais foram os posicionamentos e movimentações de instituições correlatas ao acontecimento, como o Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB-6), o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), os movimentos negros, a mídia e atores específicos presentes na criação deste espaço.

Otlet e Briet viam na documentação uma possibilidade de transformação social. O primeiro, no contexto das grandes guerras do século passado, acreditava que o acesso ao conhecimento universal seria a fórmula para alcançar a paz mundial. A segunda, na condição de bibliotecária e professora, defendia a “coletivização do conhecimento”, uma educação popular, gratuita e acessível para todos (Fayet-Scribe, 2018). Espera-se, doravante, com este aporte teórico somado ao respeito à Fundação, que a pesquisa contribua com a valorização do acervo da instituição e com o fortalecimento da cultura negra e afro-brasileira.

À vista disso, a Teoria Ator-Rede (TAR), que tem o filósofo e sociólogo francês

Bruno Latour como um dos principais teóricos, ao propor uma antropologia simétrica para observar as relações entre atores humanos (pessoas) e não-humanos (objetos, artefatos, instituições, entidades orgânicas e inorgânicas, dentre outros), apresenta-se como um modo de explorar, mapear e entender a rede que foi formada a partir da tradução do espaço “Acervo da vergonha”. Para a TAR, as relações ou associações dos atores costuram redes de conexões que formam o contexto social (Latour, 2016). Essas relações, além de mutáveis, carregam, a um só tempo, a relação entre inteligência e matéria (Frohmann, 2007).

A TAR sinaliza que o olhar científico deve voltar-se ao curso de ação – isto é, a composição das redes e conexões entre atores humanos e não-humanos que se transformam e se remodelam num período de tempo. Com isso, levanta-se a seguinte pergunta: como as intencionalidades do documento e – em particular, do livro –, considerando determinado(s) curso(s) de ação, transcorrem em um contexto institucional? Para um recorte mais específico, considera-se a FCP e a sua biblioteca para análise do valor simbólico do livro. É interessante notar que diferente da abordagem da Fenomenologia, que busca a essência da coisa em si, a TAR se dispõe a explorar, por exemplo, o processo de determinado acontecimento.

Nessa linha de pensamento, observa-se que as instituições não são neutras ao tratarem dos livros ou outros tipos de documentos. No caso da FCP, a própria missão da instituição indica um modo de tratamento do acervo que deve ser promovido e preservado para salvaguarda da cultura da população negra e afro-brasileira. A partir desse referencial institucional, emergem outras questões: em que medida as tentativas de desbaste de alguns itens do acervo ou a própria criação do “Acervo da vergonha” – durante a gestão Sérgio Camargo – exprimem uma desatenção, culposa ou dolosa, em relação com o compromisso da instituição? Quais as intencionalidades envolvidas no processo?

1.2 Hipóteses

A criação do espaço “Acervo da vergonha” evidencia que o livro é uma representação simbólica do que se pode, do que se quer, do que não se quer e do que não se pode representar ou defender. Em outras palavras, a este objeto são atribuídas intencionalidades que corroboram, desviam ou controversiam a função ou a intencionalidade inicial. Tanto o livro (unidade) como a coleção (conjunto) são traduções da hibridez presente na dimensão política da instituição.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Investigar o(s) curso(s) de ação da composição do espaço “Acervo da vergonha”, seus desvios, controvérsias e traduções que expressam a intencionalidade atribuída ao livro como objeto de ações políticas, tendo no horizonte pressupostos que favorecem o estudo das relações do livro, da coleção e de outros atores não-humanos com os atores humanos – numa palavra, com híbridos – no contexto da Fundação Cultural Palmares.

1.3.2 Específicos

1. Explorar os conceitos de intencionalidade para a Documentação, Historiografia, Fenomenologia e as Filosofias Africanas;
2. Identificar e descrever constructos sobre as intencionalidades do livro, a partir da literatura sobre o tema;
3. Investigar como as intencionalidades do livro transcorrem no contexto institucional da Fundação Cultural Palmares, considerando associações entre atores humanos e não-humanos, desvios e possíveis controvérsias presentes na (re)tradução do espaço “Acervo da vergonha”.

1.4 Justificativa

As discussões sobre raça e colonialidade são demandas do pensamento e da produção de conhecimento no país e na Ciência da Informação. A existência da FCP corrobora com a preservação da cultura negra no Brasil, e é interesse de estudo por sua importância no cenário de organização pública e de fortalecimento da democracia nacional. A FCP coleciona conquistas em relação à promoção da igualdade racial, valorização da cultura e da memória afro-brasileira, a garantia de cotas raciais e o asseguramento de comunidades quilombolas (Marques, 2017).

A Biblioteca Oliveira Silveira, vinculada à Fundação, é um instrumento de articulação política que apoia o cumprimento da missão institucional e permite pensar políticas para desconstruir o epistemicídio negro, no campo científico e social. O espaço da biblioteca incentiva o protagonismo negro na produção de arte, cultura e ciência. E, além disso, contribui com o combate ao racismo, a descolonização do conhecimento e das práticas de

imposições normativas ocidentais atreladas à informação (Amorim; Alves, 2022). Ou seja, é um recurso de estudo que pode pluralizar as discussões na Ciência da Informação.

Como exposto, o estudo das intencionalidades do livro é eminente porque revela as diversas funções e finalidades que podem ser atribuídas a ele. Além disso, a Ciência da Informação tem tangenciado as investigações que consideram a materialidade do livro e do documento, deixando de explorar dimensões para além da informação explícita que o objeto veicula (Murguia, 2009; Rabello, 2019). A ainda desatenção ou a falta de interesse da comunidade a tais estudos resulta na pouca literatura, ao menos no cenário brasileiro, sobre a intencionalidade do livro, conforme observado no mapeamento temporal de Paulo e Rabello (2021).

Assim, este projeto pretende contribuir com pesquisas concernentes ao tema e aprofundar a discussão sobre as intencionalidades do livro enquanto documento e, ainda, dar enfoques a outras intencionalidades, no âmbito da FCP, para provocar reflexões sobre epistemicídio negro e informação étnico-racial na Ciência da Informação. É interessante, também, discutir o que é o livro/documento, hodiernamente, vislumbrando a sua dimensão simbólica e suas facetas, tendo no horizonte as contribuições dos autores clássicos Otlet e Briet e outros autores que retomam as perspectivas dos dois, como Boyd Rayward (1996) e Michael Buckland (1991).

A TAR se mostra pertinente, neste contexto, por considerar os múltiplos elos que os atores humanos e os atores não-humanos estabelecem entre si. Latour, por exemplo, chega a interpretar a biblioteca como um laboratório, onde são realizadas conexões ou associações entre atores. Ela – a biblioteca – funcionaria como o que denominou de “centro de cálculo”, havendo um escalonamento mediante o qual cada informação – se incorporada ao acervo da biblioteca – se soma a outros saberes e camadas (Latour, 2004). Há o interesse, ainda, por ser uma abordagem que tem influenciado autores da Ciência da Informação, como é o caso do alemão radicado no Canadá, Bernd Frohmann, e da argentina radcada no Brasil, Maria Néida González de Gómez.

A presente proposta estabelece conexão e corrobora com argumentos explicitados no projeto intitulado *Multidimensionalidade da materialidade e da institucionalidade da informação e do documento: caminhos e articulações conceituais para uma análise epistemológica e política* (Rabello, 2021). O argumento central dessa pesquisa é caracterizado pela reciprocidade e complementaridade dos enunciados “a informação institucionalizada e materializada constitui o documento” ou “o documento é constituído de informação materializada e institucionalizada”, algo que situa o documento e a informação, quando

concebidos daquele modo, como “duas faces de uma mesma moeda”. Essa perspectiva – inicialmente apresentada no âmbito da proposta de um programa de investigação (Rabello, 2019) – retoma ou corrobora com a premissa neodocumentalista de relação inerente entre Documentação e Ciência da Informação, a partir dos seus principais objetos de estudo.⁶

1.5 Estrutura do trabalho

Para fins de organização, o trabalho é composto por 5 seções: 1. Introdução; 2. Metodologia; 3. Revisão de literatura; 4. Análise e interpretação dos resultados; e 5. Considerações finais. O quadro abaixo mostra o resumo de cada seção.

Quadro 2 – Estrutura do trabalho

1. INTRODUÇÃO	
Problema	Como as intencionalidades do documento e – em particular, do livro –, considerando o curso de ação, transcorrem na composição do espaço “Acervo da vergonha” no contexto da Fundação Cultural Palmares?
Hipóteses	A criação do espaço “Acervo da vergonha” evidencia que o livro é uma representação simbólica do que se pode, do que se quer, do que não se quer e do que não se pode representar ou defender. Em outras palavras, a este objeto são atribuídas intencionalidades que corroboram, desviam ou controversiam a função ou a intencionalidade inicial. Tanto o livro (unidade) como a coleção (conjunto) são traduções da hibridez presente na dimensão política da instituição.
Objetivo geral	Investigar o(s) curso(s) de ação da composição do espaço “Acervo da vergonha”, seus desvios, controvérsias e traduções que expressam a intencionalidade atribuída ao livro como objeto de ações políticas, tendo no horizonte pressupostos que favorecem o estudo das relações do livro, da coleção e de outros atores não-humanos com os atores humanos – numa palavra, com híbridos – no contexto da Fundação Cultural Palmares.
Objetivos específicos	1. Explorar os conceitos de intencionalidade para a Documentação, Historiografia, Fenomenologia e Filosofias Africanas; 2. Identificar e descrever constructos sobre as intencionalidades do livro, a partir da literatura sobre o tema; 3. Investigar como as intencionalidades do livro transcorrem no contexto institucional da Fundação Cultural Palmares, considerando associações entre atores humanos e não-humanos, desvios e possíveis controvérsias presentes na (re)tradução do espaço “Acervo da vergonha”.

⁶ Pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinf) da Universidade de Brasília (UnB). Conta com o apoio financeiro da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O projeto se insere no âmbito do Grupo de Pesquisa “Fundamentos Teóricos da Informação”, certificado junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a liderança dos professores doutores Carlos Cândido de Almeida (Universidade Estadual Paulista, UNESP) e Rodrigo Rabello (UnB), onde Lucas de Paulo atua como estudante pesquisador. Questões do gênero também são de interesse do Grupo de Pesquisa “Estado, Informação e Sociedade”, sob a liderança das professoras doutoras Georgete Medleg Rodrigues e Eliane Braga de Oliveira, ambas da UnB, igualmente certificado junto ao CNPq, Grupo este onde Rabello também atua como pesquisador.

Justificativa	A existência da FCP corrobora com a preservação da cultura negra no Brasil, e é interesse de estudo por sua importância no cenário de organização pública e de fortalecimento da democracia nacional. A Biblioteca Oliveira Silveira, vinculada à Fundação, é um instrumento de articulação política que apoia o cumprimento da missão institucional e permite pensar políticas para desconstruir o epistemicídio negro, no campo científico e social. É um estudo eminente porque revela as diversas funções e finalidades que podem ser atribuídas ao livro e a outros tipos de documentos. Além disso, pode contribuir com pesquisas concernentes ao tema e aprofundar a discussão sobre as intencionalidades do livro enquanto documento e, ainda, dar enfoques a outras intencionalidades paralelas. É interessante, também, discutir o que é o livro/documento, hodiernamente, vislumbrando a sua dimensão simbólica e suas facetas, tendo no horizonte as contribuições dos autores clássicos Otlet e Briet e outros autores que retomam as perspectivas dos dois, como Boyd Rayward (1996) e Michael Buckland (1991).
2. METODOLOGIA	
Desenho da metodologia de pesquisa	O desenho da metodologia de pesquisa tem como premissa a construção do esqueleto do trabalho, ou melhor, do índice vertebrado (ver Apêndice A). O índice vertebrado é elemento da pesquisa que conta com as entradas iniciais das seções que compõem a estrutura do trabalho, com a cobertura ou alcance da pesquisa (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).
Levantamento bibliográfico	As bases de dados selecionadas para o levantamento bibliográfico foram a Brapci (Base de Dados Referências de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação) e a Scopus. A primeira, desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é referência na CI, e a segunda, desenvolvida pela Elsevier, é a maior base de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares, e indexa trabalhos com ampla cobertura na área de Ciências Humanas e Sociais – e em particular, na História, Filosofia e Psicologia. O levantamento foi complementado com trabalhos do GT 12 do XXII Enancib.
Referencial teórico	Para algumas seções foram selecionados livros e/ou artigos específicos de acordo com a pertinência do texto para a seção, enquanto para outras seções considerou-se artigos do levantamento bibliográfico.
Pesquisa documental	A pesquisa documental tem como fontes os relatórios públicos 1 e 2 da FCP – “Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019” e “Amplitude e dignidade: um acervo bibliográfico para a cultura de matriz negra”, nessa ordem –, e outros documentos da instituição, notícias publicadas pela imprensa (O Globo, Folha de São Paulo, Metrôpoles, entre outros), e notas do Conselho Regional de Biblioteconomia da Sexta Região (CRB6), do CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia) e a liminar da Justiça Federal contra a exclusão de itens do acervo da Fundação. A pesquisa documental pode colaborar com a seleção de participantes para a realização de entrevistas. As notícias consultadas estão listadas no Quadro 10 (ver Apêndice F).
Entrevistas	As entrevistas foram realizadas com os funcionários da FCP, membros dos movimentos e/ou coletivos negros e profissionais bibliotecários, com o apoio de um instrumento de coleta de dados (ver Apêndice G). Os resultados foram registrados em diário de bordo do pesquisador e, antes de qualquer publicação ou divulgação dos resultados da pesquisa, ele apresentou os resultados às pessoas entrevistadas, em conformidade com as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016.
Diário de bordo	O modelo de diário de bordo é tríptico, com as seguintes dimensões: ficha técnica – para registrar dados de identificação; ficha teórica – para discutir e levantar reflexões, em forma de resenha/fichamento, sobre as intencionalidades do livro a partir da literatura levantada; e ficha documental – para registrar informações sobre a pesquisa e como as intencionalidades do livro se expressam na dinâmica do acervo da FCP e quais os atores humanos e não-humanos presentes nesta composição.

3. REVISÃO DE LITERATURA	
Seção 1	Documentação e Ciência da Informação
Seção 2	Teoria Ator-Rede
Seção 3	Noções de intencionalidade
Seção 4	Intencionalidade do livro
Seção 5	Raça e racismo
Seção 6	Fundação Cultural Palmares
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	

Fonte: Elaboração própria.

Além das seções numeradas no quadro acima, a Dissertação conta com seção de referências, apêndices e anexos com documentos e dados da pesquisa, como a bibliografia (ver Apêndice B), os relatórios das entrevistas (ver Apêndice K), os exemplares do diário de bordo, e notas de repúdio do CFB e da FEBAB (ver Anexo A). A estrutura completa da Dissertação está presente no Apêndice A.

2 METODOLOGIA

Para cumprir o objetivo geral deste projeto – ou seja: *investigar o(s) curso(s) de ação da composição do espaço “Acervo da vergonha”, seus desvios, controvérsias e traduções que expressam a intencionalidade atribuída ao livro como objeto de ações políticas, tendo no horizonte pressupostos que favorecem o estudo das relações do livro, da coleção e de outros atores não-humanos com os atores humanos – numa palavra, com híbridos – no contexto da Fundação Cultural Palmares –*, realizou-se um levantamento bibliográfico e uma pesquisa documental/exploratória (quanto a coleta de dados) de abordagem qualitativa (quanto a análise e tratamento dos dados). A seleção de fontes bibliográficas e a pesquisa documental/exploratória se fizeram imperativas para, nesta ordem, fornecer subsídios teóricos sobre o tema e observar a manifestação das intencionalidades do livro no contexto da FCP.

Para tanto, partindo do levantamento bibliográfico em bases de dados, em nível nacional e internacional, com cobertura abrangendo a área de Ciências Humanas e Sociais e a Ciência da Informação, a pesquisa promove uma revisão de literatura para a consecução de fundamentação teórica – a fim de *explorar os conceitos de intencionalidade para a Documentação, Historiografia, Fenomenologia e as Filosofias africanas e identificar e descrever constructos sobre as intencionalidades do livro, a partir da literatura sobre o tema*, quer dizer, objetivos específicos 1 e 2 –, ao lograr de textos pertinentes à pesquisa, selecionados a partir do levantamento bibliográfico.

Para observar a manifestação das intencionalidades do livro na criação do espaço “Acervo da vergonha”, recorreu-se às diversas fontes de informação sobre a temática. Ademais, contou com entrevistas com os colaboradores da FCP, integrantes dos movimentos e/ou coletivos negros e profissionais bibliotecários, e visitas ao laboratório deste estudo, a biblioteca da Fundação, para coletar dados sobre a formulação do espaço e sobre os documentos típicos da coleção bibliográfica da instituição, como a política de desenvolvimento de acervo e outros eventuais documentos que tangenciam a pesquisa. Tudo isso alinhado ao objetivo específico 3, qual seja: *investigar como as intencionalidades do livro transcorrem no contexto institucional da Fundação Cultural Palmares, considerando associações entre atores humanos e não-humanos, desvios e possíveis controvérsias presentes na (re)tradução do espaço “Acervo da vergonha”*.

Para separação do perfil dos entrevistados, construiu-se as entrevistas a partir de três agrupamentos: a) grupo 1 – funcionários da FCP; b) grupo 2 – integrantes dos movimentos ou

coletivos negros; c) grupo 3 – profissionais bibliotecários. Assume-se que os resultados das entrevistas e, até mesmo, da pesquisa documental, podem conter vieses e carregar ideologias e prejulgamentos dos entrevistados e dos redatores das notícias sobre a criação do espaço “Acervo da vergonha”. Além disso, por se tratar de uma temática sensível, pode ser que os entrevistados do grupo 1 tenham receios em compartilhar detalhes sobre a sua relação com a instalação do “Acervo da vergonha”. Desse modo, a pesquisa não almeja a imparcialidade, mas, sim, a pluralidade de visões sobre a temática para provocar discussões e reflexões sobre o objeto livro como um agente político.

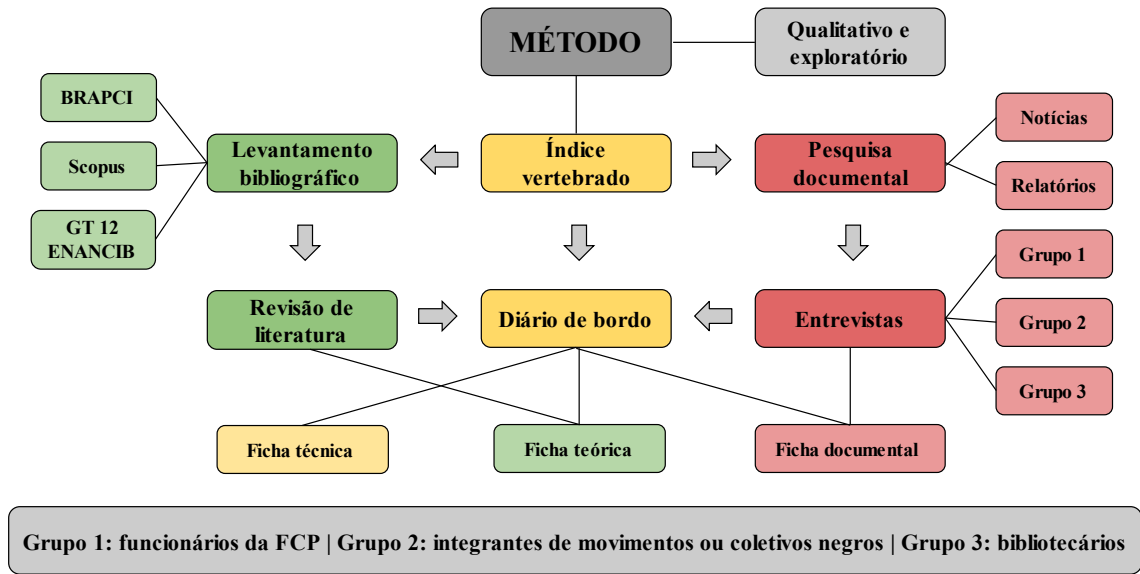
Para desenvolver o objetivo 3, foram realizados ao menos três procedimentos: [1] mapeamento de processos, desvios e as imbricações da criação do “Acervo da vergonha” a partir da heurística da teoria ator-rede, no sentido de permitir a [2] identificação dos livros – e outros objetos – que foram classificados como “vergonhosos”. O que permitiu a elaboração de um [3] instrumento contendo o registro e a sistematização de como as intencionalidades se expressam na institucionalidade específica da Fundação Cultural Palmares.

Para o desenvolvimento dos procedimentos 1, 2 e 3, projetou-se a elaboração de um diário de bordo – instrumento de investigações qualitativas para registro de informações proposto por Latour (2016) – a fim de repertoriar os dados, as referências e os resultados desta pesquisa. O diário de bordo tem origem no final da Idade Média, e era utilizado para tomar nota das descobertas das navegações, por isso recebe esse nome. Entre os séculos XIX e XX, o diário de bordo ganha a função de instrumento de pesquisa científica ao ser utilizado por antropólogos para anotar observações, pensamentos e conhecimentos concernentes aos objetos de estudo (Brazão, 2007).

2.1 Desenho da metodologia de pesquisa

O desenho da metodologia de pesquisa tem como premissa a construção do “esqueleto” do trabalho, ou melhor, do índice vertebrado (ver Apêndice A). O índice vertebrado é o elemento da pesquisa que conta com as entradas iniciais das seções e subseções que compõem a estrutura do trabalho, com a cobertura, o recorte temático ou o alcance da pesquisa (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). O esquema das etapas da metodologia de pesquisa foi orientado a partir do índice vertebrado. Segue, abaixo, a Figura 1 que diz respeito ao desenho de pesquisa.

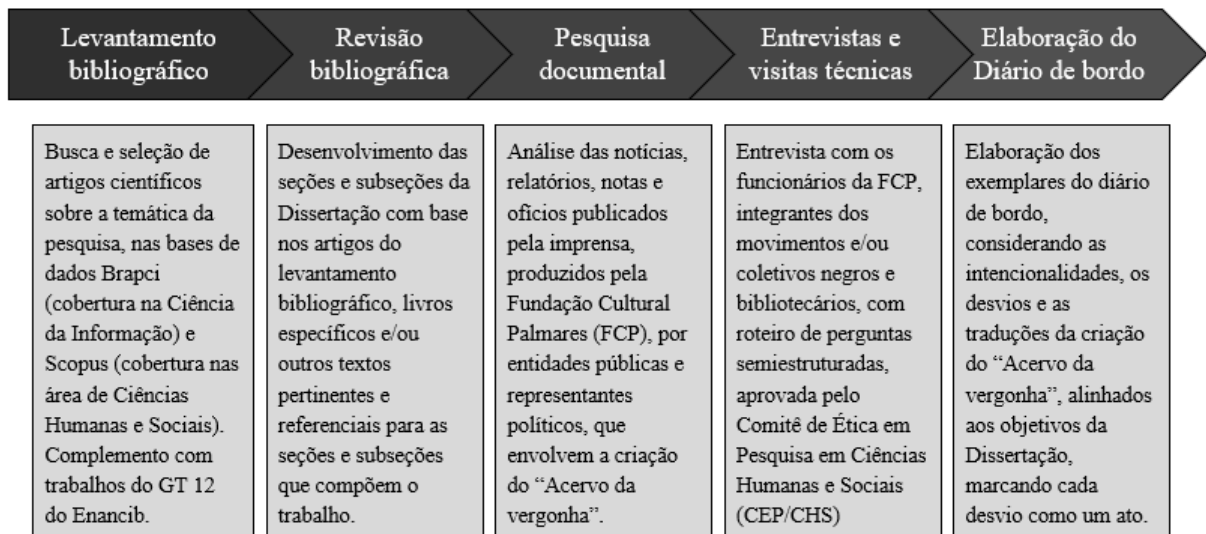
Figura 1 – Desenho de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

A elaboração do desenho de pesquisa (Figura 1) é importante para visualizar se os procedimentos metodológicos (Figura 2) são adequados para cumprir com os objetivos e responder ao problema de pesquisa (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). As cores verde, amarelo e vermelho, da Figura 1, foram inspiradas na bandeira da Etiópia, símbolo de resistência contra o neocolonialismo na África.

Figura 2 – Descrição dos processos da metodologia de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

2.2 Procedimentos para o levantamento bibliográfico

As bases de dados selecionadas para o levantamento bibliográfico foram a Base de Dados Referências de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e a Scopus. A primeira, desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é referência na Ciência da Informação, e a segunda, desenvolvida pela Elsevier, é a maior base de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares, e indexa trabalhos com ampla cobertura na área de Ciências Humanas e Sociais – e em particular, na História, Filosofia e Psicologia.

Os termos de busca utilizados no levantamento bibliográfico consideram as seções e as suas respectivas subseções, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 – Base de dados e termos de busca por capítulos e seções

SEÇÕES	SUBSEÇÕES	BASE(S) DE DADOS	TERMOS DE BUSCA
3.1 Documentação e Ciência da Informação	3.1.1 Origens, definições e paradigmas	Brapci	Origem da Ciência da Informação; Paradigmas e Ciência da Informação
	3.1.2 Neodocumentação	Brapci	Neodocumentação
	3.1.3 Epistemologias emergentes	Brapci	Epistemologias emergentes; Estudos emergentes; Estudos decoloniais
3.2 Teoria Ator-Rede	3.2.1 Latour e Teoria Ator-Rede	Não se aplica	Não se aplica
	3.2.2 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	Brapci	Bruno Latour e Ciência da Informação; Teoria Ator-Rede e Ciência da Informação
	3.2.3 Diário de bordo latouriano	Não se aplica	Não se aplica
3.3 Noções de intencionalidade	3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	Brapci Scopus	Documentação e intencionalidade; Documentação e intenção; Jean Meyriat
	3.3.2 Intencionalidade para a História	Brapci Scopus	Historiografia e intencionalidade; Historiografia e intenção; Marc Bloch
	3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	Brapci Scopus	Fenomenologia e intencionalidade; Fenomenologia e intenção; Edmund Husserl
	3.3.4 Intencionalidade	Não se aplica	Não se aplica

	para as Filosofias africanas		
3.4 Intencionalidade do livro	3.4.1 A história do livro e suas intencionalidades	Brapci	História do livro; História das bibliotecas; Intencionalidade do livro
	3.4.2 O colecionismo bibliográfico	Brapci	Colecionismo bibliográfico; Bibliofilia
	3.4.3 O livro como agente político	Brapci	Livro e política; Livro e agências; Livro e agenciamentos
3.5 Raça e racismo	3.5.1 Epistemicídio negro	Não se aplica	Não se aplica
	3.5.2 Necropolítica	Não se aplica	Não se aplica
	3.5.3 Movimentos negros	Não se aplica	Não se aplica
3.6 Fundação Cultural Palmares	3.6.1 História da Fundação	Não se aplica	Não se aplica
	3.6.2 Acervo da Fundação	Não se aplica	Não se aplica
	3.6.2.1 Política de desenvolvimento de acervo	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria.

Após a realização das buscas simples ou avançadas, contando com os recursos e filtros específicos de cada base de dados, analisou-se o título, o resumo e as palavras-chave do artigo. Em seguida, analisou-se os outros elementos textuais para extração de citações pertinentes para a pesquisa. O critério utilizado para a seleção ou descarte do texto foi a análise de pertinência para o referencial teórico de cada seção e subseção do trabalho.

Para complementar o levantamento bibliográfico e coletar trabalhos específicos para as subseções *3.1.3 Epistemologias emergentes*, *3.5.1 Epistemicídio negro*, *3.5.2 Necropolítica* e *3.5.3 Movimentos negros*, explorou-se os trabalhos do GT 12 - *Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades* dos anais do XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), que trata de estudos teóricos e aplicados em informação sobre raça, classe, gênero, sexualidade e interseccionalidades, realizado em 2022, considerando os mesmos procedimentos de análise e o mesmo critério de seleção ou descarte do texto do levantamento bibliográfico nas bases de dados.

2.3 Referencial teórico

O referencial teórico de cada seção e subseção da revisão de literatura está alinhavado no Quadro 4 abaixo. Para algumas seções foram selecionados livros e/ou artigos específicos de acordo com a pertinência do texto para a seção, enquanto para outras seções se consideraram artigos do levantamento bibliográfico.

Quadro 4 – Referencial teórico por seções e subseções

SEÇÕES	SUBSEÇÕES	REFERENCIAL TEÓRICO
3.1 Documentação e Ciência da Informação	3.1.1 Origens, definições e paradigmas	Bush (1945); Borko (1968); Briet (1951); Capurro (2007); López Yepes (1995); Ortega (2009); Otlet (1934); Saracevic (1995); Wersig (1993); (+ levantamento bibliográfico)
	3.1.2 Neodocumentação	Day (2005); Buckland (1991); Frohmann (1995); Lund (2009); Rayward (1996); (+ levantamento bibliográfico)
	3.1.3 Epistemologias emergentes	levantamento bibliográfico
3.2 Teoria Ator-Rede	3.2.1 Latour e Teoria Ator-Rede	<i>Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica</i> , <i>Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora</i> , <i>Cogitamos: seis cartas sobre as humanidades científicas</i> e <i>Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede</i> , de Bruno Latour
	3.2.2 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	levantamento bibliográfico
	3.2.3 Diário de bordo latouriano	<i>Cogitamos: seis cartas sobre as humanidades científicas</i> , de Bruno Latour
3.3 Noções de intencionalidade	3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	Trabalhos de Jean Meyriat e artigos que citam o autor (levantamento bibliográfico)
	3.3.2 Intencionalidade para a História	<i>Apologia da História</i> de Marc Bloch e artigos que citam o autor (levantamento bibliográfico)
	3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	<i>A Ideia da Fenomenologia</i> de Edmund Husserl e artigos que citam o autor (levantamento bibliográfico)
	3.3.4 Intencionalidade para as Filosofias africanas	<i>Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela</i> de Leda Maria Martins
3.4 Intencionalidade do livro	3.4.1 A história do livro e suas intencionalidades	levantamento bibliográfico
	3.4.2 O colecionismo bibliográfico	levantamento bibliográfico

	3.4.3 O livro como agente político	levantamento bibliográfico
3.5 Raça e racismo	3.5.1 Epistemicídio negro	<i>O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado</i> de Abdias Nascimento, e outros autores, em maioria, negros (complemento com trabalhos do GT 12)
	3.5.2 Necropolítica	<i>Necropolítica</i> de Achille Mbembe e outros autores, em maioria, negros (complemento com trabalhos do GT 12)
	3.5.3 Movimentos negros	Autores, em maioria, negros (complemento com trabalhos do GT 12)
3.6 Fundação Cultural Palmares	3.6.1 História da Fundação	leis, decretos e documentos públicos da instituição
	3.6.2 Acervo da Fundação	leis, decretos e documentos públicos da instituição
	3.6.2.1 Política de desenvolvimento de acervo	Vergueiro (1989) e documento interno da instituição

Fonte: Elaboração própria.

Algumas seções da pesquisa contaram com referências e/ou critérios específicos, como é o caso da seção 3.5 *Cultura afro-brasileira*, a fim de endossar o princípio da representatividade⁷. Esse princípio se faz presente ao longo de todo o trabalho, embora tenha maior expressão na seção mencionada. Ademais, a pesquisa considerou textos referenciados naqueles obtidos junto ao levantamento bibliográfico.

2.4 Pesquisa documental

A pesquisa documental considerou os relatórios públicos 1 e 2 da FCP – *Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019 e Amplitude e dignidade: um acervo bibliográfico para a cultura de matriz negra*, nessa ordem –, e outros documentos da instituição, notícias publicadas pela imprensa (O Globo, Folha de São Paulo, Metrôpoles, entre outros), notas de repúdio do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB-6), do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) e dos

⁷ Trata-se de garantir a representação dos interesses políticos de determinados grupos ou classes sociais, com perspectiva ética e com foco na emancipação da presença (Dess, 2022). Este princípio corrobora com a “[...] construção de outros imaginários que evidenciem as diversas possibilidades de se constituir enquanto sujeitos de direitos, histórias e vivências a serem respeitadas nos vários âmbitos sociais” (Silva, E.; Silva, N.; Silva, P., 2020).

movimentos negros, e a liminar da Justiça Federal contra a exclusão de itens do acervo da Fundação. A pesquisa documental colaborou com a seleção de participantes para a realização de entrevistas. As notícias consultadas foram listadas no Quadro 10 (ver Apêndice F).

2.5 Procedimentos para a realização das entrevistas

As pesquisas com seres humanos devem ser realizadas com ética e respeito na relação do pesquisador com o participante. Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas com os colaboradores da Fundação Cultural Palmares, participantes de movimentos e coletivos negros e bibliotecários, estão em conformidade com as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Reconheceu-se como risco da pesquisa a sensibilidade de dados pessoais e, para minimizar esse risco, adotou-se como estratégia o sigilo e a privacidade dos participantes durante todas as fases da investigação, conforme as resoluções mencionadas. As pessoas entrevistadas receberam apelidos ou códigos (exemplo: E1G2, que significa entrevista 1, com integrante do grupo 2) para que suas identidades fossem preservadas.

As entrevistas foram realizadas com o apoio de um instrumento de coleta de dados (ver Apêndice G), e os resultados foram registrados em diário de bordo do pesquisador e, antes de qualquer publicação ou divulgação dos resultados da pesquisa, ele apresentou os resultados às pessoas entrevistadas. Todas as pessoas entrevistadas foram orientadas sobre a livre participação e o anonimato na pesquisa, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Apêndice J). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (ver Apêndice H) e deferida pelo presidente da FCP, João Jorge Rodrigues dos Santos (ver Apêndice I).

2.6 Estruturação do Diário de bordo

O modelo de diário de bordo é tríptico, com as seguintes dimensões: *ficha técnica* – para registrar dados de identificação, como o nome do diarista e a data; *ficha teórica* – para discutir e levantar reflexões, em forma de resenha/fichamento, sobre as intencionalidades do livro a partir da literatura levantada; e *ficha documental* – para registrar dados da pesquisa documental, das entrevistas e outras informações sobre como as intencionalidades do livro se expressam na dinâmica do acervo da FCP e quais os atores humanos e não-humanos presentes na composição do “Acervo da vergonha”. A elaboração dos exemplos que compõem o diário de bordo seguiu a lógica da estrutura do trabalho e a ordem dos objetivos da pesquisa. Para enriquecer o diário de bordo, utilizou-se de recursos diversos – como músicas, histórias,

curiosidades, contos, etc. – de repertório sociocultural específico ou não da comunidade afro-brasileira.

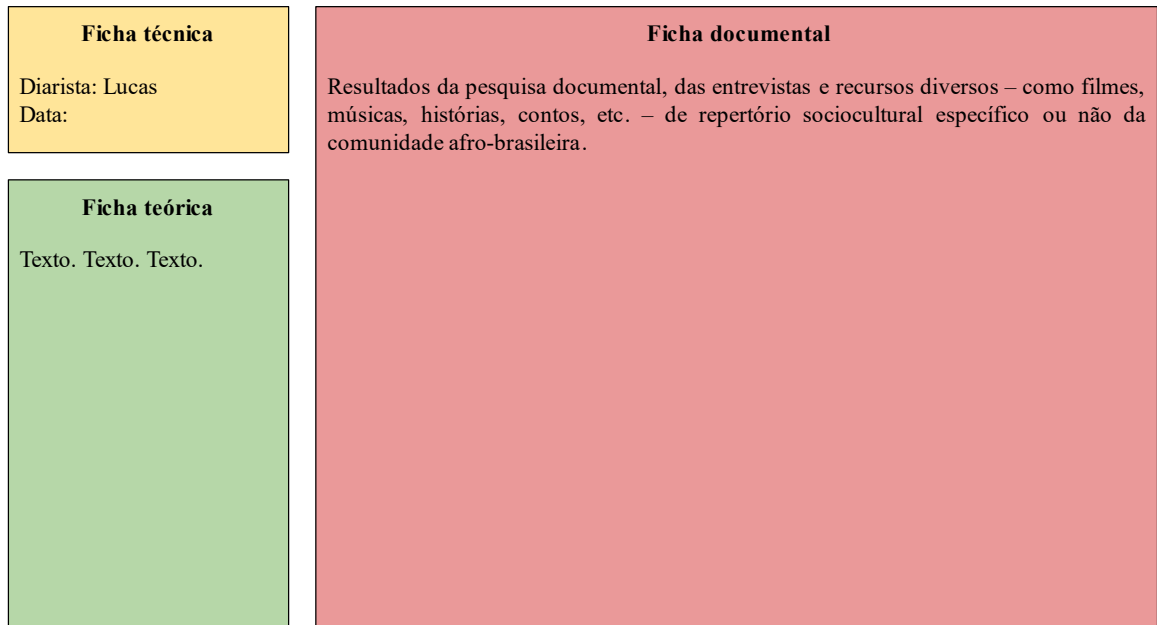
Quadro 5 – Estrutura e elementos do diário de bordo

FICHA TÉCNICA	FICHA TEÓRICA	FICHA DOCUMENTAL
Diarista: Lucas Data:	Fundamentação teórica a partir da literatura do levantamento bibliográfico e demais textos pertinentes para fomentar reflexões, em diálogo com as seções e subseções da Dissertação.	Relação de matérias de jornal, fotografias, filmes, entrevistas, etc. com as intencionalidades do livro e como elas se manifestam no contexto da FCP. Comentário/discussão (quando aplicável)

Fonte: Elaboração própria.

Cada exemplar do diário de bordo recebeu, também, um título e uma numeração. A disposição dos elementos do diário de bordo seguiu a sistematização em modo de mapa mental, conforme a Figura 3 abaixo, com as mesmas cores da Figura 1. O psicólogo inglês Tony Buzan, criador do mapa mental, define a técnica de sistematização como um método de análise que permite a organização dos pensamentos de forma visual utilizando-se de símbolos e imagens com criatividade (Buzan, T; Buzan, B, 1996).

Figura 3 – Desenho do diário de bordo



Fonte: Elaboração própria.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Documentação e Ciência da Informação

3.1.1 *Origens, definições e paradigmas*

A Documentação e a Ciência da Informação surgem, em paralelo, entre o final do século XIX e a metade do século XX, nessa ordem. A Documentação tem como obra fundamental o *Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*, do documentalista Paul Otlet, publicado em 1934 (Ortega, 2009), e a Ciência da Informação tem como um de seus marcos a obra *Cybernetics or control and communication in the animal machine*, do matemático Norbert Wiener, publicada em 1948 (Araújo, 2003).

A CI é uma área formada por diversos pesquisadores de diferentes áreas – o que marca a sua interdisciplinaridade (Saracevic, 1996) – e por esse motivo, há divergências sobre a sua origem, o seu conceito e as suas características (Costa; Lopes, 2018). Para alguns autores, a Ciência da Informação surge em conjunto com outras áreas e/ou refinamento/substituição de campos antigos (Saracevic, 1996), no contexto de emergência das grandes inovações tecnológicas, após o conflito militar de 1939 e 1945 – nomeado de Segunda Guerra Mundial (Freire, Silva, 2020; Silva, 2021). Para outros, a Ciência da Informação tem seu início com as reuniões do *Georgia Institute of Technology*, em 1961 (Costa; Lopes, 2018).

Apenas em abril de 1962 é estabelecido um conceito para a área, com cursos e disciplinas para formação profissional (Pinheiro, 2005). Apesar disso, a origem da Ciência da Informação se relaciona com os antecessores sociais e científicos que colaboraram de algum modo para o seu advento (Silva; Freire, 2012). Nesse sentido, há também autores que defendem que a Ciência da Informação tem origem com a Documentação (Ortega, 2009).

A origem da Documentação, por sua vez, está ligada ao início da Bibliografia – técnica antiga que se destaca na Idade Moderna, quando Konrad Gesner tenta produzir uma bibliografia universal. Além da Documentação, a Biblioteconomia contribuiu com o surgimento da Ciência da Informação, de forma direta e indireta. A Ciência da Informação herdou da primeira a preocupação com o acesso à informação, considerando suportes documentais variados, e da segunda, a habilidade técnica de gestão e organização de acervos (Silva; Freire, 2012).

De acordo com Santos (2018a), a Ciência da Informação ainda é considerada como

uma ciência jovem, que é discutida a partir de dois modelos teóricos. No primeiro modelo, que se refere ao paradigma custodial e tecnicista, as bibliotecas e os arquivos são percebidos como repositórios de informação. Já no segundo modelo, que se refere ao paradigma pós-custodial, com a influência do Repertório Bibliográfico Universal (RBU), de Paul Otlet e Henri La Fontaine, esses espaços passam a ter outra preocupação além da reunião de documentos: a disseminação da informação (Santos, 2018a). Ulteriormente, o aprofundamento das discussões teóricas e epistemológicas da Ciência da Informação formulou um terceiro modelo teórico, nomeado de paradigma político-ideológico e sócio-cultural (Silva, 2016b).

A preocupação com o acesso e a recuperação da informação é apontada por Saracevic (1996) como a principal responsável pelo desenvolvimento da Ciência da Informação, embora outras questões tenham impulsionado a sua formação. O autor destaca, também, o artigo “*As we may may think*”, do cientista Vannevar Bush, chefe do esforço científico americano durante a Segunda Guerra Mundial, publicado em 1945, como um dos marcos históricos da origem da Ciência da Informação (Freire; Silva, 2020; Saracevic, 1996). Nesse artigo, Bush (1945) provoca a ideiação de um dispositivo futuro que ultrapasse as dificuldades de armazenamento, organização e acesso à informação, de maneira rápida e flexível.

No artigo “*Information Science: What is it?*”, Borko (1968) questiona o que é a *Information Science* (Ciência da Informação) e o que o cientista da informação faz. Na busca de um novo olhar para a área e sua atuação, traz respostas iniciais a essas perguntas com a esperança de fomentar uma discussão que trará esclarecimento sobre a natureza da Ciência da Informação. Para contextualizar, Borko (1968) cita que essas questões foram expostas a partir do momento que o *American Documentation Institute* (ADI) vota para mudar o seu nome para *American Society for Information Science* (ASIS). Além disso, outra questão é elevada: qual a relação da Ciência da Informação com a Biblioteconomia e a Documentação? Como posto anteriormente, ambas contribuíram para a formação da Ciência da Informação (Silva; Freire, 2012), e podem possuir relação intrínseca, a depender de como os seus principais objetos de estudo – documento e informação – são trabalhados (Rabello, 2019).

Borko define a *Information Science* como “a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os meios de processamento da informação para otimizar a acessibilidade e usabilidade” (Borko, 1968, p.

3, tradução nossa).⁸ Dessa forma, a preocupação da área se concentra na origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização do seu objeto de estudo: a informação. De forma similar, a ASIS definiu a *Library and Information Science* (LIS) como a área que se dedica às atividades de gerar, armazenar, organizar, recuperar, interpretar, disseminar, usar e transformar a informação, com o apoio de tecnologias (Hjørland, 2000). No artigo “*Information concepts for information science*”, publicado em 1978, Belkin (1978) apresentou diversos conceitos para o objeto de estudo da Ciência da Informação. No entanto, a não definição do campo e do seu objeto de estudo amplia e enriquece os estudos da área (Frohmann, 2009).

De acordo com Capurro (2007), a Ciência da Informação é rodeada por três paradigmas que a aproximam ou a distanciam da Documentação. Thomas Kuhn entende o paradigma como um modelo que permite a visualização de uma coisa, a partir de uma analogia ou um conjunto de formas. Nas palavras dele, paradigmas são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2013, p. 13). As revoluções científicas acontecem com o passar do tempo, quando uma analogia perde força e abre espaço para um novo paradigma que altera a estrutura científica (Kuhn, 2013). Para Kuhn (2013), o processo de passagem de um paradigma para o outro pressupõe uma “crise”, seguida por uma “ruptura-revolução”, que se converte em “ciência-normal” até que aconteça outra “crise”. Silva e Farias (2013) destacam que a crise pode ser o resultado de uma pluralidade de condições sociais e/ou teóricas.

Nessa lógica, Capurro (2007) identifica três paradigmas da Ciência da Informação: 1) o físico: orientado às técnicas e as coleções; 2) o cognitivo: orientado ao usuário de informação; 3) o social: orientado à relação entre informação e usuário (Capurro, 2007). Ainda de acordo com o autor, a Ciência da Informação tem início como teoria de recuperação da informação, a partir de uma epistemologia fisicalista. De acordo com o paradigma físico, existe um objeto físico que transmite uma mensagem do emissor para o receptor. Para isso, é necessário o uso do mesmo código e sinais para que a mensagem não seja corrompida com ruídos. Este paradigma está mais preocupado com a questão da transmissão de mensagens, passando por processos semânticos e pragmáticos (Capurro, 2007).

O paradigma cognitivo, por sua vez, se interessa por entender como os processos

⁸ No original: “*Information science* is that discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information, and the means of processing information for optimum accessibility and usability.”

informativos afetam (ou não) os usuários. Dessa forma, se relaciona com a necessidade e a busca de informação por parte do usuário (Capurro, 2007). Com base nesse paradigma, alguns autores que compartilhavam das mesmas preocupações de Otlet e La Fontaine com a recuperação de conteúdo dos documentos, estabeleceram que a Documentação seria a raiz disciplinar que deu origem à Ciência da Informação (Costa; Lopes, 2018). Santos (2018a) identifica uma relação estreita entre o modelo teórico custodial e tecnicista com os paradigmas físico e cognitivo de Capurro (2007).

Por último, o paradigma social tenta ultrapassar os limites do paradigma cognitivo que interpreta a informação como algo separado do sujeito. Nessa linha reducionista, Bernd Frohmann tece críticas ao paradigma cognitivo e o denomina como idealista e associal. Seguindo Heidegger, em complemento, a epistemologia não deveria partir da separação do sujeito e do objeto que faz parte de um mundo externo, visto que existir já se pressupõe estar de “fora”. Ainda nesse segmento, encontra-se a sua fórmula “ser-no-mundo”, que permite pensar a existência humana envolvida por uma rede de relações (Capurro, 2007). Dito de outro modo, o paradigma social engloba o contexto e o ambiente do usuário, concentrando-se no significado e na conexão entre as informações e os discursos (Tobias; Corrêa, 2019).

No entanto, Wersig (1993) nota que há muitas discussões e tentativas de propor “paradigmas” para o campo da Ciência da Informação, o que dá a impressão de que existem mais artigos sobre paradigmas do que relatórios de pesquisa. Wersig (1993) também aponta que essas discussões sobre os paradigmas não foram causadas por mudanças pragmáticas, pois, na prática, pouca coisa mudou ao se comparar os trabalhos correntes com os anteriores. O que não anula, claro, as diferentes posições dos paradigmas, como, por exemplo, de um lado há um sistema orientado à técnica e, do outro, um sistema orientado ao usuário.

Para Saldanha (2010), os paradigmas de Capurro constituem mais uma das cartografias trifocais da Ciência da Informação que precisa ser reavaliada, porque um paradigma não anula ou supera o outro. Além disso, não houve um consenso geral a respeito de tais paradigmas e, ao contrário: a epistemologia e as características da Ciência da Informação permanecem em debate (Saldanha, 2008). Distanciando-se da noção de paradigmas de Kuhn (2013), Saldanha (2010) propõe um olhar atento aos “deslocamentos” ou às “movimentações das apropriações teóricas”. Desse modo, coloca-se em evidência os processos internos e as dinâmicas da circularidade epistemológica da Ciência da Informação, que desenham tradições, tendências e escolhas políticas e teóricas (Saldanha, 2010). Como supracitado, a origem da Ciência da Informação permanece em debate, em partes por conta da fragmentação dos estudos da Biblioteconomia e da Documentação, e dos interesses políticos

que envolvem os avanços da área (Silva; Freire, 2012). Segundo López Yepes (1995), o próprio conceito de Documentação aplicado por Otlet se fragmentou em virtude da oposição da Biblioteconomia e da Documentação.

Cada um dos paradigmas (Capurro, 2007) – e/ou “deslocamentos” (Saldanha, 2010) – tem relevância para a construção e estruturação da Ciência da Informação, embora as divisões criem, também, assimetrias e confrontos discursivos sobre o conceito de informação (Oliveira; Castro, 2022). Em certa medida, este trabalho apodera-se dos três paradigmas. No entanto, fortifica-se com subsídios do paradigma social, para pensar as relações dos sujeitos com os livros e, em complemento, com o movimento neodocumentalista do final do século XX. Ademais, independentemente das discussões e tentativas de proposição de paradigmas, admite-se que a Ciência da Informação necessita de enfoques metodológicos, como estudos de caso e estudos qualitativos para a investigação social (Wersig, 1993). As próprias transições paradigmáticas da área indicam a necessidade de formação de disciplinas dispostas à diversidade e à quebra de métodos operacionais, sem ligação com o exame crítico do contexto de informação (Miranda, 2009). Nesse sentido, as epistemologias emergentes apontam caminhos promissores.

3.1.2 Neodocumentação

A Neodocumentação, também nomeada de Movimento Neodocumentalista, Nova Documentação ou Redocumentalização (Rodrigues; Baptista, 2021), ganha força com o “redescobrimento” das obras de Paul Otlet e Suzanne Briet, em domínio anglo-saxão no início da década de 1990 (Amorim; Saldanha, 2020). A partir desses autores é possível pensar o documento para além da informação registrada no suporte, como é enfatizado pela *Information Science* (Fernández- Molina, 1993).

Bernd Frohmann é um dos principais nomes desta “corrente”, que contribuiu para a reflexão sobre a materialidade do documento e que favorece a contingência da materialidade para apoiar os fluxos de informação que entoam o meio social, sejam culturais ou acadêmicos, comerciais ou institucionais, considerando-se as formas e estruturas, os discursos e os enunciados (Frohmann, 1995; 2008). Além de Frohmann, outros autores que fazem parte desse movimento são Michael Buckland, Boyd Rayward, Niels Windfeld Lund e Ronald Day (Fernandes; Saldanha, 2012).

A Neodocumentação propõe o exercício de questionar a fragilidade e a potência inerentes à materialidade do documento, provoca uma abertura que (re)estabelece um lugar para a “cultura” dentro dos estudos de informação (Amorim; Saldanha, 2018), e se apresenta

como uma das abordagens recentes na Ciência da Informação, demarcada temporalmente nas últimas décadas (Feitosa; Miranda, 2021). Os trabalhos e os autores que contribuem com esse movimento podem ser classificados como “neodocumentais” e “neodocumentalistas”, nessa ordem, assumindo-se que tais denominações estão sob o risco de incongruências e generalização, de acordo com Feitosa e Miranda (2021).

Com os estudos “neodocumentais”, ressurgem os questionamentos sobre os aspectos do documento, em um período em que a Ciência da Informação estava “desatenta” a tais questões (Rodrigues; Baptista, 2021). O fato é que a Neodocumentação tem como um de seus aspectos centrais a acentuação de que o conceito de documento tem uma via simbólica (Feitosa; Miranda, 2021), e configura-se como uma nova abordagem para o entendimento do objeto na Ciência da Informação, com diferentes níveis de historicização, em continuidade com a Documentação clássica (Ortega; Saldanha, 2019).

O “redescobrimento” das visões de Otlet e Briet pelos autores neodocumentalistas demarca a faceta simbólica do documento em consideração à travessia dialética (Amorim; Saldanha, 2020) e ao contexto espacial e temporal do objeto em meio à realidade social (Ortega; Saldanha, 2019). Em estudos de autores como Rayward, Buckland, Day, Frohmann e Lund, essa faceta simbólica é apontada como a materialidade da experiência documental (Amorim; Saldanha, 2020; Saldanha; Ortega, 2018). Em conformidade com Ortega e Saldanha (2019, p. 205), mais do que um “[...] discurso histórico tardio de transposição da francofonia documentalista para a anglofonia informacional”, a Neodocumentação é uma “[...] reflexão epistemológica sobre a relevância da noção de documento para a fundamentação da informação na contemporaneidade”. Isso significa dizer que a retomada do conceito de documento evidencia a urgência de estudos que competem à significação e representação dos objetos (Ortega; Saldanha, 2019).

As obras e a experiência da práxis documentalista de Briet são reposicionadas na epistemologia histórica da Ciência da Informação, a partir da pesquisa de Buckland (Saldanha; Ortega, 2018). Frohmann, Day e Lund, de modo geral, se preocupam com “[...] aspectos mais amplos da produção e uso dos documentos e suas contingencialidades sociais e políticas, observadas no plano das instituições, assim como com um conceito amplo de documento, independente dos processos e serviços documentários estritos” (Saldanha; Ortega, 2018, p. 111-112).

A concepção de documento empregada pela Neodocumentação reconhece que o documento não apenas representa os aspectos culturais e intelectuais de quem o produziu, bem como viabiliza a compreensão do carácter social da informação (Frohmann, 2008) – isto

é, nos termos metafóricos de González de Gómez (2011), o “aroma do documento” – de modo detalhado e copioso (Silva; Miranda; Silveira, 2020). Essa concepção de documento é utilizada por pesquisadores e estudantes brasileiros para recuperar a visão de documento para a Documentação, e para levantar reflexões sobre o documento na sociedade contemporânea (Saldanha; Ortega, 2018), considerando a gênese do paradigma neodocumentalista em documentos digitais (Miranda; Jacob, 2022).

Apesar de estar em pauta desde a década de 1990, a via simbólica dos objetos é um território teórico ainda pouco explorado na Ciência da Informação (Saldanha, 2013). Além disso, Saldanha (2013) e Rodrigues e Baptista (2020) concordam que a Neodocumentação não deve ser lida apenas como uma “corrente” de pesquisa, mas como um discurso coletivo e sólido, corporificado de provocação, que reconhece a via simbólica da realidade em meio a revolução eletrônica, a história da ciência e da tecnologia. Portanto, os autores neodocumentalistas buscam “[...] um acordo específico entre pesquisa de conhecimento e vida social” (Oliveira; Castro; Santos, 2023, p. 2), para revitalizar o conceito de documento – que foi substituído pelo termo informação – e reencontrar as dimensões contextuais vinculadas ao objeto.

3.1.3 *Epistemologias emergentes*

As pautas de liberdade e igualdade de direitos para todos, na contemporaneidade, explicitam a iminência de pensar em um paradigma emergente (Anna, 2017) que considere tais questões alinhadas às temáticas marginalizadas, como o combate ao racismo, ao machismo, e outras formas de violência a “grupos minoritários” – temáticas caras no contexto dos países latino-americanos (Aguar, 2016). Nessa conjuntura, as epistemologias decoloniais se apresentam como uma possibilidade teórica-metodológica (Amorim; Alves, 2022).

As epistemologias decoloniais também podem ser nominadas de estudos decoloniais ou giro decolonial (Ballestrin, 2013; Silva *et al.*, 2022). Tratam-se de um contraponto à lógica colonialista europeia e à sua imposição normativa de dominação (Amorim; Alves, 2022). Ou seja, as epistemologias decoloniais colocam em questão o eurocentrismo no âmbito da produção científica global, apontando para outras estruturas de poder em relação ao conhecimento e à informação, e podem contribuir com diferentes discussões na Ciência da Informação (Bamberg *et al.*, 2022).

O conceito teórico de “colonialidade de poder”, do sociólogo e pensador humanista peruano Aníbal Quijano, levanta questões sobre a colonialidade do saber e a colonialidade do

ser (Bamberg *et al.*, 2023). Esse conceito é importante para os estudos decoloniais porque provoca reflexões sobre descolonização e plurinacionalidade nos espaços de debate, em desprendimento à hegemonia europeia (Amorim; Alves, 2022), para dar lugar aos autores locais e às pesquisas produzidas na América Latina (Bamberg *et al.*, 2023).

Embora não seja possível falar de “origem” ou de um “mito fundador” para a perspectiva da decolonialidade, destaca-se a importância do grupo Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade no enfrentamento à colonialidade e à modernidade. Além de Aníbal Quijano, o grupo é composto pelos pesquisadores Edgard Lander, Catherine Walsh, Enrique Dussel e Walter Mignolo (Rosendo; Medeiros, 2021). A decolonialidade é comparada por Rosendo e Medeiros (2021, p. 5-6) a um

[...] caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados ao longo dos anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. O pensamento decolonial se coloca como alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. É considerado um projeto de libertação social, político-cultural e econômica que visa garantir o respeito e a autonomia a grupos e movimentos sociais.

A “modernidade” é compreendida pelos estudos decoloniais como um fenômeno mundial constituído por relações assimétricas de poder (Grupo de Estudios Sobre Colonialidad, 2012). Essas relações desiguais subalternizam as práticas e características de povos dominados pela Europa (Bamberg *et al.*, 2022) e promovem violências epistêmicas e injustiças sociais, pautadas em credos, etnias, sexualidades, línguas e costumes (Garcez; Sales, 2021).

Nesse sentido, a perspectiva decolonial é um “[...] elemento de resistência às cinco ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo” (Müller; Sousa, 2021, p. 9), e uma forma significativa de distanciamento da racionalidade moderna. Dito de outro modo, é uma alternativa não-hegemônica de análise social e uma proposta de deslocamento de problemas históricos e estruturais (Ballestrin, 2013), como as hierarquias raciais naturalizadas pela norma europeia (Paiva *et al.*, 2021).

De acordo com Paiva *et al.* (2021), a marginalização da identidade negra nas produções culturais e, em especial, na literatura, é reflexo dessas hierarquias que menosprezam as características afro-brasileiras. Considerando isso, ao não operar de forma homogênea, as reivindicações decoloniais reconhecem e acolhem interesses e agendas diversas (Müller; Sousa, 2021), como a luta contra o racismo (Aguiar, 2016).

Discutir raça, gênero e colonialidade de modo didático é uma demanda do pensamento

decolonial no embate à dominação da cultura euro-ocidental (Paiva *et al.*, 2021). Para tanto, é pertinente mapear formas estruturantes de manutenção de poder, injustiças históricas e arbitrarias, como o estupro, a invasão, a escravização e o genocídio (Doyle; Olinto, 2022), a fim de desenquadrar as violências, as normas e as hegemonias relativas ao gênero, à etnia, à raça e à sexualidade (Rodrigues; Vargas, 2023). Nesse cenário, a noção de documento pode favorecer o reconhecimento da diversidade de saberes e a pluralidade de conhecimentos (Wanderley; Martins, 2022), numa perspectiva cosmopolítica (Gomes; Lara, 2017).

Adotar uma postura cosmopolítica significa defender a heterogeneidade, a diversidade cultural e de pensamento, e o fortalecimento de atores locais. Assumo-me, na sequência, o conceito de rizoma para negar “[...] o privilégio epistemológico sobre qualquer sistema de crenças” (Gomes; Lara, 2017, p. 6). A partir da ideia de rizoma se reconhecem como legítimas as diferentes formas de interpretação da realidade e as diversas ontologias e epistemologias associadas a elas (Gomes; Lara, 2017; Mazzochi, 2013). Trata-se, então, da possibilidade de (re)conhecer outras referências não-europeias, para além das adaptações de contos de fadas como a Branca de Neve, a Bela Adormecida etc. (Lima; Bernardino; Silva, 2018).

As epistemologias decoloniais dialogam, em alguma medida, com o “modelo emergente” da Ciência da Informação e com a Teoria Ator-Rede (TAR). O “modelo emergente” da Ciência da Informação se contrapõe ao “modelo sistêmico” – ou “tradicional” – da área, que concebe o sujeito informacional como uma “peça” mecânica ou como mais um objeto de estudo no fluxo da cadeia de informação. Diferente dessa concepção de sujeito passivo presente no “modelo tradicional”, para o “modelo emergente” o sujeito é uma “[...] figura que carrega institucionalidades, posicionamentos e visões de mundo inseridas e compartilhadas coletivamente, bem como inscrições cognitivas de sua herança cultural, social e política” (Rabello, 2013, p. 68).

O “modelo emergente” dialoga com as epistemologias decoloniais ao considerar o contexto social e as relações entre os sujeitos, e ao abrir caminho para se pensar no usuário não como um repositório de informação, mas como um possível produtor de conhecimento (Rabello, 2013) e de memória (Wanderley; Martins, 2022). De modo similar, é possível estabelecer diálogo entre as epistemologias decoloniais e a TAR para refletir sobre as controvérsias sociais e científicas, e as separações dicotômicas entre centro e periferia, oprimidos e opressores, visíveis e invisíveis, sujeitos e objetos.

3.2 Teoria Ator-Rede

3.2.1 Latour e Teoria Ator-Rede

Bruno Latour foi um filósofo e sociólogo francês, que se dedicou aos Estudos da Ciência e da Tecnologia, ou Humanidades Científicas, com foco nas controvérsias dos fatos e artefatos científicos. Os trabalhos do sociólogo expõem os conflitos e os interesses dos pesquisadores e das instituições por trás das ciências. Latour é um dos principais autores da linha de pesquisa que ficou conhecida como Teoria Ator-Rede (TAR), que propõe uma antropologia simétrica para os estudos sociais.

A antropologia simétrica é uma forma de analisar o social sem hierarquizar os atores humanos e não-humanos, ou fazer separação entre homem e natureza. A TAR tem como objeto de estudo a formação e remodelação das redes entre os atores, e se orienta a identificá-las, descrevê-las e acompanhá-las (Moraes; Arendt, 2013). Além de Latour, outros pesquisadores que contribuíram com a TAR são Michel Callon, John Law e Annemarie Mol.

A divisão natureza e sociedade é superada na visão latouriana porque compreende os deslocamentos, que por menores que sejam, cooperam com a construção social dos fatos. O desenvolvimento das associações entre os atores é de interesse da TAR para acompanhar os processos de formação da ciência, com “c” minúsculo, que não está pronta e acabada (Freire, 2013). Latour contrapõe as divisões binárias que separam o homem da natureza nas obras *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*, de 1979, e *Jamais fomos modernos*, de 1991, (Araújo; Cardoso, 2007).

O nome Teoria Ator-Rede – em inglês, *Actor Network Theory* (ANT) – foi proposto por Callon, também em colaboração com Latour, em meados da década de 1980. A TAR se dispõe a observar as associações dos atores humanos e não-humanos. Essas associações formam redes socio-técnicas (Escobar, 2004) em um “curso de ação” (Latour, 2016). Para a TAR, o curso de ação é o processo em que as relações entre diferentes atores se transformam, seguido por uma série de *desvios* – contornos ou deslocamentos no curso de ação inicial – cujo produto é uma *tradução* – o resultado dos *desvios* (Latour, 2016).

Além desses conceitos, Latour trabalha com a ideia de *composição*, sendo esta a combinação de laços entre os atores humanos e não-humanos presentes em determinada rede. Com a TAR, Latour propõe uma antropologia simétrica, sem hierarquizar os atores que atuam nas redes, sejam eles humanos ou não. Ou seja, trata-se de um ponto de análise comum entre os elementos presentes na rede (Cerretto; Domenico, 2016).

Latour (1994) defende também a ideia de que a sociedade nunca foi moderna. A noção de tempo para a modernidade é criticada pelo autor porque apresenta abismos dualistas “[...] entre antigo/moderno ou vencidos/vencedores ou mesmo um futuro glorioso, progressista, evoluído e moderno e um passado arcaico, superado, perdido, vencido e ultrapassado” (Bouhid, 2015, p. 42). A modernidade propaga a separação dualista e cartesiana da realidade, natureza x cultura, objeto x sujeito, ciência x política. Ao contrário dessas divisões, Latour propõe o conceito de híbridos, que são coletivos como a sociedade (Latour, 1994).

A divisão e separação não só dos elementos citados acima, bem como das disciplinas e áreas do conhecimento, arrojam a dispersão da produção de fatos e limitam a identificação das redes sócio-técnicas (Latour, 2000). Esse problema, projetado pelos abismos das dicotomias e das separações da modernidade, torna-se observável quando, por exemplo, no cotidiano, um artefato técnico apresenta uma falha e demanda de especialidades e ferramentas variadas para solucioná-lo (Latour, 2016).

Desse modo, a TAR defende que as redes e as relações que os atores estabelecem entre si, e que formam o social, são volúveis e mutáveis (Nhacuongue, 2020). Sendo assim, as redes são dinâmicas e complexas (Latour, 2012), bem como as unidades de informação. Nessa perspectiva, a TAR pode contribuir com os estudos da Ciência da Informação e áreas correlatas que se interessam pela ação dos sujeitos nos objetos de informação – isto é, os documentos –, e a ação dos objetos de informação nos sujeitos (Silva, 2017b).

Então, considerando que as relações e associações entre os elementos humanos ou não-humanos podem se transformar e se traduzir em uma nova rede, qualquer coisa que altera ou modifica a situação é um ator ou actante (Latour, 2012). No domínio da Ciência da Informação, os profissionais que atuam em diversos tipos de unidades de informação podem ser considerados como atores, e os livros e outros tipos de documentos, objetos, ferramentas e tecnologias, podem ser considerados como actantes, apesar de os papéis se alterarem e se (re)ajustarem com frequência, a depender da dinâmica associativa da rede.

3.2.2 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação

A Ciência da Informação, enquanto uma área interdisciplinar, se fortalece com referências e estudos produzidos no âmbito de diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia. Alguns trabalhos da Ciência da Informação tem se apropriado de Latour e da TAR, como os regimes de informação de Frohmann e González de Gómez. Apesar das

diferenças de abordagem, os regimes de informação dos autores utilizam de conceitos e elementos da TAR para pensar os fluxos informacionais (Frohmann, 1995) e os modos de produção da informação (González de Gómez; Chicanel, 2008).

Latour (2004) amplia a noção de biblioteca ao associá-la a um laboratório. Para ele, a biblioteca é percebida como um “centro de cálculo”, onde um saber é somado ao outro (Latour, 2004; Murguia, 2009). Essa noção pode ser estendida a outras unidades de informação, bem como aos museus e arquivos. O conceito de “centro de cálculo” se diferencia da ideia da “grande divisão” das áreas de conhecimentos (Oddone *et al.*, 2000).

De acordo com Araújo (2009), o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do convênio CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, foi pioneiro na área, com a atuação de pesquisadores como González de Gómez, ao formar um grupo de estudo sobre a TAR e as concepções de Latour, Callon e Law, em 1995. Araújo (2009) pontua, ainda, que a pesquisadora González de Gómez, na época em que conduziu o grupo de estudo, era a autora de maior produtividade em trabalhos que citavam Latour, no campo da Ciência da Informação. Sampaio, Loureiro e Dantas (2022) destacam que González de Gomez estabelece uma relação entre os conceitos da TAR na Ciência da Informação, como rede e mediação.

Sampaio e Loureiro (2019, p. 56) indicam que Latour se aproxima da noção de informação, [...] quando afirma que a informação permite limitar-se à forma, sem o embaraço da matéria”. Nas palavras do próprio Latour (2004, p. 40), a informação é “[...] uma relação muito prática e muito material entre dois lugares, o primeiro dos quais negocia o que deve retirar do segundo, a fim de mantê-lo sob sua vista e agir à distância sobre ele”.

No contexto da teoria latouriana, o conhecimento “[...] partilha sua força com todos os artefatos que o materializam e que disciplinam o pensamento; além disso, o conhecimento também se distribui pelas redes que o fazem circular” (Oddone, 2007, p. 121). Para Latour, a inteligência e o conhecimento se distribuem e circulam por diversos lugares, pelas máquinas, pelos grupos sociais, pelas redes. Ou seja, não são restritos ao cérebro (Oddone, 2007).

A partir da TAR, as investigações da Ciência da Informação são convidadas a considerar questões antes restritas aos sociólogos e à sociologia, como as condições sociais e culturais dos usuários, e as controvérsias e conflitos que envolvem o ciclo informacional. A TAR permite, também, que a Ciência da Informação, como uma área híbrida, compreenda o seu processo de construção e sua epistemologia ao acompanhar atores humanos e não-humanos. Desse modo, é possível pensar em uma Ciência da Informação em ação (Araújo, 2009; Sampaio; Loureiro; Dantas, 2022).

Ademais, a TAR possibilita um olhar transversal sobre a informação, a memória e a

mediação, tendo em conta a complexidade do contexto teórico. Por exemplo, o conceito de memória social, à luz da TAR, se desdobra e se amplia em diversas controvérsias influenciadas pelos componentes da rede, pelos atores e actantes (Sampaio; Loureiro, 2019) e pela expressão e formação de performatividades de coletivos, por meio de nós, ligaduras, emaranhados e/ou conglomerados produzidos pela ação (Cezar; Maciel, 2021).

3.2.3 *Diário de bordo latouriano*

No livro *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*, publicado no Brasil em 2016, Latour adota o estilo de comunicação epistolar para discutir, com uma suposta aluna alemã, o desenvolvimento das ciências e das técnicas, ou, mais precisamente, as ciências e as técnicas em suas relações com outras áreas, como a história, a economia, a política, entre outras. Nessas cartas, o autor responde às dúvidas da aluna, provoca novos questionamentos sobre a ideia de que as ciências são autônomas, resume e divulga o seu curso sobre a *Science studies*, que, de acordo com ele, é um terreno vasto, sem fronteiras bem definidas e com poucos conceitos.

Em diálogo com a estudante, Latour indica que ela escreva um diário de bordo e comenta alguns recortes do seu próprio diário para incentivá-la a montar o seu. O sociólogo propõe a elaboração desse instrumento para registrar a interposição (ou *tradução*) de uma técnica ou de uma ciência (*hard* ou *soft*), que nem sempre está explícita.

Latour orienta, em seu curso, que seus alunos sigam alguns exercícios. Um deles é o de repensar a dimensão material da existência cotidiana e a dependência das técnicas. Isso implica refletir sobre como as atividades comuns acontecem em virtude de uma rede socio-técnica que, a princípio, é invisível. Por exemplo, a escrita de um relatório de pesquisa pode envolver uma série de dispositivos, incluindo computador, mesa de apoio para o computador, assento para o pesquisador, mouse, teclado, entre outros, além da internet e da energia elétrica.

No cotidiano, a rede sociotécnica só é percebida com mais clareza quando há uma *pane*, uma falha em um dos artefatos técnicos – isto é, um *desvio* no *curso de ação*. É interessante notar que um *desvio*, a depender de especialidades e ferramentas alheias, altera uma *composição* ao colocar em campo outros elementos sociais (humanos, como os especialistas, e não-humanos, como os elementos técnicos e as ferramentas). No exemplo mencionado, o *pane* pode ser a queda de energia ou a dificuldade de se conectar à internet. Com essa dificuldade, a rede sociotécnica se torna visível.

Latour também aconselha o exercício de colocar os enunciados que circulam o meio social em balões de fala, para “[...] tentar relacioná-lo[s] com suas condições de produção” (Latour, 2016, p. 75). De acordo com o autor, os enunciados parecem neutros quando estão flutuando. Colocar um balão de fala, ou demarcar os discursos com aspas, evidencia que:

[...] A maior parte dos enunciados que trocamos durante o dia não sai da boca de ninguém em particular: Quem os disse? Para quem? Em quais circunstâncias? Com quais tipos de provas? Contra quem? Com que propósito? A partir de qual ponto de vista? Segundo os princípios de qual profissão? Com que financiamento? E assim sucessivamente. (Latour, 2016, p. 75).

Ao responder a essas questões, o *dictum* (a ideia central dos enunciados) e *modus* (os modificadores, que alteram o peso dado ao discurso) podem ser observados com mais clareza. Esses exercícios são acionados por Latour para identificar as *controvérsias* ligadas ao i) caráter duplo da ciência; à ii) emancipação e distanciamento das técnicas; e à iii) oposição entre a retórica e a demonstração. Sendo as duas primeiras, objetos de estudo, e a terceira, um recurso entre os paralelos do “discurso” (retórica) e da “evidência” (demonstração) (Latour, 2016).

Ambos os exercícios podem contribuir para o desenvolvimento do diário de bordo latouriano e auxiliar na identificação do interesse, ou melhor, do *interessamento* – isto é, o incentivo ou a motivação, algo “[...] que se situa entre duas coisas” (Latour, 2016, p. 30) – da pesquisa. A noção de “inter-esse” pode se aproximar, de algum modo, do conceito de intencionalidade atribuída (ou inerente?) aos objetos. Para a TAR, a intencionalidade não é restrita aos atores humanos, mas, sim, distribuída entre as relações e associações estabelecidas por eles com os atores não-humanos. Dessa forma, a intencionalidade, assim como os atores e os actantes, é híbrida.

3.3 Noções de intencionalidade

3.3.1 Intencionalidade para a Documentação

O professor e pesquisador Jean Meyriat, dentro do campo da Documentação, dedicou seus estudos aos documentos, e identificou uma dupla origem para eles (Couzinet; Fraysse, 2018; Ortega, 2016). Ao distinguir a intencionalidade na produção do documento, Meyriat propõe duas categorias: a) “documento por intenção” e b) “documento por atribuição” (Meyriat, 2016). A categoria “documentos por intenção” trata-se dos documentos que foram criados com a intenção de informar, enquanto a categoria “documento por atribuição” refere-

se aos objetos que se transformam em documentos quando o seu valor informativo é reconhecido (Fernandes; Saldanha, 2012).

O documentalista Otlet, ao ampliar o conceito de documento, considera a possibilidade de os objetos “vir a ser” documento (Ortega, 2016). Os museus, principalmente os históricos, guardam inúmeros exemplos de objetos que foram criados com finalidades diversas e que passam a ser documentos quando expostos ao olhar nesses espaços. Para Meyriat (2016), é o usuário quem faz o documento – quando o cria por intenção, ou quando ativa sua informatividade. As reflexões sobre os documentos elaboradas pelo autor ao separar as categorias “documento por intenção” e “documento por atribuição” são relevantes para o entendimento das práticas documentárias da Documentação, da Ciência da Informação e de outras áreas correlatas (Jesus; Alves, 2019).

Em complemento ao conceito otletiana de documento, Meyriat (2016, p. 241) define o objeto como suporte de informação, “que serve para comunicar e que é durável”. Essa concepção de documento, além de trazer uma constituição ativa e dialética a partir da assimilação de quem “faz” o documento, reconhece a inesgotabilidade da capacidade informativa do documento, visto que o mesmo documento pode ser explorado de diversas formas (Meyriat, 2016; Reis; Santos Filho, 2021).

O texto tem um propósito definido pelo seu autor (Cavati Sobrinho; Moraes; Fujita, 2012). Sá (2022) destaca a figura do autor como um mediador da leitura, e cita Jorge Amado como um exemplo da categoria que tem a intenção de constituir leitores. No entanto, o leitor pode atribuir inúmeras intencionalidades ao texto, relacionadas ou não com a intenção do autor. Ou seja, a intenção de quem o usa é independente da intenção de criação do documento, ainda que sua apreciação dependa da criação do objeto (Reis; Santos Filho, 2021).

Desse modo, considerando o papel ativo do sujeito na produção de um documento em relação ao fazer documentário, em contextos institucionais, percebe-se que o sistema técnico-social da Documentação “[...] está em constante processo de resignificação e mudança.” (Jesus; Alves, 2019, p. 122). As questões materiais de degradação e perecibilidade dos documentos impulsionaram os conservadores a investigar a intencionalidade dos autores dos documentos (Quabeck, 2021), ao se considerar que o processo de construção da memória – seja ela individual ou coletiva – é dotado de intencionalidade do sujeito (autor ou usuário) e/ou da sociedade (Kornalewski, 2019). Isso possibilitou a descoberta de novas informações sobre a preservação, os materiais e as técnicas (Barok; Noordegraaf; De Vries, 2019; Bogdanovic; Di Reda, 2020).

Essa premissa se aplica, também, aos ambientes e às comunidades virtuais (Sköld,

2015). Coleman (2021) argumenta que o tratamento da arte digital requer do documentalista considerações de intencionalidades dos artistas e de conservação similares aos aspectos de documentação de obras em outros formatos. Para Svärd (2021), esse processo de documentação da intencionalidade permite a preservação da verdade e evita especulações e conflitos.

Ademais, os documentos podem ser utilizados como provas de uma ação, de acordo com as visões positivistas da Arquivologia – entendimento próximo ou convergente à “fase positivista” da Documentação –, e, também, da fase “positiva”, “positivista”, “metódica” ou “historicista” da História (Rabello, 2009). Essa abordagem se afasta da subjetividade e da intencionalidade ao tratar o documento com objetividade. No entanto, a revolução documental do século XX distancia os historiadores e arquivistas da ilusão positivista, ao ponderar a natureza social dos documentos (Rabello, 2009; Murguia, 2011).

3.3.2 *Intencionalidade para a História*

O fator da intencionalidade é significativo para a escrita da História, ou historiografia. Diversos historiadores dedicaram seus estudos aos aspectos intencionais que envolvem os documentos históricos, dentre eles, Júlio Aróstegui e Marc Bloch. O primeiro propôs as categorias “fontes testemunhais” e “fontes não-testemunhais” para identificar o caráter testemunhal ou a ausência dele na fonte histórica. O segundo propôs as taxonomias “fontes voluntárias” e “fontes não-voluntárias” para distinguir as conjunções da produção de determinada fonte (Barros, 2012).

Assim como o historiador José Barros, em seu livro *Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos*, adotam-se as nomenclaturas de Marc Bloch para fomentar reflexões sobre o conceito de intencionalidade para a historiografia (Barros, 2019). Bloch foi um dos principais idealizadores do movimento historiográfico do século XX que ficou conhecido como a Escola dos Annales (Matos, 2010b).

Para investigar a (in)voluntariedade das fontes históricas é necessário colocar em cena o “lugar de produção” – termo cunhado por Michel de Certeau – da fonte. Esse “lugar de produção” se refere às intercepções de produção e autoridade (quando é o caso) da fonte histórica (Barros, 2019; Certeau, 2012). A Escola dos Annales, na contramão da historiografia “tradicional” que colocava no centro de seus estudos as grandes ações e grandes personalidades políticas, foca na análise das estruturas, considerando os fatores culturais e psicológicos, conscientes e inconscientes (Matos, 2010b; Zanotto, 2008).

De acordo com Bloch (2001), os vestígios das fontes históricas revelam as intencionalidades do objeto, sejam elas voluntárias ou não. Cabe destacar que as “fontes voluntárias”, apesar de sua natureza, podem ter características involuntárias, assim como as “fontes não voluntárias” podem ter características voluntárias (Barros, 2019). Por exemplo, um livro, que é uma fonte voluntária, pode comunicar particularidades culturais e sociais não direcionadas pelo autor, e de forma inversa, uma embalagem, que é uma fonte involuntária, pode apresentar informações voluntárias sobre o modo de uso e aplicação de um produto (Paulo; Rabello, 2023).

A partir das concepções de Bloch sobre os fatores culturais e psicológicos, conscientes e inconscientes, Braudel (1988) fundamentou o conceito de “elemento seriável” para se referir ao homem, de modo não singular, privilegiado pela “[...] centralidade do papel das estruturas e das séries conjunturais em detrimento da livre atividade humana, mesmo, como já pontuado, sem retirar sua posição de sujeito histórico” (Matos, 2010a, p. 61).

O interesse da História pela investigação das estruturas marca a renovação da historiografia a partir da segunda metade do século passado, na França (Matos, 2010a). Essa renovação é denominada de Revolução Francesa da Historiografia, que surgiu da crítica à historiografia do século XIX. Os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch são os líderes desse movimento, e preconizavam a substituição das narrativas históricas dos acontecimentos pela história-problema (Bloch, 2001), e pela colaboração de outras disciplinas no desenvolvimento do fazer historiográfico (Zanotto, 2008).

As atividades do historiador, de acordo com o movimento historiográfico do século XX, devem ser concentradas nas ações humanas intencionais para estudar os fatos históricos e os atores passados. Nesse sentido, a intencionalidade é um critério alternativo e complementar de interesse dos historiadores (Barseghyan, 2022). A noção de intencionalidade, associada ao silogismo prático, confirma o caráter multidescritivo da historiografia (Arrais, 2021).

O trabalho e o conhecimento historiográfico é acompanhado pelo embate entre objetividade e subjetividade, que envolve, sobretudo, “[...] o debate relativo ao juízo de valor do historiador sobre o seu objeto de estudo, procurando responder a questionamentos relativos à sua validade, necessidade e inexorabilidade” (Yamashita, 2023, p. 70). A subjetividade do historiador, no presente, é o que conduz o conhecimento sobre o passado, pois é nas experiências cotidianas que ele atribui “[...] os elementos que [...] servem para reconstituir o passado” (Bloch, 2001, p. 88).

Yamashita (2023) aponta que Bloch formulou um método crítico para considerar, além da intencionalidade, o “falso” como uma manifestação histórica de análise para o

historiador. Essa formulação parte da ideia de que “[...] a mentira enquanto tal é, a seu modo, um testemunho” (Bloch, 2001, p. 98). Assim sendo, Bloch se afasta da objetividade e se aproxima da crítica documental, e compara a função do historiador à figura do juiz de instrução que, ao invés de julgar e sentenciar como um juiz padrão, recolhe as provas processuais. Isso não significa que o seu papel seja imparcial (Yamashita, 2023).

Em resumo, Bloch utiliza da analogia com o juiz de instrução para mostrar que o papel do historiador é compreender e não julgar. E para complementar essa ideia, também compara o ofício do historiador à figura do detetive que “[...] participa de um processo investigativo – recolhe evidências, coteja testemunhos, observa os fatos e tem como objetivo reconstituir um evento que já passou (Yamashita, 2023, p. 72).

Nesse processo de investigação de evidências intencionais e não intencionais, o historiador pode se deparar com o silêncio que representa a prova de uma ausência. Então, levanta-se a questão: como o historiador pode fazer uso do silêncio em uma investigação histórica? De acordo com Bori (2022), a metodologia de Bloch é perspicaz ao refletir sobre a função do silêncio ao interpretá-lo como uma pista ou como um indicador oportuno que pode conduzir a alguma particularidade distinta da história.

Para a historiografia, a intencionalidade não é neutra. Ao contrário, Bloch (2001) aponta que as fontes históricas carregam ideologias, simpatias, tendências, e/ou parcialismo, independentemente de serem voluntárias ou involuntárias. A análise do historiador também exprime intencionalidade e, como posto, algum tipo de subjetividade (Luiz; Lomba, 2021), o que se relaciona com a abordagem da Fenomenologia, que se dedica a estudar a realidade como fenômeno subjetivo (no caso dos historiadores) e objetivo (no caso das fontes históricas).

3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia

O filósofo Edmund Husserl entende a Fenomenologia como a ciência que estuda a essência da realidade (Lucca; Vitorino, 2020), associada à teoria do conhecimento (Silva, 2016a). Para entender a essência da realidade, os estudos fenomenológicos se voltam para o conceito de intencionalidade. Husserl entende a intencionalidade como a consciência direcionada a algo (Fioravante, 2018) e, por esse motivo, a intencionalidade é a doutrina nuclear da fenomenologia (Miranda, 2019) no processo da redução eidética – *eidōs* = essência (Marciano, 2006).

De acordo com o princípio da intencionalidade de Husserl, a consciência produz

sentido ao que é observado e transita entre a imanência e transcendência (Duarte; Caldin, 2019; Garcez, 2013; Sanchez *et al.*, 2021). Nesse sentido, a consciência é a intencionalidade que objetiva alguma coisa a partir da percepção, da imaginação, da vontade, dos desejos, etc. (Figueiredo, 2012; Gracioso; Pinto, 2015). Para a Fenomenologia, a consciência “[...] está sempre voltada a um objeto, portanto não há objeto sem sujeito” (Fioravante, 2018, p. 47). A própria palavra fenomenologia suscita uma ligação entre consciência e objeto (Silva, 2017a).

Além do conceito de intencionalidade, a Fenomenologia trabalha com o conceito de aparência. Para Husserl, a aparência trata-se do modo como as coisas aparecem, e o modo como elas existem ou são representadas (Tagliagambe, 2023). A aparência revela a essência das coisas. Intrínseca aos conceitos de intencionalidade e aparência, a ideia de experiência entra na equação para se referir à atenção dada aos objetos, que são apercebidos ou que aparecem intencionados (Pizarro, 2017).

A concepção fenomenológica depreende que a intencionalidade denota um direcionamento que confere sentido aos objetos (Vechiato; Trindade, 2020). Husserl aponta que para perceber a intencionalidade dos objetos é necessária a compreensão analítica do mundo externo (Bittencourt, 2020; Marciano, 2006). A partir da percepção do sujeito o objeto pode ser percebido como um documento (Cavati Sobrinho; Moraes; Fujita, 2012) e informação pode ser transformada em conhecimento (Caldin, 2012; Figueiredo, 2012).

Para Husserl, cada ato da consciência exprime algum tipo de intencionalidade (Giannotta; 2022; Miranda, 2019). Ultrapassando a intencionalidade individual, é possível falar de intencionalidade coletiva ou conjunta, quando um grupo de indivíduos compartilham da mesma crença, da mesma emoção ou da mesma percepção relacionada a uma ação, a um fato, ou a um objeto. Por exemplo, a campanha de um partido político pode mobilizar um grupo de indivíduos com interesses em comum (Coelho; Almeida, 2017).

A intencionalidade coletiva é resultado de cooperação, diálogo e participação entre dois ou mais indivíduos. Nesse sentido, é possível dividir cargos, funções e tarefas para alcançar uma meta. Para isso, é necessário que a meta “[...] possua um status coletivamente reconhecido e apenas em virtude desse status é que se é capaz de executar a função em questão” (Coelho; Almeida, 2017, p. 70). No entanto, a intencionalidade coletiva não apaga ou anula a subjetividade individual do processo de observação (Prado, 2013).

Na busca pela compreensão da estrutura dos fenômenos, Husserl (1990) explica o direcionamento da consciência para o objeto e disserta que a intencionalidade também é um exercício de atribuição de significados e de construção de valores interpretativos da realidade. Ou seja, a intencionalidade é dotada de sentido (Freitas, 2012), significação e interpretação

(Gracioso; Pinto, 2015), porém, o sentido e o significado não estão na coisa em si (Reifschneider, 2011).

A intencionalidade em Husserl compreende a relação entre experiência e significado (Villamil-Lozano; Gómez; Lozano, 2023). Nesse sentido, a fenomenologia husserliana influencia a posição de Paulo Freire a respeito de aspectos da consciência e da percepção, do entendimento e da compreensão, da subjetividade e da objetividade e, claro, da vivência e da intenção, em permanente dialeticidade na relação entre o mundo e a consciência (Silva; Santos; Gehlen, 2023).

Assim como a Ciência da Informação, a Fenomenologia é caracterizada pela sua interdisciplinaridade. Ela surge como campo de estudo da Filosofia e, posteriormente, influencia outras áreas do conhecimento, como a Psicologia (Duarte; Caldin, 2019). Além disso, a Fenomenologia e a Ciência da Informação compartilham interesses em comum, como a transformação da informação em conhecimento, a disseminação e uso da informação, e a relação dos sujeitos com os livros e os documentos. Enquanto a noção de intencionalidade para a Fenomenologia apresenta uma forma de ler o mundo com base na dicotomia cartesiana e divisão entre o mundo e a consciência, as Filosofias africanas enunciam as fronteiras entre os dois elementos.

3.3.4 Intencionalidade para as Filosofias africanas

A coleção Encruzilhada, da editora Cobogó, tem como objetivo construir um panorama de títulos e autores sobre temáticas e perspectivas decoloniais, fora do eixo cultural e acadêmico do Ocidente. O livro *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*, da professora e poeta brasileira Leda Maria Martins, publicado em 2021, faz parte dessa coleção e traz percepções sobre o tempo e a performance, a vida e a ancestralidade, no bojo das filosofias e visões de mundo africanas.

A professora Leda Martins apresenta, nesse livro, a ideia de tempo espiralar. Essa noção de tempo se difere da cronologia e das divisões entre passado, presente e futuro, que marcam a temporalidade europeia e ocidental. O tempo cumulativo, em direção a um norte, onde é possível traçar uma linha para “frente” (futuro) e outra para “trás” (passado) não tem semelhança com a visão do tempo espiralar. Para além do relógio e os ponteiros, a cosmovisão africana do tempo permite pensar em movimentos, coreografias e danças do tempo que é reversível e mutável. Nesse sentido, a temporalidade tem performances (Martins, 2021; Vieira, 2022).

Se a reversibilidade é uma característica do tempo espiralar, é possível pensar em voltas, voltejos, redemoinhos e giros do tempo. E se o tempo espiralar não é cumulativo, sua performance pode ser produzida a partir de descontinuidades. É nesse sentido que múltiplas realidades se fazem presentes, simultaneamente (Lopes; Simas, 2023). Nessa complexa concepção sobre as performances, Martins (2021) faz presente a figura de Exu – orixá comunicador e mensageiro, símbolo e fundamento, que faz justiça e lança dúvidas, de tradição e origem Iorubás (Rufino, 2019).

Exu é o orixá que “[...] interfere nas louvações, tecendo tempos e espaços transcendentais, envolvendo todo patrimônio espiritual disponível na capacidade mobilizante das rezas, gestos, cantos, danças, mitos que infestam o universo de cada obrigação ritual” (Machado, 2010, p. 10). O orixá é um intermediador entre os homens e outras divindades, entre os corpos e a ancestralidade. A partir da tradição, por exemplo, Exu concede vida para as memórias ancestrais, sendo a performance uma forma de corporificar a ancestralidade (Martins, 2021; Neves, 2023).

Nessa conjuntura, como pensar o conceito de intencionalidade? Nas tradições africanas, as ações, as situações, os corpos e os objetos são dotados de significados. A significação pode ter relação com a espiritualidade e, também, com a ancestralidade. Por este ângulo, a intencionalidade é simbólica, espiritual e ancestral. Em consonância com essa tríade, a intencionalidade é uma força expansiva que move a energia e o sagrado, a vida e a matéria (Martins, 2021).

É possível pensar, também, na intencionalidade da performance e da palavra oral no resgate da ancestralidade. As provocações de Martins (2021) sobre a dicotomia ocidental entre oralidade e escrita suscita a ideia de “oralidade”, conceito que a autora desenvolve em outros trabalhos para tratar das memórias e das culturas orais que são produzidas pelo corpo e pela voz. Na “oralidade”, os movimentos do corpo e as modulações da voz produzem, de forma intencional, a grafia dos saberes (Martins, 2021; Boito, 2022).

A produção de saber na obra de Martins (2021) encontra lugar nas encruzilhadas. Para além do significado ordinário de encruzilhada como um cruzamento entre caminhos, no fundamento do axé o termo simboliza “[...] o lugar onde se engole de um jeito para cuspir de maneira transformada” (Rufino, 2019, p. 270). Ademais, as encruzilhadas ampliam a noção de terreiro e de mundo, de movimentos e cruzos, de tempo e conhecimento (Martins, 2021; Rufino, 2019).

Desse modo, nas encruzilhadas, é possível explorar caminhos sem aprisionamentos. A pluralidade e a decolonialidade são resilientes nos cruzos dessas possibilidades de produção

de saber e conhecimento mobilizados pela intencionalidade da performance e da dança do corpo, que resgata ritos e manifestações ancestrais (Martins, 2021) que podem contribuir com a luta antirracista e com o enfrentamento ao epistemicídio negro (Ferreira dos Santos, 2022). Na lógica do tempo espiralar, com fronteiras e sem divisões entre passado e futuro, o livro pode ser um objeto múltiplo de suportes e intencionalidades, com texto e imagem, oralidade e escrita, ou melhor: oralitura (Boito, 2022).

3.4 Intencionalidades do livro

3.4.1 A história do livro e suas intencionalidades

Os objetos são criados e produzidos para funções específicas e complementam as capacidades humanas. Essas funções podem variar de acordo com a intenção das pessoas que se relacionam com tais objetos. A história do Prêmio Nobel esconde um exemplo prático disso: sua criação remete ao testamento do químico e engenheiro sueco Alfred Nobel, escrito em 1895. O químico é referenciado como o inventor da dinamite e da borracha sintética. Dentre essas duas invenções, a primeira – criada especificamente para detonar rochas –, além de fortuna, trouxe para Alfred grande frustração com a utilização para fins bélicos. Em seu testamento, ele pediu que sua herança fosse destinada a premiar os avanços da ciência e, principalmente, promover a paz, sendo criada, então, a Fundação Nobel (Izzo, 2008).

De modo similar ao caso da dinamite, a história do livro revela que foram atribuídas a ele diversas intencionalidades, como: “remédios para a alma”, segundo a inscrição colocada na frontaria da biblioteca do Faraó Rammsés II, no Antigo Egito e, também, na Grécia Antiga, onde o concebiam como forma de tratamento médico e espiritual – medicina da alma – (Seitz, 2006); objeto sagrado e precioso, guardado e preservado pelos monges e religiosos, na Idade Média, período em que o livro era produzido de forma artesanal (Baptista; Brandt, 2006); sapiência, símbolo de poder e colecionismo, na Idade Moderna, sob influência do Iluminismo (Burke, 2010); e mais recente, na Idade Contemporânea, objeto de cultura, socialização, transformação social e outras intencionalidades que emergem a partir de associações entre sujeitos e livros (Paulo, 2021).

A invenção da prensa, no século XV, representa um grande marco na história do livro e das bibliotecas. Nesse sentido, é possível pensar no livro e nas bibliotecas antes e depois da prensa (Serrai, 1975). Antes da prensa, tanto os livros, quanto as bibliotecas, se dedicaram à descoberta e ao registro da escrita em materiais leves, com alguma estabilidade, como os

tijolos de barro, rolos de papiro e os códices de pergaminho (Serrai, 1975; Targino, 1984). No entanto, há de se observar que a escrita, ou o texto escrito, foi fundamental para – por exemplo, com os manuscritos em códices medievais e com os textos impressos nos livros modernos – formar grande parte da massa documental que – a partir da demanda de depósito e organização – constituem coleções e bibliotecas hoje com grande valor histórico e de memória.

O Egito e a China tiveram bibliotecas muitos séculos antes da Era Cristã (termo utilizado por Serrai, ou Era Comum, ou EC), no entanto, a civilização assírio-babilônica deixou provas mais tangíveis de grandes coleções de documentos, como a Biblioteca de Nínive, do século VI (Antes da Era Comum, ou AEC). A Biblioteca de Alexandria e a Biblioteca de Pérgamo, do século II AEC, são dois exemplos de bibliotecas do mundo antigo que, de acordo com relatos históricos, competiam entre si pelo título de maior centro de conhecimento da época (Serrai, 1975).

Na Idade Média, com o advento das bibliotecas cristãs, cresce o interesse pelos livros religiosos e o objeto ganha *status* de sacralidade (Baptista; Brandt, 2006). Nesse período, os livros eram produzidos por monges copistas em manuscritos em formato de códice e, por conta da sua raridade, ficavam presos às estantes da biblioteca para consulta local (Ortega; Tolentino, 2020). Nesse período, a comercialização de livros era restrita (Hulvey, 2022), e a Igreja Católica, que dominava grande parte da produção de livros, elaborava listas de manuscritos e autores que não deveriam ser lidos. Mais tarde, essas listas foram denominadas de “anti-catálogo” (Dutra, 2021).

Na Idade Moderna, a invenção da prensa por Johannes Gutenberg revoluciona a produção de livros e reformula as bibliotecas. Com o grande volume de exemplares, as bibliotecas precisam de esquemas de classificação especializados. Além disso, o crescimento acelerado das bibliotecas exige dinamicidade do acervo, com foco na atualização, utilidade e eficácia, sob influência do Iluminismo (Serrai, 1975).

Na Idade Contemporânea, por fim, há o entendimento de que os livros e as bibliotecas têm como função assistir ao progresso e melhoramento da humanidade (Serrai, 1975). Nesse momento surgem as bibliotecas e os livros digitais, e o grande volume, variedade e velocidade da informação constituem novos desafios para os profissionais bibliotecários (Lopes; Silva, 2021). Ainda que seja possível dividir a história do livro de outro modo, considera-se essa divisão por períodos definidos por historiadores modernos. No entanto, assume-se que há uma limitação ao tratar do assunto levando em conta apenas a ordem cronológica e o recorte europeu.

A disciplina denominada de “História do Livro e das Bibliotecas”, presente na matriz curricular dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, cumpre uma função indispensável na formação dos bibliotecários (Ferreira, 2016). A história do livro no país acompanha a formação de uma mentalidade conservadora e preconceituosa, carregada de resquícios de pensamentos impostos pela coroa portuguesa (Dutra, 2021). O período Colonial e o Ditatorial, em harmonia, “[...] são caracterizados por grande repressão política, ideológica e cultural” (Dutra, 2021, p. 68), e têm a censura como método de controle e manutenção dos regimes. No Brasil Colônia, a Família Real portuguesa instaurou a política do *Index Librorum Prohibitorum* (índice de livros proibidos) e o Desembargo do Paço para controlar a circulação de informação em território nacional (Dutra, 2021).

Para Furtado (2016), há uma relação entre o ato de ler e a “descorporificação da experiência humana”. E para além da leitura, a existência do livro por si só é responsável pela mediação cultural (Sousa, 2018). Ao menos essa é a ideia presente na criação do Instituto Nacional do Livro (INL) (Brasil, 1937). Embora o INL tenha trazido reconhecimento para o livro e para as bibliotecas, em âmbito nacional, estas já eram instituições social e historicamente reconhecidas, com diversas tipologias, estabelecidas por meio da preservação documental e do acesso à informação, de proporção milenar (Silva, 2013).

A história das bibliotecas se aproxima da história do conhecimento (Burke, 2003), da história da produção de livros e da própria história da humanidade (Silva, 2013). A História do livro como disciplina ainda é recente. No entanto, os bibliófilos e colecionadores se interessam pela temática desde a transição da Idade Média para a Idade Moderna. Nesse sentido, Silveira e Oliveira (2019) destacam o papel ativo dos bibliófilos e colecionadores no desenvolvimento da disciplina.

3.4.2 O colecionismo bibliográfico

A coleção, nas palavras de Pedrão e Murguia (2013, p. 397-398), é “[...] um conjunto de registros, seja de lugares passados, momentos ou pessoas que constituem a história do colecionador, levando em conta que esses objetos são carregados de história”. E o colecionador, como o radical do termo antecipa, é aquele que coleciona, que toma posse dos objetos e os organiza (Rampim, 2021). O termo colecionismo, em português, expressa a ideia de coletivo e, o ato de colecionar – que é uma atividade natural de classificação, atribuição de significado e organização do ser humano (Lima; Carvalho; Almeida, 2020) – carrega as características (em partes invisíveis) da ação e significação subjetiva de quem coleciona

(Espírito Santo, 2011)

As coleções são geradas a partir de intenções individuais ou coletivas, em determinado tempo e espaço. Dentre os diversos tipos de colecionismo, o bibliográfico possui aspectos peculiares que podem ser explorado pelos estudos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, para considerar, por exemplo, a bibliofilia e a bibliomania, a institucionalização da coleção, sua organização e representação (Sundström; Albuquerque, 2020), e, claro, os livros e os documentos que compõem a coleção. No entanto, de acordo com Murguia (2009) e Sundström e Albuquerque (2020), os estudos de coleção ainda são pouco explorados, tanto na Ciência da Informação, quanto na Biblioteconomia.

A apropriação do colecionismo é interessante para essas áreas porque suscita reflexões e debates sobre as coleções, os colecionadores, a gestão e avaliação das coleções, os processos de criação e manutenção de uma coleção (Espírito Santo, 2011). Além disso, a história do colecionismo se relaciona com o surgimento da Biblioteconomia e tem influência na formulação da Ciência da Informação (Sundström; Albuquerque, 2020). Espírito Santo (2011) reforça que a atividade de formação de coleções deve ser analisada considerando as práticas de agenciamento dos objetos, as intenções e desejos por trás dessas práticas que podem expandir o rizoma.

Nesse contexto, apoiado na teoria deleuziana, Espírito Santo (2011) aplica a metáfora do rizoma – termo da Biologia – para auxiliar a compreensão das relações subjetivas, dos agenciamentos e das estratégias que envolvem o colecionismo. O rizoma, no sentido biológico e, também, no figurado, refere-se aos pontos de expansão e recriação daquilo que não tem raiz (Deleuze; Guattari, 1995). Ou seja, o agenciamento e a intenção do agenciador da coleção produzem rizomas informacionais combinados com a seleção e classificação dos objetos colecionados (Espírito Santo, 2011).

O colecionismo é um instrumento essencial para o avanço, para a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade, por isso acompanha a sua história (Lima; Carvalho; Almeida, 2020). No período pré-histórico o caçador-coletor colecionava objetos utilitários e indicativos de sobrevivência. No período medieval, por sua vez, o colecionismo tinha viés teocêntrico, e era caracterizado pelo simbolismo em torno da mediação do homem com o sagrado. Na modernidade, os movimentos Renascentista e Iluminista marcam rupturas com a visão medieval ao colocar o homem colecionador no centro das discussões e da busca pelo conhecimento (Sundström; Albuquerque, 2020), pelo diferente e desconhecido (Pedrão, Murguia, 2013).

Na contemporaneidade, o colecionismo acompanha o fetiche do consumo, do

comércio e da produção de coleções diversificadas – livros, brinquedos, vinis, fotografias, figuras, selos, e outros incontáveis elementos, em formato físico ou digital, podem ser colecionados (Pedrão, Murguia, 2013). Não ao acaso, o termo colecionismo é formado pelo sufixo *ismo* que indica intoxicação por coleta (Sundström; Albuquerque, 2020). Embora o colecionismo bibliográfico seja associado à bibliofilia, que indica amor, fascínio e dedicação ao livro e à sua história (Oliveira; Cavalcante, 2019).

No Brasil, após quatro séculos de escravidão, o papel de sujeito histórico ainda é negado à população negra (Mendes, 2014). A cultura material e o colecionismo, nesse contexto, são fundamentais para pensar a preservação das condutas e das práxis africanas, “[...] sejam elas de sobrevivência, resistência, domésticas, religiosas, culturais” (Lima; Carvalho; Almeida, 2020, p. 235), valendo-se do entendimento que os objetos possuem valores simbólicos e utilitários para a formação da identidade cultural afro-brasileira, principalmente quando estão organizados em uma coleção (Rosa, 2010).

A ótica do rizoma, mencionada anteriormente, coloca em cena as características do colecionismo que podem parecer invisíveis em um primeiro momento, e reconhece que colecionar é um ato político. Desse modo, os livros – e outros objetos e documentos colecionados – possuem politicidade, materialidade e institucionalidade (Rabello, 2018; 2019). O mesmo vale para as coleções, sejam elas gerais ou específicas, particulares ou institucionais, na condição de fontes de informação e de memória, que permitem a contextualização histórica, social e política, em especial as que incorporam temáticas de povos marginalizados (Lima; Carvalho; Almeida, 2020).

3.4.3 *O livro como agente político*

A máxima de que o livro é um objeto político está presente em diversos momentos da história do objeto e ganha destaque na visão humanista do documentalista Paul Otlet, que vislumbrava a organização e o acesso aos livros e aos documentos como um caminho para o fim das guerras e para a consolidação da paz mundial (Santos, 2007). Para a documentalista Suzanne Briet, os documentos – e isso inclui os livros – são fundamentais para a cultura, do mesmo modo que as máquinas são fundamentais para a indústria. Ela apresenta o conceito de documento como “[...] todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual.” (Briet, 1970, p. 60).

O livro, como documento, na definição apresentada por Briet, tem caráter testemunhal

(Sundström; Albuquerque, 2020). Quando colecionados em centros de documentação, bibliotecas, ou outros espaços similares, o livro e o documento podem ampliar a leitura e, por consequência, o acesso ao conhecimento (Fayet-Scribe, 2018). O acesso à informação, na dimensão educacional, é uma “[...] peça de sustentação para a formação de uma nova estrutura de mudanças de processos sociais” (Corrêa, 2007, p. 1). Essa perspectiva dialoga com a visão de Briet sobre a capacidade dos documentos em promover a cidadania (Fayet-Scribe, 2018).

O pesquisador Bernd Frohmann estuda o conceito de materialidade do documento apoiado nos fluxos de informação presentes em diferentes âmbitos sociais, considerando as formas, as estruturas e os enunciados (Frohmann, 1995; 2008). Para ele, os enunciados possuem massa, inércia e resistência. Em função disso, os enunciados podem ganhar ou perder “força” e gerar “efeitos” no meio social (Frohmann, 2000). Ao fazer parte de coleções institucionais, os livros e os documentos ganham uma “materialidade pronunciada” (Frohmann, 2008). Nesse caso, os documentos passam a representar valores e significações atribuídas pelas instituições que os compõem, e o mesmo vale para os livros. Em Frohmann (1995), a materialidade do documento se relaciona de forma direta com a politicidade da informação, atentando-se ao contexto e às associações em âmbito social.

O historiador polonês, Krzysztof Pomian, classifica o livro como um objeto semióforo e o diferencia dos outros objetos com funções utilitárias, que, segundo o autor, são coisas. O termo semióforo designa qualquer tipo de objeto sem utilidade imediata e que carrega um valor simbólico (Pomian, 1982). Os estudos de coleção brasileiros se apropriaram do conceito de semióforo para tratar do colecionismo bibliográfico e entender a força simbólica dos objetos e das coleções para os seus colecionadores. Essa força simbólica pode influenciar a gestão de acervos e bibliotecas institucionalizadas (Greenhalgh, 2021).

O livro pode deixar de ser semióforo e passar a ser coisa quando utilizado como calço para equilibrar um móvel ou como provimento para uma fogueira. No entanto, até mesmo quando queimado com a finalidade de destruição ou de censura de seu conteúdo, o livro é um semióforo, porque quem o queima reconhece o seu valor simbólico (Pomian, 1998). Na condição de símbolo, o significado do objeto transcende a sua utilidade primária e passa a ter valor representacional (Greenhalgh, 2021). As coleções institucionais, como as bibliotecas e os museus, possuem como característica, na visão de Pomian, a capacidade de serem denominadas de “coleções de coleções”, porque reúnem diferentes tipos de coleções no mesmo espaço (Lima; Carvalho; Almeida, 2020). No entanto, nem toda coleção de livros é uma biblioteca, e nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros (Silva, J.; Silva, R.,

2010).

Na sociedade da informação, as tecnologias de informação e comunicação são personalizadas e diversificadas, e o conhecimento pode ser acessado por diferentes ferramentas e bases de dados. Diante das possibilidades quase ilimitadas de socialização da informação, a sociedade se divide entre o mundo dos lentos e dos rápidos (Corrêa, 2007). Considerando que a tecnologia impõe um novo modo de existência e sobrevivência, como pensar a democratização das ferramentas tecnológicas? Corrêa (2007) aponta para a necessidade de elaboração de políticas educacionais, com foco na democratização desses recursos de informação e no combate ao analfabetismo digital, para que a exclusão social não seja intensificada.

Nesse sentido, pensar políticas para o livro, no contexto da América Latina, é pensar na transformação e emancipação dos sujeitos e na construção de uma sociedade “[...] não mercantilizada, que não se fundamenta no dinheiro, no lucro, na reificação e na alienação” (Simões; Moreira, 2010, p. 2). No Brasil, o Instituto Nacional do Livro (INL) foi o instrumento pensado para fomentar a política do livro e das bibliotecas, criado pelo Decreto-Lei nº 93, em 1937, durante o Governo Vargas (Barroso, 1973). Atualmente, esse é o papel do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), vinculados ao Ministério da Educação (MEC) (Assis; Goulart, 2021; Campello; Silva, 2018).

É necessário falar que o INL, no período do Estado Novo, foi um equipamento para propaganda política e censura à liberdade de expressão de autores brasileiros, como Jorge Amado. As obras do escritor baiano foram reprimidas em nome da moral e dos bons costumes, discurso que instaura a cultura de censura no Brasil (Oliveira; Silva; Castro, 2018). A Constituição Federal de 1988, contrária ao modo de atuação do INL, estabelece o direito à leitura, à liberdade de pensamento, à educação e à informação (Gonçalves; Gracioso; Silva, 2018).

As bibliotecas públicas, mantidas pelo Estado, têm como função apoiar o acesso à informação e à leitura, mas são esquecidas na agenda governamental (Rosa; Fujino, 2021). Assim, as bibliotecas comunitárias, sem vínculo com a administração pública, são criadas pela comunidade e ganham protagonismo como espaços de memória, leitura, educação e organização social (Prado, 2010). Nesse cenário de abandono das bibliotecas públicas e, também, de marginalização de determinados grupos sociais, Flusser (1980) provoca reflexões sobre uma biblioteca verdadeiramente pública, que se assemelha, em alguma medida, às bibliotecas comunitárias (Rosa; Fujino, 2021)

Voltando à linha de pensamento do conceito de semióforo – mas sem desconsiderar as políticas do livro –, Murguia (2009) propõe que a análise das coleções bibliográficas considere o livro para além da informação, e considere a memória e identidade por trás das coleções e das redes e relações de quem coleciona (sujeitos ou instituições). À vista disso, pronuncia-se que o livro – principal suporte de valorização da palavra e do conhecimento (Prado, 2010) – é uma representação simbólica do que se pode, do que se quer, do que não se quer e do que não se pode representar ou defender. Em outras palavras, a este objeto são atribuídas intencionalidades que podem corroborar, desviar ou controversiar a função ou a intencionalidade inicial. Desse modo, é possível pensar no livro e nas bibliotecas como instrumentos de combate ao racismo e ao epistemicídio negro (Lima; Carvalho; Almeida, 2020).

3.5 Raça e racismo

3.5.1 Epistemicídio negro

O epistemicídio é um termo que une o radical *episteme* (conhecimento) com o sufixo *cídio* (morte) para tratar da práxis de destruição de conhecimento, técnicas e saberes de determinado grupo social. Essa prática é um dos recursos do colonialismo e do imperialismo para dominação histórica, cultural e educacional, e constitui-se de fascismo epistemológico e violências aos saberes (Santos, 2009). Alves e Côrtes (2022, p. 2) definem o epistemicídio como:

[...] um fenômeno epistemológico que visa silenciar e apagar os saberes de povos considerados subalternizados historicamente. No Brasil, esse fenômeno envolve, sobretudo, a população negra, visto que o epistemicídio é endossado pelo racismo estrutural que interfere diretamente na conjuntura socioeconômica brasileira.

No cenário brasileiro, o epistemicídio é, sobretudo, negro e indígena. O colonialismo e a escravização, em conjunto, produziram – e ainda produzem – violências contra os dois grupos. O livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, do escritor e poeta brasileiro Abdias do Nascimento, publicado em 1978, discorre sobre a formação da sociedade brasileira sob as estruturas do racismo (Nascimento, 1978). De modo sistêmico, essa formação opressora e violenta é a égide do racismo estrutural que subjuga a população negra às periferias geográficas e existenciais (Alves; Côrtes, 2022).

O racismo, como um processo histórico, exclui e marginaliza a população afro-brasileira, em circunstâncias educacionais, profissionais e de cidadania. O cenário científico e

brasileiro é fecundo para o epistemicídio negro. O epistemicídio, ou morte de pensamento, é uma tática de aniquilamento da diversidade de saberes raciais que confrontam a hegemonia da raça branca (Pessanha, 2019). Ou seja, trata-se da manifestação do racismo, principalmente, no meio acadêmico (Alves, 2021), mas que está presente na desvalorização identitária, intelectual e espiritual de povos não-europeus (Nogueira; Duarte; Ribeiro, 2019).

O epistemicídio atua na desqualificação material do conhecimento de povos subjugados, na negação ao ensino de qualidade e na produção de discriminação intelectual (Carneiro, 2005). No campo da Ciência da Informação, as pesquisas sobre o racismo epistêmico, sinônimo do epistemicídio, podem contribuir com a pluralidade epistemológica na área que é dominada por referências do crivo europeu (Alves; Côrtes, 2022). O epistemicídio negro pode ser abordado na Ciência da Informação a partir das concepções da informação étnico-racial (Fevrier *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2022) e do conceito de dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005; Silva; Almeida, 2022) para questionar a supremacia branca (Silva; Garcez; Pizarro, 2022).

A informação é um recurso fundamental para o desenvolvimento social e, enquanto conceito, um termo utilizado e estudado por diversas áreas do conhecimento, formando-se com um caráter de estudo polissêmico, em forma e conteúdo (Silva *et al.*, 2022). Uma das abordagens mais tradicionais da Ciência da Informação, considera o fenômeno da informação como: a) processo – ato de informar; b) conhecimento – a compreensão do ato de informar; e c) coisa – informação expressa nos documentos (Buckland, 1991).

A informação étnico-racial é um conceito que marca as produções informacionais e inscrições em suportes documentais (físicos ou virtuais), no âmbito das questões étnicas e raciais (Oliveira, 2010). Embora o conceito englobe as diversidades étnicas e raciais, o recorte ao grupo negro e afro-brasileiro é essencial para tratar do epistemicídio negro e da promoção de igualdade racial dessa população que é marginalizada, quando se trata, principalmente, de informação e conhecimento (Fevrier *et al.*, 2022).

Dentro do debate étnico-racial, as Leis de número 12.711/2012 e 12.288/2010 estabelecem, respectivamente, a Lei de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, que são instrumentos de reparação das injustiças e violências históricas contra a população negra. Além delas, é possível citar a Lei 7.716/1989, que define os preconceitos de raça ou de cor como crimes, e a Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que concebem como obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira e indígena (Fevrier *et al.*, 2022).

O racismo se fundamenta na construção social de hierarquias raciais, onde a “raça branca” ocupa o topo e as demais raças e etnias ocupam a base (Silva; Garcez; Pizarro, 2022).

O mito da democracia racial, alinhado às estruturas dessas hierarquias, produz violências como o discurso da meritocracia e a culpabilização de pessoas negras como responsáveis pelas próprias mazelas, e oculta as desigualdades materiais e simbólicas da realidade racial brasileira (Fevrier *et al.*, 2022). A ideia de dispositivo de racialidade de Carneiro (2005) conjectura esses problemas a partir do conceito de dispositivo foucaultiano para demarcação dos enunciados, das instituições, das organizações, das políticas, etc. (Silva; Almeida, 2022).

Mas o que seria o dispositivo e o dispositivo de racialidade? O dispositivo é a rede estabelecida entre os elementos, e, nesse sentido, o dispositivo de racialidade é a constituição da estrutura do racismo articulado aos elementos sociais e raciais para dominação da população negra (Carneiro, 2005). O campo ontológico e epistemológico são produtos do dispositivo de racialidade (Silva; Almeida, 2022). Assim, o conceito de racismo epistêmico ou epistemicídio negro e, também, de operação da necropolítica podem ser associadas ao poder de articulação social do dispositivo de racialidade.

3.5.2 *Necropolítica*

O livro *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte* – traduzido do original “*Necropolitics: biopower, sovereignty, state of emergency, politics of death*” –, do filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe, publicado em 2011 e traduzido para o português em 2018, discute a relação de poder e violência com a política, no contexto contemporâneo pós-colonial. O termo que intitula o livro é uma proposição de Mbembe para tratar dos mecanismos políticos de controle, regulação e dominação da vida e da morte. Na visão do autor, existe um poder afeiçoado pelo colonialismo que exerce soberania sobre o corpo que vive e o corpo que morre.

No campo da desigualdade social e das violências raciais do capitalismo, Mbembe (2016) discute a soberania com base na crítica do filósofo e historiador francês, Michel Foucault, sobre o biopoder. A soberania é a “[...] capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2016, p. 135), e conduz as estruturas que possibilitam a manutenção da marginalização e da exploração de determinados grupos sociais. Ou seja, através da soberania, algumas vidas são reduzidas ao aspecto da descartabilidade (Mbembe, 2018).

A necropolítica é operada através do necropoder (Mbembe, 2018). A primeira se refere ao poder da morte, que é munido de armas e artifícios que subjagam o direito à vida e à

segurança, enquanto o segundo, relacionado à primeira, estende-se à criação de “mundos de morte” na operação da “ocupação colonial”, onde corpos marginalizados ocupam a posição de “mortos-vivos”. Nesse cenário, a “ocupação colonial” é a ferramenta mais bem sucedida do necropoder e da necropolítica (Almeida, 2021; Mbembe, 2016).

A realidade brasileira, fundamentada no racismo e na exploração do corpo negro, é abundante em necropolítica (Silva, F.; Laurindo; Silva, R., 2022). O encarceramento em massa da juventude negra é um exemplo da atuação da política de extermínio desses corpos no Brasil (Alexander, 2018). Além do encarceramento em massa, o subemprego e o trabalho braçal, e o sucateamento de escolas públicas em regiões periféricas, também são instrumentos de poder e controle racial que são lançados contra a população negra brasileira (Silva, F.; Laurindo; Silva, R., 2022).

Os direitos da afro-brasileira são violados e usurpados quando “[...] perdem seu direito à vida e têm suas existências cruzadas pela necropolítica” (Fevrier *et al.*, 2022, p. 5). A partir das formulações de Mbembe, Moraes (2020) propõe o conceito de necrofilia para o contexto brasileiro. O noticiário é um cardápio de necrofilia praticada pelo Estado com o apoio da intervenção policial que, a cada 4 horas, mata uma pessoa negra – de acordo com o boletim que monitora a violência policial em apenas 8 estados do país (Boeckel; Nascimento, 2023) – sob a justificativa injustificável da produção de esteriótipo do corpo negro como criminoso (Fevrier, 2022), que se trata um desejo racista e de classe (Moraes, 2020).

A mudança desse quadro de necropolítica é urgente, e é uma das pautas dos movimentos negros. As estruturas e as ferramentas políticas de controle e dominação da vida e da morte do Estado e do colonialismo, enlaçadas ao racismo, configuram a carestia de resistência e de luta contra o terror da redução dos corpos negros à pedaços de carne inertes. Os movimentos e coletivos negros, no antagonismo aos instrumentos da necrofilia, lutam pela garantia de existência e dignidade da população negra. Sem simplificar o problema, Mbembe (2018) preconiza essa prática como um dos caminhos de passagem da política de morte para a política da vida.

3.5.3 *Movimentos negros*

A desigualdade social brasileira é resultado de uma herança histórica do escravismo, de políticas racistas do Estado e teorias raciais construídas em benefício da elite escravocrata. O contexto exorta, pela urgência e necessidade, a criação e desenvolvimento de movimentos negros para resistência e sobrevivência, organização política e luta pela promoção de

igualdade racial, em um país forjado no racismo e na exploração da população negra (Santos, 2018b). A história dos movimentos negros é a própria história do Brasil, país que nasce na usurpação de territórios e extermínio dos povos indígenas (Monteiro, 2019).

De início, durante o Brasil Colônia (1530-1822), a resistência contra a escravidão, as rebeliões, as fugas e a criação de quilombos (ou mocambos) são amostras dos primeiros movimentos negros no país. Os quilombos são unidades básicas de resistência, de protesto e de negação radical do sistema escravista, com organização política e social (Moura, 2021). Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares são referências desse período, ambos foram líderes do Quilombo dos Palmares, o maior e mais famoso quilombo da época, situado na antiga Capitania de Pernambuco, onde hoje é o município União dos Palmares, do estado de Alagoas (Oliveira, 2017).

No Brasil Império (1822-1889), sob o poder e governança da monarquia portuguesa, o movimento abolicionista conquista, com muita luta, a abolição da escravatura e do comércio de africanos. A abolição é promulgada em 13 de maio de 1888, sem o amparo e garantia de políticas públicas de inclusão social para os negros libertos, sobretudo, no mercado de trabalho e no acesso à educação (Domingues, 2011). André Rebouças, José do Patrocínio e Luís Gama são três grandes nomes de abolicionistas que lutaram pelo fim da escravização (Castro, 2000).

Na República Velha (1889-1930), período de alta instabilidade política com o controle das grandes oligarquias, o racismo segue estável com a política de embranquecimento da população brasileira. Trata-se dos métodos eugenistas de incentivo de imigrantes brancos para branquear ou “limpar” a cor dos afrodescendentes a partir da mestiçagem até o seu desaparecimento (Barros, 2021). Na Era Vargas (1930-1945), período de reformas e industrialização, a política imigratória racista continua (Carneiro, 2018) com o apoio, inclusive, da ciência econômica e eugênica (Chadarevian, 2015). Nesse contexto, em 1931, surge a Frente Negra Brasileira (FNB), movimento negro ultranacionalista e de extrema-direita, que mobiliza milhares de negros e negras na luta por direitos civis e por igualdade racial (Domingues, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, durante a República Populista (1946-1964) – que se inicia alguns anos antes da década de 1950 – os movimentos negros organizados, mesmo sem o apoio político da direita e da esquerda, ganham mais força e ampliam seu raio de ação, sendo a União dos Homens de Cor (UHC) um dos principais agrupamentos negros da época. No entanto, com a Ditadura Militar (1964-1985), são implementadas restrições e perseguições políticas para o arrefecimento dos movimentos sociais e, também, dos

movimentos negros (Domingues, 2007).

Na Nova República, que se inicia em 1985 com o fim da Ditadura Militar, o Movimento Negro Unificado (MNU), formado com a redemocratização da política brasileira a partir da organização de intelectuais negros marxistas (Domingues, 2007), desempenha um papel fundamental na reivindicação de direitos e políticas de igualdade racial. A criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma das conquistas da parceria entre o MNU e outros coletivos negros, como as comunidades negras rurais e grupos de intelectuais negros. Na atualidade, o MNU, o Movimento Quilombola e os coletivos negros ainda enfrentam diversos desafios para o combate ao racismo nas suas variadas formas de atuação (Cardoso; Gomes, 2018).

3.6 Fundação Cultural Palmares

3.6.1 História da Fundação

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é criada concomitante à promulgação da Constituição Federal de 1988 (Ministério da Cultura, 2022). O cenário de redemocratização, após o período da Ditadura Militar (1964-1985), atende às reivindicações de diversos movimentos sociais, ligados a questões de gênero, etnia ou raça. Dentre eles, o Movimento Negro Unificado (MNU) requer uma instituição, no âmbito do Estado, para resgatar e promover o patrimônio cultural da população afro-brasileira e, assim, surge a FCP (Araujo; Venturini, 2022).

A FCP é criada pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto 1988, e configura-se como a primeira instituição pública direcionada à preservação, divulgação e circulação da cultura e do patrimônio do povo negro e promoção de políticas públicas a favor da igualdade racial (Fundação Cultural Palmares, 2018). A FCP tem como missão: promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira (Brasil, 1988).

Além disso, é papel da instituição: “resgatar e consolidar o patrimônio histórico afro-brasileiro; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades negras e remanescentes de quilombos no Brasil; impulsionar e apoiar lideranças comunitárias negras” (Ministério da Cultura, [2009], p. 5). A missão da FCP está alinhada aos princípios constitucionais de cidadania, identidade, ação e memória da cultura negra, e inclui a certificação e a assistência das comunidades quilombolas (Ministério da Cultura, [2009]).

A FCP é vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), possui um conselho curador e diretorias, e é constituída por três setores: Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA), Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira (DEP), e o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC). A biblioteca da instituição faz parte do CNIRC. Todos os setores, em conjunto, atuam no cumprimento da missão institucional (Moura, 2021).

A Fundação, que completa 36 anos de história em 2024, também atua em apoio à implementação do Art. 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que torna obrigatório o ensinamento das Histórias da África e afro-brasileiras, e da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, no ensino fundamental e médio, seja público ou privado. A consideração com a diversidade étnico-racial é um dos princípios dessa lei (Brasil, 1996).

Desde a sua criação, a FCP foi presidida por grandes lideranças negras. O primeiro presidente da Fundação foi o advogado Carlos Alves Moura (1988-1990). Além dele, a instituição foi presidida pela comunicadora social e ex-diplomata Dulce Maria Pereira (1996-2000), pelo historiador Ubiratan Castro de Araújo (2003-2007) e pelo arquiteto e doutor em Relações Internacionais Zulo Araújo (2007-2010) (Fundação Cultural Palmares, 2014b). Na atualidade, João Jorge Rodrigues dos Santos, escritor, produtor cultural e advogado, que já foi militante do Movimento Negro Unificado (MNU) e integrante do grupo Olodum, é o presidente da instituição (Fundação Cultural Palmares, 2023).

3.6.2 Acervo da Fundação

A biblioteca da FCP foi criada em 2009 com o objetivo de ser referência em relação à história e à cultura da população afro-brasileira. O acervo contava, na época, com mais de sete mil exemplares, incluindo livros, periódicos, fotos, cartazes, entre outros (Fundação Cultural Palmares, 2010). O acervo é de acesso aberto ao público que busca por informações sobre a cultura negra e foi atualizado em 2010. A coordenadora Kelly Martins, da Coordenação de Disseminação de Informação, era a responsável pelo acervo nesse período (Fundação Cultural Palmares, 2010).

Em dezembro de 2013 a biblioteca é reinaugurada, com 16 mil documentos, e recebe o nome de Biblioteca Oliveira Silveira, em homenagem ao poeta e intelectual negro Oliveira Ferreira da Silveira, brasileiro nascido no Rio Grande do Sul. A homenagem se dá em prol do resgate da poesia como manifestação da cultura negra (Fundação Cultural Palmares, 2014a).

O acervo da Fundação é formado por doações de livros de professores e pesquisadores de temáticas raciais.

O sociólogo e historiador piauiense Clóvis Moura, escritor dos livros *Quilombos: resistência ao escravismo*, de 1987, *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, de 1988, e *Dialética radical do Brasil negro*, de 1994, tem o seu acervo pessoal doado após o seu falecimento, em 2003. O escritor era comunista e dedicou parte dos seus estudos às relações entre a questão racial e a luta de classes do negro no Brasil. Domingues (2007) destaca que as lideranças negras do processo de redemocratização da Nova República, que é o caso de Moura, se aproximam do marxismo na luta por justiça racial.

Em 2021, o então presidente da Fundação, Sérgio Camargo, avaliou que ao menos 54% do acervo deveria ser excluído por abordar temáticas que fugiam à missão institucional, como o marxismo, a revolução sexual, e a bandidolatria, nas palavras do presidente (Rocha; Costa, 2023). Essas informações foram publicadas no Relatório 1: *Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019*, em 11 de junho de 2021, que previa a exclusão de ao menos 300 obras.

Marco Frenette, coordenador do Centro de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC) à época, foi o responsável pela redação do Relatório 1. Ele questiona a homenagem de nomeação da biblioteca ao poeta Oliveira Silveira, que é descrito no relatório como “militante negro”. Frenette aponta que a escolha do poeta para nomear o acervo da instituição demonstra “a predominância de uma mentalidade voltada para a manutenção de um gueto marxista” (Fundação Cultural Palmares, 2021, p. 18).

A retirada de qualquer item da biblioteca deve seguir o indicado na Política de desenvolvimento de acervo – no momento da publicação do relatório, a instituição não tinha uma política de desenvolvimento de acervo formalizada. Como exposto, o acervo foi desenvolvido, principalmente, a partir de doações de pesquisadores, como o próprio Clóvis Moura. A ação de Camargo reforça a necessidade e a importância de uma Política de desenvolvimento de acervo, alinhada à missão institucional da Fundação, que inexistia mesmo após mais de dez anos de criação da biblioteca.

Ademais, a tentativa de desfazimento dos livros da Biblioteca Oliveira Silveira é um alerta para o cuidado que o profissional bibliotecário precisa ter ao aceitar doação de uma coleção particular, que tem como referência as necessidades e os desejos subjetivos do colecionador em coletar livros e outros tipos de materiais bibliográficos (Murguia, 2009; Sundström; Moraes, 2019). A depender do caso, os itens da coleção particular doada devem permanecer juntos, com a preservação da forma e dos critérios particulares de organização do

coleccionador, porque o ato de colecionar é rico em diferentes aspectos históricos, sociais, culturais, psicológicos, econômicos e ancestrais (Lima; Carvalho; Almeida, 2020).

3.6.2.1 Política de desenvolvimento de acervo

O avanço na área de informação tornou necessário o desenvolvimento de novas formas de administrá-la e lidar com ela. Na atualidade, a infinidade de publicações registradas dificulta o trabalho de gestão da informação, tornando necessário que esse processo seja apoiado por tecnologias sofisticadas e pelo gerenciamento de acervo (Vergueiro, 2017). A partir da década de 1960 se desencadeou na Biblioteconomia, o movimento internacional denominado de *Movimento para o Desenvolvimento de Coleções*. Nesse período, há um *boom* de publicações sobre as normas e diretrizes sobre a temática na área (Miranda, 2007).

A Política de desenvolvimento de acervo é o documento que estrutura o planejamento dos processos de construção e manutenção do acervo de uma biblioteca para garantir a sua qualidade (Vergueiro, 1989). Esse documento, também nomeado de planejamento de acervo, deve prever critérios para seleção, aquisição, avaliação e desbaste de itens do acervo (Vergueiro, 2010). Por ser um trabalho de planejamento, é necessário o comprometimento com métodos para análise e avaliação do processo de manutenção do acervo, pois as bibliotecas contam com recursos financeiros escassos. Os critérios para seleção, desbaste e/ou outras atividades do desenvolvimento de acervo devem estar integrados aos interesses da comunidade que a biblioteca deve atender (Vergueiro, 1989).

A Política de desenvolvimento de acervo da biblioteca da FCP é recente. Foi criada entre 2021 e 2022 pelo bibliotecário Henrique Bezerra, contratado depois da criação do “Acervo da vergonha”. O documento ficou disponível para consulta apenas no dia 26 de fevereiro de 2024, com a publicação na forma de anexo da Resolução FCP nº 24, no *Diário Oficial da União*⁹. A política entrou em vigor em 1º de março de 2024.

A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PFDC) para a Biblioteca Oliveira Silveira traça critérios para a formação e desenvolvimento do acervo bibliográfico, apoiado em métodos de trabalho apropriados para fundamentar e orientar as decisões do profissional bibliotecário e da Comissão Permanente de Formação, Desenvolvimento e Gestão do Acervo (CPFDDGA) – a ser criada – com foco no crescimento ordenado, racional e contínuo do acervo da FCP.

⁹ Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-fcp-n-24-de-22-de-fevereiro-de-2024-*-544763014. Acesso em: 16 abr. 2024.

A PFDC versa das condições mínimas para a formação de uma coleção atualizada, em conjunto com o Centro Nacional de Informação e Referência de Cultura Negra (CNIRC), com dinamização dos processos técnicos e articulação dos agentes públicos necessários e dos Estudos Negros Africanos e Afrodiaspóricos com a Biblioteca Negra (Garcês-da-Silva, 2023). A articulação desses agentes buscará a elaboração de uma classificação que atenda as especificidades das populações negras e afro-brasileiras.

A Política conta com seções de apresentação da FCP e do Acervo da biblioteca, Pessoas usuárias do acervo, Tipos de recursos informacionais adotados, Políticas de seleção, Responsáveis pela seleção de materiais, Etapas para a seleção, Critérios para a seleção quantitativa, Seleção por doação, Política de aquisição, Diretrizes para o processo de aquisição, Avaliação e revisão, Implementação, Desbastamento, Avaliação e atualização e Políticas específicas. O documento estabelece como público-alvo da biblioteca:

[...] todas as pessoas interessadas na História, memória e cultura africana, afro-brasileira e negra, em Estudos Negros, Africanos e Afrodiaspóricos, Educação das relações étnico-raciais e Africanidades. Reconhecendo a importância da representatividade, autenticidade e diversidade de perspectivas, esta Política visa garantir o acesso equitativo a recursos informacionais que reflitam as experiências, narrativas e contribuições de povos negros, africanos e afrodiaspóricos em todo o mundo (Ministério da Cultura, 2024).

Em relação aos tipos de recursos informacionais, a PFDC estabelece como interesse do acervo as fontes primárias, são citadas como exemplo: (i) monografias, álbuns, almanaques, livros, etc.; (ii) manuscritos, partituras musicais, mapas, inscrições em tábuas ou em pedras, etc.; (iii) publicações não-convencionais, como anais de eventos, catálogos, dissertações e teses, normas técnicas, etc; (iv) multimeios, como disquete; (v) artefatos tridimensionais, como jogos ; (vi) gravação de som, CD, fita em cartucho; (vii) imagens e audiovisuais; (viii) materiais cartográficos; (ix) recursos iconográficos; (x) material musical; e (xi) recursos digitais, como sites, blogs, etc. Além desses recursos, adota-se fontes secundárias, como os dicionários e manuais, e fontes terciárias, como almanaques e base de dados de resumos.

O processo de seleção, que é de responsabilidade da CPF DGA e do(a) profissional bibliotecário(a) coordenador(a) da Biblioteca, adota um conjunto de normas e critérios para orientar a decisão de incorporação de itens ao acervo, priorizando obras de autorias negras, africanas e afro-diaspóricas, saberes ancestrais das comunidades negras africanas, relevância cultural, memorial e histórica, questões contemporâneas da população negra e diversidade linguística africana, conhecimento acadêmico, promoção da excelência negra, reconhecimento

e retorno da comunidade.

Aplicam-se, como critérios de seleção quantitativa: (i) Relevância para a bibliografia negra, africana e afro-brasileira; (ii) Qualidade dos recursos informacionais; (iii) Variedade de perspectivas e saberes; e (iv) Atualidade dos recursos. Em caso de doação, que pode enriquecer a coleção com contribuição voluntária de materiais bibliográficos, oriunda de editores, instituições ou usuários da biblioteca, o direito à reserva e gestão das obras é da Biblioteca Oliveira Silveira, conforme o “Termo de Doação”. Não são aceitos nesse tipo de aquisição: folhetos, panfletos, cópias de livros, livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio, suportes desatualizados, entre outros.

São listados como diretrizes do processo de aquisição da biblioteca: (i) Compromisso com a representatividade e pluralidade de vozes e saberes das comunidades negras; (ii) Pesquisa e seleção criteriosa; (iii) Parcerias e colaborações entre autorias, editoras e instituições que poduzem recursos informacionais negros e africanos; e (iv) Aquisição em diferentes formatos e Acesso aberto e inclusivo. Esse processo será avaliado e revisado de forma constante para determinar o impacto e a eficácia da política de aquisição.

O processo de desbastamento, atividade de extração de títulos ou de parte da coleção para remanejamento ou descarte, também é de responsabilidade da Comissão de Descarte (CD), que contará com o bibliotecário coordenador (presidente da Comissão), membros da comunidade, a Presidência da FCP, bibliotecários especializados nos Estudos Negros, Africanos e Afrodiaspóricos, representantes da sociedade civil. É de responsabilidade da CD a elaboração de relatórios de itens descartados.

Os critérios considerados para desbastamento são: (i) o espaço do edifício para armazenar as coleções; (ii) a possibilidade de guarda ou armazenamento do item na estante; (iii) as coleções desenvolvidas e os assuntos que contemplam; (iv) a capacidade de pessoas para a manutenção do acervo e, também, de leitores para aquele item. Além disso, também serão considerados as datas de publicação e de aquisição do item, a circulação e o nível de obsolescência do item.

A PFDC poderá ser avaliada anualmente para verificar se há a necessidade de mudanças ou adaptações no documento. A avaliação e revisão da política garante a relevância e adequação do instrumento no cumprimento da missão institucional da FCP e das demandas da comunidade negra, africana e afro-diaspórica. A participação dessas comunidades é incentivada pela política para contribuir com a inclusão e a representatividade. A PFDC estabelece, por fim, Políticas específicas para obras raras e a criação de coleções especiais para itens raros.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Acervo da vergonha

4.1.1 O curso de ação da Fundação Cultural Palmares

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é criada na década de 1980 para atender as reivindicações dos movimentos negros em prol da valorização e preservação da cultura afro-brasileira. A criação ocorreu no cenário de redemocratização – saída do Regime Militar para a Nova República. Nesse período, o principal símbolo democrático do país foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 pelo Congresso Nacional (composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal). Dentre os diversos feitos da FCP desde a sua criação está a criação do Estatuto da Igualdade Racial e a certificação de comunidades quilombolas (Araujo; Venturini, 2022).

Desde a sua criação, em 1988, até o ano de 2016, as lideranças da Fundação atuaram em nome da promoção da igualdade racial. A partir do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a instituição passou por tensionamentos. Michel Temer, na função de presidente interino, extingue o Ministério da Cultura – órgão ao qual a FCP estava vinculada (Brandão, 2016). Nos anos seguintes, as tensões se agravaram com a eleição de Jair Bolsonaro, e a indicação do jornalista Sérgio Camargo para assumir a presidência da Fundação (Araujo; Venturini, 2022).

A gestão de Camargo, entre 2019 a 2022, ficou marcada por suas diversas falas e atitudes polêmicas, e também pelos ataques aos movimentos negros (Portal G1, 2020). A atuação de Camargo deu espaço para questionamentos sobre o protagonismo negro na história do Brasil (Araujo; Venturini, 2022) e para o enfraquecimento da identidade visual da Fundação (O Globo, 2021).

A logo da FCP com o machado de Xangô é substituída por uma nova logo verde e amarela para representar “a transformação, a modernidade e a nacionalidade”, de acordo com publicação na página oficial do órgão no Twitter¹⁰ – atualmente a plataforma recebe o nome de X. A mudança de logo ocorre por conta da insatisfação de Camargo com o símbolo do orixá da cultura afro-brasileira (Poder 360, 2021). À época, o então diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira (DEP), Marcos Petrucelli, defendeu que a

¹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/PalmaresGovBr/status/1470470091817078789>. Acesso em: 14 out. 2023.

nova identidade da instituição representava todo o povo brasileiro (Ministério da Cultura, 2021).

Ainda no curso de ação da Fundação Cultural Palmares, durante a presidência de Camargo, o jornalista tenta retirar e/ou doar alguns livros da biblioteca da instituição, com a justificativa de que a temática desses livros se pautava na “revolução sexual, sexualização de crianças, bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha”. Essa justificativa se encontra no relatório *Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019*, onde é listado 5.300 itens, incluindo livros, folhetos e catálogos (Verenicz, 2021).

Ao ser impedido de retirar e/ou doar alguns livros da biblioteca, Camargo decide criar o espaço “Acervo da vergonha” (Folha de São Paulo, 2022). Da tentativa de retirada de livros até a criação do espaço, há algumas movimentações de representantes políticos e instituições correlatas ao acontecimento, como o Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB-6) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da informação e Instituições (FEBAB), a mídia e atores específicos presentes na criação deste espaço.

Além do relatório anteriormente citado, a Fundação divulga também o Relatório 2, documento intitulado de *Amplitude e dignidade: um acervo bibliográfico para a cultura de matriz negra*, cuja função é guiar o desenvolvimento de um “[...] acervo bibliográfico completo sobre a temática negra, sem restrições ideológicas ou temporais”, nas palavras de Camargo. A composição do processo de criação do “Acervo da vergonha” conta com ações dos membros internos da instituição: o próprio presidente Sérgio Camargo, o diretor DEP, Marcos Petrucelli, e o coordenador do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), Marco Frenette.

4.1.2 A série de desvios

Há uma série de desvios que antecedem e sucedem à criação do espaço “Acervo da vergonha”. Esses desvios envolvem membros internos da Fundação e representantes políticos, como Alice Portugal, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Benedita da Silva e Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores (PT), além de nota do CFB e manifestações da FEBAB, publicadas pelo CRB-6 (2021).

O desvio inicial se dá com a insatisfação da temática de alguns livros do acervo da

biblioteca, classificados por Camargo como marxistas, pornográficos e “bandidólatras” no relatório *Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019*, publicado em 11 de junho de 2021. Os desvios seguem, de modo resumido, o seguinte caminho:

Ato I: Publicação do Relatório 1: *Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019* que previa a exclusão/doação de parte do acervo, em 11 de junho de 2021 (Folha de São Paulo, 2021)¹¹;

Ato II: Ação popular com pedido de liminar contra Sérgio Camargo movida pelo advogado Paulo Henrique Lima, em 14 de junho de 2021 (Lima, 2021)¹²;

Ato III: CFB, FEBAB e CRB-6 lançam notas de repúdio sobre a decisão de eliminar parte do acervo bibliográfico da FCP, em 21 de junho de 2021 (CRB-6, 2021)¹³;

Ato IV: A Justiça Federal do Rio de Janeiro concede a liminar assinada pelo juiz Erik Navarro Wolkart que proíbe o desfazimento do acervo, em 23 de junho de 2021 (O Globo, 2021)¹⁴;

Ato V: O Movimento Negro Unificado (MNU) organiza um ato virtual em protesto contra a censura dos livros na FCP, em 24 de junho de 2021 (MNU, 2021)¹⁵;

Ato VI: Criação do “Acervo da vergonha”, em 03 de agosto de 2021 (Biblioo, 2021c)¹⁶;

¹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/fundacao-palmares-faz-cruzada-ideologica-e-deve-excluir-metade-do-seu-acervo.shtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

¹² Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/06/Acao-Popular-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

¹³ Disponível em: <https://crb6.org.br/materias/cfb-e-febab-publicam-notas-de-repudio-sobre-fundacao-cultural-palmares/>. Acesso em: 14 out. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/justica-proibe-que-fundacao-palmares-se-desfaca-de-acervo-estabelece-multa-de-500-por-item-doado-25074159>. Acesso em: 14 out. 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQbMb0snAlz/?igsh=NHhobmgxcGNtOXdn>. Acesso em: 16 abr. 2024.

¹⁶ Disponível em: <https://biblioo.info/fundacao-palmares-tera-acervo-da-vergonha-para-obras-que-considera-comunistas/>. Acesso em: 14 out. 2023.

Ato VII: A FCP recebe uma vistoria técnica para avaliar as condições de armazenamento do acervo bibliográfico e iconográfico da instituição, movida pelas deputadas Alice Portugal, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Benedita da Silva e Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores (PT), nos dias 05 e 06 de agosto de 2021 (Ministério da Cultura, 2021)¹⁷;

Ato VIII: Contratação do bibliotecário Henrique Bezerra, em 06 de outubro de 2021 (Biblio, 2021b)¹⁸;

Ato IX: A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados realiza uma audiência pública solicitada pela deputada Erika Kokay, em 08 de outubro de 2021 (Biblio, 2021a)¹⁹.

Ato X: Publicação do Relatório 2: *Amplitude e dignidade: um acervo bibliográfico para a cultura de matriz negra*, em 15 de dezembro de 2021.

A marcação dos desvios em 10 atos é um recorte para contextualização dos acontecimentos. É interessante pontuar que antes do **Ato I**, a instituição sofreu um ataque hacker em 27 de julho de 2020, que criptografou e inutilizou grande parte dos arquivos armazenados em nuvem (Portugal, 2021). Em outras palavras, esse acontecimento impediu o controle bibliográfico dos itens da Fundação. Além disso, a sede da Fundação Palmares foi transferida no mesmo ano para um prédio em “estado precário”, nas palavras de Erika Kokay, cedido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em Brasília (Jornal GGN, 2020).

Outro ponto que merece ser pontuado é que Iêda Leal, representante do Movimento Negro Unificado (MNU), Marco Antônio Delfino de Almeida, coordenador do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade da PFCd, Damião Braga, Pesquisador Quilombola e Presidente do Quilombo Pedra do Sal, Raphael da Silva Cavalcante, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia do Distrito Federal (CRB) e bibliotecário da Câmara Federal, e outros, estiveram presentes na audiência pública de 08 de outubro de 2021 (Biblio, 2021a).

¹⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/comissao-de-cultura-faz-vistoria-tecnica-a-fundacao-cultural-palmares>. Acesso em: 14 out. 2023.

¹⁸ Disponível em: <https://biblio.info/fundacao-palmares-anuncia-bibliotecario-para-cuidar-do-seu-acervo-bibliografico-e-iconografico/>. Acesso em: 14 out. 2023.

¹⁹ Disponível em: <https://biblio.info/audiencia-discute-situacao-do-acervo-historico-da-fundacao-palmares/>. Acesso em: 14 out. 2023.

4.1.3 A tradução: “Acervo da vergonha”

A tradução das tentativas de retirada/doação de livros da Fundação por Camargo, após uma série de eventos, é a criação do espaço “Acervo da vergonha”. Após ser impedido, pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, de doar ou se desfazer dos itens bibliográficos do acervo da instituição, o então presidente da FCP decide direcionar as obras “desviantes” e “subversivas” ao “Museu da Vergonha”, nas palavras dele, onde seriam expostas para comprovar a dominação marxista na instituição, entre os anos de 1988 a 2019 (Isto É, 2021).

Os livros realocados para o “Acervo da vergonha” estão listados no Relatório 1: *Retrato do Acervo: A Doutrinação Marxista na Fundação Cultural Palmares (1988-2019)* (Folha de São Paulo, 2021). De acordo com Camargo, realocar os livros para o “Acervo da vergonha” seria um tratamento VIP para os livros “imprestáveis” para o órgão. Ainda consoante com ele, por ser civilizado, ele não queimava livros e nem estátuas (O Povo, 2021), talvez, fazendo “gancho” com o incêndio da estátua de Borba Gato – bandeirante que caçava indígenas no século XVII para escravizá-los –, em São Paulo²⁰.

Estão entre os livros “vergonhosos” obras dos autores Celso Furtado, Carlos Marighella, Marilena Chauí, Karl Marx, Simone de Beauvoir, Lênin, Max Weber, Marco Antônio Villa, entre outros. As obras desses autores foram classificadas como “ideologia de gênero”, “pornografia e erotismo”, “sexualização de crianças”, “manuais de guerrilha”, “manuais de greve”, “manuais de revolução”, “bandidolatria” e “bizarrias”, além de “marxistas”. Antes da criação do espaço “Acervo da vergonha”, as obras dessas autorias foram acondicionadas em 201 caixas, divididas em: a) temática negra, militante e não militante; b) temática não negra, militante e não militante; e c) temática não negra, francamente marxista (Fundação Cultural Palmares, 2021).

O Relatório 1 e a elaboração do “Acervo da vergonha” representam formas de dominação e regulação ideológica do material bibliográfico da Fundação, e se configuram como ataque e desrespeito à história da instituição, às lideranças que a presidiram, aos pesquisadores que contribuíram com doações para a formação do acervo e aos movimentos negros que reivindicaram um espaço para guarda e preservação da memória negra e afro-brasileira.

O “Acervo da vergonha” foi desfeito entre o final de 2022 e o início de 2023 com a

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2023.

transição do Governo Bolsonaro para o Governo Lula, e a mudança da gestão da instituição. O mestre em direito e fundador do Olodum, João Jorge Santos Rodrigues, substituiu Sérgio Camargo. O novo presidente da Fundação, que já fez parte do Movimento Negro Unificado (MNU), foi nomeado em 21 de março, e tomou posse no dia 27 de abril de 2023. João Rodrigues se compromete a “fazer a Palmares de novo”, com a construção de políticas de promoção e preservação dos valores culturais da população negra (Veleda, 2023).

Quase um ano depois, no dia 17 de abril de 2024, acontece outro desdobramento que merece menção: a Controladoria Geral da União (CGU) puniu Sérgio Camargo por prática de assédio moral, cometido no período da sua gestão na FCP. Com a punição, publicada no *Diário Oficial da União*, o ex presidente, que perseguiu funcionários da Fundação que discordavam das suas ações, foi destituído do cargo e proibido de ocupar novos cargos políticos por oito anos (Carta Capital, 2024).


4.2 Diário de bordo

O diário de bordo é um instrumento de investigações qualitativas para registro de informação, utilizado desde o final da Idade Média para tomar nota das descobertas das navegações, por isso recebe esse nome. O instrumento se popularizou no meio científico entre os séculos XIX e XX, quando os antropólogos e sociólogos passaram a utilizá-lo para anotar observações, pensamentos e conhecimentos concernentes aos objetos de estudo (Brazão, 2007). Latour (2016) propõe aos seus alunos a elaboração de um diário de bordo para registrar a interposição (ou *tradução*) de uma técnica ou de uma ciência (*hard* ou *soft*), que nem sempre está explícita, a partir de recortes de notícias, artigos, relatórios e outros materiais que permitam visualizar a formação e remodelação das redes.


Nesse sentido, a Figura 4 traz a ficha documental do exemplar 1 do diário de bordo (ver Apêndice L), onde apresenta-se a persona do diarista e a sua relação com a temática da pesquisa. Trata-se de uma tentativa de aproximação entre o pesquisador (ator humano) e a pesquisa (ator não-humano), para não reproduzir a dispersão da produção de fatos e limitar a identificação das redes sócio-técnicas, que são pontos de críticas de Latour (2000). Entende-se, ao considerar a visão latouriana de que os sujeitos são quase-objetos, e os objetos quase-sujeitos (Latour, 1994), que o pesquisador faz parte da pesquisa e, do mesmo modo, a pesquisa faz parte do pesquisador, constituindo-se em híbridos. Os exemplares completos do diário de bordo, com a ficha técnica e a ficha teórica, estão em apêndice.

Figura 4 – O diário de bordo e o diarista

FICHA DOCUMENTAL





Em alusão à origem do Diário de bordo, faço menção ao poema de Castro Alves para retomar a ideia das navegações. E destaco a figura do mestre-sala dos mares, o marinheiro João Cândido Felisberto, mais conhecido como “Almirante negro”, líder da Revolta da Chibata.



O Navio Negroiro, de Castro Alves

“Stamos em pleno mar... Doudo no espaço
Brinca o luar — dourada borboleta;
E as vagas após ele correm... cansam
Como turba de infantes inquieta.
[...]
Donde vem? onde vai? Das naus errantes
Quem sabe o rumo se é tão grande o espaço?
Neste saara os corcéis o pó levantam,
Galopam, voam, mas não deixam traço.

Assim como Bruno Latour, sou apaixonado pelos laboratórios. Tenho muito apreço pelos livros e pelas bibliotecas.

Sou filho de uma mulher preta, que não se reconhece pela palavra negra. Não porque renega sua cor ou identidade, mas porque a palavra a marcou como ofensa. Sou filho de um homem branco, de quem herdei a minha cor. A relação interracial dos meus pais despertaram em mim o interesse por estudos sobre raça e racismo.

Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

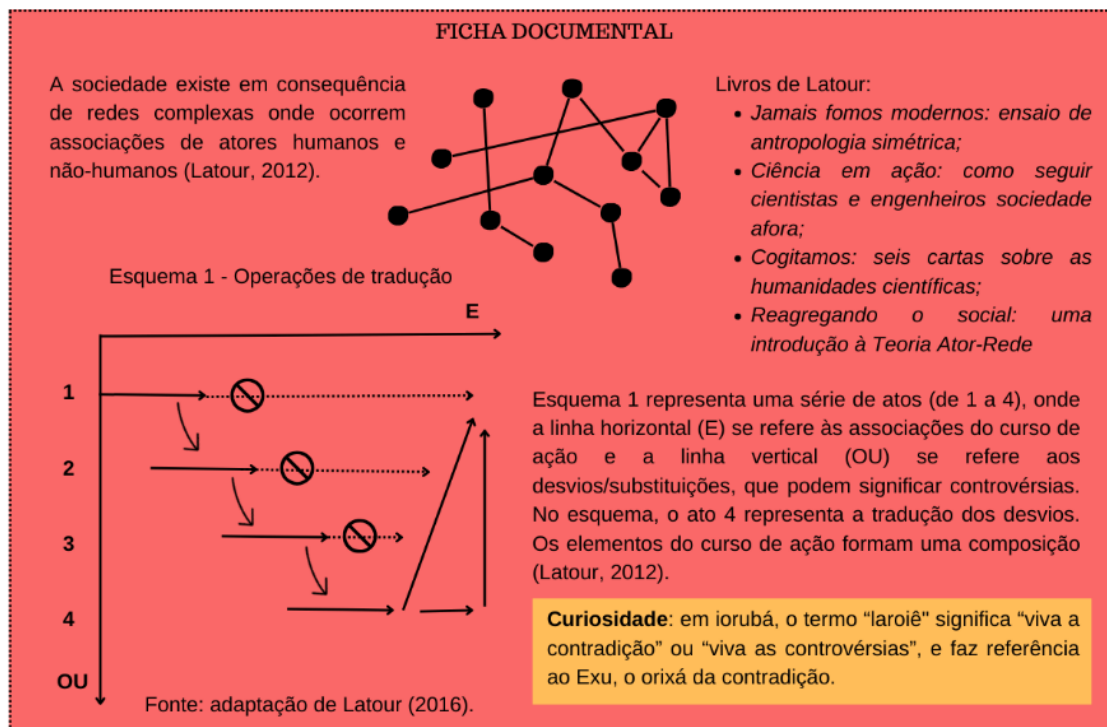
A Figura 4 traz fotografias do pesquisador e da sua família, um trecho do poema “O Navio Negroiro”, de Castro Alves, e faz referência ao marinheiro João Cândido Felisberto, inspiração para a música “O mestre-sala dos mares”, da década de 1970, composição de Aldir Blanc e João Bosco, que ficou famosa na voz de Elis Regina. A música foi censurada pela Ditadura Militar²¹ por exaltar a figura do marinheiro que se rebelou contra as chicotadas – prática herdada do período colonial – aplicadas pela Marinha como castigo até o ano de 1910 (Senado Federal, 2020). Ao final do verso do poema, Castro Alves pronuncia que o navio negroiro não deixa traço. Diferente do navio, as ações de Sérgio Camargo, como presidente da FCP, deixaram rastros que permitiram reconstruir os desvios do curso de ação do “Acervo da vergonha”, pontuados em atos na subseção 4.1.2 *A série de desvios*.

Por vezes, o processo de reconstrução do curso de ação se configura como uma tarefa tão difícil quanto a de perseguir as pegadas invertidas deixadas pelo Curupira – entidade do folclore brasileiro – que confundem os caçadores. Aproveitando a deixa, abre parênteses para

²¹ Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2022/11/o-mestre-sala-dos-mares/#:~:text=Em%201970%2C%20os%20m%C3%BAasicos%20Aldir,claro%2C%20n%C3%A3o%20achou%20gra%C3%A7a%20nenhuma>. Acesso em 20 abr. 2024.

destacar que um exemplar do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, obra do sociólogo Câmara Cascudo, é um dos itens presentes no Relatório 1, descrito como “impróprio para uso” por ser um livro velho e deteriorado. Voltando ao curso de ação, a Figura 5 faz parte do exemplar 2 do diário de bordo (ver Apêndice M) e apresenta a Teoria Ator-Rede (TAR), o recurso heurístico utilizado para a reconstrução das ações e movimentações provocadas pela criação do “Acervo da vergonha”.

Figura 5 – A Teoria Ator-Rede

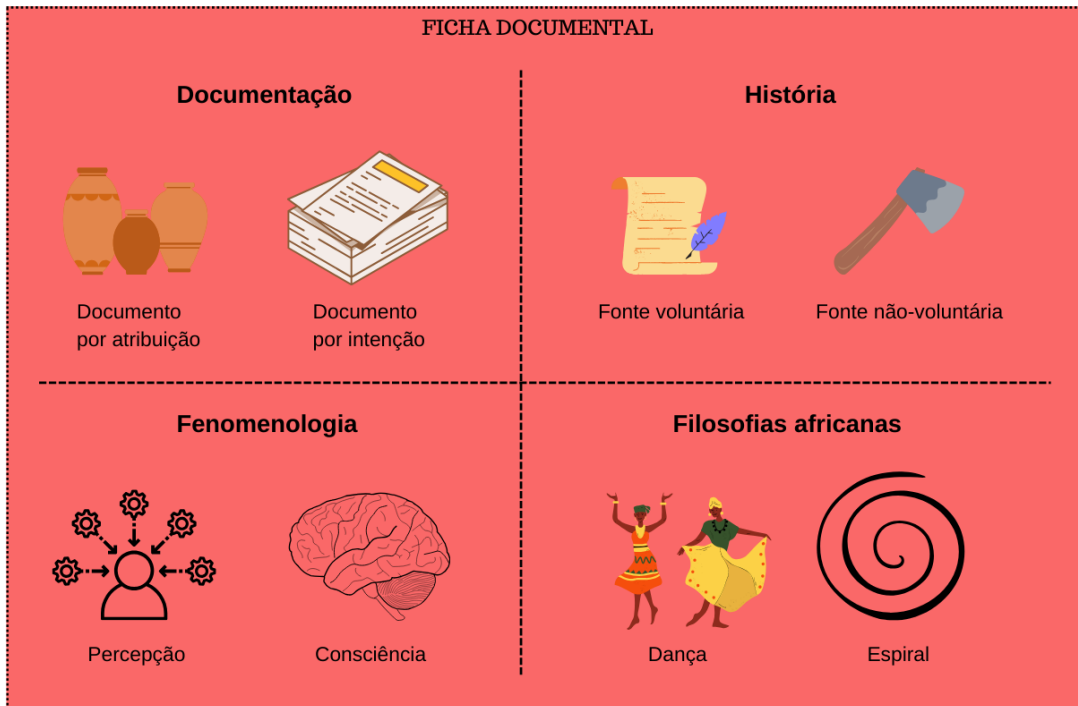


Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

A Figura 5 traz uma breve descrição sobre as redes que costuram o social, alguns títulos de Latour e um esquema que encena como ocorrem as operações de tradução. Nessas operações, cada desvio é municiado por intencionalidades diversas, que produzem controvérsias, contradições e embates políticos. Neste trabalho, a TAR se apresenta como um modo de explorar, mapear e entender a rede que foi formada a partir da tradução do “Acervo da vergonha”, com atores humanos e não-humanos que atuaram no processo de formação do espaço.

A Figura 6 é parte do exemplar 3 do diário de bordo (ver Apêndice N) e desenha quatro abordagens para o conceito de intencionalidade.

Figura 6 – Noções de intencionalidade



Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

No campo da Documentação, as categorias “documento por intenção” e “documento por atribuição” são elaboradas para distinguir a intencionalidade na produção do documento e considera-se que o usuário tem um papel ativo na produção de um documento. Na História, as taxonomias “fontes voluntárias” e “fontes não-voluntárias” são criadas para distinguir as conjunções da produção de determinada fonte, considerando a intencionalidade. Para a Fenomenologia, a consciência é a intencionalidade direcionada a alguma coisa, a partir da percepção, da imaginação, da vontade, dos desejos, etc. As Filosofias africanas entendem a intencionalidade como uma força expansiva que move a energia e o sagrado, a vida e a matéria, através das coreografias e performances espiralar do tempo que bailarina.

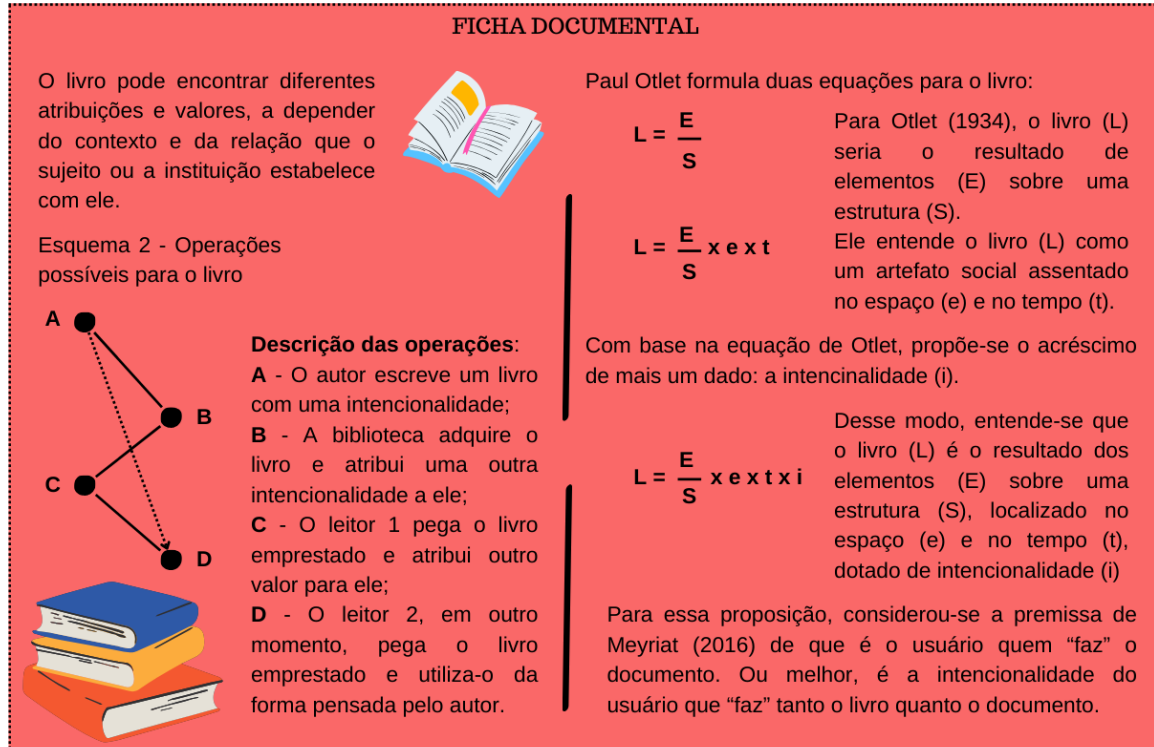
Essas quatro abordagens apresentam formas distintas de entendimento do conceito de intencionalidade. No entanto, as noções de intencionalidade da Documentação, da História e da Fenomenologia são complementares, à proporção que as categorias “documento por intenção” e “fonte voluntária”, e “documento por atribuição” e “fonte não-voluntária”, adotam critérios similares para diferenciação dos documentos e das fontes histórias, levando em conta a percepção do sujeito. Já a noção de intencionalidade para as filosofias africanas difere das anteriores porque é desenvolvida a partir de outra cosmo percepção.

A cosmovisão das filosofias africanas compreende as implicações do curso natural da

vida, como a alegria e a tristeza, o prazer e o sofrimento, a vitória e o fracasso, e, claro, os embates que representam a vida e a morte. Enquanto o pensamento europeu está voltado ao hábito de compartimentalizar ideias, separar o homem da natureza, desenvolver categorias (como as supracitadas), selecionar e observar eventos, analisar e deduzir as “verdades” a partir da intuição metafísica ou de métodos científicos, apoiando-se em analogias, expressões idiomáticas e práticas investigativas, o pensamento africano, principalmente associado aos iorubás, grupo étnico-linguístico da África Ocidental, tende a reforçar a existência do homem como parte dos elementos da Natureza (Vargas; Silveira, 2014).

É nesse sentido que a força presente no tempo, relacionada à espiritualidade e à ancestralidade, bailarina em espiral. E a intencionalidade percorre e penetra a corporeidade – corpo material e não-material, o exterior e o interior – de todo o universo (Santos, 2022), como uma ação expansiva que move a energia, o sagrado, a vida e a matéria (Martins, 2021). As diferentes cosmovisões apresentadas enriquecem a análise dos estudos de intencionalidade aplicados ao livro.

Figura 7 – Intencionalidades do livro



Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

A Figura 7 é parte do exemplar 4 do diário de bordo (ver Apêndice O) e demonstra um

esquema de operações ordinárias para o livro, onde os atores atribuem intencionalidades ao objeto. Além disso, traz duas equações formuladas por Otlet para representar o livro. A primeira equação do documentalista considera que o livro (L) é o resultado de elementos (E), como os textos e as imagens, sobre uma estrutura (S), como a encadernação e o corpo da obra. A segunda equação concebe o livro (L) como um artefato social localizado no espaço (e) e no tempo (t) (Juvêncio, 2021). Partindo da ideia de que é a intenção do usuário quem faz o documento/livro, propõe-se a adição da intencionalidade (i) na equação do livro.

A intencionalidade do livro teve um papel central na criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937. A iniciativa parte de Gustavo Capanema, Ministro da Educação à época, que, em carta para chamar a atenção do presidente Getúlio Vargas, defende que:

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. O livro não é só companheiro amigo, que instrue, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande semeador, que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções. É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. Para tais objetivos, seria conveniente a criação do Instituto Nacional do Livro. Submeto á elevada consideração de V. Ex. um projeto de decreto-lei, dispondo sobre a matéria. Reitero-lhes os meus protestos de respeitosa estima (Capanema, 1937, p. 25586).

Capanema entende que o Estado deveria regular o livro porque, a depender do seu conteúdo e da sua utilização, ele poderia fazer “mal” para a sociedade (Oliveira; Silva; Castro, 2018). A visão de Capanema considera os prós e os contras do livro. Por ser dotado de intencionalidade, o livro é um objeto múltiplo que não é necessariamente bom ou mau. Ele pode reproduzir violências, apagamentos e silenciamentos quando singulariza as narrativas em benefício de uma imposição normativa de dominação, mas, em contrapartida, pode ser um instrumento de preservação e disseminação da diversidade de saberes e da pluralidade de conhecimentos, que apoia grupos subalternizados no combate às violências relativas ao gênero, à etnia, à raça e à sexualidade.

Como pontuado nas subseções anteriores, a FCP é uma instituição fundamental no contexto da sociedade brasileira. Após o período da Ditadura Militar, a chapa de Tancredo Neves e José Sarney ganha a eleição indireta de 1985. Por questões de saúde, internação e, mais tarde, falecimento de Tancredo Neves, Sarney é quem assume a presidência do Brasil. Um fato curioso é que, na época, o laudo médico atribuiu a causa da morte de Neves a uma infecção generalizada. Anos mais tarde, em 2005, um estudo descobriu que a verdadeira causa

da morte seria síndrome da resposta inflamatória sistêmica, o que gerou controvérsias. Isso significa que, após 20 anos, Tancredo Neves deixou de estar morto por infecção generalizada e passou a ter um novo diagnóstico de óbito²².

Sarney foi o primeiro presidente do país durante o processo de redemocratização da política nacional e o responsável pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1985, com participação intença da sociedade civil e dos movimentos negros. Em 1987, a ANC é instalada para elaboração de uma nova Constituição para o Brasil (Câmara dos Deputados, 2018). A Figura 8 é parte do exemplar 5 do diário de bordo (ver Apêndice P), e apresenta uma fração desse contexto e exhibe algumas das conquistas da FCP ao longo dos seus 35 anos de existência.

Figura 8 – A Fundação Cultural Palmares

FICHA DOCUMENTAL

Figura 1 - MNU na década de 1970



Fonte: Brasil de Fato, 2020.

Figura 3 - Estatuto da Igualdade Racial



Fonte: Brasil, 2010.

Figura 2 - Deputado Ulysses Guimarães ergue um exemplar da Constituição Federal de 1988



Fonte: Câmara dos Deputados, 2018.

Figura 4 - logo da FCP



Fonte: Poder 360, 2021.

A FCP é responsável pela certificação e assistência às comunidades quilombolas.



*Que beleza é saber seu nome
Sua origem, seu passado
E seu futuro
Que beleza é conhecer
O desencanto
E ver tudo bem mais claro
No escuro
- Tim Maia*

Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

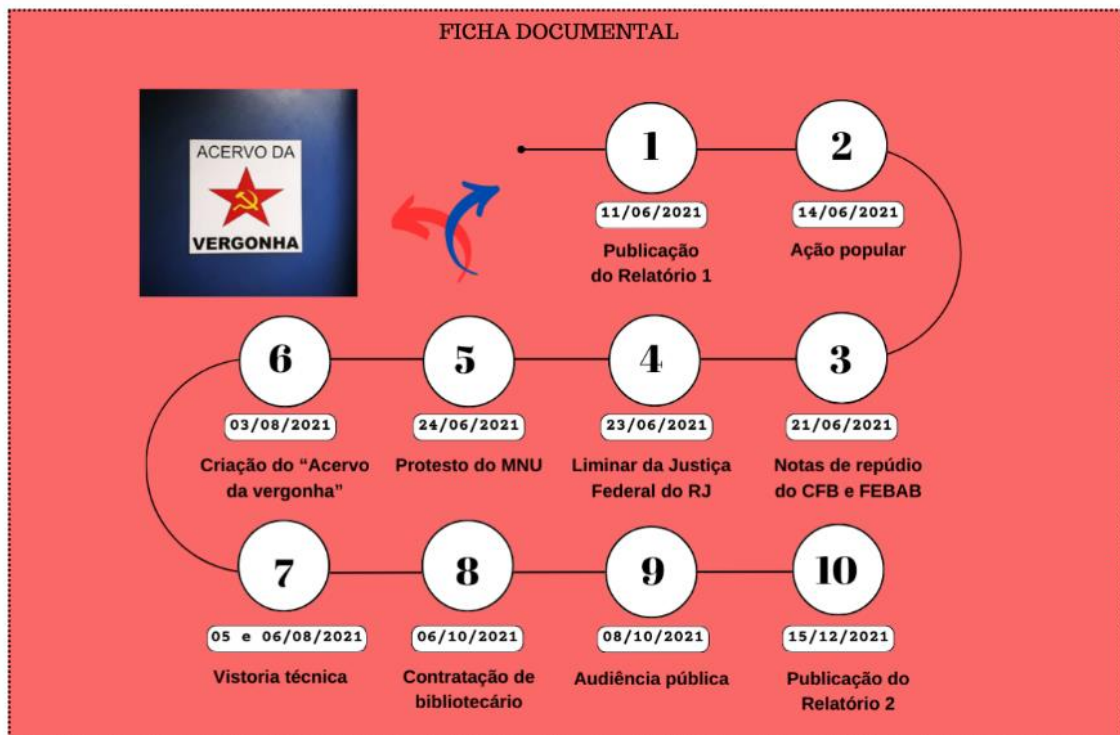
Dentre os diversos feitos da FCP, está a criação do Estatuto da Igualdade Racial e a certificação de comunidades quilombolas. Além disso, a Palmares atua em parceria com a rede de Ensino Fundamental e Médio no ensinamento das Histórias da África e afro-

²² Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/e-tudo-historia/atentado-ou-erro-medico-filme-examina-misteriosa-morte-de-tancredo-neves>. Acesso em: 24 abr. 2024.

brasileiras. A figura 8 traz um trecho da música “Imunização racional”, canção de Tim Maia, lançada em 1975. A FCP representa, para as comunidades negras e afrodiáspóricas, um instrumento que conta as suas origens e o seu passado, e um acesso ao futuro.

A Figura 9 é parte do exemplar 6 do diário de bordo (ver Apêndice Q) e traz a série de desvios do “Acervo da vergonha”.

Figura 9 – A série de desvios do “Acervo da vergonha”



Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

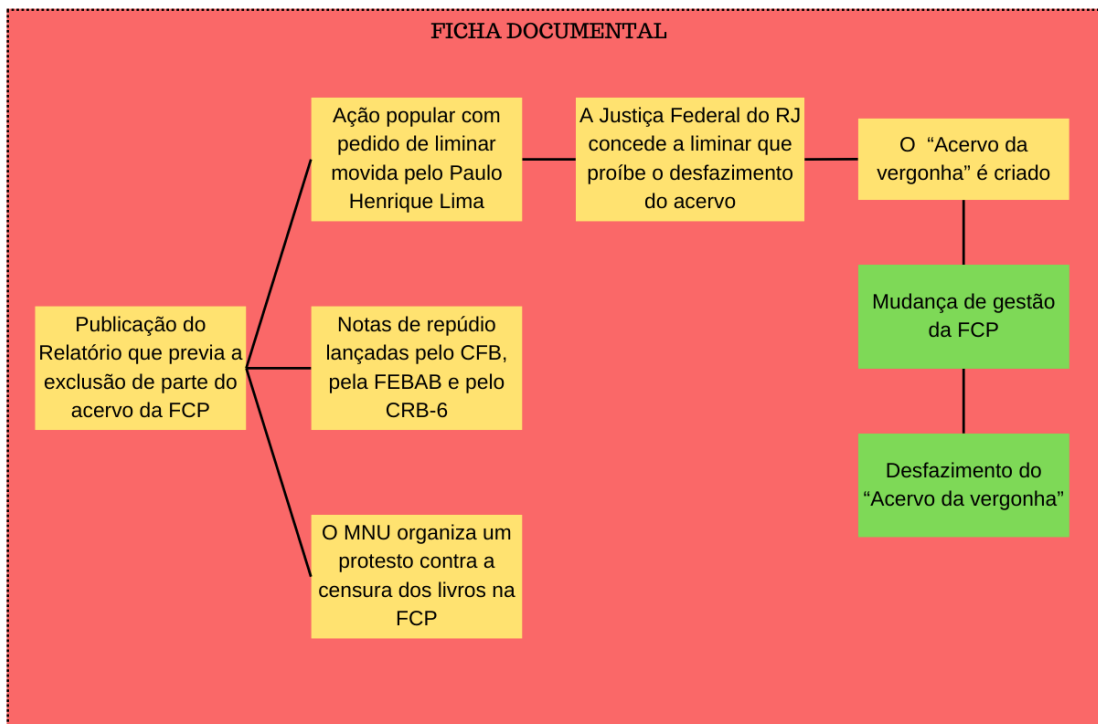
A gestão de Camargo reforçou os embates políticos entre partidos políticos de esquerda e de direita. A série de desvios que se traduzem na criação do “Acervo da vergonha” tem início com a publicação do Relatório 1, no dia 11 de junho de 2021. Após a publicação, o advogado Paulo Henrique Lima entra com pedido de liminar contra Sérgio Camargo, no dia 14 de junho. O CFB e a FEBAB emitem notas de repúdio (ver Anexo A) contra a decisão de Camargo de doar/retirar alguns livros do acervo, no dia 21 de junho. A Justiça Federal do Rio de Janeiro concede a liminar, assinada pelo juiz Erik Navarro Wolkart, que proíbe o desfazimento do acervo, no dia 23 de junho. No dia seguinte, o MNU organiza um ato virtual em protesto contra a censura dos livros na Fundação Cultural Palmares.

O “Acervo da vergonha” é criado no dia 03 de agosto de 2021 para expor as obras “vergonhosas” e “desviantes” do acervo da FCP. Alguns dias depois, a FCP recebe uma

vistoria técnica para avaliar as condições de armazenamento do acervo bibliográfico e iconográfico da instituição. Após a polêmica do Relatório 1 e da criação do “Acervo da vergonha”, a Fundação contrata um bibliotecário, no dia 06 de outubro de 2021. Na sequência, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados realiza uma audiência pública solicitada pela deputada Erika Kokay, no dia 10 de outubro de 2021. Por fim, a FCP publica o Relatório 2 que previa a aquisição de algumas obras sobre a temática negra.

A Figura 10 é parte do exemplar 7 do diário de bordo (ver apêndice R) e traz a representação de alguns desses atos (em amarelo) e outros desvios que não entraram no recorte anterior (em verde), inspirada nos esquemas apresentados no livro *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*, de Latour.

Figura 10 – O esquema de desvios do “Acervo da vergonha”

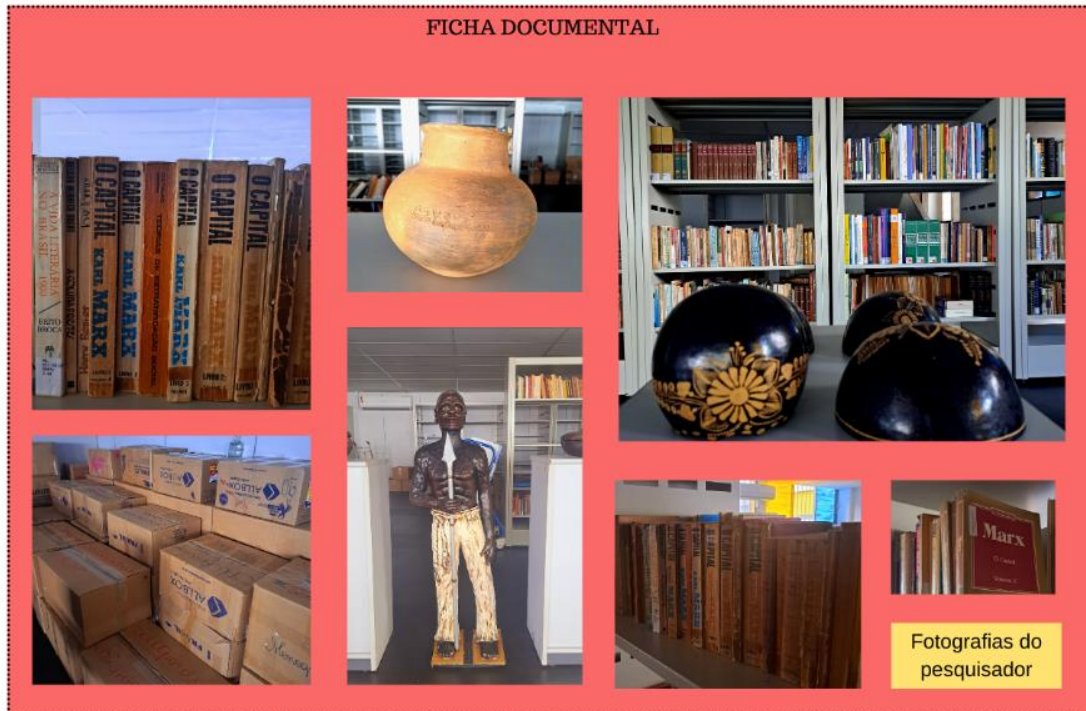


Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

A partir do esquema é possível traçar o seguinte caminho: i) publicação do Relatório 1; ii) ação popular com pedido de liminar movida pelo advogado Paulo Henrique Lima; iii) A Justiça Federal do Rio de Janeiro concede liminar que proíbe a doação do acervo; iv) o “Acervo da vergonha” é criado. O item iv representa a tradução, ao menos temporária, do curso de ação. Após a v) mudança de gestão da FCP, entre o final de 2022 e início de 2023, o vi) “Acervo da vergonha” foi desfeito, representando uma nova tradução.

A Figura 11 é parte do exemplar 8 do diário de bordo (ver Apêndice S) e traz algumas fotos da Biblioteca Oliveira Silveira retiradas pelo pesquisador.

Figura 11 – Visita à Biblioteca Oliveira Silveira

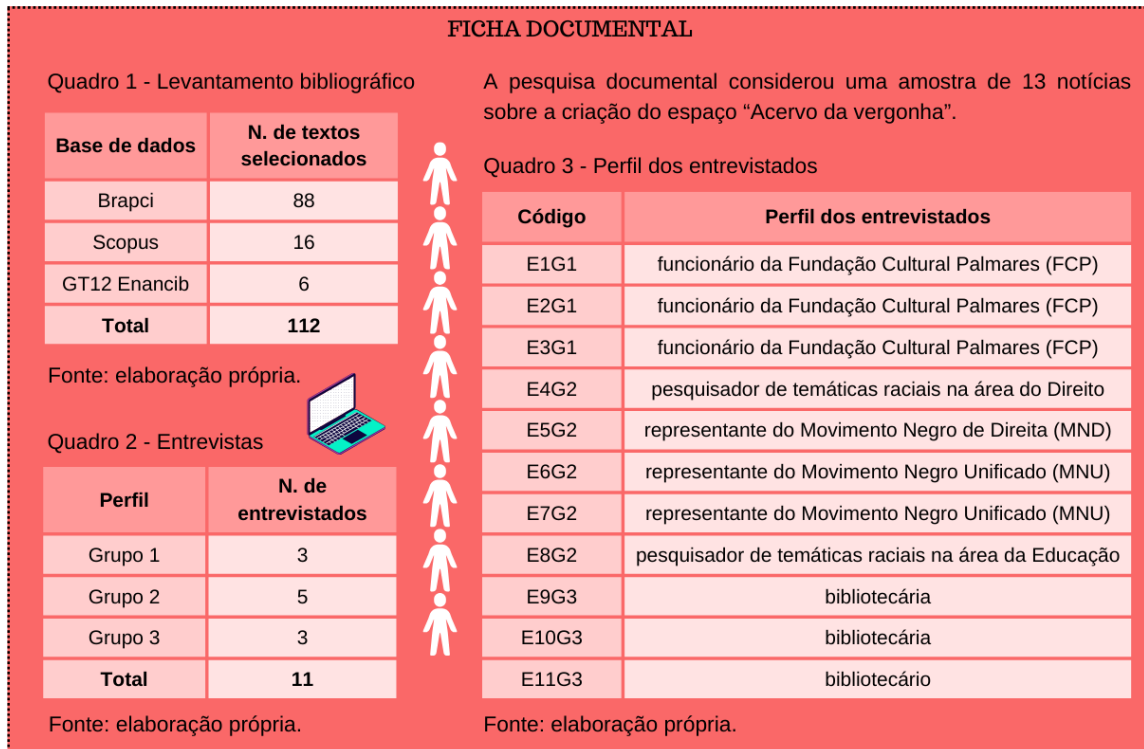


Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

A visita à Biblioteca Oliveira Silveira foi realizada em 29 de fevereiro de 2024. Na ocasião, a bibliotecária Marcela Costa, atual responsável pela gestão da biblioteca, não pôde estar presente na biblioteca para atender ao pesquisador por questões de saúde. Os livros que fizeram parte do “Acervo da vergonha” foram reintegrados ao acervo geral da biblioteca. No dia da visita, parte da coleção da biblioteca estava armazenada em caixas, porque a instituição passará, em breve, por uma mudança de prédio. A transferência, prevista para o mês de maio de 2024, foi pensada a partir da constatação de que a infraestrutura do prédio atual, localizado no SCRN 702/703, Bloco B, Asa Norte, não cumpre com as necessidades da FCP e da sua biblioteca. O novo prédio está localizado no SAUS Q. 2, Asa Sul.

A Figura 12 é parte do exemplar 9 do diário de bordo (ver Apêndice T) e apresenta os dados quantitativos do levantamento bibliográfico e das entrevistas, e a relação de notícias da pesquisa documental.

Figura 12 – Resultados quantitativos



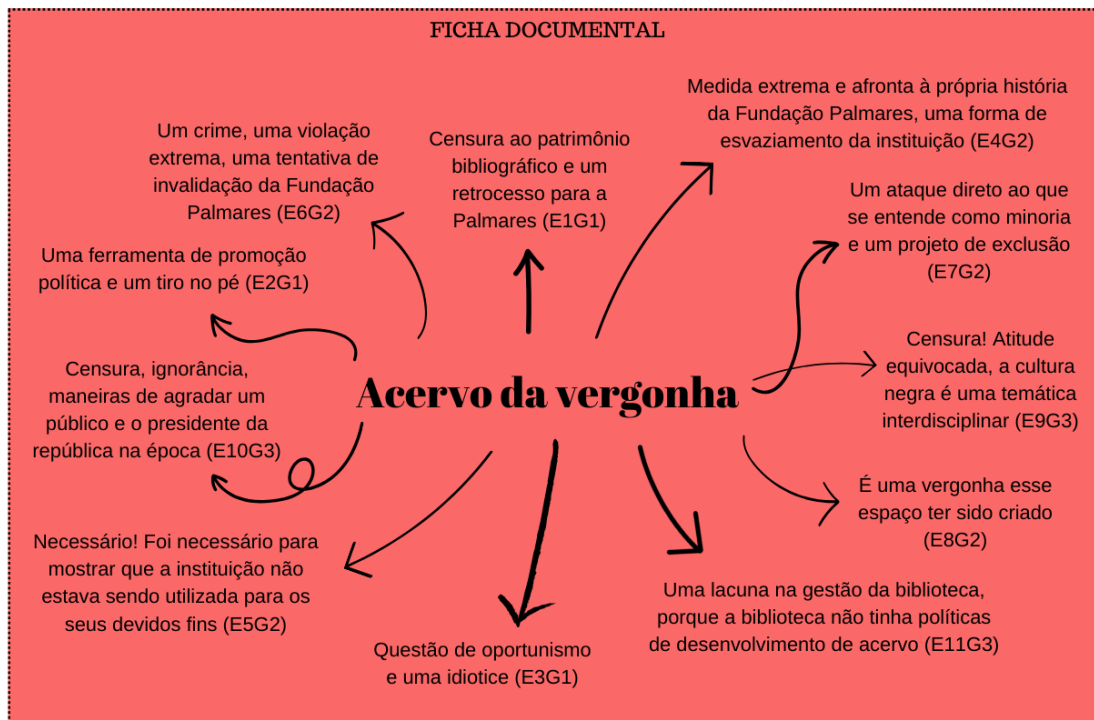
Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

O levantamento bibliográfico (ver Apêndice C) realizado nas bases de dados Brapci e Scopus resultou na seleção de 104 artigos (ver Apêndice D). Dentre esses, 88 eram da Brapci, e 16 da Scopus. Com o complemento de trabalhos do GT 12 do XXII Enancib, acrescentou-se ao montante mais 8 textos (ver Apêndice E), totalizando, ao final, 112 textos. A pesquisa documental considerou uma amostra de 13 notícias (ver Apêndice F) sobre o “Acervo da vergonha”, além dos Relatórios 1 e 2, as notas de repúdio do CFB e da FEBAB (ver Anexo A) e o protesto virtual do MNU. As entrevistas foram realizadas com três funcionários da FCP (Grupo 1), cinco integrantes de movimentos ou coletivos negros (Grupo 2), e três bibliotecários (Grupo 3). Dentre os integrantes do Grupo 2, estão dois pesquisadores de temáticas raciais, uma representante do Movimento Negro de Direita (MND)²³ e duas representantes do Movimento Negro Unificado (MNU) do Distrito Federal e Entorno. Os relatórios das entrevistados estão no Apêndice K.

A Figura 13 é parte do exemplar 10 do diário de bordo (ver Apêndice U) e foi construída levando em conta as diferentes visões e posicionamentos dos entrevistados sobre a criação do espaço “Acervo da vergonha”.

²³ A pesquisa encontrou dificuldades para alcançar pessoas associadas aos movimentos negros de direita.

Figura 13 – Visões dos entrevistados sobre o “Acervo da vergonha”



Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

Os resultados das entrevistas apontam para as controvérsias geradas a partir da criação do espaço “Acervo da vergonha”. Para os funcionários da Fundação (representados pelos códigos E1G1, E2G1 e E3G1), o espaço simbolizou censura e oportunismo, e foi uma ferramenta de promoção política para o Camargo. É interessante notar que enquanto as representantes do MNU (E6G2 e E7G2) enxergam o “Acervo da vergonha” como uma tentativa de invalidação da FCP e um ataque às minorias, a representante do MND (E5G2) compreende que a criação do espaço foi necessária para mostrar um desvio de função da instituição. Os pesquisadores de temáticas raciais (E4G2 e E8G2) entendem que a elaboração do espaço é uma vergonha e uma afronta à história da Palmares. Por fim, os bibliotecários (E9G3, E10G3 e E11G3) destacam que o “Acervo da vergonha”, para além da censura, foi uma maneira de agradar o presidente da época, Jair Bolsonaro, e uma atitude equivocada, pois a cultura negra é uma temática interdisciplinar, e evidenciou que havia uma lacuna na gestão da biblioteca, que não tinha políticas de desenvolvimento de acervo.

Quando questionados sobre qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do “Acervo da vergonha”, alguns entrevistados defenderam que eles deveriam voltar para o acervo geral, outros propuseram a criação de um espaço específico para destacar esses livros,

e a representante do MND (E5G2) argumentou que os livros com “apologia à pedofilia” deveriam ser queimados e os marxistas precisariam ser transferidos para um espaço adequado, fora da Fundação. A fala da representante do MND (E5G2) faz referência ao livro “Pedagogia da educação sexual”, de Claude Lejeune, que foi classificado no Relatório 1 como “sexualização de crianças” por apresentar formas de introdução à educação sexual na infância.

O bibliotecário (E11G3) faz uma defesa da permanência das obras de Marx no acervo da Palmares, porque considera que as obras do autor são importantes para se compreender o processo de escravização negra e a sua relação com o capitalismo. Ele destaca que Marx dedicou um capítulo do livro *O capital* para abordar a escravização negra dentro de uma perspectiva econômica. Essa defesa dialoga com a visão da bibliotecária (E9G3), que aponta que a temática negra é interdisciplinar.

Em alguma medida, a hipótese da pesquisa se faz presente nas diferentes visões dos entrevistados. A saber, a hipótese é de que a criação do espaço “Acervo da vergonha” evidencia que o livro é uma representação simbólica do que se pode, do que se quer, do que não se quer e do que não se pode representar ou defender. Isso significa dizer que a este objeto são atribuídas intencionalidades que corroboram, desviam ou controversiam a função ou a intencionalidade inicial. Tanto o livro (unidade) como a coleção (conjunto) são traduções da hibridez presente na dimensão política da instituição.

Além disso, é possível observar a expressão da hipótese da pesquisa nas notas de repúdio do CFB e da FEBAB, publicadas pelo CRB-6 (2021). Em nota, a FEBAB defende que os acervos das instituições públicas devem ser preservados e mantidos pelas entidades, e não eliminados. O CFB aponta que a tentativa de eliminação do acervo da Palmares adota uma linguagem depreciativa e infundada para atacar o acervo. E, por se tratar de uma biblioteca financiada com o dinheiro público, a Biblioteca Oliveira Silveira não pode ser submetida às animosidades políticas ou ideológicas. A pesquisa entende que o problema não está no desbaste ou na doação de livros. O ponto de interesse é que a inclusão ou a retirada de qualquer item do acervo de uma biblioteca deve considerar os critérios de inclusão ou de desbaste estabelecidos em uma Política de desenvolvimento de acervo. E esses critérios não estão isentos de posicionamentos políticos e ideológicos, conforme nota do CFB, ao contrário: eles vão indicar formas de se posicionar em relação ao tratamento do acervo da instituição.

O espaço “Acervo da vergonha” é um exemplo de como o livro pode encontrar diferentes atribuições e valores, a depender do contexto e da relação que o sujeito ou a instituição estabelece com ele. Nas entrevistas realizadas, os entrevistados dos grupos 2 e 3 responderam nomes de personalidades negras que eles admiravam. Alguns dos nomes

mencionados pelos entrevistados estão indicados na Figura 14, que é parte do exemplar 11 do diário de bordo (ver Apêndice V).

Figura 14 – Por um “Acervo do orgulho negro e afro-brasileiro”



Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

Essas personalidades da Figura 14 podem indicar caminhos para se pensar o desenvolvimento de uma coleção para se orgulhar, na conjuntura da FCP, com foco no fortalecimento não só bibliográfico da Biblioteca Oliveira Silveira. Uma coleção específica do orgulho negro e afro-brasileiro pode aproximar o Brasil do continente africano cultura e socialmente, enquanto a Placa Tectônica Sul-Americana, onde o Brasil se localiza, está se distanciando da Placa Africana geograficamente. A Figura 14 traz um recorte pequeno de personalidades negras e afro-brasileiras. No site da Fundação, há uma lista mais extensa com algumas dessas personalidades destacadas e outras figuras negras notáveis.²⁴

²⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/fomento-a-cultura/personalidades-notaveis-negras-1>. Acesso em: 24 abr. 2024.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é um equipamento essencial na luta por igualdade racial e na conquista de políticas públicas para a população negra e afrodescendente. Dada a natureza e a importância da instituição, não apenas para a população negra, mas para toda a sociedade brasileira, destaque-se que a Fundação não pode ficar à mercê dos ataques antidemocráticos da extrema-direita. Embora os movimentos negros, ao longo da história, se alinhem mais à direita, como a Frente Negra Brasileira (FNB), durante a Era Vargas, ou mais à esquerda, como o Movimento Negro Unificado (MNU), após a Ditadura Militar (Domingues, 2007), a formação de políticas públicas antirracistas e a luta por igualdade racial ultrapassam essas divisões e posicionamentos – eis a razão de ser da FCP.

Do mesmo modo, a Biblioteca Oliveira Silveira, em apoio ao cumprimento da missão institucional, não pode depender da bondade, tolerância, ideologias ou preferências da Presidência da Fundação ou do profissional bibliotecário que a coordena. A Política de desenvolvimento de acervo é um instrumento elementar para toda biblioteca e uma forma de diminuir as subjetividades que envolvem o processo de formação de acervo com métodos e critérios efetivos e eficazes para seleção, aquisição, avaliação, manutenção e desbaste dos itens (Vergueiro, 1989). Os métodos e os critérios devem estar integrados aos interesses da Fundação e da comunidade que a Biblioteca Oliveira Silveira atende.

A falta de uma Política de desenvolvimento de acervo para a biblioteca da Palmares facilitou o ataque aos livros e à construção de narrativas polêmicas que fragilizaram, em alguma medida, a história da instituição. O espaço “Acervo da vergonha” é um exemplo de como o livro pode encontrar diferentes atribuições e valores, a depender do contexto e da relação que o sujeito ou a instituição estabelece com ele. Nesse sentido, a Dissertação defende e assegura o livro como representação simbólica do que se pode, do que se quer, do que não se quer e do que não se pode representar ou defender. Em outras palavras, a este objeto são atribuídas intencionalidades que corroboram, desviam ou controversiam a função ou a intencionalidade inicial. Tanto o livro (unidade) como a coleção (conjunto) são traduções da hibridez presente na dimensão política da instituição.

As diferentes visões sobre o conceito de intencionalidade ornaram as discussões levantadas sobre o valor simbólico do livro e de outros objetos e documentos. A Documentação, enquanto uma das origens da Ciência da Informação, ainda exerce determinada influência nos estudos que consideram o conceito de documento e o papel dos usuários na atribuição de qualidades informacionais ou subjetivadas. De modo similar, a

percepção historiográfica, nas personalidades dos sujeitos históricos ou do historiador, permite pensar sobre (in)voluntariedade da intencionalidade marcada na fonte histórica. No campo da Fenomenologia, a intencionalidade entra em foco para considerar como a consciência percebe a realidade e concebe, a partir dessa percepção, os objetos como documentos. As Filosofias africanas, que estimam outra cosmopercepção, entendem a intencionalidade na dança e na performance da temporalidade.

Ademais, a Teoria Ator-Rede (TAR) e os Estudos e epistemologias decoloniais contribuíram com caminhos para estudar a intencionalidade no âmbito das redes e nós que costumam a realidade social e das estruturas coloniais que atravessam a América Latina e produzem violências como o racismo e o epistemicídio negro. A TAR, também, foi um instrumento heurístico para mapear os atos e as controvérsias da criação do espaço “Acervo da vergonha”, sem hierarquizar os atores humanos e não-humanos presentes no curso de ação. E as epistemologias decoloniais mostraram possibilidades referenciais para o desprendimento da hegemonia europeia. A TAR se difere das ontologias proposta pela Fenomenologia e pelas Filosofias africanas, e, ainda, da interpretação assimétrica da relação sujeito-objeto presente nas perspectivas da Documentação e da História.

Os resultados das entrevistas realizadas com os funcionários da FCP, integrantes de movimentos e/ou coletivos negros e profissionais bibliotecários apontaram para algumas controvérsias concebidas antes, durante e após a criação do “Acervo da vergonha”. O próprio embate entre esquerda e direita é um exemplo de controvérsia que antecede à gestão de Sérgio Camargo na Fundação, mas que é aguçado com o Governo Bolsonaro. Embora a pesquisa tenha encontrado uma limitação para contactar e incluir mais representantes de movimentos negros de direita, a visão da representante do MND é um laço para a perspectiva adotada em relação aos livros na gestão de Camargo.

A pesquisa reconhece que ainda há muito o que explorar sobre a temática da intencionalidade aplicada aos livros e aos documentos, principalmente, em contextos institucionais, considerando os aspectos de formação e desenvolvimento de coleções. Nesses espaços, os livros e os documentos apresentam particularidades para além da informação, e podem fomentar estudos robustos e enriquecedores para a Ciência da Informação. O recorte temático da pesquisa identifica que a Ciência da Informação carece de estudos que considerem as questões raciais e a informação étnico-racial. É necessário que a área se atente a essas questões e que os profissionais e pesquisadores da informação assumam uma postura antirracista e um compromisso contrário ao epistemicídio.

Talvez desse modo, retomando a analogia da introdução, seja possível pensar em

políticas e práticas profissionais para erradicar a raiz do racismo. A FCP há de ter um papel central nesse processo e provoca-se, em contraponto ao “Acervo da vergonha”, a composição de um “Acervo do orgulho negro e afro-brasileiro”. Sem diminuir ou desconsiderar a complexidade do problema, o amparo de políticas públicas e referências bibliográficas negras, espaços especializados na temática racial e profissionais comprometidos com a causa, são uma alternativa para a passagem de um regime de política de morte para políticas de valorização da vida.

O exemplar 11 do Diário de bordo apresenta alguns nomes de personalidades negras da história, da música, da academia, dos movimentos negros e das artes para pensar a formação de um “Acervo do orgulho negro e afro-brasileiro”. O espaço trata-se de uma provocação da pesquisa não apenas para a FCP, mas para as bibliotecas, museus, arquivos e outras unidades de informação, de modo geral. Esses espaços podem contribuir de forma significativa com a pauta racial e com o processo de disseminação de informação antirracista. Por fim, espera-se que as provocações e reflexões levantadas na Dissertação, com a finalidade de chamar a atenção da Ciência da Informação para essas questões que são invisibilizadas, contribuam, em alguma medida, com outros estudos sobre os conceitos de intencionalidades, epistemicídio e informação étnico-racial, principalmente, no contexto das coleções institucionais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 273-289, 2016.

ALEXANDER, M. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, S. L. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. 1-10, e021023, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3prpY8vSHNZccvB67Gt7m6N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ALVES, F. A. C. **A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro: do epistemicídio à [des]colonialidade nos anais do ENANCIB**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ALVES, F. A. C.; CÔRTEZ, G. R. Epistemicídio negro na Ciência da Informação: uma discussão inicial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

AMORIM, A. K. A.; PAULO, L. S.; RABELLO, R. Atos antidemocráticos de 2023 e a devolução da réplica da constituição. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., Aracaju, 06 a 10 de novembro de 2023. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023.

AMORIM, B. R. P.; SALDANHA, G. S. Neodocumentação e dialogismo no muralismo zapatista. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/159395>. Acesso em: 24 ago. 2023.

AMORIM, B. R. P.; SALDANHA, G. S. O documento e o movimento zapatista. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151760>. Acesso em: 24 ago. 2023.

AMORIM, I. S.; ALVES, U. D. S. Biblioteconomia e ciência da informação: uma perspectiva decolonial. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. esp., 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/198772>. Acesso em: 31 mar. 2023.

ANNA, J. S. A ciência da informação na sociedade multicultural: o paradigma social como paradigma emergente. **Biblionline**, v. 13, n. 1, p. 3-14, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16139>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ARAÚJO, C. A. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAUJO, F.; VENTURINI, A. C. Fundação Cultural Palmares: presidentes e ações. **Nexo Jornal**, 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do->

[tempo/2022/Funda%C3%A7%C3%A3o-Cultural-Palmares-presidentes-e-a%C3%A7%C3%B5es](#). Acesso em: 14 out. 2023.

ARAÚJO, R. F.; CARDOSO, A. M. P. A Ciência da Informação como rede de atores: reflexões a partir de Bruno Latour. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., Salvador, 28 a 31 de outubro de 2007. **Anais [...]**. Salvador: ANCIB, 2007.

ARAÚJO, R. F. Leituras de Bruno Latour na Ciência da Informação: analisando citações. **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 3, p. 299-316, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/61066>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ARRAIS, C. A. Causalidade e intencionalidade: uma contribuição ao debate sobre dimensão explicativa da historiografia. **Hist. Historiogr.**, v. 14, n. 36, p. 73-103, 2021.

ASSIS, M. B.; GOULART, I. C. V. Políticas públicas: marco legal para as bibliotecas escolares. **Em Questão**, n. online, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/166654>. Acesso em: 09 out. 2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BAMBERG, C. R. F. P. E. A.; VITAL, L. P.; COSTA, A.; GARCEZ, D. C. Epistemologia decolonial e ciência da informação: uma análise dos anais do enancib. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 13, n. 2, p. 29-46, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/211557>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BAPTISTA, S. G.; BRANDT, M. B. Do manuscrito ao digital: a longa sobrevivência das bibliotecas e dos profissionais envolvidos. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 21-40, 2006.

BARBOSA, J. R. **Chauvinismo e extrema direita**: crítica aos herdeiros do sigma. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BAROK, D.; NOORDEGRAAF, J.; DE VRIES, A. P. From collection management to content management in art documentation: the conservator as an editor. **Studies in Conservation**, v. 64, n. 8, p. 472-489, 2019.

BARROS, J. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, p. 129-159, 2012.

BARROS, J. Intencionalidade. *In: _____*. **Fontes Históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. Cap. 4, p. 32-41.

BARROS, M. C. V. **Racismo e migração**: um olhar sobre as políticas migratórias e as teorias raciais de branqueamento na República Velha. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41191/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Marcelo%20C%c3%a9zar%20Vital%20de%20Barros.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BARROSO, M. A. Instituto nacional do livro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1, n. 1/3, p. 45-63, 1973. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2934>. Acesso em: 09 out. 2023.

BARSEGHYAN, H. Selection, presentism, and pluralist history. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 92, p. 60-70, 2022.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v. 34, n. 1, p. 55-85, 1978.

BIBLIOO. Assista: Audiência discute situação do acervo histórico da Fundação Palmares. **Biblioo**, 2021a. Disponível em: <https://biblioo.info/audiencia-discute-situacao-do-acervo-historico-da-fundacao-palmares/>. Acesso em: 14 out. 2023.

BIBLIOO. Depois de criar "acervo da vergonha", Fundação Palmares anuncia bibliotecário para cuidar de suas obras. **Biblioo**, 2021b. Disponível em: <https://biblioo.info/fundacao-palmares-anuncia-bibliotecario-para-cuidar-do-seu-acervo-bibliografico-e-iconografico/>. Acesso em: 14 out. 2023.

BIBLIOO. Fundação Palmares terá "acervo da vergonha" para obras que considera "comunistas". **Biblioo**, 2021c. Disponível em: <https://biblioo.info/fundacao-palmares-tera-acervo-da-vergonha-para-obras-que-considera-comunistas/>. Acesso em: 14 out. 2023.

BITTENCOURT, L. C. Interferências e intencionalidades na relação homem objeto em seu território uma análise transdisciplinar. **Logeion: filosofia da informação**, v. 6, n. 2, p. 115-131, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136700>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BOECKEL, C.; NASCIMENTO, R. Uma pessoa negra foi morta pela polícia a cada 4 horas em oito estados do país no ano passado, diz pesquisa. **Portal G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/16/uma-pessoa-negra-foi-morta-pela-policia-a-cada-4-horas-em-oito-estados-do-pais-no-ano-passado-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em 12 abr. 2024.

BOGDANOVIC, J.; DI REDA, T. Possibilities of application of multi-spectral imaging in research works and for paleographic and codicological analysis of dalmatian beneventana from the collection of the research library of Dubrovnik libraries. **IMSCI 2020 - 14th International Multi-Conference on Society, Cybernetics and Informatics, Proceedings**, p. 130-135, 2020.

BOITO, S. R. O pensamento decolonial de Leda Maria Martins e sua importante contribuição para as artes da cena: resenha do livro Performance do tempo espiralar – poéticas do corpo-tela de Leda Maria Martins. **Revista sala preta**, v. 21, n. 1, 2022.

BORI, C. Conclusive or clue? reading unexpected silences in our sources. **Rivista degli Studi Orientali**, v. 95, n. 4, p. 23-34, 2022.

BOUHID, R. R. **Jamais fomos modernos no IFRJ**. 2015. 251 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/14324/1/Tese%20completa_Roseantony_%20PPG_MA_UERJ_2015.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRANDÃO, M. Após críticas, Temer decide recriar Ministério da Cultura. **Agência Brasil**, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-05/temer-volta-atras-e-recria-ministerio-da-cultura#:~:text=Desde%20que%20assumiu%20interinamente%20a,grupos%20ligados%20%C3%A0%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cultural>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 93, de 21 de dezembro de 1937 que cria o Instituto Nacional do Livro. **Brasil**, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496308/000898128.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.668, de 22 de agosto 1988 que autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. **Brasil**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17668.htm#:~:text=Art.na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade%20brasileira. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Brasil**, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL DE FATO. O negro em movimento e a celebração da consciência. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/20/artigo-o-negro-em-movimento-e-a-celebracao-da-consciencia>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRAUDEL, F. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAZÃO, J. P. G. O diário de um diário etnográfico electrónico. In: SOUSA, J. M.; FINO, C. N. **A escola sob suspeita**, Portugal: Edições Asa, 2007. p. 289-307.

BRIET, S. **O que é documentação**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of information Science**, v. 42, n. 5, p. 351–360, 1991.

BURKE, P. **Cultura popular na idade moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v. 176, n.1, p. 101-108, 1945.

BUZAN, T.; BUZAN B. **El libro de los mapas mentales**: cómo utilizar al máximo las capacidades de la mente. España: Editorial Urano, 1996.

CALDIN, C. F. A leitura segundo wolfgang iser. **DataGramZero**, v. 13, n. 5, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101754>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 30 anos da Constituição. **Agência Câmara**, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html#:~:text=A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Cidad%C3%A3%2C%20promulgada%20em,assegurava%20a%20liberdade%20de%20pensamento>. Acesso em: 14 out. 2023.

CAMPELLO, B. D. S.; SILVA, E. V. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 6 n. 1, n. 1, p. 64-80, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/143430>. Acesso em: 09 out. 2023.

CAPANEMA, G. **Exposição de motivos**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 27 dez. 1937. Seção 1, p. 25586. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-exposicaodemotivos-75476-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. **Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento**, Año 4, n.1, p.11-29, 2007.

CARDOSO, L; GOMES, L. Movimento Negro e Movimento Quilombola: para uma teoria da tradução. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 26, p. 153-171, 2018.

CARNEIRO, M. L. T. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, p. 115-130, 2018.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARTA CAPITAL. CGU pune Sergio Camargo, ex-presidente da Fundação Palmares, por prática de assédio moral. **Carta Capital**, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/cgu-pune-sergio-camargo-ex-presidente-da-fundacao-palmares-por-pratica-de-assedio-moral/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CASTRO, H. A. Negros livres no Brasil Imperial: Luiz Gama e André Rebouças. **Dimensões**, v. 11, 2000.

CAVATI SOBRINHO, H.; MORAES, J. B. E.; FUJITA, M. S. L. A linguagem, o texto e o documento no contexto da ciência da informação. **Scire: representación y organización del conocimiento**, v. 18, n. 2, p. 135-141, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/167746>. Acesso em: 25 ago. 2023.

CERRETO, C.; DOMENICO, S. M. Mudança e Teoria ator-rede: humanos e não humanos em controvérsias na implementação de um centro de serviços compartilhados. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2016.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. *In*: CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 65-119.

CEZAR, L. S.; MACIEL, A. J. N. Infodemia no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil: uma política de contaminação?. **Liinc em revista**, v. 17, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/160974>. Acesso em: 25 ago. 2023.

CHADAREVIAN, P. C. A Economia na era do racismo científico no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., Vitória, 14 a 16 de setembro de 2015. **Anais [...]**. Espírito Santo: UFES, 2015. Disponível em: https://abphe.org.br/arquivos/2015_pedro_chadarevian_a-economia-na-era-do-racismo-cientifico-no-brasil.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

COELHO, K. C.; ALMEIDA, M. B. Atos dos documentos e sua natureza teórico-filosófica. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 11, n. 3, 2017.

COLEMAN, P. The case for documenting user experience as part preservation strategy for internet-based art. **AICCM Bulletin**, v. 42, n. 1, p. 43-52, 2021.

CRB-6. CFB e FEBAB publicam notas de repúdio sobre Fundação Cultural Palmares. **CRB-6**, 2021. Disponível em: <https://crb6.org.br/materias/cfb-e-febab-publicam-notas-de-repudio-sobre-fundacao-cultural-palmares/>. Acesso em: 14 out. 2023.

CORRÊA, F. C. As dimensões educacional e política da sociedade da informação. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 66-79, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32109>. Acesso em: 09 out. 2023.

COSTA, M. S.; LOPES, P. L. P. Origem, definição e interdisciplinaridade na ciência da informação: pontos de consenso e divergência. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. Especial, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106376>. Acesso em: 24 ago. 2023.

COUZINET, V.; FRAYSSE, P. Bibliographie et bibliographes en France: Des revues pour la circulation de la science. **Bibliothecaet.it**, v. 7, n. 2, p. 172-197, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DESS, C. Notas sobre o conceito de representatividade. **Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 1 n. 43, abr. 2022.

DOMINGUES, P. J. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, p. 19-48, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLcLmkyPqsw9dYC3JZGJkng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 23, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DOMINGUES, P. J. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hqBHpKJHNtbrVMgJb3Fpv9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DOYLE, A.; OLINTO, G. Categorias de análise feministas para o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

DUARTE, E. J.; CALDIN, C. F. Abordagem fenomenológica na ciência da informação: reflexões sobre o método utilizado por Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, p. 315-334, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216514>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DUTRA, M. P. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a censura, uma história ainda presente. **Ensaio Geral**, n. 1, p. 65-80, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/170212>. Acesso em: 26 set. 2023.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: _____. (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente** - 'Um Discurso sobre as Ciências Revisitado'. Portugal: Edições Afrontamento, 2004.

ESPÍRITO SANTO, S. M. E. A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do museu histórico do antigo “oeste paulista”. **Transinformação**, v. 23, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217352>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FAYET-SCRIBE, S. Você conhece Suzanne Briet?. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v.11, n.3, p.805-815, 2018.

FEITOSA, A. C. O.; MIRANDA, M. K. F. O. Neodocumentação e humanidades digitais: o podcast CImplifica no cenário contemporâneo de informação. **Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação**, v. 17, p. 1-26, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168792>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FERNANDES, G. C.; SALDANHA, G. S. As contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 2-31, 2012.

FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. De la Documentación a la Information Science: antecedentes, nacimiento y consolidación de la "Ciencia de la Información" en el mundo anglosajón. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, v. 9, n. 33, p. 41- 61, 1993.

FERREIRA DOS SANTOS, L. C. Filosofia africana da educação: por uma cartografia da encruzilhada. **Cuadernos de Filosofía Latinoamericana**, v. 43, n. 126, 2022.

FERREIRA, R. S. A experiência docente no ensino de história do livro e das bibliotecas na Universidade Federal do Pará (ufpa). **Informação & Informação**, v. 21, n. 1, p. 573-594, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34432>. Acesso em: 26 set. 2023.

FIGUEIREDO, M. F. Pós-fenomenologia e ciência da informação: aportes epistêmicos para acesso ao conhecimento. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3 n. 1, n. 1, p. 21-35, 2012.

FIORAVANTE, E. **O sentido de biblioteca escolar expresso por alunos de escolas públicas de Santa Catarina**: entre livros, descobertas, refúgio e abandono. 2018. 568 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190697/PCIN0183-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jul. 2023.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, 1980. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36361>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Fundação Palmares faz cruzada ideológica e deve excluir metade do seu acervo. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/fundacao-palmares-faz-cruzada-ideologica-e-deve-excluir-metade-do-seu-acervo.shtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

FREIRE, I. M.; SILVA, T. J. Um olhar sobre historiografia e epistemologia no campo da ciência da informação. **Logeion: filosofia da informação**, v. 7, p. 133-164, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/148145>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FREIRE, L. A ciência em ação de Bruno Latour. **Cadernos IHU ideias**, a. 11, n. 193, 2013.

FREITAS, M. H. *et al.* Os sentidos do sentido: uma leitura fenomenológica. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 18, n. 2, p. 144-154, 2012.

FEVRIER, P. R. *et al.* Direitos humanos, informação e racismo: uma análise do perfil do instagram do Quilombo Intelectual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

FROHMANN, B. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. In: SKLARE, R.; LUND, N. W.; VARHEIM, A. (Ed.). **A document (re)turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt: Peter Lang, 2007. p. 1-13.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: Some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, n. 42, p. 13-28, 2000.

FROHMANN, B. Revisiting “what is document?”. **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Biblioteca da Fundação Cultural Palmares de portas abertas. **Fundação Cultural Palmares**, 2010. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?tag=acervo>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Biblioteca Oliveira Silveira é reinaugurada em Brasília. **Fundação Cultural Palmares**, 2014a. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=3948#:~:text=A%20Biblioteca%20da%20Fundac%C3%A7%C3%A3o%20Cultural,artefatos%20produzidos%20por%20comunidades%20quilombolas>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. João Jorge Rodrigues dos Santos é oficialmente o novo presidente da Fundação Cultural Palmares. **Fundação Cultural Palmares**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/joao-jorge-rodrigues-e-oficialmente-o-novo-presidente-da-fundacao-cultural-palmares>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Linha do tempo dos presidentes. **Fundação Cultural Palmares**, 2014b. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=33171>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Plano de integridade da FCP. **Fundação Cultural Palmares**, 2018. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46008/1/FCP_Plano_de_integridade_V1.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Relatório 1: Retrato do Acervo: A Doutrinação Marxista na Fundação Cultural Palmares (1988-2019)**. Brasília: FCP, 2021.

FURTADO, J. P. A morte do livro? notas sobre a história da leitura na era da dispersão. **Scire: representación y organización del conocimiento**, v. 22, n. 1, p. 87-92, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168090>. Acesso em: 26 set. 2023.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Decolonizando a organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195017>. Acesso em: 25 ago. 2023.

GARCEZ, E. F. A fenomenologia e o “sentido” de biblioteca escolar para o ser-aluno: ensaio de proposta de investigação1. **Revista Interamericana de Bibliotecología** (Colômbia), v. 36, n. 3, p. 197-205, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/83167>. Acesso em: 28 ago. 2023.

GIANNOTTA, A. P. Qualitative relationism about subject and object of perception and experience. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 21, p. 583–602, 2022.

GOMES, T. P. D.; LARA, M. L. L. G. A noção de documento: questões para uma abordagem cosmopolítica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 3-9, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3939>. Acesso em: 17 ago. 2023.

GONÇALVES, S. R. P.; GRACIOSO, L. S.; SILVA, C. R. Atuação do bibliotecário junto a população em situação de rua. **Informação@Profissões**, v. 7, n. 1, p. 114-133, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/64808>. Acesso em: 09 out. 2023.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. A Documentação e o Neo-Documentalismo. In: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo, 2008. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008.

GRACIOSO, L. S.; PINTO, L. P. Sobre os limites e alcances da interpretação: reflexões a partir de heidegger, husserl e wittgenstein. **Logeion: filosofia da informação**, v. 2, n. 1, p. 90-107, 2015. Acesso em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44256>. Acesso em: 25 ago. 2023.

GREENHALGH, R. D. Homero Pires: o colecionismo bibliográfico e as marcas de proveniência. **Em Questão**, n. online, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/111605>. Acesso em: 27 set. 2023.

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD. Estudios decoloniales: un panorama general. **Revista de Antropología y Ciencias Sociales**, n. 6, 2012.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000.

HULVEY, M. Os desafios do estudo das proveniências para a história do comércio do livro na França no renascimento: algumas linhas de pesquisa. **Ponto de Acesso**, v. 16, n. 3, p. 169-185, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52305>. Acesso em: 26 set. 2023

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Portugal: Edições 70, 1990.

ISTO É. Sergio Camargo vai criar ‘Museu da Vergonha’ com obras ‘desviantes’. **ISTO É**, 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/sergio-camargo-vai-criar-museu-da-vergonha-com-obras-desviantes/>. Acesso em: 14 out. 2023.

IZZO, R. C. O Prêmio Nobel da Paz e a Conjuntura Internacional. **Meridiano**, v. 47, n. 99, p. 39-40, 2008.

JESUS, J. M.; ALVES, F. M. M. Meyriat, foskett e a competência em informação. **Ponto de Acesso**, v. 13, n. 3, p. 115-127, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/35222>. Acesso em: 17 ago. 2023.

JORNAL GGN. Deputados vão à Justiça contra transferência da Fundação Palmares para prédio deteriorado da EBC. **Jornal GGN**, 2020. Disponível em:

<https://jornalggn.com.br/noticia/deputados-vao-a-justica-contr-transferencia-da-fundacao-palmares-para-predio-deteriorado-da-ebc/>. Acesso em: 14 out. 2023.

JUVÊNCIO, C. H. Arquitetura das ideias: Paul Otlet, o objeto, o livro e o documento.

Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 26, p. 01-17, 2021.

KORNALEWSKI, A. M.; FARIAS, F. R. Equívocos e efeitos da memória no âmbito de atuação do bibliotecário: reflexões sob o viés da política de desenvolvimento de coleções.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 15, n. 3, p. 286-307, 2019.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121360>. Acesso em: 25 ago. 2023.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, B. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. **Tramas da Rede**, Porto Alegre, p. 39-63, 2004.

LIMA, G. D. S.; CARVALHO, C. P. J.; ALMEIDA, C. C. A preservação e a disseminação da história e cultura africana e afro-brasileira a partir do colecionismo nas unidades de informação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 223-238, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136023>. Acesso em: 05 out. 2023.

LIMA, P. C.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. Contação de história como instrumento de construção da identidade negra: estudo de caso na biblioteca do Centro Cultural Banco do Nordeste - Cariri. **Revista Folha de Rosto**, v. 4, n. Especial, p. 50-74, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119231>. Acesso em: 27 set. 2023.

LIMA, P. H. A. **Ação popular com pedido de liminar contra Sérgio Nascimento de Camargo**, 2021. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/06/Acao-Popular-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

LOPES, L. B. P.; SILVA, M. B. Tecnologia big data em bibliotecas: estudo contributivo a partir de pontuações literárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-22, 2021.

LOPES, N.; SIMAS, L. A. **Filosofias africanas**: uma introdução. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

LUCCA, D. M.; VITORINO, E. V. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da ciência da informação: em foco, a fenomenologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 22-48, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146870>. Acesso em: 29 ago. 2023.

LUIZ, M. L.; LOMBA, M. L. R. Os pressupostos de Carlo Ginzburg e de Marc Bloch para a pesquisa em história da educação. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, Espírito Santo, 2021.

MACHADO, V. Exu: o Senhor dos caminhos e das alegrias. *In*: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6., Salvador, 25 a 27 de maio de 2010. **Anais [...]**. Bahia: IFBA, 2010.

MARCIANO, J. L. P. Abordagens epistemológicas à ciência da informação: fenomenologia e hermenêutica. **Transinformação**, v. 18, p. 1-10, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217452>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MARQUES, T. P. **A questão do negro e a cultura organizacional**: estudo de caso da Fundação Cultural Palmares. 2027. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Organizacional) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18089/1/2017_TainaPlacidoMarques_tcc.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo tela. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MATOS, J. S. A história estrutural: trajetória, conceitos e aplicabilidade. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n. 1, p. 55-67, 2010a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22833>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MATOS, J. S. Tendências e debates: da Escola dos Annales à História Nova. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 113-130, 2010b.

MAZZOCCHI, F. Images of thought and their relation to classification: the tree and the net. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 6, p. 366-374, 2013.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, n. 32, 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES, C. J. O colecionismo de objetos africanos e afrodescendentes no atlântico português – 1822-1960. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2014, Jataí. **Anais** [...]. Goiás: UFG, 2014.

MEYRIAT, J. Documento, documentação, documentologia. Tradução de: Camila Mariana A. da Silva; Marcílio de Brito; Cristina Dotta Ortega. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 21, n. 3, p. 240-253, 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Comissão de Cultura faz vistoria técnica à Fundação Cultural Palmares. **Portal Gov.br**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/comissao-de-cultura-faz-vistoria-tecnica-a-fundacao-cultural-palmares>. Acesso em: 14 out. 2023.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Estrutura organizacional. **Portal Gov.br**, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizacional#:~:text=No%20dia%202022%20de%20agosto,entidade%20vinculada%20ao%20Minist%C3%A9rio%20do. Acesso em: 13 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Palmares lança novo logotipo e logomarca da instituição. **Portal Gov.br**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/fundacao-palmares-lanca-novo-logotipo-e-logomarca-da-instituicao>; Acesso em: 14 out. 2023.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Resolução FCP nº 24, de 22 de fevereiro de 2024, que aprova e estabelece a Política de Formação e Desenvolvimento de coleções para a Biblioteca da Fundação Cultural Palmares. **Portal Gov.br**, 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-fcp-n-24-de-22-de-fevereiro-de-2024-*544763014. Acesso em: 16 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Valorização e preservação das manifestações afro-brasileiras. **Portal Gov.br**, [2009]. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/pub-fcp-jun2009.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MIRANDA, A. C. C. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Inf. & Soc.:Est.**, v.17, n.1, p.87-94, 2007.

MIRANDA, M. K. F. O. Encontrabilidade e teoria da intencionalidade: propriedades para a informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 14, n. 2, 2019.

MIRANDA, M. K. F. O.; JACOB, M. V. M. C. Humanidades digitais e o CImplicia: questões contemporâneas de informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 9, n. Especial, p. 1-13, 2022.

MIRANDA, M. K. F. O. O paradigma emergente da ciência da informação: o objecto, o profissional e o campo de atuação. **Prisma.com**, n. 8, p. 3-18, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69904>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MONTEIRO, L. A. A legalidade constitucional versus a usurpação ilegal de territórios indígenas tradicionais. **Fragmentos de Cultura**, v. 29, n. 4, p. 813-815, 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7356/4550>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MORAES, M. O.; ARENDT, R. J. J. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, p. 313-321, 2013.

MORAES, W. S. A Necrofilia colonialista outrocida no Brasil. **Revista de Estudos Libertários da UFRJ**, v. 2, p. 11-29, 2020.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5 ed. Teresina: Editora UESPI, 2021.

MOURA, M. A. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: cartografia de controvérsias sobre a tentativa de desfazimento do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 2, e5789, 2021.

MÜLLER, J. P. M.; SOUSA, R. S. C. Cartografias subalternas: travessias epistemológicas para a ciência da informação. **Liinc em revista**, v. 17, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168649>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MURGUIA, E. I. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, p. 87-104, 2009.

MURGUIA, E. I. Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2 n. 2, n. 2, p. 42-53, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39578>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

NEVES, J. F. N. **Os reflexos do tempo espiralar na literatura africana e afrodiaspórica: um estudo não-linear dos contos de Paulona Chiziane e Conceição Evaristo**. 2023. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/22357/1/JFNNeves.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

NHACUONGUEA, J. A. O objeto informação: entre Teoria Matemática e Teoria ator-rede. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 71-97, 2020.

NOGUERA, R.; DUARTE, V.; RIBEIRO, M. S. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**, v. 28, n. 45, p. 434-451, 2019. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/693>. Acesso em: 15 abr. 2024.

O GLOBO. Após decisão da Justiça, Sergio Camargo diz que livros da Palmares ficarão expostos em 'cercadinho da vergonha': 'À esquerda de quem entra'. **O Globo**, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/apos-decisao-da-justica-sergio-camargo-diz->

[que-livros-da-palmares-ficarao-expostos-em-cercadinho-da-vergonha-esquerda-de-quem-entra-25346455](#). Acesso em: 14 out. 2023.

O GLOBO. Fundação Palmares abre concurso para mudar logo representada por machado de Xangô. **O Globo**, 2021a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/fundacao-palmares-abre-concurso-para-mudar-logo-representada-por-machado-de-xango-25158899>. Acesso em: 14 out. 2023.

O GLOBO. Justiça proíbe que Fundação Palmares se desfaça de acervo e estabelece multa de R\$ 500 por item doado. **O Globo**, 2021b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/justica-proibe-que-fundacao-palmares-se-desfaca-de-acervo-estabelece-multa-de-500-por-item-doado-25074159>. Acesso em: 14 out. 2023.

O POVO. Presidente da Fundação Palmares cria "acervo da vergonha" para livros. **O Povo**, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2021/08/04/presidente-da-fundacao-palmares-cria-acervo-da-vergonha-para-livros.html>. Acesso em: 14 out. 2023.

ODDONE, N. *et al.* Centros de cálculo: a mobilização do mundo. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41418>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ODDONE, N. Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 1, 2007.

OHANA, V. Fundação Cultural Palmares terá ‘acervo da vergonha’ para obras que considera comunistas. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/fundacao-palmares-tera-acervo-da-vergonha-para-obras-que-considera-comunistas/>. Acesso em: 14 out. 2023.

OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J. L. Do paradigma físico, às lutas e campo simbólico na ciência da informação: deflexões. **Logeion: filosofia da informação**, v. 8, p. 116-129, 2022.

OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J. L.; SANTOS, L. C. S. D. Charge, documento visual ácido: uma análise crítica do discurso das falas do presidente Jair Bolsonaro e a covid-19. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 28, p. 1-32, 2023.

OLIVEIRA, A. N.; SILVA, L. E. F.; CASTRO, J. L. (Re)Visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em Questão**, v. 24, n. 3, p. 125-151, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10523>. Acesso em: 09 out. 2023.

OLIVEIRA, H. P. C. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação étnico-racial ao projeto “A Cor da Cultura”. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, H. S.; CAVALCANTE, L. E. Memória, cidade e bibliofilia. **Informação em Pauta**, v. 4 n. 2, n. 2, p. 137-155, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/127647>. Acesso em: 05 out. 2023.

OLIVEIRA, J. P. Q. Zumbi dos Palmares: a afroresiliencia. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 197, 2017. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180428125619id_/http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/34903/20802. Acesso em: 15 abr. 2024.

ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v.3, n.1, p.3-35, 2009.

ORTEGA, C. D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, p. 41-64, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41655>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento no espaço-tempo da ciência da informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. Especial, p. 189-203, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/111821>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ORTEGA, C. D.; TOLENTINO, V. S. O livro: do objeto ao documento na prática bibliográfica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-22, 2020.

OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.

PAIVA, R. S. F. *et al.* A evolução da presença negra na maurício de sousa produções: o reflexo do pensamento decolonial nos quadrinhos nacionais. **Liinc em revista**, v. 17, 2021.

PAIVA, R. S. F.; CARVALHO, B. J. A.; ROCHA JÚNIOR, D. B.; SILVEIRA, F. P. F.; ERTHAL, A. L.; ARAÚJO, L. C.; PONTES, I. R. S. A evolução da presença negra na maurício de sousa produções: o reflexo do pensamento decolonial nos quadrinhos nacionais. **Liinc em revista**, v. 17, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168592>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PAULO, L. S.; RABELLO, R. Livro, documento e intencionalidades: visualização temática em periódicos brasileiros em Ciência da Informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, e023030, 2023. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8674821>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PAULO, L. S.; RABELLO, R. Mapeamento do tema “intencionalidades do livro” como subsídio para investigações sobre informação materializada e institucionalizada como documento. Relatório final de Iniciação Científica no PROIC/UnB. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 28., Brasília, UnB. **Anais [...]**. Brasília: PROIC/UnB, 2021.

PAULO, L. S. **O livro e o documento para além da informação**: reflexões sobre atores, intencionalidade e significação dos objetos. 2021. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2021.

PEDRÃO, G. B.; MURGUIA, E. I. Formação das bibliotecas: uma abordagem desde a perspectiva do colecionismo. **Em Questão**, v. 19, n. 2, p. 396-414, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/10581>. Acesso em: 27 set. 2023.

PESSANHA, E. A. M. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata**, v. 10, n. 2, p. 167-194, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/49136/28617>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PINHEIRO, L. V. R. Evolução e tendências da ciência da informação no exterior e no Brasil: quadro comparativo a partir de pesquisas históricas e empíricas. *In*: VI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. GT 1: Estudos históricos e Epistemológicos. Florianópolis, 2005. **Anais** [...]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/171617>. Acesso em: 20 out. 2023.

PIZARRO, D. C. **Entre o saber-fazer e o saber-agir**: o que professam os docentes de biblioteconomia em Santa Catarina. 2017. 530 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185647/PCIN0167-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PODER 360. Palmares tira machado de Xangô e usa verde e amarelo em nova logo. **Poder 360**, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/fundacao-palmares-tira-machado-de-xango-e-usa-verde-e-amarelo-em-nova-logo/>. Acesso em: 14 out. 2023.

POMIAN, K. Coleção. *In*: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi**: Memória/História. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1982. v.1, p.51-85.

POMIAN, K. História cultural, história dos semióforos. *In*: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

PORTAL G1. Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, chama movimento negro de 'escória maldita' em reunião. **Portal G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/sergio-camargo-presidente-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita-em-reuniao.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

PORTAL UOL. Relatores da ONU questionam nomeação de Sérgio Camargo para Palmares. **Uol**, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/08/relatores-da-onu-questionam-nomeacao-de-sergio-camargo-para-palmares.htm>. Acesso em: 14 out. 2023.

PORTUGAL, A. **Gestão ideologizada na Fundação Cultural Palmares**: gestão Sérgio Camargo. Brasília: Comissão de Cultura Câmara dos Deputados, 2020.

PRADO, G. M. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/ integração do cidadão na sociedade da informação. **Inclusão Social**, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101144>. Acesso em: 09 out. 2023.

PRADO, M. A. R. A fenomenologia da informação: reflexões essenciais sobre a matriz do conhecimento. **DataGramZero**, v. 14, n. 4, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7878>. Acesso em: 29 ago. 2023.

QUABECK, N. Reframing the notion of “The Artist’s Intent:” A study of caring for Thomas irschhorn’s Intensif-Station (2010). **Journal of the American Institute for Conservation**, v. 60, n. 2- 3, p. 77-91, 2021.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação o limiar da Ciência da Informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, Marília, 2009.

RABELLO, R. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 138-156, jan. 2018.

RABELLO, R. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. **BRAJIS**, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019.

RABELLO, R. **Multidimensionalidade da materialidade e da institucionalidade da informação e do documento**: caminhos e articulações conceituais para uma análise epistemológica e política. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2021.

RABELLO, R. Noções de sujeito em modelos teóricos na ciência da informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 23, n. 3, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93111>. Acesso em: 24 ago. 2023.

RAMPIM, João Lopes. **Colecionador, arte e materialismo histórico em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

RAYWARD, B. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Process & Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

REIS, P.; SANTOS FILHO, E. F.. A tatuagem em pele humana como documento e elemento biométrico para identificação humana. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/162391>. Acesso em: 17 ago. 2023.

REIFSCHNEIDER, O. D. B. A relevância da fenomenologia para a metodologia de sistemas flexíveis. **DataGramZero**, v. 12, n. 3, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7362>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ROCHA, L. A.; COSTA, M. P. Acervo da vergonha: censura e resistência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 19, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1758>. Acesso em: 13 nov. 2023.

RODRIGUES, A. I.; VARGAS, A. E. A. Injustiça de gênero e sexualidade lgbtqia+: a produção de conhecimento à margem na ciência da informação na região sul. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 28, p. 1-23, 2023.

RODRIGUES, G. F. R.; BAPTISTA, D. M. O movimento neodocumentalista e a reaproximação entre ciência da informação e documentação: uma perspectiva histórico-conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 15, n. 1, p. 35-49, 2020.

RODRIGUES, G. F. R.; BAPTISTA, D. M. O retorno ao documento: reaproximações entre a ciência da informação e a documentação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 2, p. 3-14, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161814>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ROSA, E. J. Identidade afro-brasileira: um diálogo entre memória e cultura material. **Revista Memória em Rede**, v. 2, n. 3, p. 59-71, 2010.

ROSA, N. Z.; FUJINO, A. Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/165658>. Acesso em: 09 out. 2023.

ROSENDO, A. S.; MEDEIROS, H. Q. Formação de professores indígenas e possibilidades decoloniais. **Liinc em revista**, v. 17, 2021.

RUFINO, L. Pedagogia das encruzilhadas: Exu como Educação. *Revista Exitus*, v. 9, n. 4, p. 262-289, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v9n4/2237-9460-exitus-9-04-262.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

SÁ, A. Q. G. T. O autor como mediador de leitura: a intencionalidade em jorge amado. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, p. 1-15, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/211711>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SALDANHA, G. S. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, v. 2, n. 1, 2013.

SALDANHA, G. S.; ORTEGA, C. D. Itinerários da obra de Suzanne Briet: inflexões e tensões. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, p. 103-134, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3306>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SALDANHA, G. S. Thomas Kuhn na epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica. **Informação & Informação**, v. 13, n. 2, p. 56-78, 2008.

SALDANHA, G. S. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. **Liinc em Revista**, Rio de

- Janeiro, v. 6, n. 2, p. 300-315, set. 2010. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3259>. Acesso em: 25 set. 2023.
- SAMPAIO, D. A.; LOUREIRO, J. M. M.; DANTAS, E. R. F. A informação reagregando o social: percepção a partir da teoria ator-rede. **Revista Bibliomar**, v. 21, n. 2, p. 33-55, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/211665>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- SAMPAIO, D. A.; LOUREIRO, J. M. M. Informação e memória na perspectiva da teoria ator-rede. **Ponto de Acesso**, v. 13, n. 1, p. 47-64, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124205>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.
- SANCHEZ, F. A *et al.* Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. **Em Questão**, n. online, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168769>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- SANTOS, A. B. Educação africana: possibilidades pedagógicas. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, n. 26, 2022.
- SANTOS, E. V. D. A ciência da informação no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 10, p. 3-16, 2018a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109275>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 23-72.
- SANTOS, P. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 54-63, 2007.
- SANTOS, R. E. O movimento negro e a luta pelas políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. **Kwanissa**, v.1, n.1, p.139-153, 2018b.
- SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37415>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- SEITZ, E. M. Biblioterapia: uma experiência com pacientes internados em clínicas médicas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 155-170, 2006.
- SENADO FEDERAL. Constituições brasileiras. **Senado notícias**, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 14 out. 2023.

SENADO FEDERAL. Em 1910, marinheiros se revoltaram contra chibata e racismo no Brasil pós-abolição. **Senado Notícias**, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/11/em-1910-marinheiros-se-revoltaram-contra-chibata-e-racismo-no-brasil-pos-abolicao>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SERRAI, A. História da Biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-61, set. 1975.

SILVA, A. C. P. O. **Biblioteca Pública do Povão?:** Exclusão Social da Informação nas Bibliotecas Públicas do Estado de Santa Catarina nas Representações de seus Dirigentes. 2017. 477 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017a. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178967/348752.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SILVA, A. C. P. O. Relações entre fenomenologia e memória: possíveis reflexões sobre a exclusão social em bibliotecas públicas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7 n. 1, n. 1, p. 29-42, 2016a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41359>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SILVA, A. M. Arquitetura da informação e ciência da informação. notas de (re)leitura à luz do paradigma pós-custodial, informacional e científico. **Prisma.com** (Portugual), n. 32, p. 62-104, 2016b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/67263>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, A. V.; MIRANDA, M. K. F. O.; SILVEIRA, M. A. A. Desmaterialização documental e vácuo informacional: o comprometimento da natureza ontológica do documento em um serviço de música streaming. **Logeion: filosofia da informação**, v. 7, p. 87-106, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/147607>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, D. M. F. *et al.* Memória e decolonialidade: a poética de Tatiana Nascimento nas mídias sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

SILVA, E. B.; SILVA, N. L. N. B.; SILVA, P. J. Protagonistas negros na literatura infantil brasileira: breve histórico e perspectivas contemporâneas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 22, p. 177-187, 2020.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; PIZARRO, D. C. Cartografias da supremacia racial e da branquitude na Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

SILVA, F. C. G.; LAURINDO, K. R.; SILVA, R. A. Racismo na literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

SILVA, J. L. C. A multitemporalidade da biblioteca. **Revista Interamericana de Bibliotecología** (Colombia), v. 36, n. 1, p. 25-34, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/83497>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, J. L. C.; FARIAS, M. G. G. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da ciência da informação: considerações acerca do(s) paradigma(s) cognitivo(s) e social. **Biblios** (Peru), n. 51, p. 42-56, 2013.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. 33, p. 1-29, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38850>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, J. L. C.; SILVA, R. L. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, v. 16, n. 2, p. 203-217, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/10156>. Acesso em: 09 out. 2023.

SILVA, L. G.; OLIVEIRA, L. M. B. Presença da disciplina história do livro nos currículos dos cursos de biblioteconomia do Brasil nos anos de 1978 e 2018. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 49-70, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121372>. Acesso em: 26 set. 2023.

SILVA, M. B.; SANTOS, J.; GEHLEN, S. T. Algumas compreensões sociofilosóficas da pedagogia freireana em periódicos ibero-americanos de educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, e256304, 2023.

SILVA, N. R. Ciência da informação: considerações históricas e sua origem. **Ciência da Informação Express**, v. 2, p. 1-7, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/222753>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, P. Primeiras aproximações teóricas do ator-rede na Arquivologia. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 07-21, 2017b.

SILVA, T. P.; ALMEIDA, M. A. Coletividade digital: o blog Blogueiras Negras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

SIMÕES, D. G.; MOREIRA, G. Más allá... comunicação e governos progressistas na América Latina. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 12, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153634>. Acesso em: 09 out. 2023.

SKÖLD, O. Documenting virtual world cultures: memory-making and documentary practices in the City of Heroes community. **Journal of Documentation**, v. 71, n. 2, p. 294-316, 2015.

SOUSA, R. J. P. L. Políticas de bibliotecas públicas e o instituto nacional do livro: análise exploratória à luz da história e teoria da educação brasileira. **Revista Brasileira de**

Biblioteconomia e Documentação, v. 14, n. 3, p. 142-169, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1073>. Acesso em: 26 set. 2023.

SUNDSTRÖM, A. S. S.; ALBUQUERQUE, A. C. Colecionismo bibliográfico: contexto histórico, terminologia e perspectivas de estudo na ciência da informação. **Em Questão**, v. 26, n. 3, p. 250-275, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146086>. Acesso em: 27 set. 2023.

SUNDSTRÖM, A. S. S.; MORAES, J. B. E. Bookshelf tour: categorização do conhecimento a partir do discurso coletivo dos booktubers. **Em Questão**, v. 25, n. 2, p. 13-38, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113744>. Acesso em: 27 set. 2023.

SVÄRD, P. Using African Truth and Reconciliation Commission documentation for truth telling and reconciliation. **Education for Information**, v. 37, n. 1, p. 113-120, 2021.

TAGLIAGAMBE, S. Phenomenology and the digital world: problems and perspectives. **Foundations of Science**, v. 28, n.4, p. 1157-1174, 2023.

TARGINO, M. G. Evolução conceitual da biblioteca. **Cad. Bibliotecon.**, Recife, n. 8, p. 59-68, jun. 1984.

TOBIAS, M. S.; CORRÊA, E. C. D. O paradigma social da ciência da informação: o fenômeno da pós-verdade e as fake news nas mídias sociais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 24, n. 3, p. 560-579, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127585>. Acesso em: 24 ago. 2023.

VARGAS, D. J. R. SILVEIRA, R. C. O insólito na literatura e a cosmovisão africana. **LETRAS & LETRAS**, v. 30, n. 1, 2014.

VECHIATO, F. L.; TRINDADE, A. S. C. E. Encontrabilidade da informação em ambientes informacionais: diálogo teórico entre os conceitos intencionalidade e affordance. **Prisma.com**, n. 42, p. 3-20, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/145598>. Acesso em: 25 ago. 2023.

VELEDA, R. Em posse, João Jorge Rodrigues promete reconstruir a Fundação Palmares. **Metrópoles**, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/em-posse-joao-jorge-rodrigues-promete-reconstruir-a-fundacao-palmares>. Acesso em: 17 out. 2024.

VERENICZ, M. Justiça proíbe Sérgio Camargo de doar acervo da Fundação Palmares. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/justica-proibe-sergio-camargo-de-doar-acervo-da-fundacao-palmares/>. Acesso em: 14 out. 2023.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. C. S. Desenvolvimento, gerenciamento ou gestão de coleções: uma tarefa cada vez mais necessária. In: MELLO, J.; ALMEIDA, J. F. V. R. **Gestão de coleções em unidades de informacionais**. Natal: Editoraifrn, 2017. p. 39-74.

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de materiais de informações: princípios e técnicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

VIEIRA, T. A. P. Voa voa Maria e as performances do tempo espiralar. **Fólio – Revista de Letras Vitória da Conquista**, v. 14, n. 2, 2022.

VILLAMIL-LOZANO, A. F.; GÓMEZ, M. C. G.; LOZANO, H. D. V. Teleology in living beings: a phenomenological approach to intentionality and intentional actions. **Open Insight**, v. 14, n. 31, p. 139-169, 2023.

WANDERLEY, A. I. F.; MARTINS, G. K. Da redução à pluralidade: reflexões sobre a descolonização do domínio da indumentária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239. 1993.

YAMASHITA, J. G. A jurisdição da história segundo Marc Bloch. **Diálogos**, v. 27, n. 1, p. 69-86, 2023.

ZANOTTO, G. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/24233>. Acesso em: 30 ago. 2023.

APÊNDICE A – ÍNDICE VERTEBRADO

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do problema de pesquisa

1.2 Hipóteses

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

1.3.2 Específicos

1.4 Justificativa

1.5 Estrutura do trabalho

2 METODOLOGIA

2.1 Desenho da metodologia de pesquisa

2.2 Procedimentos para o levantamento bibliográfico

2.3 Referencial teórico

2.4 Pesquisa documental

2.5 Procedimentos para a realização de entrevistas

2.6 Estruturação do diário de bordo

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Documentação e Ciência da Informação

3.1.1 Origens, definições e paradigmas

3.1.2 Neodocumentação

3.1.3 Epistemologias emergentes

3.2 Teoria Ator-Rede

3.2.1 Latour e Teoria Ator-Rede

3.2.2 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação

3.2.3 Diário de bordo latouriano

3.3 Noções de intencionalidade

3.3.1 Intencionalidade para a Documentação

3.3.2 Intencionalidade para a História

3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia

3.3.4 Intencionalidade para as Filosofias africanas

3.4 Intencionalidades do livro

3.4.1 A história do livro e suas intencionalidades

3.4.2 O colecionismo bibliográfico

3.4.3 *O livro como agente político*

3.5 Raça e racismo

3.5.1 *Epistemicídio negro*

3.5.2 *Necropolítica*

3.5.3 *Movimento negro*

3.6 Fundação Cultural Palmares

3.6.1 *História da Fundação*

3.6.2 *Acervo da Fundação*

3.6.2.1 *Política de desenvolvimento de acervo*

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Acervo da vergonha

4.1.1 *O curso de ação da Fundação Cultural Palmares*

4.1.2 *A série de desvios*

4.1.3 *A tradução: “Acervo da vergonha”*

4.2 Diário de bordo

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

ANEXOS

APÊNDICE B – BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, M. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBOSA, J. R. **Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BARROS, J. **Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019

BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRAUDEL, F. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRIET, S. **O que é documentação**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BURKE, P. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUZAN, T.; BUZAN B. **El libro de los mapas mentales: cómo utilizar al máximo las capacidades de la mente**. España: Editorial Urano, 1996.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 65-119.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

ESCOBAR, A. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente - 'Um Discurso sobre as Ciências Revisitado'**. Portugal: Edições Afrontamento, 2004.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Portugal: Edições 70, 1990.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LOPES, N.; SIMAS, L. A. **Filosofias africanas**: uma introdução. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo tela. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 5 ed. Teresina: Editora UESPI, 2021.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934.

RAMPIM, João Lopes. **Colecionador, arte e materialismo histórico em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 23-72.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de materiais de informações**: princípios e técnicas. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

APÊNDICE C – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Quadro 7 – Estratégias de busca para o levantamento bibliográfico

BASE DE DADOS	ESTRATÉGIAS DE BUSCA		RESULTADOS		
	Campo de busca	Termos de busca	N. de resultados	N. de selecionados	Observações
BRAPCI	Título	Origem da Ciência da Informação	6	4	Resultados precisos
		Paradigmas e Ciência da Informação	15	6	Resultados precisos
	Todos os campos	Neodocumentação	14	11	Resultados precisos
		Epistemologias emergentes	2	1	Resultados imprecisos
	Resumo	Estudos emergentes	39	1	Resultados imprecisos
	Todos os campos	Estudos decoloniais	11	6	Resultados precisos
		Bruno Latour e Ciência da Informação	4	3	Resultados precisos
	Resumo	Teoria Ator-Rede e Ciência da Informação	31	4	Resultados imprecisos
	Todos os campos	Intencionalidade	35	8	Resultados imprecisos
		Documentação e intencionalidade	0	0	Muito específico

		Documentação e intenção	10	1	Resultados imprecisos
		Jean Meyriat	5	3	Resultados precisos
		Fenomenologia e intencionalidade	1	0	Muito específico / duplicata
		Fenomenologia e intenção	0	0	Muito específico
		Edmund Husserl	7	5	Resultados precisos
	Título	Fenomenologia	10	5	Média precisão
	Todos os campos	Historiografia e intencionalidade	0	0	Muito específico
		Historiografia e intenção	0	0	Muito específico
		Marc Bloch	2	1	Muito específico / média precisão
	Título	Historiografia	23	4	Resultados imprecisos
		História do livro	10	6	Média precisão
		História das bibliotecas	23	2	Resultados imprecisos
	Todos	Intencionalidade do livro	0	0	Muito específico
		Colecionismo bibliográfico	9	6	Ótima precisão

		Bibliofilia	18	1	Baixa precisão / duplicatas
	Resumo	Livro e política	53	10	Baixa precisão
	Todos	Livro e agências	3	0	Muito específico
		Livro e agenciamentos	0	0	Muito específico
	Total BRAPCI		331	88	
Scopus	Campos: Article title, Abstract, keywords Coleção: Documents Filtros: Article and All open access	Documentation AND intentionality	27	1	Resultados imprecisos
		Documentation AND intent	55	5	Resultados imprecisos
		Jean Meyriat	5	1	Muito específico / duplicata
		Historiography AND intentionality	22	2	Resultados imprecisos
		Historiography AND intent	18	0	Resultados imprecisos
		Marc Bloch	17	2	Resultados imprecisos
		Phenomenology AND intentionality	64	5	Resultados imprecisos
		Phenomenology AND intent	2	0	Muito específico
		Edmund Husserl	23	0	Muito específico / duplicatas

	Total Scopus	233	16	
	Total levantamento	564	104	

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE D – ARTIGOS DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Quadro 8 – Artigos selecionados

NÚMERO	TÍTULO	AUTOR(ES)	CRITÉRIO DE SELEÇÃO	REFERÊNCIA
1	Ciência da Informação: considerações históricas e sua origem	SILVA, Natália Rodrigues	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	SILVA, N. R. Ciência da informação: considerações históricas e sua origem. Ciência da Informação Express , v. 2, p. 1-7, 2021. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/222753 . Acesso em: 24 ago. 2023.
2	Origem, definição e interdisciplinaridade na ciência da informação: pontos de consenso e divergência	COSTA, Márcio da S.	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	COSTA, M. S.; LOPES, P. L. P. Origem, definição e interdisciplinaridade na ciência da informação: pontos de consenso e divergência. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação , n. Especial, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106376 . Acesso em: 24 ago. 2023.
3	Ciência da informação: origem, evolução e relações	SARACEVIC, Tefko	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação , v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37415 . Acesso em: 24 ago. 2023.
4	Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária	SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação , v. 17, n. 33, p. 1-29, 2012. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38850 . Acesso em: 24 ago. 2023.
5	A ciência da informação no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade	SANTOS, Elisângela Vilela dos	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	SANTOS, E. V. D. A ciência da informação no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade. Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas , Portugal, n. 10, p. 3-16, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109275 . Acesso em: 24 ago. 2023.

6	Arquitetura da Informação e Ciência da Informação. Notas de (re)leitura à luz do paradigma pós-custodial, informacional e científico	SILVA, Armando Malheiro	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	SILVA, A. M. Arquitetura da informação e ciência da informação. notas de (re)leitura à luz do paradigma pós-custodial, informacional e científico. Prisma.com (Portugual), n. 32, p. 62-104, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/67263 . Acesso em: 24 ago. 2023.
7	O Paradigma Emergente da Ciência da Informação: o objecto, o Profissional e o campo de atuação	MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	MIRANDA, M. K. F. O. O paradigma emergente da ciência da informação: o objecto, o profissional e o campo de atuação. Prisma.com (Portugual), n. 8, p. 3-18, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69904 . Acesso em: 24 ago. 2023.
8	O paradigma social da Ciência da Informação: o fenômeno da pós-verdade e as fake news nas mídias sociais	TOBIAS, Mirela Souza; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	TOBIAS, M. S.; CORRÊA, E. C. D. O paradigma social da ciência da informação: o fenômeno da pós-verdade e as fake news nas mídias sociais. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , v. 24, n. 3, p. 560-579, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127585 . Acesso em: 24 ago. 2023.
9	Do paradigma físico, às lutas e campo simbólico na Ciência da Informação: deflexões	OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima da	Referencial para a subseção 3.1.1 Origens, definições paradigmas	OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J. L. Do paradigma físico, às lutas e campo simbólico na ciência da informação: deflexões. Logeion: filosofia da informação , v. 8, p. 116-129, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/194130 . Acesso em: 24 ago. 2023.
10	Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da Ciência da Informação: considerações acerca do(s) paradigma(s) cognitivo(s) e social	SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FARIAS, Maria Giovanna Guedes	Referencial para as subseções 3.1.1 Origens, definições paradigmas e 3.1.3 Epistemologias emergentes	SILVA, J. L. C.; FARIAS, M. G. G. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da ciência da informação: considerações acerca do(s) paradigma(s) cognitivo(s) e social. Biblios , Peru, n. 51, p. 42-56, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/60913 . Acesso em: 24 ago. 2023.
11	Neodocumentação e humanidades digitais: o podcast CImplifica no cenário contemporâneo de informação	FEITOSA, Alexandra Cecilia Oliveira; MIRANDA, Májory Karoline	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	FEITOSA, A. C. O.; MIRANDA, M. K. F. O. Neodocumentação e humanidades digitais: o podcast cimplifica no cenário contemporâneo de informação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 17, p. 1-26, 2021. Disponível em:

		Fernandes de Oliveira		http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168792 . Acesso em: 24 ago. 2023.
12	O retorno ao documento: reaproximações entre a Ciência da Informação e a Documentação	RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro; BAPTISTA, Dulce Maria	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	RODRIGUES, G. F. R.; BAPTISTA, D. M. O retorno ao documento: reaproximações entre a ciência da informação e a documentação. Perspectivas em Ciência da Informação , v. 26, n. 2, p. 3-14, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161814 . Acesso em: 24 ago. 2023.
13	A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito	ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo da Silva	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento no espaço-tempo da ciência da informação: críticas e pragmáticas de um conceito. Perspectivas em Ciência da Informação , v. 24, n. Especial, p. 189-203, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/111821 . Acesso em: 24 ago. 2023.
14	Neodocumentação e dialogismo no muralismo zapatista	AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro; SALDANHA, Gustavo da Silva	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	AMORIM, B. R. P.; SALDANHA, G. S. Neodocumentação e dialogismo no muralismo zapatista. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação , v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/159395 . Acesso em: 24 ago. 2023.
15	Desmaterialização documental e vácuo informacional: o comprometimento da natureza ontológica do documento em um serviço de música streaming	SILVA, Alexandre Valdevino da; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	SILVA, A. V.; MIRANDA, M. K. F. O.; SILVEIRA, M. A. A. Desmaterialização documental e vácuo informacional: o comprometimento da natureza ontológica do documento em um serviço de música streaming. Logeion: filosofia da informação , v. 7, p. 87-106, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/147607 . Acesso em: 24 ago. 2023.
16	O documento e o movimento zapatista	AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro; SALDANHA, Gustavo da Silva	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	AMORIM, B. R. P.; SALDANHA, G. S. O documento e o movimento zapatista. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação , v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151760 . Acesso em: 24 ago. 2023.

17	Itinerários da obra de Suzanne Briet: inflexões e tensões	SALDANHA, Gustavo da Silva; ORTEGA, Cristina Dotta	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	SALDANHA, G. S.; ORTEGA, C. D. Itinerários da obra de Suzanne Briet: inflexões e tensões. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 14, p. 103-134, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3306 . Acesso em: 24 ago. 2023.
18	O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”	SALDANHA, Gustavo da Silva	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	SALDANHA, G. S. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. Informação Arquivística , v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53764 . Acesso em: 24 ago. 2023.
19	Humanidades digitais e o CImplifica: questões contemporâneas de informação	MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira; JACOB, Maria Valquíria Monteiro da Cruz	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	MIRANDA, M. K. F. O.; JACOB, M. V. M. C. Humanidades digitais e o CImplifica: questões contemporâneas de informação. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação , v. 9, n. Especial, p. 1-13, 2022. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/343 . Acesso em: 24 ago. 2023.
20	O Movimento neodocumentalista e a reaproximação entre Ciência da Informação e Documentação: uma perspectiva histórico-conceitual	RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro; BAPTISTA, Dulce Maria	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	RODRIGUES, G. F. R.; BAPTISTA, D. M. O movimento neodocumentalista e a reaproximação entre ciência da informação e documentação: uma perspectiva histórico-conceitual. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia , v. 15, n. 1, p. 35-49, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150694 . Acesso em: 24 ago. 2023.
21	Charge, documento visual ácido: uma análise crítica do discurso das falas do presidente Jair Bolsonaro e a Covid-19	OLIVEIRA, Alessandra; CASTRO, Jetur; SANTOS, Luiz Cezar Silva dos	Referencial para a subseção 3.1.2 Neodocumentação	OLIVEIRA, A.; CASTRO, J.; SANTOS, L. C. S. D. Charge, documento visual ácido: uma análise crítica do discurso das falas do presidente Jair Bolsonaro e a covid-19. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação , v. 28, p. 1-32, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/212160 . Acesso em: 24 ago. 2023.
22	Noções de sujeito em modelos teóricos na Ciência da	RABELLO, Rodrigo	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias	RABELLO, R. Noções de sujeito em modelos teóricos na ciência da informação: do enfoque no sistema à consideração da agência

	Informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto		emergentes	em contexto. Informação & Sociedade: Estudos , v. 23, n. 3, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93111 . Acesso em: 24 ago. 2023.
23	A ciência da informação na sociedade multicultural: o paradigma social como paradigma emergente	ANNA, Jorge Santa	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	ANNA, J. S. A ciência da informação na sociedade multicultural: o paradigma social como paradigma emergente. Biblionline , v. 13, n. 1, p. 3-14, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16139 . Acesso em: 25 ago. 2023.
24	Epistemologia Decolonial e Ciência da Informação: uma análise dos anais do ENANCIB	BAMBERG, Callu Ribeiro Ferreira Pedreira e Andrade; VITAL, Luciane Paula; COSTA, Amabile; GARCEZ, Dirnele Carneiro	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	BAMBERG, C. R. F. P. E. A.; VITAL, L. P.; COSTA, A.; GARCEZ, D. C. Epistemologia decolonial e Ciência da Informação: uma análise dos anais do ENANCIB. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação , v. 13, n. 2, p. 29-46, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/211557 . Acesso em: 25 ago. 2023.
25	Formação de professores indígenas e possibilidades decoloniais	ROSENDO, Ailton Salgado; MEDEIROS, Heitor Queiroz de	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	ROSENDO, A. S.; MEDEIROS, H. Q. Formação de professores indígenas e possibilidades decoloniais. Liinc em revista , v. 17, 2021. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5781 . Acesso em: 25 ago. 2023.
26	Cartografias Subalternas: travessias epistemológicas para a Ciência da Informação	MÜLLER, Jéssica Paola Macedo; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias de	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	MÜLLER, J. P. M.; SOUSA, R. S. C. Cartografias subalternas: travessias epistemológicas para a ciência da informação. Liinc em revista , v. 17, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168649 . Acesso em: 25 ago. 2023.
27	A Evolução da Presença Negra na Maurício de Sousa Produções: O Reflexo do Pensamento Decolonial nos Quadrinhos Nacionais	PAIVA, Rodrigo Sérgio Ferreira de; CARVALHO, Breno José Andrade de;	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	PAIVA, R. S. F.; CARVALHO, B. J. A.; ROCHA JÚNIOR, D. B.; SILVEIRA, F. P. F.; ERTHAL, A. L.; ARAÚJO, L. C.; PONTES, I. R. S. A evolução da presença negra na maurício de sousa produções: o reflexo do pensamento decolonial nos quadrinhos nacionais. Liinc em revista , v. 17, 2021. Disponível

		ROCHA JÚNIOR, Dario Brito; SILVEIRA, Fernanda Paiva Furtado da; ERTHAL, Ana Luisa; ARAÚJO, Luciana Coutinho; PONTES, Isabela Regina da Silva		em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168592 . Acesso em: 25 ago. 2023.
28	Decolonizando a organização do conhecimento	GARCEZ, Dirnele Carneiro; SALES, Rodrigo	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	GARCEZ, D. C.; SALES, R. Decolonizando a organização do conhecimento. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação , v. 14, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195017 . Acesso em: 25 ago. 2023.
29	Injustiça de gênero e sexualidade LGBTQIA+: A produção de conhecimento à margem na ciência da informação na região sul	RODRIGUES, André Iribure; VARGAS, Ana Elisa de Abreu	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	RODRIGUES, A. I.; VARGAS, A. E. A. Injustiça de gênero e sexualidade lgbtqia+: a produção de conhecimento à margem na ciência da informação na região sul. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação , v. 28, p. 1-23, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/223976 . Acesso em: 25 ago. 2023.
30	Leituras de Bruno Latour na Ciência da Informação: analisando citações	ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de	Referencial para a subseção 3.2.1.1 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	ARAÚJO, R. F. Leituras de Bruno Latour na ciência da informação: analisando citações. Ponto de Acesso , v. 3, n. 3, p. 299-316, 2009. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/61066 . Acesso em: 25 ago. 2023.
31	Centros de Cálculo: a mobilização do mundo	ODDONE, Nanci; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; CAMPOS, Maria	Referencial para a subseção 3.2.1.1 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	ODDONE, N.; LOUREIRO, M. L. N. M.; CAMPOS, M. L. A.; CAVALCANTI, I. G. M.; SOUZA, J. C. C. E.; SANTOS, P. X. D.; MIRANDA, R. M. Centros de cálculo: a mobilização do mundo. Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação , v. 6, n. 1, 2000. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41418 . Acesso em: 25

		Luiza Almeida; CAVALCANTI, Ilce Gonçalves Milet; SOUZA, Jóice Cleide Cardoso Ennes de; SANTOS, Paula Xavier dos; MIRANDA, Rose Moreira de		ago. 2023.
32	O objeto informação: entre teoria matemática e teoria ator-rede	NHACUONGUE, Januário Albino	Referencial para a subseção 3.2.1.1 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	NHACUONGUE, J. A. O objeto informação: entre teoria matemática e teoria ator-rede. Informação & Informação , v. 25, n. 4, p. 71-97, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/208648 . Acesso em: 25 ago. 2023.
33	A informação reagregando o social: percepção a partir da Teoria Ator-Rede	SAMPAIO, Débora Adriano; LOUREIRO, José Mauro Matheus; DANTAS, Esdras Renan Farias	Referencial para a subseção 3.2.1.1 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	SAMPAIO, D. A.; LOUREIRO, J. M. M.; DANTAS, E. R. F. A informação reagregando o social: percepção a partir da teoria ator-rede. Revista Bibliomar , v. 21, n. 2, p. 33-55, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/211665 . Acesso em: 25 ago. 2023.
34	Informação e memória na perspectiva da teoria ator-rede	SAMPAIO, Débora Adriano; LOUREIRO, José Mauro Matheus	Referencial para a subseção 3.2.1.1 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	SAMPAIO, D. A.; LOUREIRO, J. M. M. Informação e memória na perspectiva da teoria ator-rede. Ponto de Acesso , v. 13, n. 1, p. 47-64, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124205 . Acesso em: 25 ago. 2023.
35	Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual	ODDONE, Nanci	Referencial para a subseção 3.2.1.1 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	ODDONE, N. Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. Ciência da Informação , v. 36, n. 1, 2007. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1190/1361 . Acesso em: 25 ago. 2023.
36	Infodemia no contexto da	CEZAR, Lilian	Referencial para a subseção	CEZAR, L. S.; MACIEL, A. J. N. Infodemia no contexto da

	pandemia de COVID-19 no Brasil: uma política de contaminação?	Sagio; MACIEL, Anderson Jamar Neves	3.2.1.1 Teoria Ator-Rede na Ciência da Informação	pandemia de covid-19 no brasil: uma política de contaminação?. Liinc em revista , v. 17, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/160974 . Acesso em: 25 ago. 2023.
37	Encontrabilidade da informação em ambientes informacionais: diálogo teórico entre os conceitos Intencionalidade e affordance	VECHIATO, Fernando Luiz; TRINDADE, Alessandra Stefane Cândido Elias da	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	VECHIATO, F. L.; TRINDADE, A. S. C. E. Encontrabilidade da informação em ambientes informacionais: diálogo teórico entre os conceitos intencionalidade e affordance. Prisma.com (Portugal), n. 42, p. 3-20, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/145598 . Acesso em: 25 ago. 2023.
38	Encontrabilidade e teoria da intencionalidade: propriedades para a informação	MIRANDA, Majory Karoline	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	MIRANDA, M. K. Encontrabilidade e teoria da intencionalidade: propriedades para a informação. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia , v. 14, n. 2, 2019. Disponível: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114671 . Acesso em: 25 ago. 2023.
39	Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais	SANCHEZ, Fernanda Alves; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; VECHIATO, Fernando Luiz; ALMEIRA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	SANCHEZ, F. A.; VIDOTTI, S. A. B. G.; VECHIATO, F. L.; ALMEIRA JÚNIOR, O. F. Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. Em Questão , n. online, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168769 . Acesso em: 25 ago. 2023.
40	Interferências e intencionalidades na relação homem objeto em seu território uma análise transdisciplinar	BITTENCOURT, Lizandra Caon	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	BITTENCOURT, L. C. Interferências e intencionalidades na relação homem objeto em seu território uma análise transdisciplinar. Logeion: filosofia da informação , v. 6, n. 2, p. 115-131, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136700 . Acesso em: 25 ago. 2023.
41	O autor como mediador de leitura: a intencionalidade em	SÁ, Alzira Queiroz Gondim	Referencial para a seção 3.4 Intencionalidades do livro	SÁ, A. Q. G. T. O autor como mediador de leitura: a intencionalidade em jorge amado. Revista Brasileira de

	Jorge Amado	Tude de		Biblioteconomia e Documentação , v. 18, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/212506 . Acesso em: 25 ago. 2023.
42	Atos dos documentos e sua natureza teórico-filosófica	COELHO, Kátia Cardoso; ALMEIDA, Maurício Barcellos	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	COELHO, K. C.; ALMEIDA, M. B. Atos dos documentos e sua natureza teórico-filosófica. Brazilian Journal of Information Science , v. 11 No 3, n. 3, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14689 . Acesso em: 25 ago. 2023.
43	A Linguagem, o Texto e o Documento no contexto da Ciência da Informação	CAVATI SOBRINHO, Heliomar; MORAES, João Batista Ernesto; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	Referencial para as subseções 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação e 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	CAVATI SOBRINHO, H.; MORAES, J. B. E.; FUJITA, M. S. L. A linguagem, o texto e o documento no contexto da ciência da informação. Scire: representación y organización del conocimiento , v. 18, n. 2, p. 135-141, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/167746 . Acesso em: 25 ago. 2023.
44	Equívocos e efeitos da memória no âmbito de atuação do bibliotecário: reflexões sob o viés da política de desenvolvimento de coleções	KORNALEWSKI, Alex Medeiros; FARIAS, Francisco Ramos de	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação e para a seção 3.4 Intencionalidades do livro de	KORNALEWSKI, A. M.; FARIAS, F. R. Equívocos e efeitos da memória no âmbito de atuação do bibliotecário: reflexões sob o viés da política de desenvolvimento de coleções. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 15, n. 3, p. 286-307, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121360 . Acesso em: 25 ago. 2023.
45	A noção de documento: questões para uma abordagem cosmopolítica	GOMES, Thulio Pereira Dias	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	GOMES, T. P. D.; LARA, M. L. L. G. A noção de documento: questões para uma abordagem cosmopolítica. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 13, p. 3-9, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3939 . Acesso em: 17 ago. 2023.
46	O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo	ORTEGA, Cristina Dotta	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	ORTEGA, C. D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação , v. 7, p. 41-64, 2016. Disponível em:

				https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41655 . Acesso em: 17 ago. 2023.
47	A tatuagem em pele humana como documento e elemento biométrico para identificação humana	REIS, Patrícia; SANTOS FILLHO, Eudaldo Francisco	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	REIS, P.; SANTOS FILLHO, E. F. A tatuagem em pele humana como documento e elemento biométrico para identificação humana. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação , v. 26, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/162391 . Acesso em: 17 ago. 2023.
48	Meyriat, foskett e a competência em informação	JESUS, Joselito Manuel de; ALVES, Fernanda Maria Melo	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	JESUS, J. M.; ALVES, F. M. M. Meyriat, foskett e a competência em informação. Ponto de Acesso , v. 13, n. 3, p. 115-127, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/35222 . Acesso em: 17 ago. 2023.
49	Sobre os limites e alcances da interpretação: reflexões a partir de Heidegger, Husserl e Wittgenstein	GRACIOSO, Luciana de Souza; PINTO, Lourival Pereira	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	GRACIOSO, L. S.; PINTO, L. P. Sobre os limites e alcances da interpretação: reflexões a partir de heidegger, husserl e wittgenstein. Logeion: filosofia da informação , v. 2, n. 1, p. 90-107, 2015. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32978 . Acesso em: 25 ago. 2023.
50	Abordagem fenomenológica na Ciência da Informação: reflexões sobre o método utilizado por Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty	DUARTE, Evandro Jair; CALDIN, Clarice Fortkamp	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	DUARTE, E. J.; CALDIN, C. F. Abordagem fenomenológica na ciência da informação: reflexões sobre o método utilizado por edmund husserl e maurice merleau-ponty. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 15, n. 2, p. 315-334, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216514 . Acesso em: 28 ago. 2023.
51	Pós-fenomenologia e Ciência da Informação: aportes epistêmicos para acesso ao conhecimento	FIGUEIREDO, Márcia Feijão de	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	FIGUEIREDO, M. F. Pós-fenomenologia e ciência da informação: aportes epistêmicos para acesso ao conhecimento. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação , v. 3 n. 1, n. 1, p. 21-35, 2012. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39670 . Acesso em: 28 ago. 2023.
52	A fenomenologia e o “sentido”	GARCEZ, Eliane	Referencial para a subseção	GARCEZ, E. F. A fenomenologia e o “sentido” de biblioteca

	de biblioteca escolar para o ser-aluno: ensaio de proposta de investigação	Fioravante	3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	escolar para o ser-aluno: ensaio de proposta de investigação. Revista Interamericana de Bibliotecología (Colômbia), v. 36, n. 3, p. 197-205, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/83167 . Acesso em: 28 ago. 2023.
53	A leitura segundo Wolfgang Iser	CALDIN, Clarice Fortkamp	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	CALDIN, C. F. A leitura segundo wolfgang iser. DataGramZero , v. 13, n. 5, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101754 . Acesso em: 28 ago. 2023.
54	Abordagens epistemológicas à Ciência da Informação: Fenomenologia e Hermenêutica	MARCIANO, João Luiz Pereira	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	MARCIANO, J. L. P. Abordagens epistemológicas à ciência da informação: fenomenologia e hermenêutica. Transinformação , v. 18, p. 1-10, 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217452 . Acesso em: 29 ago. 2023.
55	Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da Ciência da Informação: em foco, a fenomenologia	LUCCA, Djuli Machado de; VITORINO, Elizete Vieira	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	LUCCA, D. M.; VITORINO, E. V. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da ciência da informação: em foco, a fenomenologia. Perspectivas em Ciência da Informação , v. 25, n. 3, p. 22-48, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146870 . Acesso em: 29 ago. 2023.
56	A relevância da Fenomenologia para a Metodologia de Sistemas Flexíveis	REIFSCHNEIDER, O. D. B.	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	REIFSCHNEIDER, O. D. B. A relevância da fenomenologia para a metodologia de sistemas flexíveis. DataGramZero , v. 12, n. 3, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7362 . Acesso em: 29 ago. 2023.
57	A Fenomenologia da Informação: reflexões essenciais sobre a matriz do conhecimento	PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	PRADO, M. A. R. A fenomenologia da informação: reflexões essenciais sobre a matriz do conhecimento. DataGramZero , v. 14, n. 4, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7878 . Acesso em: 29 ago. 2023.
58	Relações entre fenomenologia e memória: possíveis reflexões	SILVA, Ana Claudia Perpétuo	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a	SILVA, A. C. P. O. Relações entre fenomenologia e memória: possíveis reflexões sobre a exclusão social em bibliotecas

	sobre a exclusão social em bibliotecas públicas	de Oliveira da	Fenomenologia	públicas. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação , v. 7 n. 1, n. 1, p. 29-42, 2016. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41359 . Acesso em: 29 ago. 2023.
59	A história estrutural: trajetória, conceitos e aplicabilidade	MATOS, Júlia Silveira	Referencial para a subseção 3.3.2 Intencionalidade para a História	MATOS, J. S. A história estrutural: trajetória, conceitos e aplicabilidade. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação , v. 24, n. 1, p. 55-67, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22833 . Acesso em: 29 ago. 2023.
60	História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa	ZANOTTO, Gizele	Referencial para a subseção 3.3.2 Intencionalidade para a História	ZANOTTO, G. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação , v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/24233 . Acesso em: 30 ago. 2023.
61	A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do Museu Histórico do antigo “Oeste Paulista”	ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria	Referencial para a subseção 3.4.2 Colecionismo bibliográfico	ESPÍRITO SANTO, S. M. E. A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do museu histórico do antigo “oeste paulista”. Transinformação , v. 23, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217352 . Acesso em: 30 ago. 2023.
62	Um olhar sobre Historiografia e Epistemologia no campo da Ciência da Informação	FREIRE, Isa Maria; SILVA, Tiago José	Referencial para as subseções 3.1.1 Origens, definições e paradigmas e 3.3.2 Intencionalidade para a História	FREIRE, I. M.; SILVA, T. J. Um olhar sobre historiografia e epistemologia no campo da ciência da informação. Logeion: filosofia da informação , v. 7, p. 133-164, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/148145 . Acesso em: 30 ago. 2023.
63	Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação	MURGUIA, Eduardo Ismael	Referencial para as subseções 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação e 3.3.2 Intencionalidade para a História	MURGUIA, E. I. Percepções e aproximações do documento na historiografia, documentação e ciência da informação. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação , v. 2 n. 2, n. 2, p. 42-53, 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39578 . Acesso em: 30 ago. 2023.
64	A experiência docente no	FERREIRA,	Referencial para a subseção	FERREIRA, R. S. A experiência docente no ensino de história do

	ensino de história do livro e das bibliotecas na Universidade Federal do Pará (UFPA)	Rubens da Silva	3.4.1 História do livro e suas intencionalidades	livro e das bibliotecas na universidade federal do pará (ufpa). Informação & Informação , v. 21, n. 1, p. 573-594, 2016. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34432 . Acesso em: 26 set. 2023.
65	Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a Censura, uma história ainda presente	DUTRA, Matheus Pedro	Referencial para a subseção 3.4.1 História do livro e suas intencionalidades	DUTRA, M. P. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no brasil e a censura, uma história ainda presente. Ensaio Geral , n. 1, p. 65-80, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/170212 . Acesso em: 26 set. 2023.
66	A morte do livro? Notas sobre a história da leitura na era da dispersão	FURTADO, Joaci Pereira	Referencial para a subseção 3.4.1 História do livro e suas intencionalidades	FURTADO, J. P. A morte do livro? notas sobre a história da leitura na era da dispersão. Scire: representación y organización del conocimiento , v. 22, n. 1, p. 87-92, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168090 . Acesso em: 26 set. 2023.
67	Presença da disciplina História do Livro nos currículos dos cursos de Biblioteconomia do Brasil nos anos de 1978 e 2018	SILVA, Leonardo Gonçalves; OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa	Referencial para as subseções 3.4.1 História do livro e suas intencionalidades e 3.3.2 Intencionalidade para a História	SILVA, L. G.; OLIVEIRA, L. M. B. Presença da disciplina história do livro nos currículos dos cursos de biblioteconomia do brasil nos anos de 1978 e 2018. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 15, n. 3, p. 49-70, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121372 . Acesso em: 26 set. 2023.
68	Os desafios do estudo das proveniências para a história do comércio do livro na França no renascimento: algumas linhas de pesquisa	HULVEY, Monique	Referencial para a subseção 3.4.1 História do livro e suas intencionalidades	HULVEY, M. Os desafios do estudo das proveniências para a história do comércio do livro na França no renascimento: algumas linhas de pesquisa. Ponto de Acesso , v. 16, n. 3, p. 169-185, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52305 . Acesso em: 26 set. 2023.
69	Políticas de bibliotecas públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira	SOUSA, Raquel Juliana do Prado Leite de	Referencial para a subseção 3.4.1 História do livro e suas intencionalidades	SOUSA, R. J. P. L. Políticas de bibliotecas públicas e o instituto nacional do livro: análise exploratória à luz da história e teoria da educação brasileira. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 14, n. 3, p. 142-169, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99155 . Acesso em: 26 set. 2023.

70	Contaçon de História como Instrumento de Construçon da Identidade Negra: estudo de caso na Biblioteca do Centro Cultural Banco do Nordeste – Cariri	LIMA, Priscila Correia de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	LIMA, P. C.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. Contaçon de história como instrumento de construçon da identidade negra: estudo de caso na biblioteca do centro cultural banco do nordeste - cariri. Revista Folha de Rosto , v. 4, n. Especial, p. 50-74, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119231 . Acesso em: 27 set. 2023.
71	A multitemporalidade da biblioteca	SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	Referencial para a subseção 3.4.1 História do livro e suas intencionalidades	SILVA, J. L. C. A multitemporalidade da biblioteca. Revista Interamericana de Bibliotecología , Colombia, v. 36, n. 1, p. 25-34, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/83497 . Acesso em: 27 set. 2023.
72	Colecionismo bibliográfico: contexto histórico, terminologia e perspectivas de estudo na Ciência da Informação	SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos; ALBUQUERQUE, Ana Cristina	Referencial para a subseção 3.4.2 Colecionismo bibliográfico	SUNDSTRÖM, A. S. S.; ALBUQUERQUE, A. C. Colecionismo bibliográfico: contexto histórico, terminologia e perspectivas de estudo na ciência da informação. Em Questão , v. 26, n. 3, p. 250-275, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146086 . Acesso em: 27 set. 2023.
73	Formaçã das bibliotecas: uma abordagem desde a perspectiva do colecionismo	PEDRÃO, Gabriela Bazan; MURGUIA, Eduardo Ismael	Referencial para a subseção 3.4.2 Colecionismo bibliográfico	PEDRÃO, G. B.; MURGUIA, E. I. Formaçã das bibliotecas: uma abordagem desde a perspectiva do colecionismo. Em Questão , v. 19, n. 2, p. 396-414, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/10581 . Acesso em: 27 set. 2023.
74	Homero Pires: o colecionismo bibliográfico e as marcas de proveniência	GREENHALGH, Raphael Diego	Referencial para a subseção 3.4.2 Colecionismo bibliográfico	GREENHALGH, R. D. Homero pires: o colecionismo bibliográfico e as marcas de proveniência. Em Questão , n. online, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/111605 . Acesso em: 27 set. 2023.
75	O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação	MURGUIA, Eduardo Ismael	Referencial para a subseção 3.4.2 Colecionismo bibliográfico	MURGUIA, E. I. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação , n. esp. 1. sem., p. 87-104, 2009. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91700 . Acesso em: 27 set. 2023.

76	Bookshelf tour: categorização do conhecimento a partir do discurso coletivo dos booktubers	SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos; MORAES, João Batista Ernesto	Referencial para a subseção 3.4.2 Colecionismo bibliográfico	SUNDSTRÖM, A. S. S.; MORAES, J. B. E. Bookshelf tour: categorização do conhecimento a partir do discurso coletivo dos booktubers. Em Questão , v. 25, n. 2, p. 13-38, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113744 . Acesso em: 27 set. 2023.
77	A preservação e a disseminação da história e cultura africana e afro-brasileira a partir do colecionismo nas unidades de informação no Brasil	LIMA, Graziela dos Santos; CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus; ALMEIDA, Carlos Cândido de	Referencial para a subseção 3.4.2 Colecionismo bibliográfico	LIMA, G. D. S.; CARVALHO, C. P. J.; ALMEIDA, C. C. A preservação e a disseminação da história e cultura africana e afro-brasileira a partir do colecionismo nas unidades de informação no Brasil. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação , v. 13 No 1, n. 1, p. 223-238, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136023 . Acesso em: 05 out. 2023.
78	Memória, Cidade e Bibliofilia	OLIVEIRA, Hanna Sandy de; CAVALCANTE, Lídia Eugenia	Referencial para a subseção 3.4.2 Colecionismo bibliográfico	OLIVEIRA, H. S.; CAVALCANTE, L. E. Memória, cidade e bibliofilia. Informação em Pauta , v. 4 n. 2, n. 2, p. 137-155, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/127647 . Acesso em: 05 out. 2023.
79	As dimensões educacional e política da sociedade da informação	CORRÊA, Fabiano Couto	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	CORRÊA, F. C. As dimensões educacional e política da sociedade da informação. Informação & Informação , v. 12, n. 1, p. 66-79, 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32109 . Acesso em: 09 out. 2023.
80	Más Allá... Comunicação e governos progressistas na América Latina	SIMÕES, Denis Gerson; MOREIRA, Gislene	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	SIMÕES, D. G.; MOREIRA, G. Más allá... comunicação e governos progressistas na América Latina. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura , v. 12, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153634 . Acesso em: 09 out. 2023.
81	Instituto Nacional do Livro	BARROSO, Maria Alice	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	BARROSO, M. A. Instituto nacional do livro. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 1, n. 1/3, p. 45-63, 1973. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2934 . Acesso em: 09 out. 2023.
82	Políticas públicas: marco legal	ASSIS, Márcio	Referencial para a subseção	ASSIS, M. B.; GOULART, I. C. V. Políticas públicas: marco

	para as bibliotecas escolares	Barbosa de; GOULART, Ilsa do Carmo Vieira	3.4.3 O livro como agente político	legal para as bibliotecas escolares. Em Questão , n. online, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/166654 . Acesso em: 09 out. 2023.
83	Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático	CAMPELLO, Bernadete dos Santos; SILVA, Eduardo Valadares	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	CAMPELLO, B. D. S.; SILVA, E. V. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. Biblioteca Escolar em Revista , v. 6 n. 1, n. 1, p. 64-80, 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/143430 . Acesso em: 09 out. 2023.
84	(Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas	OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira; CASTRO, Jetur Lima da	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	OLIVEIRA, A. N.; SILVA, L. E. F.; CASTRO, J. L. (re)visitando o estado novo no brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. Em Questão , v. 24, n. 3, p. 125-151, 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10523 . Acesso em: 09 out. 2023.
85	Atuação do bibliotecário junto a população em situação de rua	GONÇALVES, Shirlei Rossato Pelarin; GRACIOSO, Luciana de Souza; SILVA, Carla Regina	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	GONÇALVES, S. R. P.; GRACIOSO, L. S.; SILVA, C. R. Atuação do bibliotecário junto a população em situação de rua. Informação@Profissões , v. 7, n. 1, p. 114-133, 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/64808 . Acesso em: 09 out. 2023.
86	A biblioteca comunitária como agente de inclusão/ integração do cidadão na sociedade da informação	PRADO, Geraldo Moreira	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	PRADO, G. M. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/ integração do cidadão na sociedade da informação. Inclusão Social , v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101144 . Acesso em: 09 out. 2023.
87	Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade	ROSA, Nathália Zaneratto; FUJINO, Asa	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	ROSA, N. Z.; FUJINO, A. Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/165658 . Acesso em: 09

				out. 2023.
88	Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações	SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins	Referencial para a subseção 3.4.3 O livro como agente político	SILVA, J. L. C.; SILVA, R. L. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da biblioteconomia brasileira: algumas considerações. Em Questão , v. 16, n. 2, p. 203-217, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/10156 . Acesso em: 09 out. 2023.
89	Memory-making and documentary practices in the City of Heroes community	SKÖLD, Olle	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	SKÖLD, O. Documenting virtual world cultures: memory-making and documentary practices in the City of Heroes community. Journal of Documentation , v. 71, n. 2, p. 294-316, 2015.
90	The case for documenting user experience as part preservation strategy for internet-based art	COLEMAN, Paul	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	COLEMAN, P. The case for documenting user experience as part preservation strategy for internet-based art. AICCM Bulletin , v. 42, n. 1, p. 43-52, 2021.
91	Using African Truth and Reconciliation Commission documentation for truth telling and reconciliation	SVÄRD, Proscovia	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	SVÄRD, P. Using African Truth and Reconciliation Commission documentation for truth telling and reconciliation. Education for Information , v. 37, n. 1, p. 113-120, 2021.
92	Reframing the notion of “The Artist’s Intent:” A study of caring for Thomas Hirschhorn’s Intensif-Station (2010)	QUABECK, Nina	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	QUABECK, N. Reframing the notion of “The Artist’s Intent:” A study of caring for Thomas Hirschhorn’s Intensif-Station (2010). Journal of the American Institute for Conservation , v. 60, n. 2-3, p. 77-91, 2021.
93	Possibilities of application of multi-spectral imaging in research works and for paleographic and codicological analysis of dalmatian beneventana from the collection of the research library of Dubrovnik libraries	BOGDANOVIC, Jelena; DI REDA, Tina	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	BOGDANOVIC, J.; DI REDA, T. Possibilities of application of multi-spectral imaging in research works and for paleographic and codicological analysis of dalmatian beneventana from the collection of the research library of Dubrovnik libraries. IMSCI 2020 - 14th International Multi-Conference on Society, Cybernetics and Informatics, Proceedings , p. 130-135, 2020.
94	From collection management to content management in art	BAROK, Dušan; NOORDEGRAAF	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a	BAROK, D.; NOORDEGRAAF, J.; DE VRIES, A. P. From collection management to content management in art

	documentation: the conservator as an editor	, Julia; DE VRIES, Arjen P.	Documentação	documentation: the conservator as an editor. Studies in Conservation , v. 64, n. 8, p. 472-489, 2019.
95	Bibliography and bibliographers in France: Journals for the circulation of science	COUZINET, Viviane; FRAYSSE, Patrick	Referencial para a subseção 3.3.1 Intencionalidade para a Documentação	COUZINET, V.; FRAYSSE, P. Bibliographie et bibliographes en France: Des revues pour la circulation de la science. Bibliothecae.it , v. 7, n. 2, p. 172-197, 2018.
96	Selection, presentism, and pluralist history	BARSEGHYAN, Hakob	Referencial para a subseção 3.3.2 Intencionalidade para a História	BARSEGHYAN, H. Selection, presentism, and pluralist history. Studies in History and Philosophy of Science , v. 92, p. 60-70, 2022.
97	Causalidade e intencionalidade: uma contribuição ao debate sobre dimensão explicativa da historiografia	ARRAIS, Cristiano Alencar	Referencial para a subseção 3.3.2 Intencionalidade para a História	ARRAIS, C. A. Causalidade e intencionalidade: uma contribuição ao debate sobre dimensão explicativa da historiografia. Hist. Historiogr. , Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 73-103, 2021.
98	The jurisdiction of history according to Marc Bloch	YAMASHITA, Jougi Guimarães	Referencial para a subseção 3.3.2 Intencionalidade para a História	YAMASHITA, J. G. A jurisdição da história segundo Marc Bloch. Diálogos , v. 27, n. 1, p. 69-86, 2023.
99	Conclusive or clue? reading unexpected silences in our sources	BORI, Caterina	Referencial para a subseção 3.3.2 Intencionalidade para a História	BORI, C. Conclusive or clue? reading unexpected silences in our sources. Rivista degli Studi Orientali , v. 95, n. 4, p. 23-34, 2022.
100	Phenomenology and the digital world: problems and perspectives	TAGLIAGAMBE, Silvano	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	TAGLIAGAMBE, S. Phenomenology and the digital world: problems and perspectives. Foundations of Science , v. 28, n.4, p. 1157-1174, 2023.
101	Teleology in living beings: a phenomenological approach to intentionality and intentional actions	VILLAMIL- LOZANO, Andrés Felipe; GÓMEZ, María Clara Garavito LOZANO, Harol David Villamil	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	VILLAMIL-LOZANO, A. F.; GÓMEZ, M. C. G.; LOZANO, H. D. V. Teleology in living beings: a phenomenological approach to intentionality and intentional actions. Open Insight , v. 14, n. 31, p. 139-169, 2023.

102	Algumas compreensões sociofilosóficas da pedagogia freireana em periódicos ibero-americanos de educação	SILVA, Maic Brito da; SANTOS, Jefferson da Silva; GEHLEN, Simoni Tormöhlen	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	SILVA, M. B.; SANTOS, J.; GEHLEN, S. T. Algumas compreensões sociofilosóficas da pedagogia freireana em periódicos ibero-americanos de educação. Educ. Pesqui. , São Paulo, v. 49, e256304, 2023.
103	Qualitative relationism about subject and object of perception and experience	GIANNOTTA, Andrea Pace	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	GIANNOTTA, A. P. Qualitative relationism about subject and object of perception and experience. Phenomenology and the Cognitive Sciences , v. 21, p. 583–602, 2022.
104	Os sentidos do sentido: uma leitura fenomenológica	FREITAS, Marta Helena de; ARAÚJO, Rita de Cássia; FRANCA, Filipe Starling Loureiro; PEREIRA, Ondina Pena; MARTINS, Francisco	Referencial para a subseção 3.3.3 Intencionalidade para a Fenomenologia	FREITAS, M. H. et al. Os sentidos do sentido: uma leitura fenomenológica. Revista da Abordagem Gestáltica , v. 18, n. 2, p. 144-154, 2012.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE E – TRABALHOS DO GT 12 DO XXII ENANCIB

Quadro 9 – Trabalhos do GT 12 do XXII Enancib

NÚMERO	TÍTULO	AUTOR(ES)	CRITÉRIO DE SELEÇÃO	REFERÊNCIA
1 105	Categorias de análise feministas para o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais	DOYLE, Andréa; OLINTO, Gilda	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	DOYLE, A.; OLINTO, G. Categorias de análise feministas para o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22.</i> , Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. Anais [...] . Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.
2 106	Memória e decolonialidade: a poética de Tatiana Nascimento nas mídias sociais	SILVA, Dávila Maria Feitosa da; VIANA, Anna Raquel de Lemos; CAVALCANTE, Geisa Fabiane Ferreira; LIMA, Izabel França de	Referencial para as subseções 3.1.3 Epistemologias emergentes e 3.5.1 Epistemicídio negro	SILVA, D. M. F. da <i>et al.</i> Memória e decolonialidade: a poética de Tatiana Nascimento nas mídias sociais. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22.</i> , Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. Anais [...] . Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.
3 107	Direitos humanos, informação e racismo: uma análise do perfil do instagram do Quilombo Intelectual	FEVRIER, Priscila Rufino; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; ALVES, Ana Paula Meneses	Referencial para as subseções 3.5.1 Epistemicídio negro e 3.5.2 Necropolítica	FEVRIER, P. R. et al. Direitos humanos, informação e racismo: uma análise do perfil do instagram do Quilombo Intelectual. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22.</i> , Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. Anais [...] . Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.
4 108	Cartografias da supremacia racial e da branquitude na	SILVA, Franciéle Carneiro Garcês	Referencial para a subseção 3.5.1 Epistemicídio negro	SILVA, F. C. G., GARCEZ, D. C.; PIZARRO, D. C. Cartografias da supremacia racial e da branquitude na Biblioteconomia e

	Biblioteconomia e Ciência da Informação	da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; PIZARRO, Daniella Camara		Ciência da Informação. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. Anais [...]. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.
5 109	Epistemicídio negro na Ciência da Informação: uma discussão inicial	ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha	Referencial para a subseção 3.5.1 Epistemicídio negro	ALVES, F. A. C.; CÔRTEZ, G. R. Epistemicídio negro na Ciência da Informação: uma discussão inicial. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. Anais [...]. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.
6 110	Da redução à pluralidade: reflexões sobre a descolonização do domínio da indumentária	WANDERLEY, Ana Isabel Ferreira; MARTINS, Gracy Kelli	Referencial para a subseção 3.1.3 Epistemologias emergentes	WANDERLEY, A. I. F.; MARTINS, G. K. Da redução à pluralidade: reflexões sobre a descolonização do domínio da indumentária. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. Anais [...]. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.
7 111	Coletividade digital: o blog Blogueiras Negras	SILVA, Thais Pereira da; ALMEIDA, Marco Antônio de	Referencial para a subseção 3.5.1 Epistemicídio negro	SILVA, T. P.; ALMEIDA, M. A. Coletividade digital: o blog Blogueiras Negras. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. Anais [...]. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.
8 112	Racismo na literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação	SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LAURINDO, Kariane Regina; SILVA, Rubens Alves da	Referencial para a subseção 3.5.2 Necropolítica	SILVA, F. C. G.; LAURINDO, K. R.; SILVA, R. A. Racismo na literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Porto Alegre, 7 a 11 de novembro de 2022. Anais [...]. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2022.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE F – NOTÍCIAS CONSULTADAS

Quadro 10 – Notícias consultadas

NÚMERO	TÍTULO	PUBLICADOR	DATA	REFERÊNCIA
1	Justiça proíbe Palmares de doar livros e Camargo cria 'acervo da vergonha'	Folha de São Paulo	08/01/2022	FOLHA DE SÃO PAULO. Justiça proíbe Palmares de doar livros e Camargo cria 'acervo da vergonha'. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/01/justica-proibe-palmares-de-doar-livros-e-camargo-cria-acervo-da-vergonha.shtml . Acesso em: 14 out. 2023.
2	Fundação Palmares faz cruzada ideológica e deve excluir metade do seu acervo	Folha de São Paulo	11/06/2021	FOLHA DE SÃO PAULO. Fundação Palmares faz cruzada ideológica e deve excluir metade do seu acervo. Folha de São Paulo , 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/fundacao-palmares-faz-cruzada-ideologica-e-deve-excluir-metade-do-seu-acervo.shtml . Acesso em: 14 out. 2023.
3	Fundação Cultural Palmares: presidentes e ações	Nexo Jornal	23/06/2022	ARAÚJO, F.; VENTURINI, A. C. Fundação Cultural Palmares: presidentes e ações. Nexo Jornal , 2022. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Funda%C3%A7%C3%A3o-Cultural-Palmares-presidentes-e-a%C3%A7%C3%B5es . Acesso em: 14 out. 2023.
4	Assista: Audiência discute situação do acervo histórico da Fundação Palmares	Biblioo	08/10/2021	BIBLIOO. Assista: Audiência discute situação do acervo histórico da Fundação Palmares. Biblioo , 2021. Disponível em: https://biblioo.info/audiencia-discute-situacao-do-acervo-historico-da-fundacao-palmares/ . Acesso em: 14 out. 2023.
5	Depois de criar "acervo da vergonha", Fundação Palmares anuncia bibliotecário para cuidar de suas obras	Biblioo	06/10/2021	BIBLIOO. Depois de criar "acervo da vergonha", Fundação Palmares anuncia bibliotecário para cuidar de suas obras. Biblioo , 2021. Disponível em: https://biblioo.info/fundacao-palmares-anuncia-bibliotecario-para-cuidar-do-seu-acervo-bibliografico-e-iconografico/ . Acesso em: 14 out. 2023.

6	Fundação Palmares terá "acervo da vergonha" para obras que considera "comunistas"	Biblioo	05/08/2021	BIBLIOO. Fundação Palmares terá "acervo da vergonha" para obras que considera "comunistas". Biblioo , 2021. Disponível em: https://biblioo.info/fundacao-palmares-tera-acervo-da-vergonha-para-obras-que-considera-comunistas/ . Acesso em: 14 out. 2023.
7	CFB e FEBAB publicam notas de repúdio sobre Fundação Cultural Palmares	CRB-6	21/06/2021	CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DA 6ª REGIÃO. CFB e FEBAB publicam notas de repúdio sobre Fundação Cultural Palmares. CRB-6 , 2021. Disponível em: https://crb6.org.br/materias/cfb-e-febab-publicam-notas-de-repudio-sobre-fundacao-cultural-palmares/ . Acesso em: 14 out. 2023.
8	Justiça proíbe que Fundação Palmares se desfaça de acervo e estabelece multa de R\$ 500 por item doado	O Globo	23/06/2021	O GLOBO. Justiça proíbe que Fundação Palmares se desfaça de acervo e estabelece multa de R\$ 500 por item doado. O Globo , 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/justica-proibe-que-fundacao-palmares-se-desfaca-de-acervo-estabelece-multa-de-500-por-item-doado-25074159 . Acesso em: 14 out. 2023.
9	Justiça proíbe Sérgio Camargo de doar acervo da Fundação Palmares	Carta Capital	08/01/2022	VERENICZ, M. Justiça proíbe Sérgio Camargo de doar acervo da Fundação Palmares. Carta Capital , 2021. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/cultura/justica-proibe-sergio-camargo-de-doar-acervo-da-fundacao-palmares/ . Acesso em: 14 out. 2023.
10	Sergio Camargo vai criar 'Museu da Vergonha' com obras 'desviantes'	ISTO É	05/08/2021	ISTO É. Sergio Camargo vai criar 'Museu da Vergonha' com obras 'desviantes'. ISTO É , 2021. Disponível em: https://istoe.com.br/sergio-camargo-vai-criar-museu-da-vergonha-com-obras-desviantes/ . Acesso em: 14 out. 2023.
11	Após decisão da Justiça, Sergio Camargo diz que livros da Palmares ficarão expostos em 'cercadinho da vergonha': 'À esquerda de quem entra'	O Globo	08/01/2022	O GLOBO. Após decisão da Justiça, Sergio Camargo diz que livros da Palmares ficarão expostos em 'cercadinho da vergonha': 'À esquerda de quem entra'. O Globo , 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/apos-decisao-da-justica-sergio-camargo-diz-que-livros-da-palmares-ficaram-expostos-em-cercadinho-da-vergonha-esquerda-de-quem-entra-25346455 . Acesso em: 14 out. 2023.

12	Presidente da Fundação Palmares cria "acervo da vergonha" para livros	O Povo	04/08/2021	O POVO. Presidente da Fundação Palmares cria "acervo da vergonha" para livros. O Povo, 2021. Disponível em: https://www.opovo.com.br/vidaearte/2021/08/04/presidente-da-fundacao-palmares-cria-acervo-da-vergonha-para-livros.html . Acesso em: 14 out. 2023.
13	Fundação Cultural Palmares terá	Carta Capital	04/08/2021	OHANA, V. Fundação Cultural Palmares terá 'acervo da vergonha' para obras que considera comunistas. Carta Capital , 2021. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/fundacao-palmares-tera-acervo-da-vergonha-para-obras-que-considera-comunistas/ . Acesso em: 14 out. 2023.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO

Instrumento de coleta de dados (Roteiro de entrevista)

Dados pessoais (somente o pesquisador terá acesso a esses dados):

Nome:
Formação/Área de atuação:
Contato (email):

Questões para o G1 (funcionários da Fundação Cultural Palmares):

1. Qual a função da biblioteca da FCP?
2. A biblioteca tem uma política de desenvolvimento de acervo?
 - a) Caso positivo, contextualize quando ela foi criada, se ela foi ou será atualizada e sobre a relevância da política para o desenvolvimento do acervo.
 - b. Caso negativo, há previsão de a biblioteca elaborar? Considera relevante ter uma política de desenvolvimento de acervo? Por quê?
3. Quais os critérios para desbaste de itens da biblioteca?
 - a) Considera que esses critérios têm cumprido com o que se espera no âmbito de uma política de desenvolvimento de acervo?
4. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?
5. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou deslocado para o Acervo da vergonha?
 - a) Caso positivo, qual ou quais os livros você se lembra? Como ocorreu e em quais circunstâncias? Quais os detalhes sobre o motivo da retirada de um ou mais livros em específico?
6. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros?
7. Qual o contato que você teve com o Acervo da vergonha?
8. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?
9. O que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?
10. Qual o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Questões para o G2 (participantes dos movimentos ou coletivos negros):

1. Qual a sua relação com as questões raciais? Você faz parte de algum movimento e/ou coletivo negro?
2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?
3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?
4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?
5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?
6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
 - a) Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.
7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?
8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?
9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?
10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

Questões para o G3 (bibliotecários e bibliotecárias):

1. Qual a sua relação com os livros e com as bibliotecas?
2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?
3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?
4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?
 - a. Caso positivo, qual ou quais os livros você se lembra? Como ocorreu e em quais circunstâncias? Quais os detalhes sobre o motivo da retirada ou realocação de um ou mais livros em específico?
5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?
6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
 - a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?
8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?
9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?
10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

APÊNDICE H – CARTA DE REVISÃO ÉTICA

CARTA DE REVISÃO ÉTICA

A pesquisa “O Acervo da vergonha: atos e intencionalidades na Fundação Cultural Palmares”, de responsabilidade do pesquisador Lucas dos Santos de Paulo, estudante de mestrado na Faculdade de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, realizada sob orientação de Rodrigo Rabello, tem como objetivo investigar no curso de ação da composição do espaço “acervo da vergonha” desvios e traduções que expressam a intencionalidade do livro como agente político, tendo no horizonte pressupostos que favorecem o estudo da relação do livro com os atores humanos no contexto da Fundação Cultural Palmares.

Para o cumprimento deste objetivo, pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas com os colaboradores da Fundação Cultural Palmares que tiveram contato com o “Acervo da vergonha”, com integrantes dos movimentos e/ou coletivos negros e profissionais bibliotecários, respeitando as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016.

Reconhece-se que as pesquisas com seres humanos devem ser realizadas com ética e respeito na relação do pesquisador com o participante e podem envolver a fragilidade de dados pessoais. Para minimizar o risco da sensibilidade de dados pessoais, a pesquisa adota como estratégia o sigilo e privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa, conforme as resoluções mencionadas. Além disso, as pessoas entrevistadas receberão apelidos ou códigos (exemplo: E1G12) para preservar suas identidades.

As entrevistas serão conduzidas por um roteiro com 10 questões abertas, e serão gravadas por áudio (com a permissão do entrevistado) e depois transcritas em diário de bordo do pesquisador. Antes de qualquer publicação ou divulgação dos resultados da pesquisa, o pesquisador apresentará os resultados às pessoas entrevistadas. Os nomes dos entrevistados não serão divulgados. Os áudios da entrevista serão armazenados no computador pessoal do pesquisador. Somente ele terá acesso às gravações.

Ao responder às perguntas, as pessoas entrevistadas podem sentir medo de relatar sua experiência com o “Acervo da vergonha”, por se tratar de um assunto sensível. Por esse motivo, as entrevistas serão realizadas em local reservado ou por chamada de vídeo e, caso o entrevistado sinta-se mal, a entrevista será pausada ou interrompida, respeitando os limites do entrevistado.

Todas as pessoas entrevistadas serão orientadas sobre a livre participação na pesquisa, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O pesquisador se compromete em proceder de acordo com as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016, e respeitar a dignidade humana de todos os participantes da pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 08 de Fevereiro de 2024

Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES
(Coordenador(a))

APÊNDICE I – ACEITE INSTITUCIONAL

ACEITE INSTITUCIONAL



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Edifício Toufic, 7º andar - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP
70302-000
Telefone: (61) 3424-0100 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.palmares.gov.br>

DECLARAÇÃO

Processo nº 01420.102576/2023-27

Interessado: Lucas de Paulo registrado(a) civilmente como Lucas dos Santos de Paulo

ACEITE INSTITUCIONAL

O Sr. João Jorge Rodrigues, presidente da Fundação Cultural Palmares, está de acordo com a realização da pesquisa "O Acervo da vergonha: intencionalidades, desvios e traduções sob a ótica da Teoria Ator-Rede", de responsabilidade do pesquisador Lucas dos Santos de Paulo, estudante de mestrado na Faculdade de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, realizada sob orientação de Rodrigo Rabello, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

O estudo envolve a realização de entrevista semiestruturada com perguntas sobre a biblioteca da Fundação e o Acervo da vergonha com os funcionários da Fundação Cultural Palmares. A pesquisa terá a duração de 2 (dois) meses, com previsão de início em novembro/2023 e término em dezembro/2023.

Eu, João Jorge Rodrigues, presidente da Fundação Cultural Palmares, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 10 de novembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES
Presidente
Fundação Cultural Palmares



Documento assinado eletronicamente por **João Jorge Santos Rodrigues, Presidente**, em 10/11/2023, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0282360** e o código CRC **F999A037**.

Referência: Processo nº 01420.102576/2023-27

SEI nº 0282360

APÊNDICE J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O Acervo da vergonha: atos e intencionalidades na Fundação Cultural Palmares”, de responsabilidade de Lucas dos Santos de Paulo, estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é investigar o(s) curso(s) de ação da composição do espaço “Acervo da vergonha”, seus desvios, controvérsias e traduções que expressam a intencionalidade atribuída ao livro como objeto de ações políticas, tendo no horizonte pressupostos que favorecem o estudo das relações do livro, da coleção e de outros atores não-humanos com os atores humanos – numa palavra, com híbridos – no contexto da Fundação Cultural Palmares. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada com perguntas sobre a biblioteca da Fundação e o “Acervo da vergonha”. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como: sensibilidade de dados pessoais. Este risco será minimizado com as seguintes estratégias: garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa, conforme as resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016.

Espera-se que esta pesquisa contribua com a valorização do acervo da Fundação Cultural Palmares e com o fortalecimento da cultura negra e afro-brasileira. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99621-2803 ou pelo e-mail lucasdepaulo.contato@email.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de

e-mail, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE K – RELATÓRIO DAS ENTREVISTAS

Quadro 11 – Relação do código com o perfil do entrevistado

Código	Perfil
E1G1	funcionário da Fundação Cultural Palmares
E2G1	funcionário da Fundação Cultural Palmares
E3G1	funcionário da Fundação Cultural Palmares
E4G2	pesquisador de temáticas raciais no âmbito do Direito
E5G2	representante do Movimento Negro de Direita (MND)
E6G2	representante do Movimento Negro Unificado (MNU) do Distrito Federal e Entorno
E7G2	representante do Movimento Negro Unificado (MNU) do Distrito Federal e Entorno
E8G2	pesquisador de temáticas raciais no âmbito da Educação
E9G3	Bibliotecária
E10G3	Bibliotecária

Fonte: elaboração própria.

Entrevista 1

Código: E1G1
Perfil: funcionário da Fundação Cultural Palmares

Questões:

1. Qual a função da biblioteca da FCP?

Na minha opinião e de acordo com os documentos normativos que regem a criação da instituição, ou seja, o Regimento Interno, criado pela Portaria nº 68, de 18 de setembro de 2009 e a Lei nº 7668 de 22 de agosto de 1988, que cria a Fundação Cultural Palmares, a função da biblioteca é apoiar a missão institucional [da FCP], e disseminar e difundir a cultura negra em todos os seus aspectos. Nesse sentido, os documentos presentes na biblioteca devem além de promoverem a cultura negra, preservar os valores culturais, históricos e sociais da influência negra na sociedade brasileira.

2. A biblioteca tem uma política de desenvolvimento de acervo?
 - a. Caso positivo, contextualize quando ela foi criada, se ela foi ou será atualizada e sobre a relevância da política para o desenvolvimento do acervo.

- b. Caso negativo, há previsão de a biblioteca elaborar? Considera relevante ter uma política de desenvolvimento de acervo? Por quê?

Sim, é um documento que foi criado recentemente e que será divulgado por conta de uma ação popular²⁵ que proibiu a Palmares de fazer qualquer tipo de doação do acervo. Até aí, eu entendo que foi uma época muito difícil de desfazimento deste acervo e era necessária alguma medida para impedir tal ação. E qualquer cidadão tem essa prerrogativa de ser fiscal do patrimônio público e por isso julgo que a ação teve a sua importância. Só que agora ela não faz mais sentido. Há duas realidades em relação ao acervo bibliográfico da instituição: 1) a Palmares possui o seu acervo de estudo e de pesquisa que passa necessariamente por uma atividade burocrática e cotidiano de qualquer biblioteca, que inclui a avaliação periódica do acervo e o seu possível descarte; 2) há também o acervo promocional, fruto dos projetos e editais de fomento da instituição realizados em parceria com as comunidades quilombolas, escolas públicas e privadas, universidades, fundações de pesquisa e autores que desde estão interrompidos por conta da ação civil pública. Tal acervo é pensado e elaborado com o intuito de serem distribuídos. Então agora, recentemente, a política de desenvolvimento de acervo foi aprovada pela presidência da Fundação e, além disso, temos uma minuta de uma portaria que estabelecerá uma comissão de formação e desenvolvimento do acervo da Palmares²⁶, que não existia até então. Em breve teremos uma audiência pública, que terá como objetivo sensibilizar toda a sociedade civil, e as pessoas ligadas aos direitos humanos, as questões da causa negra, do universo dos livros e das instituições de memória, das instituições do direito no sentido de anular essa ação que impede a continuidade dos projetos da Fundação Cultural Palmares. Digo isso porque agora a FCP terá um instrumento formal para pensar o crescimento do acervo, ou seja, uma Política de Formação, Desenvolvimento, Crescimento e Gestão do Acervo Bibliográfico.

3. Quais os critérios para desbaste de itens da biblioteca?

- a. Considera que esses critérios têm cumprido com o que se espera no âmbito de uma política de desenvolvimento de acervo?

²⁵ O entrevistado se refere à ação popular com pedido de liminar contra Sérgio Camargo movida pelo advogado Paulo Henrique Lima, em 14 de junho de 2021. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/06/Acao-Popular-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

²⁶ O entrevistado se refere à Comissão Permanente de Formação, Desenvolvimento e Gestão do Acervo prevista pela Política de Formação e Desenvolvimento de coleções. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-fcp-n-24-de-22-de-fevereiro-de-2024-*544763014. Acesso em: 16 abr. 2024.

De acordo com a política de desenvolvimento de acervo, os critérios potenciais para a retirada de um livro do acervo dizem respeito às obras que não foram utilizadas por um período de tempo, obras em línguas pouco usuais, por exemplo, russo ou alemão, documentos que não estão atrelados à missão institucional da Fundação, ou seja, cultura negra, e publicações que não tem ligação com a missão institucional da Palmares. Basicamente, são esses três critérios. Nesse sentido, os critérios previstos na Política de Formação, Desenvolvimento, Gestão do Acervo versão sobre a desatualização dos conteúdos, títulos com pouco uso e consulta, itens com danos físicos ou desgaste, livros infestados por agentes biológicos, edições antigas que não apresentam consulta nem empréstimo e documentos que possuem grandes quantidades no acervo e pouco uso.

4. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Avalio como uma censura ao patrimônio material bibliográfico universal, o livro. Eu não consigo ver de outra forma que não seja uma censura. Também houve por parte da presidência do órgão, total ignorância em relação aos critérios técnicos e científicos da biblioteconomia e os princípios que regem a administração pública. Os critérios adotados para tal foram pessoais, insólitos, descabidos e levianos em relação à importância e grandeza desse acervo para o patrimônio bibliográfico do país. O que esperar de um negro, presidente da Palmares, que já se posicionou publicamente contra todas as políticas de redução da desigualdade e contra todas as bandeiras do movimento negro? O que esperar de um negro que persegue outros negros? O que esperar de alguém que retirou da lista de homenageados da Palmares, nomes como: Gilberto Gil, Elza Soares, Zezé Motta, Martinho da Vila, Milton Nascimento, Sandra de Sá e Paulo Paim? O que esperar de alguém que muda a marca da Fundação para retirar o machado de Xangô de sua simbologia? O que esperar de uma pessoa que inventou uma mudança de sede que, na prática, deixou todo o arquivo e biblioteca da Fundação encaixotados, os servidores sem instalações e a iminência real de destruição?

5. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou deslocado para o Acervo da vergonha?
- a. Caso positivo, qual ou quais os livros você se lembra? Como ocorreu e em quais circunstâncias? Quais os detalhes sobre o motivo da retirada de um ou mais livros em específico?

Não, eu não tenho conhecimento. Mas eu me recordo que um ano antes da criação do Acervo da vergonha, intencionalmente ou não, houve um ataque hacker aos registros de tudo que tinha sobre o acervo. Aí eu me questiono se isso foi uma forma de apagar para não deixar rastros. Então não é possível fazer o quantitativo e comparativo do que existia e do que existe hoje para verificar se está faltando isso ou aquilo, e para prestar contas. Eu acredito que esse ataque não foi coincidência. Foi planejado!

6. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros?

Não tenho conhecimento.

7. Qual o contato que você teve com o Acervo da vergonha?

Essa sala que tinha uma placa na porta com o símbolo do comunismo sinalizando que se tratava do “Acervo da Vergonha” ficava trancada e a chave ficava com o ex Coordenador Geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), o Marco Frenette. Não era uma sala de acesso livre. Eu tive acesso duas vezes a ela, e foi rapidamente, me enojou porque não concordo com nada daquilo e penso que é uma abominação, uma vergonha criar um espaço desse. É uma vergonha ter um Acervo da vergonha, sabe? E o espaço me dava mal-estar, assim, não gostava de nada daquilo e nunca chancelei nada daquilo.

8. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Trata-se de um contexto de censura e de retaliação a tudo que tem relação com a esquerda, com a liberdade e a livre expressão de ideias. Um exemplo, foi o educador brasileiro, Paulo Freire, autor que deve estar presente em qualquer biblioteca como texto base, e foi banido do acervo da biblioteca da Fundação Cultural Palmares. É isso. Fica claro que é um embate entre esquerda e direita, e uma tentativa de apagamento da memória dos grandes intelectuais da esquerda. Eu me sentia no arquivo DOPS²⁷ do período da ditadura. “Esse livro pode, esse não”.

9. O que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

²⁷ O entrevistado se refere ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) da Ditadura Militar de 1964, órgão responsável pela avaliação, vigilância e repressão dos movimentos sociais e sindicais para manter a ordem militar no país.

Um retrocesso! Um retrocesso de uma história de 35 anos que foi apagada em 4 anos. De desfazimento de todo o respeito com as pessoas que trabalharam na Fundação anteriormente. E, também, uma tentativa de impor uma ditadura de direita tacanha e mesquinha. Mega retrocesso!

10. Qual o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Ser reanexado ao acervo geral da instituição. E agora o próximo passo é fazer o processamento técnico destes itens e colocá-los à disposição dos leitores.

Relato do pesquisador:

A entrevista foi realizada de forma presencial. O pesquisador observa que o entrevistado se mostrou entusiasmado em colaborar com a pesquisa, embora tenha demonstrado medo de ter seu nome divulgado. O pesquisador apresentou o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) ao entrevistado, informou que a pesquisa previa o anonimato de todas as pessoas entrevistadas e assegurou que nenhum dado pessoal seria divulgado.

Entrevista 2

Código: E2G1

Perfil: funcionário da Fundação Cultural Palmares

Questões:

1. Qual a função da biblioteca da FCP?

Disseminação de informação. A Palmares tem a missão de valorizar a cultura negra e disseminar conhecimentos a respeito da cultura negra, não só do período de colonização do território brasileiro, mas da cultura negra como um todo. E eu não tenho dúvida de que uma biblioteca, muito além de um equipamento cultural e de acesso à informação, é um agente de combate ao racismo. A missão da Palmares é valorizar a cultura não apenas por valorizar, mas porque existe um entendimento do Estado de que é necessária a reparação, de alguma maneira, de todo o processo histórico que envolveu a escravização de tanta gente, e que traz consequências até hoje. Então, é combater o racismo através da disseminação de conhecimento e valorização da cultura, e da salvaguarda também de conhecimentos e tradições que podem ou não estar em suporte de livro. E não só livros, porque a Fundação tem outros tipos de acervo, o acervo iconográfico, quadros, e outros materiais.

2. A biblioteca tem uma política de desenvolvimento de acervo?
 - a. Caso positivo, contextualize quando ela foi criada, se ela foi ou será atualizada e sobre a relevância da política para o desenvolvimento do acervo.
 - b. Caso negativo, há previsão de a biblioteca elaborar? Considera relevante ter uma política de desenvolvimento de acervo? Por quê?

Tem. A política foi criada e publicada em meados de fevereiro [de 2024]. E o contexto em que ela se deu tem tudo a ver com a criação do Acervo da vergonha, que teve uma repercussão muito negativa para a Fundação. E a política não foi só uma vontade institucional da Palmares de normatizar os seus processos de serviços de biblioteca, mas foi uma imposição da liminar no âmbito da ação civil pública²⁸ que proibiu a Palmares de movimentar seu acervo para evitar o desfazimento aleatório de qualquer material bibliográfico. Aleatório ou ideológico, digamos assim. Então, para afastar a personalidade nesse processo do acervo, a Palmares decidiu, compelida também pela liminar do judiciário²⁹, normatizar a política de gestão de acervo, que estará vigente a partir de primeiro de março [de 2024]. Foi publicada uma resolução³⁰ com anexo que é a política de gestão de acervo e, também, uma portaria de designação de uma comissão permanente para cuidar e revisar eventualmente, e aplicar os preceitos dessa política.

3. Quais os critérios para desbaste de itens da biblioteca?
 - a. Considera que esses critérios têm cumprido com o que se espera no âmbito de uma política de desenvolvimento de acervo?

De cara, eu não saberia dizer. Mas assim, ela está bem consolidada. Eu sei que existem critérios que dizem respeito à temporalidade da publicação, então se uma obra é muito antiga ela pode ser desbastada para que seja adquirida uma edição mais nova. Tem também o alinhamento com a missão institucional. Por exemplo, um livro sobre a história do futebol europeu não tem muita relação com a Fundação. Então existem alguns critérios que são bem

²⁸ O entrevistado se refere à ação popular com pedido de liminar contra Sérgio Camargo movida pelo advogado Paulo Henrique Lima. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/06/Acao-Popular-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

²⁹ O entrevistado se refere à liminar da Justiça Federal do Rio de Janeiro, assinada pelo juiz Erik Navarro Wolkart que proíbe o desfazimento do acervo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/justica-proibe-fundacao-palmares-se-desfaca-de-acervo-estabelece-multa-de-500-por-item-doadado-25074159>. Acesso em: 14 out. 2023.

³⁰ O entrevistado se refere à Resolução FCP nº 24, de 22 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-fcp-n-24-de-22-de-fevereiro-de-2024-*-544763014. Acesso em: 16 abr. 2024.

definidos na portaria.

4. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Francamente, eu vejo todo esse processo como uma ferramenta de promoção política. Acho que existe, sim, um componente ideológico forte e preponderante nessa decisão, sobretudo porque eles encontraram *O capital*, do Marx, que fazia parte da coleção do espólio do Clóvis Moura, que era um pesquisador e historiador que se debruçou sobre a cultura negra. O espólio dele foi adquirido pela Palmares na década de 1990, talvez. Não sei ao certo esse detalhe. Mas eu vejo com esses olhos de que existia uma vontade muito grande de chocar a sociedade e chamar a atenção para uma pauta que era da agenda desse pessoal, do Sérgio Camargo. Eu vejo dessa forma, como uma tentativa de criar um burburinho e trazer à tona o que eles achavam que era uma doutrinação marxista, mas que na verdade era um livro que estava ali e fazia parte de um acervo que foi adquirido pela Fundação e foi incorporado ao acervo bibliográfico. Essa é a impressão que eu tenho, que era muita autopromoção.

5. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou deslocado para o Acervo da vergonha?
- a. Caso positivo, qual ou quais os livros você se lembra? Como ocorreu e em quais circunstâncias? Quais os detalhes sobre o motivo da retirada de um ou mais livros em específico?

Sim. O Acervo da vergonha era uma sala na Fundação. Então, realmente nenhum livro foi doado ou desbastado ou descartado. Mas houve essa separação. Era uma sala com uma placa, e tinha o livro *O capital*, do Marx, *História da maconha*, *Sexo na Alemanha nazista*. E todos esses livros eu tenho a impressão de que eram do espólio do Clóvis Moura que foi incorporado à Fundação, e que criou essa impressão de que havia uma dominação e doutrinação marxista.

6. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros?

Eu não tenho conhecimento de outros objetos que foram para o Acervo da vergonha, só livros.

7. Qual o contato que você teve com o Acervo da vergonha?

Olha, o Acervo da vergonha era uma sala na Fundação. Inclusive eu ajudei a carregar caixas de livros para essa sala, sob ordens. Eu ajudei, lamentavelmente, a fazer a parte braçal da instalação deste acervo.

8. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Um tiro no pé. Eu acho que o objetivo não era normatizar o acervo, o objetivo era chamar a atenção. Então para mim, é muito ruim porque eu gostaria de prestar um serviço de qualidade para a Fundação. E penso que foi um erro, francamente, porque tinha tanta coisa de interessante para pautar sobre a cultura negra e a insistência era sempre no sentido de acirrar ainda mais a rivalidade entre as pessoas que estão mais à esquerda, num espectro ideológico, e outras que estão mais à direita, girando em torno da doutrinação marxista. Para mim, foi um erro de mérito, de cálculo, e lamento demais que a Fundação tenha sido sujeita a isso.

9. O que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Reitero que foi um erro de cálculo, de mérito, uma pecha na história da Fundação nesses 36 anos. A impressão que dá é que todo o impacto positivo que a Fundação teve nesses últimos 36 anos foi aniquilado e descompensado por conta de muita polêmica desnecessária, e criação de conteúdo para chocar.

10. Qual o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Os livros já estão incorporados ao acervo da forma que era antes. E teremos no âmbito da resolução, uma catalogação e classificação com uma cosmovisão negra, uma classificação que faça sentido para o público-alvo, porque a classificação que tinha era a CDU e eu já vi algumas críticas a essa classificação. E parece haver movimentos de modernização das classificações que insiram a visão do público que vai acessar. E esse é o futuro que a gente pretende levar para a biblioteca. Modernizar a classificação e o próprio acervo em si, e comprar mais livros. Mais especificamente sobre os livros desse Acervo da vergonha, a proposta é reintegrá-los e lidar com eles como livros que estão no acervo da biblioteca independente se alguém tem vergonha ou não deles.

Relato do pesquisador:

A entrevista foi realizada de forma presencial. O pesquisador observa que o entrevistado demonstrou dificuldade de lembrar alguns detalhes sobre a criação do Acervo da vergonha. No entanto, se

mostrou interessado em colaborar com a pesquisa.

Entrevista 3

Código: E3G1

Perfil: funcionário da Fundação Cultural Palmares

Questões:

1. Qual a função da biblioteca da FCP?

A função dela é destacar a literatura negra para consultas, sendo um polo principal da literatura negra no Brasil.

2. A biblioteca tem uma política de desenvolvimento de acervo?
 - a. Caso positivo, contextualize quando ela foi criada, se ela foi ou será atualizada e sobre a relevância da política para o desenvolvimento do acervo.
 - b. Caso negativo, há previsão de a biblioteca elaborar? Considera relevante ter uma política de desenvolvimento de acervo? Por quê?

Na época da criação do Acervo da vergonha não existia. Mas agora acredito que esteja em processo de execução.

3. Quais os critérios para desbaste de itens da biblioteca?
 - a. Considera que esses critérios têm cumprido com o que se espera no âmbito de uma política de desenvolvimento de acervo?

Na época do Acervo da vergonha, ou até mesmo antes, a Fundação Palmares não trabalhava com o descarte de livros. Até porque, hoje ainda, não há uma sensibilidade no setor público de que se necessita de um bibliotecário. Existe o cargo de bibliotecário no setor público, mas ainda é muito carente. No Ministério da Cultura deve haver um ou dois bibliotecários. A própria Fundação Biblioteca Nacional, que é um órgão principal que deveria ter [um bibliotecário], tem escassez. Ao mesmo tempo, o TCU e outros órgãos contam com apenas um bibliotecário para dar todo o norte de um espaço que é essencial. Lembrando também que a gente está passando por um processo tecnológico que implica a uma ideia de desfazimento das bibliotecas, que é um processo parecido com o que aconteceu com os DVDs e os discos.

4. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Na verdade, foi uma questão de oportunismo. A situação chegou a um ponto de oportunismo por parte tanto do Sérgio Camargo como do Marco Frenette, que foi o mentor de tudo isso. Nós fizemos a mudança de um prédio para outro prédio, e houve a necessidade de colocar um bibliotecário. E esse bibliotecário passou a fazer o saneamento dos livros. E numa fase de oportunismo ele começou a se debruçar nos livros fazendo uma separação no que se referia ao que realmente é de cultura negra e o que não era da cultura negra. Então essa foi a primeira separação que foi feita. Nessa parte que não fazia parte da literatura da cultura negra tinha livros sobre a Amazônia legal, sobre assuntos aleatórios que nada se desenvolvia dentro da cultura negra. A partir desse momento o Frenette passou a falar “vamos separar o joio do trigo e vamos deixar somente o que realmente interessa a cultura negra”. Só que ele fez isso sem a pessoa formada em biblioteconomia. E ele fez dessa forma porque ele viu uma forma de atacar os servidores e os gestores anteriores. Então, eu entendo que isso tem relação partidária.

5. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou deslocado para o Acervo da vergonha?
- a. Caso positivo, qual ou quais os livros você se lembra? Como ocorreu e em quais circunstâncias? Quais os detalhes sobre o motivo da retirada de um ou mais livros em específico?

Não houve qualquer tipo de descarte, mas houve uma separação dos livros que faziam parte da coleção. Foram separados da coleção os livros aleatórios que ele [Frenette] considerou como fora do escopo. Então, ele colocou no meio os livros de Ghandi e Otum, livros sobre a sexualização de crianças, alguma coisa desse tipo que ele menciona no relatório³¹. E não só os livros, mas ele queria jogar fora as palhas antigas que fazem parte do acervo, mas que são perecíveis ao tempo porque elas se decompõem. E como a Palmares iria receber uma vistoria técnica da câmara dos deputados³², ele queria se livrar do “ruim” porque na ideia dele o certo era a visão dele e não o que tinha dentro da Palmares, entendeu? Então era muito disso.

³¹ O entrevistado se refere ao Relatório 1: *Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019* que previa a exclusão/doação de parte do acervo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/fundacao-palmares-faz-cruzada-ideologica-e-deve-excluir-metade-do-seu-acervo.shtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

³² O entrevistado se refere à vistoria técnica para avaliar as condições de armazenamento do acervo bibliográfico e iconográfico da instituição, movida pelas deputadas Alice Portugal, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e

6. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros?

No espaço Acervo da vergonha tinha apenas livros, porque eles [Frenette e Camargo] queriam se apegar na questão dos livros para poder chamar a atenção desse oportunismo, desse *marketing* negativo para confrontar as gestões anteriores. Não só isso dos livros, mas ele tentou evidenciar isso dentro dos arquivos, porque o CNIRC [Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra] não trabalha apenas com o acervo literário, mas com o acervo fotográfico, o acervo digital, de vídeo, visual, e também os processos arquivados. E o que são esses processos arquivados? São eventos que foram realizados e encerrados, por exemplo, viagem do presidente à África do Sul, ou a chegada de uma autoridade ao Brasil. Então, ele [Frenette] chegou a verificar se existia alguma coisa em que ele tivesse a oportunidade de se oportunizar em cima dessas ferramentas.

7. Qual o contato que você teve com o Acervo da vergonha?

Na verdade, a gente trabalhava mais no “tira e bota”. Tira esse livro daqui e bota lá no Acervo da vergonha. Tira daqui e leva para lá. Mostra para o fulano de tal. Era isso. Não tinha uma necessidade e muito menos uma satisfação em entrar naquela sala [do Acervo da vergonha]. Era mais obedecer às ordens de tirar daqui e levar para lá. Mas claro que chamava a atenção, os livros com temática de sexualização de criança, livros em russo. Mas não tinha nenhuma satisfação de entrar lá [no Acervo da vergonha].

8. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Era uma idiotice. Uma antice. Ele [Camargo] foi oportunista. Ele queria trabalhar nesse negativismo que foi instalado pelo partido bolsonarista. Mas qualquer idiota de qualquer outro partido ia entender esse oportunismo. O próprio Sérgio era conhecido pelo poder executivo como uma pessoa sem qualificação para o cargo que ocupava. Mas ele era uma pessoa que estava diretamente ligada à presidência da república. Lembrando que o coordenador geral [Frenette] que montou o Acervo da vergonha era o assessor especial de comunicação do secretário de cultura [Roberto Alvim] que foi exonerado por conta de fala sobre o nacionalismo de Hitler e tal. Era o mesmo cara.

9. O que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Representou um estrago, uma mancha na concepção da Fundação Palmares. Não trouxe uma valorização. Muita gente conheceu a Fundação Palmares por esse negativismo. E muita gente não sabe o que a Fundação Palmares faz ou não reconhece ela como uma instituição. Então ele [Camargo] botou esse olhar negativo sobre a Fundação que tem um papel essencial principalmente na cultura do povo brasileiro. Então houve um estrago enorme institucionalmente para a Fundação Palmares.

10. Qual o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Eu acredito que esses livros devem permanecer no acervo [geral]. E se futuramente eles precisarem ser descartados, isso deve ser respaldado em um estudo, e em uma política de desenvolvimento de acervo.

Relato do pesquisador:

A entrevista foi realizada de forma presencial. O pesquisador observa que o entrevistado demonstrou preocupação em ter seu nome divulgado. Para tranquilizar o entrevistado, o pesquisador apresentou o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e informou que a pesquisa previa o anonimato de todas as pessoas entrevistadas e assegurou que nenhum dado pessoal seria divulgado.

Entrevista 4

Código: E4G2

Perfil: pesquisador de temáticas raciais no âmbito do Direito

Questões:

1. Qual a sua relação com as questões raciais? Você faz parte de algum movimento e/ou coletivo negro?

Olha, minha relação com as questões raciais é relativamente recente, dentro da história da Universidade. Eu demorei um pouco para fazer parte de coletivos e grupos de pesquisa, mas a partir do momento que eu entrei, é uma agenda que me incentiva bastante a pesquisar sobre determinadas demandas. Eu não faço parte de nenhum coletivo propriamente, mas estou em grupos de pesquisa buscando compartilhar dúvidas e inquietações, e projetos de pesquisa voltados a essa área. E, atualmente, estou desenvolvendo meu TCC na área do Direito e das relações raciais. Então, apesar de eu não estar mobilizado no sentido político, eu me mobilizo

através da academia, de forma crítica em relação ao Direito.

2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?

Para mim, a biblioteca da Fundação, para além de um espaço de informação e de conhecimento, é um espaço de visibilidade porque trata de obras que são importantes para pensar e debater sobre raça, e para preservar uma memória do Brasil que não é contada. E a função dessa biblioteca não é apenas conservar essa memória, mas permitir que ela transite tanto na sociedade acadêmica, quanto na sociedade civil. A própria figura da Instituição, e o seu nome, detém um determinado peso para pessoas negras e para a população negra. Então, para mim, [a biblioteca da Fundação] é uma múltipla dimensão de valores históricos, sociais, ideológicos e de vida, de poder preservar aquilo que é a cultura das pessoas negras.

3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Eu avalio como uma medida extrema, mas que não é estranha vendo a postura ideológica que ele [Sérgio Camargo] possuía, e é justamente o que tentam fazer institucionalmente, e socialmente e politicamente, com as pautas caras de movimentos negros, que é inviabilizar, silenciar, e jogar sombra sobre. Então, é uma postura institucional mais forte do que a gente esperava, mas que não é totalmente alheia à posição de que se tinha na época. Porém, é algo que reflete muito na própria estrutura do Estado, e que acende uma luz para a emergência de se buscar meios de resguardar e preservar essas estruturas [da Fundação], independente do partido que está à frente do governo no momento e das posições ideológicas. Porque isso é muito preocupante, e o acervo deve ser protegido e não pode ser manipulado assim tão facilmente.

4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?

Não tenho conhecimento específico em relação aos livros, mas eu creio que sejam livros ligados mais a uma visão crítica acerca do debate racial brasileiro alinhado ao debate das classes sociais que toca na questão da raça. Então, para mim, são dois pontos-chaves que as pessoas dessa laia [de extrema direita] não gostam.

5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?

Não, só livros.

6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
- a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

Eu tive contato através de notícias a respeito da instalação do Acervo da vergonha e através de divulgação em redes sociais. Mas não tive contato presencial.

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Olha, a criação deste espaço é uma afronta à própria história da Fundação Palmares porque é um espaço que significa o contrário do que ela representa. [A Fundação] É um espaço que deve significar liberdade para se pensar o que foi o negro no Brasil, o que significou as lutas por liberdade, as lutas por insurgência, por poder ser quem somos. Então, para mim, [o Acervo da vergonha] foi uma forma de inviabilizar a estrutura da Fundação, tanto fisicamente quanto ideologicamente, uma forma de deturpar a imagem que ela passa para nós, e uma forma de buscar meios de movimentar a máquina pública para mudar o sentido da Fundação e dar um outro sentido ideológico de acordo com os desejos dele [Camargo]. Então, nada mais foi que uma violência estatal.

8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Representou uma forma de esvaziamento da Instituição e, também, uma máxima que é bastante comum dentro dos debates raciais de que não há direito garantido. Todo direito é conquistado por meio de luta e essa luta tem que ser constante, até mesmo pela nossa memória e pelo direito de ser quem somos, de debater o que debatemos, e de poder mostrar a nossa história. Então, foi uma forma de demonstrar que mesmo com toda a figura por trás da Fundação Palmares, mesmo com todo aparato institucional e histórico que ela tem, ela precisa ser defendida de todas as formas possíveis, e precisa ser blindada contra os ataques que não fomentam nenhuma crítica possível, que são apenas ataques meramente ideológicos que buscam esvaziar o sentido real da Fundação.

9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Primeiro, eu creio que um futuro possível é o efeito rebote que acontece em todas as censuras. Obviamente, aqueles livros que foram censurados despertam mais interesse nas pessoas pela curiosidade de saber o porquê da censura. E, talvez, pode ser que o próprio movimento negro ajude a gente a ter uma outra visão sobre o motivo da censura e entender a força dessas leituras porque se um pedaço de papel é tão fortemente reprimido significa que ele pode ter uma força que até a gente mesmo não percebe e não esteja a par. Então, pode ser que, finalizado esse período de ataque, os livros podem ser uma arma poderosa para disseminar conhecimento e redefinir as formas como essas leituras e trocas de conhecimentos são valiosas para a gente, para a nossa luta e para a nossa história.

10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

Tendo em vista as pessoas que eu trabalhei nas últimas escritas, eu admiro a Sueli Carneiro, a Lélia González, a Beatriz Nascimento, o Abdias do Nascimento, e o Guerreiro Ramos. E admiro, também, todas essas pessoas como o Marcos Queiroz, o Rodrigo Portela e Taís Machado, que estão constantemente escrevendo e debatendo sobre questões raciais, que demonstram um esforço que vai além da escrita e revelam a força de continuar lutando, mesmo diante de tanto descaso, de tanto desmonte. São pessoas que quando a gente está em contato através da leitura, emanam uma força que faz com que a gente veja o futuro para além das derrotas e mazelas do dia a dia. São pontos de força no meio de tanto caos. E são pessoas que estão, constantemente, nos ajudando a pensar nós mesmos, a nossa história e pensar um Brasil que seja possível, um Brasil que a gente possa construir e possa lutar cada vez mais para existir com dignidade.

Relato do pesquisador:

Essa entrevista foi realizada por meio de chamada de vídeo. O pesquisador observa que o entrevistado tem apreço pelo debate racial, e se mostrou contente em poder colaborar com a pesquisa.

Entrevista 5

Código: E5G2

Perfil: representante do Movimento Negro de Direita (MND)

Questões:

1. Qual a sua relação com as questões raciais? Você faz parte de algum movimento e/ou coletivo negro?

Representante do Movimento Negro de Direita (MND).

2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?

Fomentar leituras de escritores negros, principalmente, brasileiros.

3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Apoio! Alguns livros não tinham relação com a causa negra e sim com ideologias marxistas.

4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?

Não tenho conhecimento dos nomes, somente que os conteúdos eram doutrinação marxista e tinha livros com apologia à pedofilia.

5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?

Não.

6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
 - a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

Notícias, e fiquei mais ciente de tudo em um podcast onde o Sérgio Camargo deixa explícito o que aconteceu.

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Necessário!

8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Foi necessário para mostrar que a instituição não estava sendo utilizada para os seus devidos fins.

9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Livros com apologia à pedofilia devem ser incinerados, e livros com cunho marxista precisam estar em seu espaço, onde pessoas queiram buscar e não forçando a leitura.

10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

Rapaz, para ser sincero acho que não admiro não a pessoa em si, mas consigo apreciar suas artes e sua garra de tão novos conseguirem acessar espaços e riquezas, como alguns cantores. Exemplo: a Ludmilla, os rappers BK e o Djonga. Sem serem manipulados pelo sistema, conseguem desempenhar um bom papel. E o deputado Guto Zacarias também.

Relato do pesquisador:

Essa entrevista foi realizada por escrito por conta da dificuldade de alinhar a agenda do pesquisador com a agenda da representante do Movimento Negro de Direita (MND). O pesquisador observa a boa vontade da entrevistada em responder ao questionário e colaborar com a pesquisa.

Entrevista 6

Código: E6G2

Perfil: representante do Movimento Negro Unificado (MNU) do Distrito Federal e Entorno

Questões:

1. Qual a sua relação com as questões raciais? Você faz parte de algum movimento e/ou coletivo negro?

Eu me identifico como uma mulher negra e faço parte do Movimento Negro Unificado (MNU) do Distrito Federal e Entorno há quase uma década. Além disso, eu sempre participei de coletivos negros e espaços que tenham a pauta racial como estratégia de organização política. E, atualmente, eu faço parte da Agenda Nacional pelo Desencarceramento e da Frente Distrital pelo Desencarceramento, que são duas articulações contrárias ao encarceramento em massa, porque eu entendo que essa é uma das principais estratégias de genocídio e extermínio da população negra, que afeta, principalmente, a juventude negra.

2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?

Bom, eu acredito que a biblioteca tem um acervo extremamente relevante para a Fundação,

como entidade de representação e articulação nacional e estatal, mas, sobretudo, é um acervo relevante para a produção de memória, informação e conhecimento para o nosso povo. Eu imagino que o acervo tenha um acesso para consulta, e eu acho muito importante, inclusive, porque as bibliotecas têm acervos gerais, com várias temáticas. E um acervo vinculado à Fundação Palmares é um acervo que conta a nossa história, que tem livros e textos relevantes para a nossa história enquanto população negra, no Brasil.

3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Primeiro, eu acho que é um crime, uma violação extrema porque um acervo não se constrói do nada, não é pelo gosto particular de cada pessoa e, sim, por um trabalho científico de profissionais que estão ali alocados para essa finalidade. Então, eu acho que ele [Sérgio Camargo] tomar essa atitude é, no mínimo, criminoso e ilegal, e vai contra tudo aquilo que foi pensado para o acervo. Quando ele toma essa iniciativa, de forma autoritária, ele está indo contra uma política de preservação. E eu acho que, além de a gente ter retomado a Fundação pelo processo eleitoral e por tudo que a gente vem reconstruindo, ele [Camargo] deve ser responsabilizado pelas atitudes que ele tomou.

4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?

Na verdade, não. Confesso que esse procedimento foi algo que eu não tomei conhecimento. Eu tive conhecimento mais das atitudes midiáticas, como a desvalorização de figuras negras, e descrédito que ele tentou tirar títulos que foram concebidos para figuras negras. Foi o que eu tive mais acesso. E eu confesso para você que eu tinha uma relação de lamento, principalmente, por ver tudo que a gente demorou muitos anos para construir ser depredado e desconstruído por ele [Camargo], mas eu buscava não dar muito palco, sabe? Porque, às vezes, a gente dá muito palco para quem quer fazer o circo acontecer. E eu acho que era justamente esse cenário. Enquanto a gente tinha estratégias do Governo [bolsonarista] que afetavam a nossa vida cotidiana, essas atitudes dele eram muito mais midiáticas e, de certa forma, para chamar a atenção para esse nicho de representatividade, enquanto outras coisas mais graves estavam acontecendo ao mesmo tempo. Não que não sejam relevantes essas atitudes dele lá [na Fundação], mas eu acho que o objetivo era muito mais nesse sentido de ele ser o bobo da corte, de ele está sendo figurante, trazendo a figura de homem negro de

direita que é bem caricata.

5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?

Não, não tive conhecimento.

6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
- a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

Não me recordo de ter visto notícias a respeito, porque era algo que eu tentava não dar muito palco, sabe? Eu lembro que a gente sempre via essas notícias polêmicas dele, mas eu não queria dar muito ibope.

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Eu acho que é um completo desrespeito. Inclusive, se existe um acervo da vergonha, na verdade esse acervo deveria conter obras do avanço da nova direita, como obras do Olavo de Carvalho, e dessa galera que tem construído alguma tentativa de conhecimento que nega a história, que nega as nossas conquistas, que nega a luta dos movimentos negros e dos movimentos sociais. Então, eu acho que se fosse algo a ser construído, embora eu não ache válido, deveria ser algo nesse contexto de memoriais de tragédia, algo nesse sentido de retomar a memória ou de eternizar o que a gente vivenciou. Porque talvez seja relevante dizer que esse momento aconteceu para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça. Mas eu discordo totalmente da criação deste espaço, e se ele ainda não foi desfeito, espero que ele seja.

8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Nessa estratégia dele [Camargo], é uma tentativa de invalidação da Fundação Palmares e do que já foi construído por ela, porque é muito bizarro que se mantenha a instituição e se mude o conceito para qual ela foi criada e os movimentos que estavam vinculados a ela. E ele [Camargo], nesse lugar de homem negro, não é compatível com a história da Fundação Palmares e da construção das políticas de reparação para a população negra. Então, eu acho que é incompatível, que é um esvaziamento do que é a Fundação. Apesar da gravidade em dizer que seria melhor não existir a Fundação, a inexistência é melhor do que ela existir dessa

forma. E se existem tantos negros organizados e que validam esse tipo de postura de direita, que não reconhece a luta dos movimentos negros, então que eles criem seus próprios espaços, em outros lugares, não dentro da Fundação ou dos nossos espaços conquistados, que muitas pessoas deram a vida para construir.

9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Bom, eu acho que eles deveriam voltar para o acervo geral onde eles estavam, na biblioteca. E eu acredito que poderia haver um destaque do quanto esses livros incomodam a direita. Então, por que eles incomodam tanto a direita e o conservadorismo? Até, de certa forma, é um elogio dizer que esses livros são uma vergonha para a direita, porque eles dizem a verdade.

10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

Quando eu estava na Universidade, uma amiga me presenteou com um cordel contando a história da Luísa Mahin, que até então é uma figura pouco conhecida. Ela foi uma figura muito relevante para a construção da minha autoestima, enquanto mulher negra, para a construção de um pensamento de resistência negra e para a compreensão do quanto a gente resistiu e construiu outras alternativas. Ela foi uma das primeiras abolicionistas do país, e mãe do primeiro oficialmente abolicionista negro, que foi Luís Gama. Embora a gente não tenha como comprovar a existência dela, ela é uma das figuras mais relevantes e emblemáticas, não ofuscando o brilho de qualquer outra, mas para mim, tem esse lugar, por ter sido uma mulher que sofreu o sequestro da sua família, passou pela travessia do Atlântico, resistindo enquanto uma criança, e tem toda a sua ancestralidade carregada, e sendo atravessada, cresceu como uma menina escravizada, enfrentou as violências da escravidão, de todas as formas possíveis, vivenciou solidões das mulheres negras, foi aprisionada, perdeu o seu filho, teve o seu filho usurpado e viveu a vida toda para isso e, depois, ainda voltou ao continente [africano]. A pessoa que traz a história de Luísa Mahin, que é a Ana Maria Gonçalves, é uma escritora brasileira, que está viva, é uma das figuras mais relevantes por trazer essa história no livro *Um defeito de cor*. Então, eu citaria essas duas, nesse momento, e acho que Sueli Carneiro, também, que é uma mulher muito potente, que tudo que ela traz para a gente, em vida, a sua tese, a sua dissertação de mestrado, todo o seu conhecimento, sua militância. Além dessas três, me lembrei da Jurema Werneck, que é uma médica negra,

ativista do movimento negro, e que é muito importante, que participou da CPI da Covid, que embora seja um contexto distante, ainda é o mesmo contexto em que o Sérgio ficou à frente da Fundação Palmares. E eu gostaria de acrescentar, ainda, a figura do Nêgo Bispo, que nós perdemos no ano passado [2023], que é uma figura extremamente relevante, ainda mais se a gente está falando de Fundação Palmares, a gente está falando de um dos maiores quilombos, e ele é oriundo de um quilombo do Piauí, e é uma das lideranças quilombolas mais relevantes para o contexto atual, que produz conhecimento a partir da sua origem, da sua trajetória, não é um acadêmico, é uma pessoa que estudou muito pouco, mas que o conhecimento dele é um conhecimento orgânico, essa é a palavra que ele usa, o saber orgânico, que não é o saber sintético que a gente tem na academia. Eu complemento com Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento.

Relato do pesquisador:

Essa entrevista foi realizada por meio de chamada de vídeo. O pesquisador observa que a entrevistada tem um vínculo forte de luta e pesquisa envolvendo a temática racial. Ademais, a entrevistada se mostrou contente em poder colaborar com a pesquisa e curiosa em saber os possíveis resultados que a pesquisa pode gerar.

Entrevista 7

Código: E7G2

Perfil: representante do Movimento Negro Unificado (MNU) do Distrito Federal e Entorno

Questões:

1. Qual a sua relação com as questões raciais? Você faz parte de algum movimento e/ou coletivo negro?

Eu faço parte do Movimento Negro Unificado (MNU), que é nacional, e estou vinculada à seção do movimento no Distrito Federal. Eu também faço parte do movimento Pelas Vidas Negras, do Distrito Federal. E, além disso, eu faço pesquisa sobre a questão da escravidão contemporânea, para racializar esse debate porque a escravidão é racial, e o foco da minha pesquisa é a precarização do trabalho dos entregadores, que é uma classe composta, majoritariamente, por homens negros. Que mais? E, enquanto militante, estou sempre lidando com pautas raciais na educação. Então, as questões raciais estão presentes na minha vida acadêmica, na familiar e, até mesmo, na minha existência.

2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?

Olha, eu vou ser bem genérica. Mas assim, pensando que a Fundação Palmares tem um valor simbólico muito grande para a população negra, e para a história do próprio país, pensar a biblioteca dessa fundação e o acesso à leitura é essencial. Principalmente porque o Brasil carece de museus e lugares específicos para conhecimento público sobre a história da população negra, sobre a história da escravidão, sobre a história afro-brasileira. Então, a função da biblioteca da Fundação Palmares é possibilitar, essencialmente, o acesso a essas informações que são deturpadas dentro do ensino básico das escolas públicas e, principalmente, no convívio social. E a biblioteca é importante para que a história da população negra não seja enviesada, resumida à escravidão e ao mito da democracia racial. Então, eu penso que, além do acesso ao conhecimento e a possibilidade de entender a história do nosso país, é função da biblioteca desmistificar essas falácias sobre a história.

3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Quando ele [Sérgio Camargo] pontua que os livros são marxistas, a palavra já é pejorativa, e antecede à Ditadura Militar, com aquelas *fakes news* de que o Brasil iria se tornar socialista. Então, já tem essa coisa pejorativa de criminalizar aquilo que é marxista. Mas assim, é muito importante analisar o termo que ele usa e, particularmente, eu vejo que ele traz um termo que já é pejorativo não só para um grupo específico, mas para um país inteiro, porque as pessoas, de modo geral, não têm conhecimento sobre o marxismo. E o que seria esse marxismo? Para mim, aquilo que ele [Camargo] caracteriza como marxista é um ataque direto ao que se entende como minoria. Então, eu estou falando da população negra, da população indígena, da população LGBT... Tudo que se entende como minoria foi colocado neste termo marxista. Então, assim, essa tentativa de eliminar esses livros, é uma tentativa clara e bem objetiva de exclusão desses corpos na sociedade, porque se você apaga a história de um corpo, você também está apagando a memória e a existência dele. Então, na minha visão, é uma tentativa de apagamento social e político.

4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?

Não me recordo. Eu lembro do *boom* que teve, e eu foquei mais nas notícias.

5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?

Só sei dos livros mesmo, não me recordo de outros objetos.

6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
- a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

Eu não tive contato físico. O meu contato foi por notícias jornalísticas, publicações nas redes sociais, e debates na época.

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

A forma que a política bolsonarista foi criada é muito delicada. O Camargo é um homem, evidentemente, negro retinto, só que ele é aquele homem que despreza a própria cultura, a própria população negra, despreza tudo que é minoria, e ele foi colocado na Fundação. Ia colocar quem? Uma pessoa branca? Obviamente, não! Enfim, é uma questão política e, naquele momento, colocar dentro da Fundação um homem negro que é totalmente contrário à própria existência da Fundação, é muito simbólico e, principalmente, muito violento porque tem a passabilidade de que foi um homem negro que fez aquilo. Mas com um projeto de exclusão, e de avanço do bolsonarismo, de eliminação da cultura negra. Então, pensar o momento que aquilo [Acervo da vergonha] aconteceu, é olhar para a população negra e falar “eu não ligo para você, estou usando o seu espaço, aquilo que você conquistou, para lascar com toda a sua história”. Em outras palavras, é usar um território nosso para nos excluir. De novo, é um projeto de exclusão desses corpos, de apagamento da história de resistência negra usando a Fundação Palmares, que é uma vitória para a gente, enquanto território dentro da política.

8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Representou um momento vergonhoso, que eu defino como um ataque, mas que, também, é uma memória, querendo ou não, quando a gente para pensar como ocorreu, com a política do bolsonarismo, que é uma ameaça às minorias. Então, é uma memória de ataque que faz parte da história da Fundação, e faz a gente entender que a Fundação não está protegida, assim como a própria democracia. É exatamente isso! A democracia é ameaçada por esses corpos que destroem livros, que envergonham a história de um povo. Então, o “Acervo da

vergonha” foi uma tentativa de destruição, de golpe e de ataque, e continua sendo uma tentativa de ataque à própria história da população negra no Brasil. Apesar dos esforços da Fundação em resgatar a história da população negra, ela ainda não tem um asseguramento.

9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Eu acho que os livros devem continuar na Fundação, e a gente deveria colocar isso como patrimônio imaterial, sabe? Para que não seja esquecido, e para evidenciar que existiu uma tentativa de destruição desses símbolos físicos. Evidenciar de modo que a gente possa ir lá e identificar quais objetos foram considerados para o Acervo da vergonha. E eles devem ser expostos num determinado bloco, por exemplo, como um mini museu. E, ao invés de Acervo da vergonha, trocar por um nome apropriado. Enfim, alguma coisa que remeta ao que aconteceu, para que a gente não se esqueça, porque não foi o assassinato de um corpo negro, mas foi uma tentativa de exclusão que não deixa de ser uma morte. Então, eu penso que isso deve ser reverenciado, e muito mais comentado, porque eu acredito que muitas pessoas nem saibam disso. Eu mesmo não sei quais são os livros que foram censurados, e olha que eu estou dentro das discussões sobre a população negra e tudo mais.

10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

Falando de autores, Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento, que construíram o Movimento Negro Unificado (MNU), então eles são os meus mais velhos. Não são da minha família, mas são os meus mais velhos que construíram a política e o MNU, onde eu estou hoje. São pessoas que fortaleceram a cultura negra, reforçaram os movimentos negros no Brasil, e tiveram papel na construção da Fundação Palmares. E eu gostaria de citar, também, a Mãe Baiana, que já trabalhou na Fundação Palmares e que foi vítima de racismo religioso do Sérgio Camargo³³. Ela é minha mais velha também, e me ensina muito. Então eu vou deixar essas três personalidades.

Relato do pesquisador:

Essa entrevista foi realizada por meio de chamada de vídeo. O pesquisador observa que a entrevistada

³³ A entrevistada se refere às ofensas de Sérgio Camargo à Adna Santos, conhecida como Mãe Baiana. Em áudio vazado, Camargo chama a mãe de santo de “filha da puta”, “miserável” e “macumbeira”. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/06/03/interna_cidadesdf.860609/mae-de-santo-ofendida-por-presidente-da-fundacao-palmares-presta-queix.shtml. Acesso em: 12 abr. 2024.

se mostrou contente em poder colaborar com a pesquisa e compartilhar suas impressões sobre o contexto de criação do Acervo da vergonha. Ademais, a entrevistada demonstrou interesse em pesquisar sobre os livros que fizeram parte do Acervo da vergonha.

Entrevista 8

Código: E8G2

Perfil: pesquisador de temáticas raciais no âmbito da Educação

Questões:

1. Qual a sua relação com as questões raciais? Você faz parte de algum movimento e/ou coletivo negro?

As questões raciais me atravessam porque eu me considero pardo, de pele clara. E isso me atravessa porque, a depender da região do país em que eu esteja, eu posso ser considerado branco (como na Bahia) ou negro/pardo (como no Rio Grande do Sul). Eu não faço parte de nenhum movimento negro. De forma pessoal, as questões raciais me atravessam por ser pardo, mas de forma profissional, todas as questões raciais me atravessam, inclusive as questões dos indígenas, do preto, porque eu sou professor de escola pública. Então, todas as questões raciais me interessam muito. Faço parte do grupo de pesquisa Identidade e Diferença na Educação, ligado à Unisc (Universidade de Santa Cruz do Sul), onde eu faço doutorado em Educação.

2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?

Eu sei que a Fundação tem vários projetos na área da Educação, mas eu não tenho muito conhecimento sobre a biblioteca. Mas eu penso que a função dela é atender pesquisadores, pessoas militantes, ativistas dos movimentos negros e sociais. E o acervo que ela possui, pelo que eu já ouvi falar, é muito importante para a nossa sociedade.

3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Olha, o Governo Bolsonaro, como um todo, foi lamentável para o Brasil. Então, todas as atividades e ações dele estão ligadas à depreciação, em relação ao povo preto e pardo, em relação aos homossexuais, onde eu também estou inserido. Mas, no que tange, especificamente, às ações de Sérgio Camargo, eu sempre olhei com muito cuidado e cautela,

porque eu sei da importância da Fundação Palmares para a cultura brasileira, eu sei que ela é atrelada ao Ministério da Cultura. E ações dele [Camargo], eram absurdos atrás de absurdos, tanto o que ele verbalizava, quanto às ações que ele tomava. Ainda bem que o STF foi acionado para conseguir impedir ele de acabar com esses livros e com esse acervo, que ia ser uma perda irreparável para o patrimônio brasileiro.

4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?

Eu não me lembro. Eu lembro das notícias, mas não me lembro de nenhum título em específico.

5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?

Não, não me lembro de outros objetos.

6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
- a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

Eu não me lembro de ter um contato de buscar ou procurar sobre isso. Mas eu acompanhei pelos noticiários dos jornais as ações e atividades ligadas ao Camargo.

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Se fosse no contexto de qualquer outro governo, seria um escárnio, uma discrepância. Mas vindo do Governo Bolsonaro, era algo até esperado de acontecer, por conta das atitudes e das ações dele contra a ciência, contra a vida, contra a cultura, contra o povo preto e pardo, contra diversas minorias, e etc. Então, já era algo esperado. A parte boa é que teve muita resistência.

8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Uma vergonha! É uma vergonha esse espaço ter sido criado. É uma mancha na história da Fundação Palmares, que é uma fundação importante, ligada à cultura negra brasileira. E aqui [no Brasil] negro é reconhecido como preto e pardo. Eu não gosto muito desse termo, mas é o que o Estatuto da Igualdade Racial prega. Então, eu acho que [o Acervo da vergonha] vai

ficar como uma grande mancha na história da Fundação Palmares, mas que é justificada pelo Governo extremista que estava no poder.

9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Olha, na minha opinião, esses livros deveriam ser colocados na biblioteca de uma forma destacada, para que toda a população saiba quais são os livros que incomodam ao ponto de ser uma vergonha para a extrema direita brasileira. Então, eu acho importante ter esse recorte, sabe? Não como uma forma de deixar o livro manchado, de forma pejorativa, mas de forma que o livro seja enaltecido. Porque tudo que a extrema direita vangloria, nós, pessoas sensatas, temos que lidar com o oposto. Então, se essa extrema direita considerou esse livro como uma vergonha, é porque esse livro tem muito a dizer sobre a história do povo brasileiro. Então, a minha opinião é de que se deveria criar um espaço separado para vangloriar esses livros e, também, deveria ter um destaque desses livros no site [da Fundação], uma catalogação.

10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

São tantas que não caberiam nessa conversa. Muitas, desde pessoas anônimas, professores e colegas de trabalho que já passaram pela minha vida, pessoas da minha família. Indo para o cenário nacional, em Brasília, a ministra da igualdade racial, Anielle Franco, a ministra da cultura, Margareth Menezes, o presidente da Fundação Palmares [João Jorge Rodrigues], que é do Olodum e tem um grande caminho na cultura baiana. Então, são personalidades infinitas. Se for pra música, Gilberto Gil, Elza Soares e Milton Gonçalves. Se for pra escrita e pesquisa, Conceição Evaristo, Abdias do Nascimento, Lélia González, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos e Achille Mbembe, dentre outros. Se for pra arte e televisão, tem Taís Araújo e Lázaro Ramos, e diversos outros. Se for pra outros tipos de arte, temos vários pintores e escultores... Enfim, eu acho difícil ficar nomeando porque são muitos nomes que me inspiram e que merecem destaque.

Relato do pesquisador:

Essa entrevista foi realizada por meio de chamada de vídeo. O pesquisador observa que o entrevistado tem apreço pelo debate racial, e se mostrou contente em poder colaborar com a pesquisa. Ademais, o entrevistado demonstrou curiosidade em relação aos livros que foram realocados para o Acervo da

vergonha.

Entrevista 9

Código: E9G3

Perfil: bibliotecária

Questões:

1. Qual a sua relação com os livros e com as bibliotecas?

Sou bibliotecária atuante, trabalho na área desde 1998, passei por instituições do Governo Federal, Sistema S, instituições privadas. Trabalhei na Fundação Cultural Palmares. Atualmente, trabalho na biblioteca de uma instituição de ensino superior.

2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?

Organizar e preservar a memória documental, disponibilizar o acesso, a recuperação, a disseminação de informação visando à inclusão e ao desenvolvimento da população negra no Brasil.

3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Censura!

4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?

- a. Caso positivo, qual ou quais os livros você se lembra? Como ocorreu e em quais circunstâncias? Quais os detalhes sobre o motivo da retirada ou realocação de um ou mais livros em específico?

Livros de sociologia, marxismo, comunismo e outros.

5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?

Não tenho, o acervo da FCP é proveniente de doações de professores e de personalidades ligadas à cultura negra.

6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
- a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

Acompanhei pelos jornais, redes sociais do Conselho Regional de Biblioteconomia, grupos de bibliotecários, e demais sites. Motivo de repercussão e preocupação. E recentemente li sobre a audiência pública sobre o referido acervo.

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Atitude equivocada, a cultura negra é uma temática interdisciplinar. E o fato de terem recebido esse acervo como doação para a criação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), posteriormente esse acervo seria avaliado e higienizado. Parte do acervo foi por doação do Prof. Clóvis Moura (USP), não sei precisar quantos e quais livros. Aqui abro um parêntese, havia a pretensão de criar um museu e uma biblioteca no terreno próximo à Ponte JK³⁴.

8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Falta de conhecimento do presidente sobre a origem do acervo, falta de um bibliotecário efetivo no quadro, avaliação do acervo, orçamento para ampliação do acervo, não ter uma sede própria. A FCP é itinerante, então o acervo para alguns gestores era considerado um problema, a biblioteca precisava de espaço para mesas de estudo, sala de vídeo, as estantes, acervo físico, digital, artefatos tridimensionais, fotografias, quadros etc. Quanto ao público: pesquisadores, alunos das escolas do GDF em atenção a Lei nº 11645/2008, corpo diplomático africano servidores e colaboradores da instituição, produtores culturais, quilombolas, comunidades de terreiro.

9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

³⁴ A entrevistada enviou duas notícias como material complementar para o pesquisador. Seguem as notícias: I) DF terá museu afro e parque em homenagem a Nelson Mandela. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2015/02/10/df-tera-museu-afro-e-parque-em-homenagem-a-nelson-mandela/>. Acesso em: 12 abr. 2024. II) DF terá museu afro e parque em homenagem a Nelson Mandela. <https://www.mulher.df.gov.br/df-tera-museu-afro-e-parque-em-homenagem-a-mandela/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Reabrir a biblioteca, elaborar uma política de desenvolvimento de coleções, identificar as publicações de interesse, a situação das obras e realizar um estudo dos usuários.

10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

Prof Clóvis Moura (*in memoriam*), Milton Santos (*in memoriam*), Oliveira Silveira (*in memoriam*), Carlos Moura (1º Presidente da FCP), Zulu Araújo (ex-presidente da FCP), os acadêmicos da UnB Prof. Rafael Sanzio, Prof. Nelson Inocêncio, Prof Alex Ratts. Nas artes: Elza Soares (*in memoriam*), Margareth Menezes, Djamila Ribeiro, Cidinha da Silva, Elisa Lucinda, Gilberto Gil etc.

Relato do pesquisador:

A entrevista foi realizada por escrito por conta da dificuldade de conciliar a agenda do pesquisador com a agenda da entrevistada. O pesquisador observa que a entrevistada teve contato direto com a manutenção e tratamento do acervo da biblioteca da FCP. O pesquisador preservou a escrita e pontuação da entrevistada, recortando apenas trechos que permitiam a sua identificação.

Entrevista 10

Código: E10G3

Perfil: bibliotecária

Questões:

1. Qual a sua relação com os livros e com as bibliotecas?

sempre amei livros e quando podia frequentava bibliotecas depois me graduei em biblioteconomia.

2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?

preservar, atualizar e dar conhecimento de informações cruciais sobre negros e negritude.

3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

censura, ignorância, maneiras de agradar um público e o presidente da república na época.

4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?

- a. Caso positivo, qual ou quais os livros você se lembra? Como ocorreu e em quais circunstâncias? Quais os detalhes sobre o motivo da retirada ou realocação de um ou mais livros em específico?

sim e não (era tão triste, absurda e ignorante a atitude do presidente da instituição), lembro que não havia critérios pois se a comissão achasse que era livro de comunistas, bandidos, marxistas eles descartavam não levavam em consideração que as vezes era doação importantes, de personalidades importantes para o movimento, históricas com dedicação , não consideravam que os assuntos se entrelaçavam, se comunicavam. enfim uma tristeza.

5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?

sim. trocar o patrono da fundação palmares. mudar o logotipo da fundação, trocar a placa.

6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?

- a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

sim. na tv e muito pela internet em grupos de esquerda do whats app, tv e twitter, facebook e instagram. e em conversas com bibliotecários progressistas e alguns que trabalharam na fundação

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Questão não respondida pela entrevistada.

8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

lembrança de um tempo que foi dirigida por um negro desprovido de conhecimento e engajamento com a causa negra. lembrança de um governo que não apoiava as minorias . lembrança de um periodo que dizer e fazer as maiores barbaridades garantia aos ocupantes de cargos publicos manutenção deles nos cargos e faturamente eleição em cargos em camaras, senado e assembleias

9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

deve ser exposto como sinônimo de ignorância, censura para conhecimento e para que não aconteça mais

10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

zumbi no brasil, mandela na áfrica do sul. são símbolos de luta e resistência de um povo. lutaram por direitos básicos de uma população

Relato do pesquisador:

A entrevista foi realizada por escrito por conta da dificuldade de conciliar a agenda do pesquisador com a agenda da entrevistada. O pesquisador observa que a entrevistada teve engajamento nas discussões sobre o Acervo da vergonha. O pesquisador preservou a escrita, a pontuação e a preferência por utilizar letras minúsculas da entrevistada.

Entrevista 11

Código: E11G3

Perfil: bibliotecário

Questões:

1. Qual a sua relação com os livros e com as bibliotecas?

Tenho uma relação amorosa com os livros e as bibliotecas desde a infância pobre no subúrbio de Brasília. O que era afeto se tornou profissão. Formei-me em Biblioteconomia em dezembro de 1999, e a partir de janeiro do ano seguinte passei a atuar como bibliotecário. Em seguida, fiz mestrado em Ciência da Informação e doutorado em Literatura, ambos na Universidade de Brasília. Tive a oportunidade de ser Diretor do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura e Subsecretário do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, além de bibliotecário e professor de Biblioteconomia em algumas instituições públicas e privadas.

2. Na sua visão, qual a função da biblioteca da FCP?

Vale registrar, de antemão, que a Palmares é uma instituição pública, criada por meio da Lei nº 7.668, de agosto de 1988. Ela é fruto da redemocratização do País e da promulgação da Constituição Federal. No ano de 1988 também se comemorava o centenário da abolição. Nesse contexto de esperança surge a Fundação Cultural Palmares, destinada a dar fim a séculos de violência e descaso com a cultura e memória da população negra do Brasil. A biblioteca da instituição, por se tratar de uma biblioteca especializada, deve gravitar em torno das competências legais da Fundação, que são três: I - promover e apoiar eventos

relacionados com os seus objetivos, inclusive visando à interação cultural, social, econômica e política do negro no contexto social do país; II - promover e apoiar o intercâmbio com outros países e com entidades internacionais, através do Ministério das Relações Exteriores, para a realização de pesquisas, estudos e eventos relativos à história e à cultura dos povos negros. III - realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação. Todos os seus produtos e serviços de informação devem estar alinhavados a este tripé de atribuições. Caso contrário, ela tende a se portar como tantas outras bibliotecas especializadas localizadas na Esplanada dos Ministérios que, pouco interessadas em servir a instituição a qual estão vinculadas, optaram em criar rodas de leitura e oferecer espaços para concurseiros, o que representa, na prática, o suicídio do equipamento cultural a longo prazo.

3. Como você avalia as tentativas de Sérgio Camargo de retirada/doação de alguns livros da biblioteca da FCP?

Embora você [o pesquisador] tenha usado o termo retirada, o processo de desbaste de livros é uma prática usual e recorrente em todas as bibliotecas do mundo. Inclusive, isso é resultante de uma suposta lei, intitulada quinta lei de Ranganathan: a biblioteca é um organismo vivo. Células estão nascendo o tempo todo no corpo humano, e células estão morrendo. Reconhecendo que a biblioteca é um organismo vivo, ela também realiza essas atividades de inserção e de exclusão. Portanto, é esperado que uma biblioteca viva e comprometida com as necessidades da comunidade servida, como espero ser a da Fundação Palmares, exclua itens bibliográficos desatualizados, imprecisos e parciais. A questão é que para fazer isso há necessidade de adotar mecanismos claros. Nós, enquanto bibliotecários, sabemos que há formas adequadas para desbastar livros e demais materiais bibliográficos, particularmente, no âmbito da administração pública. Isso não é realizado de forma intempestiva, sem critérios ou discussão, ou a bel-prazer do presidente da Palmares, ou, tampouco, do bibliotecário. A tentativa de desbastar 54% do acervo bibliográfico da Palmares se revela tresloucada porque está desprovida de quaisquer argumentos técnicos e administrativos. O Sr. Sérgio Camargo chegou a se valer de determinados predicados, como “bandidolatria” e “sexualização de crianças” para desqualificar parcela do acervo, justificando assim, sua inconveniência e, por conseguinte, o seu expurgo. Parece-me claro que o Sr. Sérgio Camargo recorreu à biblioteca como estratégia para ganhar espaço e

protagonismo no cenário político daquela ocasião. Denunciar um suposto acervo marxista justificou seu ingresso na cruzada ideológica, espaço simbólico disputado a palmo nos últimos anos. Aparentemente o Sr. Camargo desejava dar mostra de fidelidade a pauta de costumes do presidente da república da época [Jair Bolsonaro], mesmo que o argumento contrário ao acervo da biblioteca fosse claramente falacioso. Interessante observar que sua tentativa foi bem-sucedida. Afinal, a imprensa noticiou essa história por semanas a fio, garantindo a ele certo protagonismo na agenda nacional e visibilidade nas redes sociais. Merece destacar que uma parcela desse acervo da biblioteca poderia ser desbastado de fato, desde que tal prática fosse precedida de uma construção de políticas de desenvolvimento de acervo. Reitero: o problema não está em desbastar. Digo isso porque a imprensa noticiava, escandalizada, com a ideia de parte do acervo ser doado para outra biblioteca, ou ir para a reciclagem, o que é absolutamente previsto em uma biblioteca. O problema é que o desbaste proposto por Camargo não se pautou em instrumentos técnicos e, sim, em argumentos ideológicos precários. Isso é muito grave, especialmente se tratando de uma biblioteca da Administração Pública, financiada com os tributos da população.

4. Você tem conhecimento de algum livro que foi retirado do acervo ou que foi realocado para o Acervo da vergonha?
 - a. Caso positivo, qual ou quais os livros você se lembra? Como ocorreu e em quais circunstâncias? Quais os detalhes sobre o motivo da retirada ou realocação de um ou mais livros em específico?

Sim, eu fiquei assombrado porque consta na lista proibida um livro que sou apaixonado, que é o *Almas mortas*, de Nikolai Gogol. A obra, diga-se de passagem, não faz apologia ao marxismo ou a sexualização de crianças. Suspeito que o Sr. Camargo ou algum auxiliar da cruzada ideológica mirou a capa e disparou: se tem nome russo, é comunista. A censura tem uma atração natural pela burrice. Esse tipo de atitude parva acaba gerando um misto de riso e rechaço. Particularmente achei muito engraçado quando me deparei com o livro do Gogol na lista das publicações proscritas pelo Sr. Camargo. Outro livro que me lembro no mesmo rol é o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, do Câmara Cascudo, que é um clássico brasileiro, que tem uma importância enorme para a identidade nacional. Fica claro a existência de qualquer critério objetivo e racional para a exclusão de títulos. Parece-me, ainda, que, na época, o responsável pela biblioteca era um jornalista e que somente após a polêmica a Fundação contratou um bibliotecário.

5. Você tem conhecimento de outros objetos realocados para o Acervo da vergonha além dos livros? Se sim, quais?

Não.

6. Você teve algum tipo de contato com o Acervo da vergonha?
- a. Considera-se nessa pergunta contato direto ou acesso às notícias e/ou postagens nas redes sociais sobre o Acervo da vergonha.

Ao ler nos jornais de grande circulação a história disparata de exclusão de parte do acervo, entrei em contato com a Fundação Palmares e pedi a lista dos livros. Recebi a lista e uma explicação genérica a respeito do perigo inconveniente daqueles itens bibliográficos. Confesso que apenas poucos títulos me pareceram inapropriados ao papel da Fundação Palmares. Pensei alto que poderiam ser doados para outras bibliotecas. Mas a grande maioria fazia sentido compor o acervo da biblioteca da Palmares.

Mesmo as obras de Marx, que geraram uma polemica toda particular, merecem ser lá mantidas porque não se consegue compreender a escravização negra fora de uma perspectiva econômica. Ademais, não se pode ignorar o pensamento marxista para compreender as relações de opressão e de dominação envolvendo o capital. O corpo negro escravizado era um produto. Inclusive, Marx devotou um capítulo inteiro do livro *O Capital* para abordar dentro de uma perspectiva econômica a escravização dos negros. Acompanhei a pauta até gerar a ação judicial e, posteriormente, o Acervo da Vergonha.

7. Como você avalia a criação deste espaço no contexto da FCP?

Tive a impressão de que o calor extremado em torno da polemica fez com que algumas questões importantes se perderam ao longo da caminho. Por exemplo, por que foi tão fácil o Presidente da Palmares gerar a tal lista de livros expurgados? A biblioteca da Fundação possui uma política de desenvolvimento de coleção? Afinal, se você tem um instrumento que regula o movimento de crescimento, o processo de respiração e maturação do acervo da biblioteca, esse tipo de ação violenta tende a ser menos potente, já que é controlado e, minimamente, regulado. Aí eu descobro que a biblioteca jamais desenvolveu política de suas atividades, nem de atendimento, nem de desenvolvimento de coleção, nem de absolutamente nada. Então, diante do hiato da biblioteca, o Presidente da Palmares fez a festa. Foi muito tranquilo para ele. A biblioteca era apenas uma ideia, sabe? Uma criança sem nome, sem filiação. Uma biblioteca desprovida de qualquer discurso que justificasse o porquê da

necessidade daquelas obras odiadas pelo Sr. Camargo estarem ali.

Fui acompanhando as notícias e discussões quentes e nada técnicas. O discurso não deveria gravitar no “ele quer eliminar livros”, já que as bibliotecas eliminam livros. O discurso deveria estar centrado em torno da maturidade da biblioteca. A biblioteca, de fato, era madura? Ela tinha criado mecanismos de fortalecimento de salvaguarda? Não. Por que a política de desenvolvimento de coleção não foi criada? Será que não havia bibliotecário para realizar tal empreitada ou o bibliotecário que lá ignorou criar tais ferramentas? Então, eu tenho uma série de questões que nunca foram respondidas, nem no Instagram, nem no Twitter, porque as pessoas trataram apenas do “ele quis eliminar o acervo”.

8. Na sua visão, o que o espaço Acervo da vergonha representa(ou) para a FCP?

Olha, essa é uma pergunta excelente. Ele representa, ao menos em tese, uma manifestação de que havia uma lacuna, em termos técnicos, de políticas de desenvolvimento de acervo. Se há um Acervo da vergonha, significa que esse acervo, em algum momento, foi retirado do acervo geral. “Ah, mas foi retirado sem critério?” Sim, mas não havia critério algum. Então, a primeira coisa que eu acho que o Acervo da vergonha representa, é um hiato no campo normativo. E é algo que nós bibliotecários devemos refletir. O Acervo da vergonha é manifestação de silenciamento, de uma despreocupação, sabe? Não tem como fugir disso. Por que se criou o Acervo da vergonha? Porque a biblioteca não tinha política. Olha que interessante, a Fundação Palmares não tinha um catálogo de livros online. Os livros que ganharam visibilidade foram os livros espetacularizados, os não-adequados, os anti-naturais, os problemáticos, os desviados, os indesejados. Isso é muito interessante e curioso. De certo modo, agora estou sendo irônico, mas eu não posso deixar de dizer, o primeiro catálogo de livros da Palmares é a lista dos livros do Acervo da vergonha, que foi feito pelo maluco do presidente da Palmares [Camargo], e não por um bibliotecário. Eu não sabia que a Fundação Palmares tinha Câmara Cascudo. Fiquei sabendo pelo Acervo da vergonha. Então, o Acervo da vergonha representa uma lacuna na gestão da biblioteca, porque a biblioteca não tinha políticas. Representa, também, uma ignorância em relação à Palmares. Acredito que muitas pessoas só ficaram sabendo que a Palmares tinha uma biblioteca por meio dessa polêmica.

9. Na sua visão, qual deveria ser o futuro dos livros que fizeram parte do Acervo da vergonha?

Então, eu acho que valeria muito a pena a elaboração de um catálogo maravilhoso desses 300

livros, um catálogo analógico ou digital que se chamaria, evidentemente, de Acervo da vergonha, com várias fotos desses livros, um resumo e uma pergunta para o leitor: por que esse livro foi incluído no Acervo da vergonha? Porque essa é a grande questão. A finalidade deste catálogo seria historicizar o que o Brasil viveu.

10. Qual/quais personalidade/s negra/s você admira? Por quê?

Então, eu acho que valeria muito a pena a elaboração de um catálogo maravilhoso desses 300 livros, um catálogo analógico ou digital que se chamaria, evidentemente, de Acervo da vergonha, com várias fotos desses livros, um resumo e uma pergunta para o leitor: por que esse livro foi incluído no Acervo da vergonha? Porque essa é a grande questão. A finalidade deste catálogo seria historicizar o que o Brasil viveu.

Relato do pesquisador:

A entrevista foi realizada por chamada de vídeo. O pesquisador destaca que o entrevistado teve um papel ativo na busca por informações sobre o “Acervo da vergonha”. Ademais, o entrevistado demonstrou descontentamento em relação ao anonimato da pesquisa, pois gostaria de ser identificado.

APÊNDICE L – EXEMPLAR 1 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 15 – O diário de bordo e o diarista

Exemplar 1: O diário de bordo e o diarista

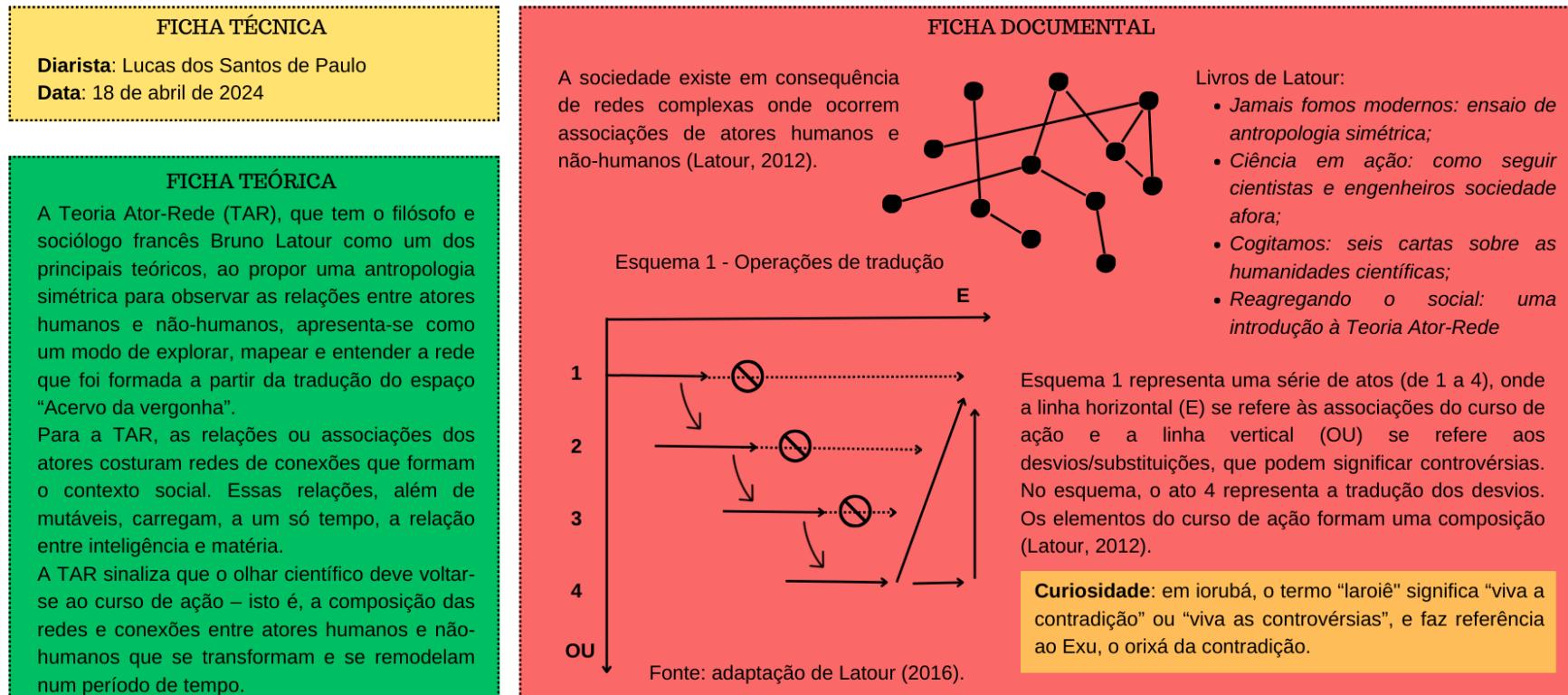
<p>FICHA TÉCNICA</p> <p>Diarista: Lucas dos Santos de Paulo Data: 09 de fevereiro de 2024</p>	<p>FICHA DOCUMENTAL</p> <div data-bbox="779 614 1153 694"> </div> <div data-bbox="801 710 1153 981"> <p>Em alusão à origem do diário de bordo, faço menção ao poema de Castro Alves para retomar a ideia das navegações. E destaco a figura do mestre-sala dos mares, o marinheiro João Cândido Felisberto, mais conhecido como “Almirante negro”, líder da Revolta da Chibata.</p> </div> <div data-bbox="801 1013 1153 1292"> </div> <div data-bbox="1176 614 1579 981"> <p>O Navio Negroiro, de Castro Alves</p> <p>‘Stamos em pleno mar... Doudo no espaço Brinca o luar — dourada borboleta; E as vagas após ele correm... cansam Como turba de infantes inquieta. [...] Onde vem? onde vai? Das naus errantes Quem sabe o rumo se é tão grande o espaço? Neste saara os corcéis o pó levantam, Galopam, voam, mas não deixam traço.</p> </div> <div data-bbox="1176 1013 1579 1292"> <p>Sou filho de uma mulher preta, que não se reconhece pela palavra negra. Não porque renega sua cor ou identidade, mas porque a palavra a marcou como ofensa. Sou filho de um homem branco, de quem herdei a minha cor. A relação interracial dos meus pais despertaram em mim o interesse por estudos sobre raça e racismo.</p> </div> <div data-bbox="1601 614 1944 790"> <p>Assim como Bruno Latour, sou apaixonado pelos laboratórios. Tenho muito apreço pelos livros e pelas bibliotecas.</p> </div> <div data-bbox="1601 798 1944 1292"> </div>	
<p>FICHA TEÓRICA</p> <p>O diário de bordo é um instrumento de investigações qualitativas para registro de informações. Tem origem no final da Idade Média, e era utilizado para tomar nota das descobertas das navegações, por isso recebe esse nome.</p> <p>Bruno Latour (2016) propõe a elaboração de um diário de bordo para mapear as controvérsias dos discursos e enunciados que circulam no meio social.</p> <p>Eu, Lucas dos Santos de Paulo, nascido em Brazlândia (DF) e crescido em Monte Alto (GO), bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade de Brasília (UnB), sou o diarista.</p> <p>Esse diário de bordo é parte do material da Dissertação intitulada de “O Acervo da vergonha: atos e intencionalidades na Fundação Cultural Palmares.</p>		

Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

APÊNDICE M – EXEMPLAR 2 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 16 – A Teoria Ator-Rede

Exemplar 2: A Teoria Ator-Rede

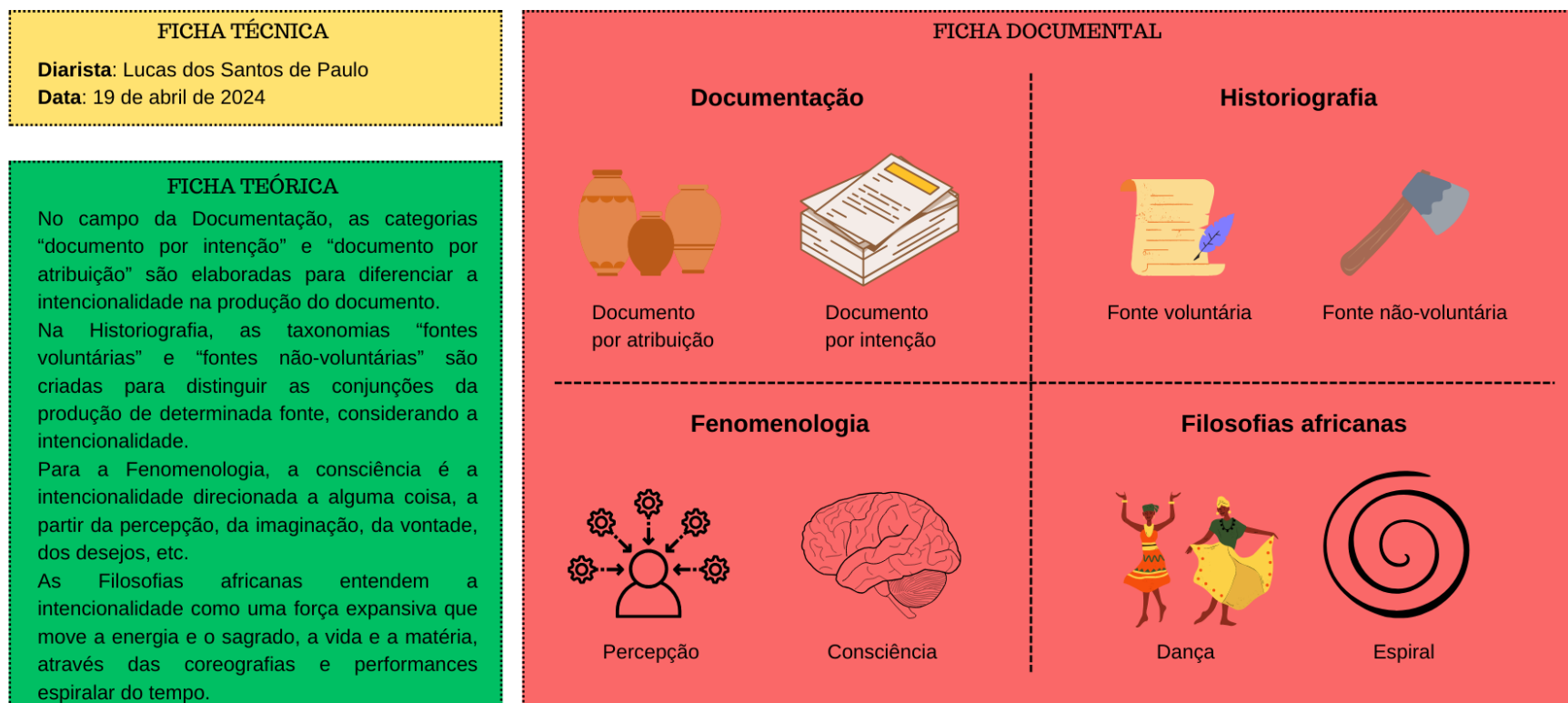


Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

APÊNDICE N – EXEMPLAR 3 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 17 – Noções de intencionalidade

Exemplar 3: Noções de intencionalidade



Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

APÊNDICE O – EXEMPLAR 4 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 18 – Intencionalidades do livro

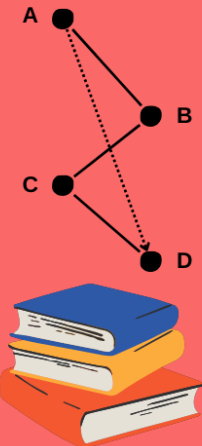
FICHA TÉCNICA

Diarista: Lucas dos Santos de Paulo
Data: 19 de abril de 2024

FICHA DOCUMENTAL

O livro pode encontrar diferentes atribuições e valores, a depender do contexto e da relação que o sujeito ou a instituição estabelece com ele.

Esquema 2 - Operações possíveis para o livro



Descrição das operações:
A - O autor escreve um livro com uma intencionalidade;
B - A biblioteca adquire o livro e atribui uma outra intencionalidade a ele;
C - O leitor 1 pega o livro emprestado e atribui outro valor para ele;
D - O leitor 2, em outro momento, pega o livro emprestado e utiliza-o da forma pensada pelo autor.

Paul Otlet formula duas equações para o livro:

$$L = \frac{E}{S}$$

Para Otlet (1934), o livro (L) seria o resultado de elementos (E) sobre uma estrutura (S).

$$L = \frac{E}{S} \times e \times t$$

Ele entende o livro (L) como um artefato social assentado no espaço (e) e no tempo (t).

Com base na equação de Otlet, propõe-se o acréscimo de mais um dado: a intencionalidade (i).

$$L = \frac{E}{S} \times e \times t \times i$$

Desse modo, entende-se que o livro (L) é o resultado dos elementos (E) sobre uma estrutura (S), localizado no espaço (e) e no tempo (t), dotado de intencionalidade (i).

Para essa proposição, considerou-se a premissa de Meyriat (2016) de que é o usuário quem “faz” o documento. Ou melhor, é a intencionalidade do usuário que “faz” tanto o livro quanto o documento.

APÊNDICE P – EXEMPLAR 5 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 19 – A Fundação Cultural Palmares

Exemplar 5: A Fundação Cultural Palmares

FICHA TÉCNICA

Diarista: Lucas dos Santos de Paulo

Data: 08 de março de 2024

FICHA TEÓRICA

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é instituída pela Lei nº 7.668, em 22 de agosto de 1988, no contexto da redemocratização brasileira e promulgação da nova Constituição Federal.

A sua missão é promover políticas públicas voltadas para a população negra e afro-brasileira, visando à preservação de seus valores culturais, sociais e econômicos.

Dentre os diversos feitos da FCP, desde a sua criação, está a criação do Estatuto da Igualdade Racial e a certificação de comunidades quilombolas.

A FCP já foi presidida por grandes lideranças negras. Carlos Alves Moura (1988-1990) foi o primeiro presidente da Fundação. Além dele, Dulce Maria Pereira (1996-2000), Ubiratan Castro de Araújo (2003-2007) e Zulo Araújo (2007-2010) também ocuparam o cargo.

FICHA DOCUMENTAL

Figura 1 - MNU na década de 1970



Fonte: Brasil de Fato, 2020.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é criada na década de 1980, para atender as reivindicações dos movimentos negros em prol da valorização e preservação da cultura afro-brasileira, no cenário de redemocratização.

Figura 2 - Deputado Ulysses Guimarães ergue um exemplar da Constituição Federal de 1988



Fonte: Câmara dos Deputados, 2018.

Figura 3 - Estatuto da Igualdade Racial



Fonte: Brasil, 2010.

A FCP é responsável pela certificação e assistência às comunidades quilombolas.



Figura 4 - logo da FCP



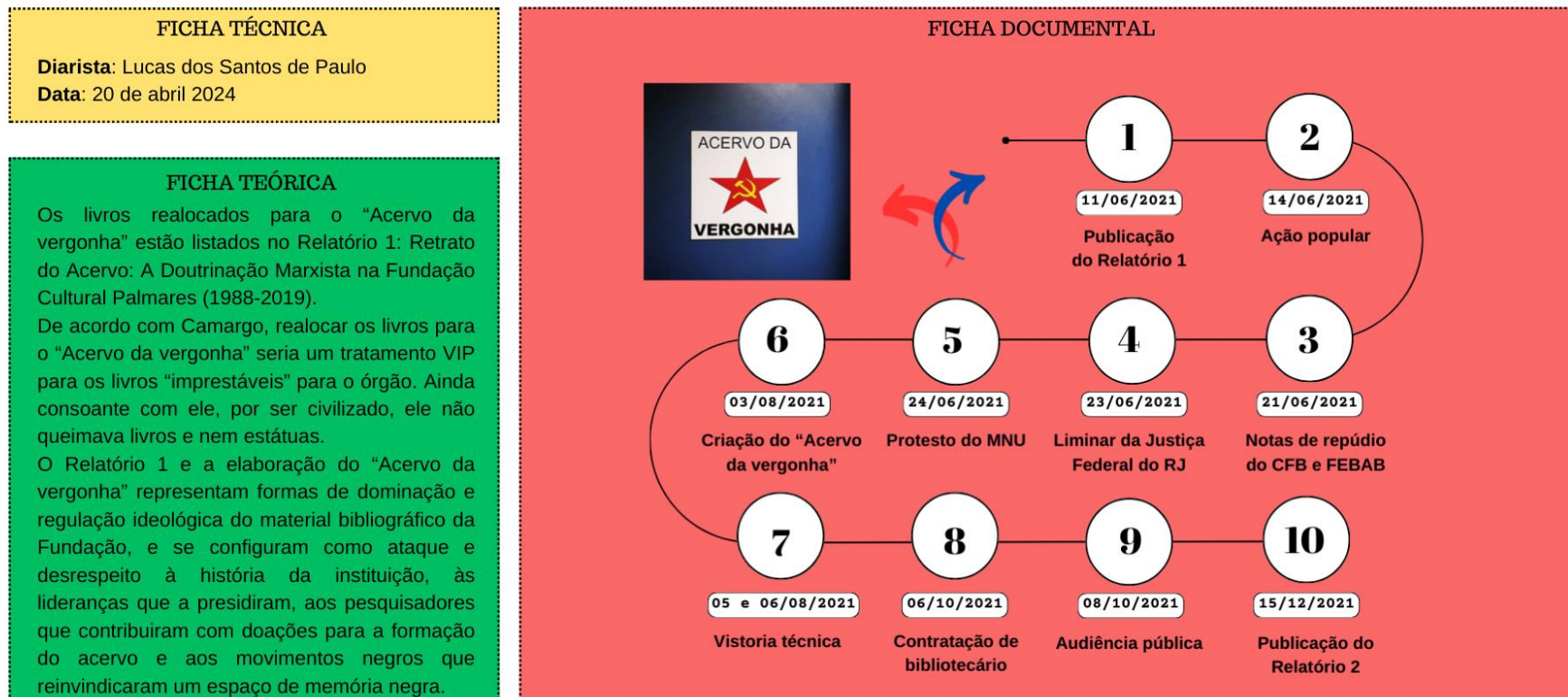
Fonte: Poder 360, 2021

*Que beleza é saber seu nome
Sua origem, seu passado
E seu futuro
Que beleza é conhecer
O desencanto
E ver tudo bem mais claro
No escuro
- Tim Maia*

APÊNDICE Q – EXEMPLAR 6 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 20 – A série de desvios do “Acervo da vergonha”

Exemplar 6: A série de desvios do “Acervo da vergonha”

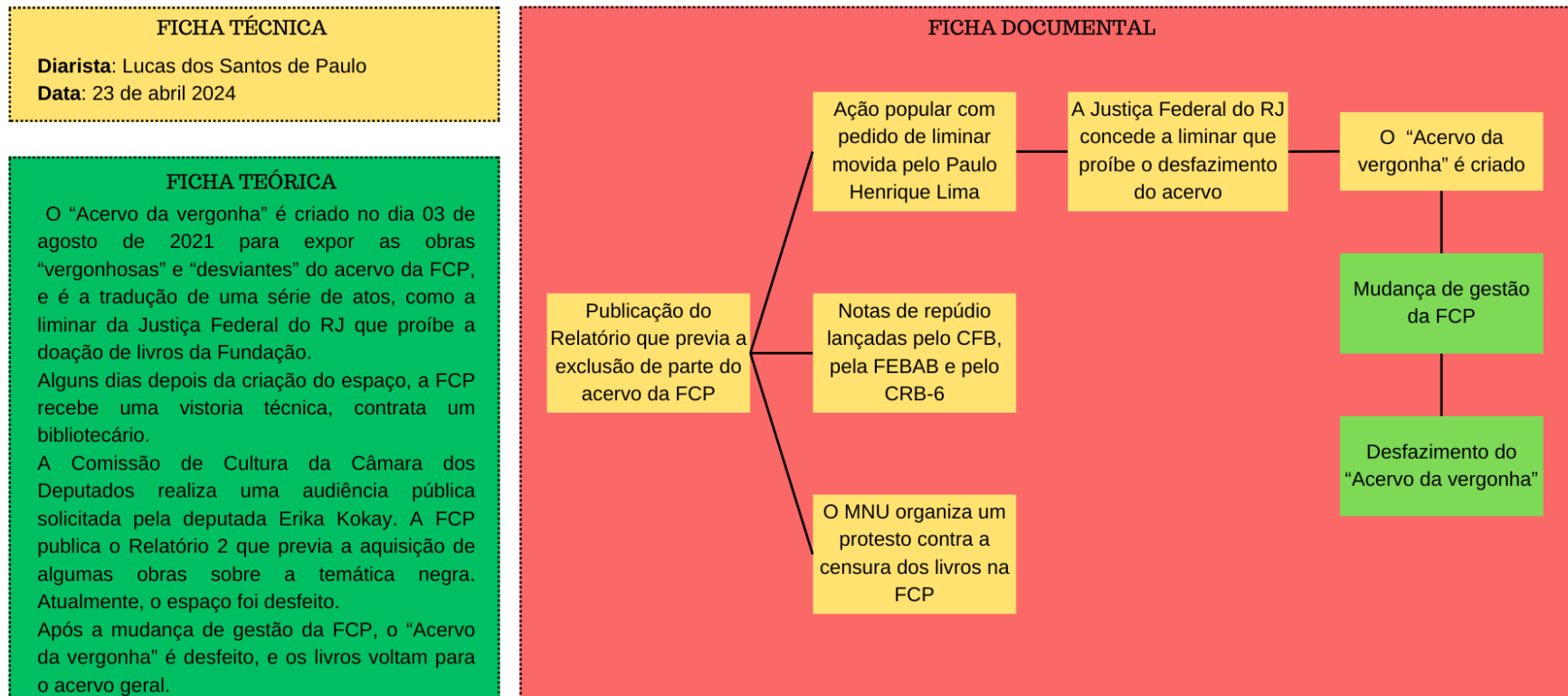


Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

APÊNDICE R – EXEMPLAR 7 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 21 – O esquema de desvios do “Acervo da vergonha”

Exemplar 7: O esquema de desvios do “Acervo da vergonha”



APÊNDICE S – EXEMPLAR 8 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 22 – Visita à Biblioteca Oliveira Silveira

Exemplar 8: Visita à Biblioteca Oliveira Silveira

FICHA TÉCNICA

Diarista: Lucas dos Santos de Paulo

Data: 23 de abril 2024

FICHA TEÓRICA

O pesquisador realizou uma visita à Biblioteca Oliveira Silveira em 29 de fevereiro de 2024. Na ocasião, a bibliotecária Marcela Costa, atual responsável pela gestão da biblioteca, estava com dengue, por isso não pôde estar presente na biblioteca e atender ao pesquisador. Os livros que fizeram parte do “Acervo da vergonha” foram reintegrados ao acervo geral da biblioteca. No dia da visita, parte da coleção da biblioteca estava armazenada em caixas, porque a instituição passará, em breve, por uma mudança de prédio. A transferência, prevista para o mês de maio de 2024, foi pensada a partir da constatação de que a infraestrutura do prédio atual, localizado no SCR N 702/703, Bloco B, Asa Norte, não cumpre com as necessidades da FCP e da sua biblioteca. O novo prédio está localizado no SAUS Q. 2, Asa Sul.

FICHA DOCUMENTAL

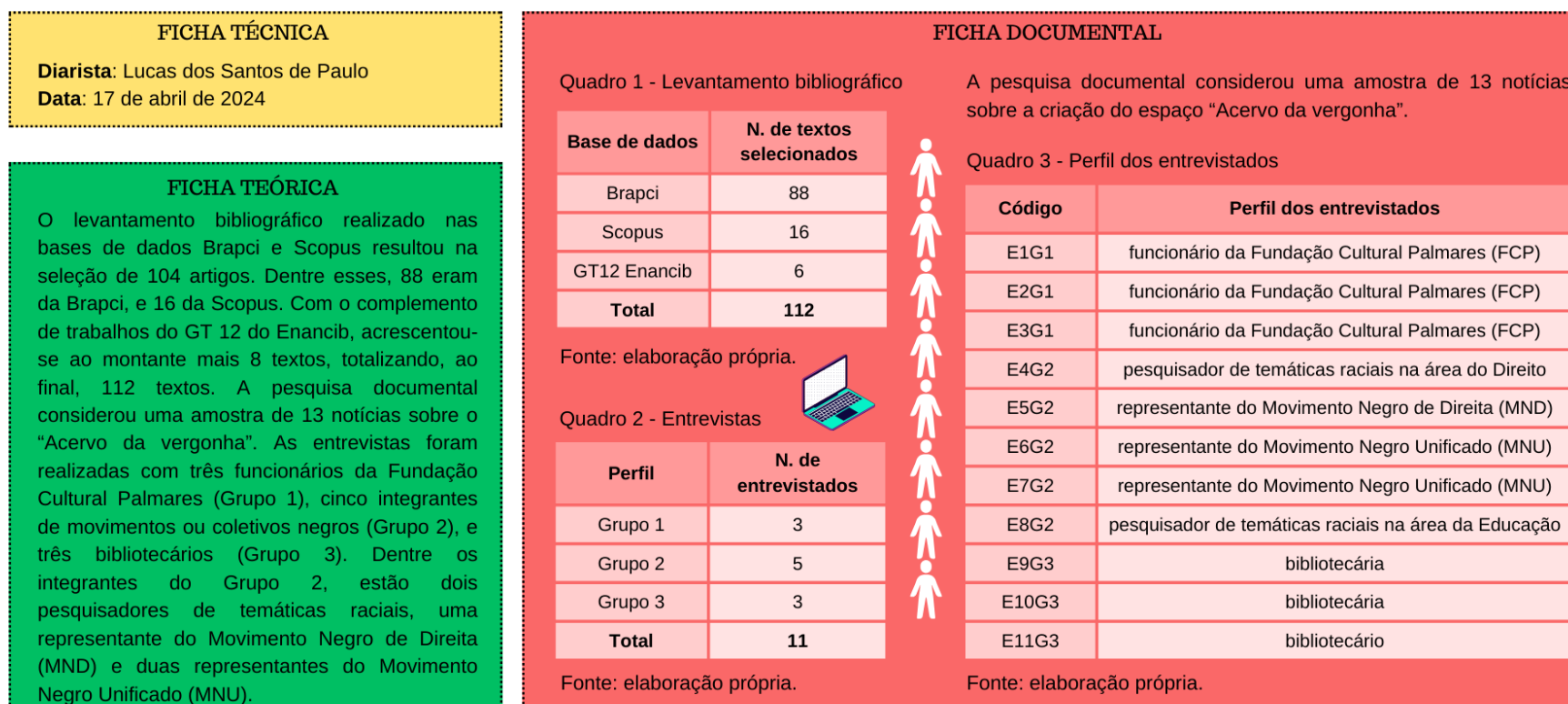


Fotografias do pesquisador

APÊNDICE T – EXEMPLAR 9 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 23 – Resultados quantitativos

Exemplar 9: Resultados quantitativos

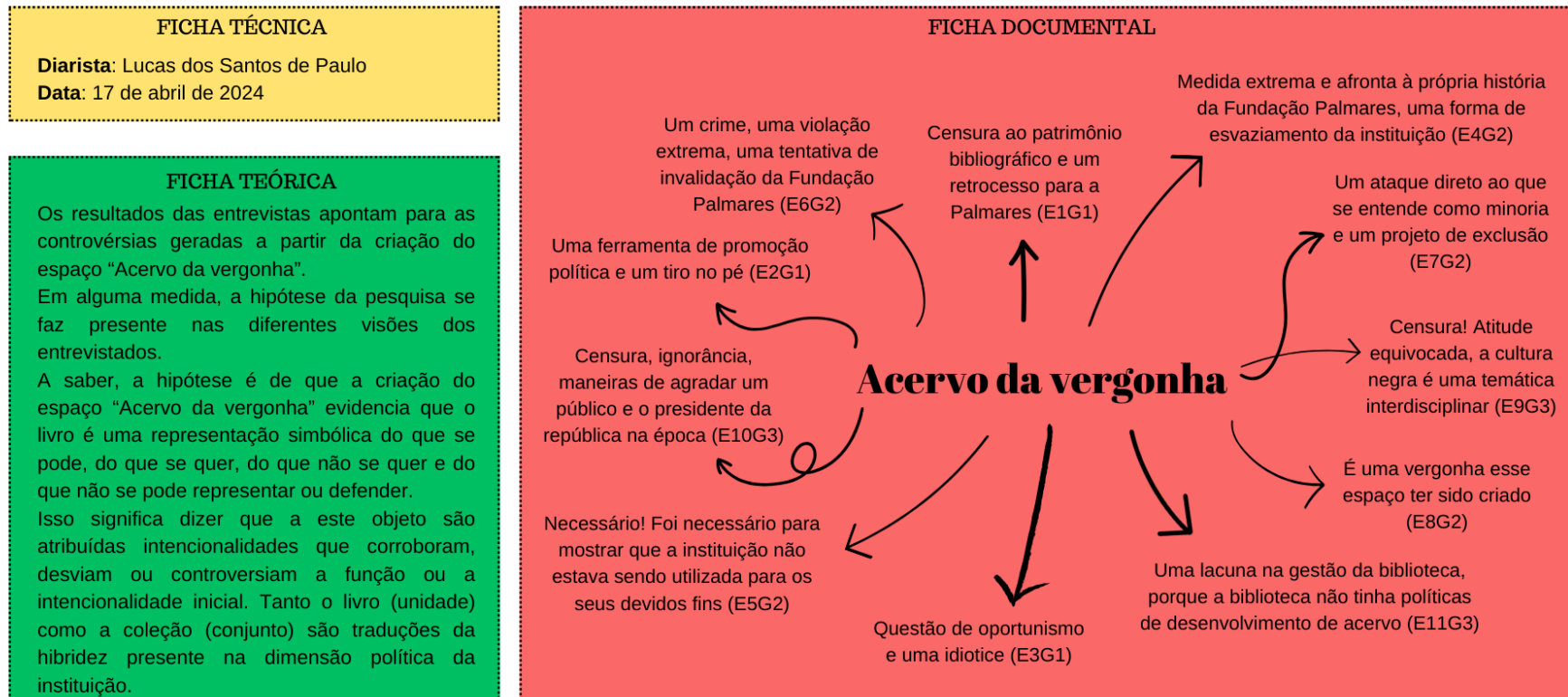


Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

APÊNDICE U – EXEMPLAR 10 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 24 – Visões dos entrevistados sobre o “Acervo da vergonha”

Exemplar 10: Visões dos entrevistados sobre o “Acervo da vergonha”



Fonte: Diário de bordo do pesquisador.

APÊNDICE V – EXEMPLAR 11 DO DIÁRIO DE BORDO

Figura 23 – Por um “Acervo do orgulho negro e afro-brasileiro”

Exemplar II: Por um “Acervo do orgulho negro e afro-brasileiro”

FICHA TÉCNICA	FICHA DOCUMENTAL										
<p>Diarista: Lucas dos Santos de Paulo Data: 17 de abril de 2024</p>	<table border="0"> <tr> <td data-bbox="779 603 1070 794"> <p>Lideranças e personalidades negras na história André Rebouças Dandara dos Palmares Ganga Zumba João Cândido José do Patrocínio</p> </td> <td data-bbox="1070 603 1496 794"> <p>Luísa Mahin Luís Gama Tereza de Benguela Zumbi dos Palmares</p> </td> <td data-bbox="1496 603 1944 1319"> <p>Escritores e pesquisadores Abdias do Nascimento Achille Mbembe Alex Ratts Ana Maria Gonçalves Beatriz Nascimento Carolina Maria de Jesus Cidinha da Silva Clóvis Moura Conceição Evaristo Djamila Ribeiro Lélia González Guerreiro Ramos Machado de Assis Marcos Queiroz Milton Santos Nelson Inocêncio Rafael Sanzio Rodrigo Portela Sueli Carneiro Taís Machado</p> <p>Jornalista Glória Maria</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="779 794 1070 1082"> <p>Músicos e cantores Ellen Oléria Elza Soares Gilberto Gil Jorge Ben Jor Milton Nascimento Sandra de Sá Tim Maia</p> </td> <td data-bbox="1070 794 1496 1082"> <p>Artistas Aleijadinho Elisa Lucinda João Jorge Rodrigues Margareth Menezes Milton Gonçalves Nêgo Bispo Lázaro Ramos Oliveira Silveira Taís Araújo</p> </td> <td data-bbox="1496 794 1944 1319">   </td> </tr> <tr> <td data-bbox="779 1082 1070 1319"> <p>Personalidades políticas Anielle Franco Carlos Moura Mãe Baiana Marielle Franco Nelson Mandela Zulu Araújo</p> </td> <td data-bbox="1070 1082 1496 1319">   </td> <td data-bbox="1496 1082 1944 1319"></td> </tr> </table>		<p>Lideranças e personalidades negras na história André Rebouças Dandara dos Palmares Ganga Zumba João Cândido José do Patrocínio</p>	<p>Luísa Mahin Luís Gama Tereza de Benguela Zumbi dos Palmares</p>	<p>Escritores e pesquisadores Abdias do Nascimento Achille Mbembe Alex Ratts Ana Maria Gonçalves Beatriz Nascimento Carolina Maria de Jesus Cidinha da Silva Clóvis Moura Conceição Evaristo Djamila Ribeiro Lélia González Guerreiro Ramos Machado de Assis Marcos Queiroz Milton Santos Nelson Inocêncio Rafael Sanzio Rodrigo Portela Sueli Carneiro Taís Machado</p> <p>Jornalista Glória Maria</p>	<p>Músicos e cantores Ellen Oléria Elza Soares Gilberto Gil Jorge Ben Jor Milton Nascimento Sandra de Sá Tim Maia</p>	<p>Artistas Aleijadinho Elisa Lucinda João Jorge Rodrigues Margareth Menezes Milton Gonçalves Nêgo Bispo Lázaro Ramos Oliveira Silveira Taís Araújo</p>	 	<p>Personalidades políticas Anielle Franco Carlos Moura Mãe Baiana Marielle Franco Nelson Mandela Zulu Araújo</p>	 	
<p>Lideranças e personalidades negras na história André Rebouças Dandara dos Palmares Ganga Zumba João Cândido José do Patrocínio</p>	<p>Luísa Mahin Luís Gama Tereza de Benguela Zumbi dos Palmares</p>	<p>Escritores e pesquisadores Abdias do Nascimento Achille Mbembe Alex Ratts Ana Maria Gonçalves Beatriz Nascimento Carolina Maria de Jesus Cidinha da Silva Clóvis Moura Conceição Evaristo Djamila Ribeiro Lélia González Guerreiro Ramos Machado de Assis Marcos Queiroz Milton Santos Nelson Inocêncio Rafael Sanzio Rodrigo Portela Sueli Carneiro Taís Machado</p> <p>Jornalista Glória Maria</p>									
<p>Músicos e cantores Ellen Oléria Elza Soares Gilberto Gil Jorge Ben Jor Milton Nascimento Sandra de Sá Tim Maia</p>	<p>Artistas Aleijadinho Elisa Lucinda João Jorge Rodrigues Margareth Menezes Milton Gonçalves Nêgo Bispo Lázaro Ramos Oliveira Silveira Taís Araújo</p>	 									
<p>Personalidades políticas Anielle Franco Carlos Moura Mãe Baiana Marielle Franco Nelson Mandela Zulu Araújo</p>	 										
<p>FICHA TEÓRICA</p> <p>O espaço “Acervo da vergonha” é um exemplo de como o livro pode encontrar diferentes atribuições e valores, a depender do contexto e da relação que o sujeito ou a instituição estabelece com ele. No entanto, considerando a conjuntura e a missão da instituição da Fundação Cultural Palmares, e com foco no fortalecimento não só bibliográfico da Biblioteca Oliveira Silveira, provoca-se, em contraponto ao “Acervo da vergonha”, a composição de um “Acervo do orgulho negro e afro-brasileiro”. Nas entrevistas realizadas, os entrevistados responderam nomes de personalidades negras que eles admiravam. Alguns dos nomes mencionados pelos entrevistados estão indicados na ficha documental e podem indicar caminhos para se pensar o desenvolvimento de uma coleção para se orgulhar.</p>											

ANEXO A – NOTAS DE REPÚDIO DO CFB E DA FEBAB

Nota de repúdio do CFB

O Conselho Federal de Biblioteconomia repudia a decisão da Fundação Palmares de eliminar parte de seu acervo bibliográfico, ignorando, para isso, os critérios técnicos e científicos da Biblioteconomia e dos princípios que regem a Administração Pública.

Embora valendo-se do intitulado “Retrato do Acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, tal documento não se caracteriza como uma política de desenvolvimento de coleções, o que seria esperado de qualquer biblioteca, particularmente se vinculada a um ente federativo. Afora a ausência da participação de Bibliotecários e da comunidade servida em sua elaboração, o documento supracitado estabelece critérios pessoais, insólitos e descabidos, o que pode gerar lesividade ao patrimônio bibliográfico do País.

Ao pretender justificar a eliminação do acervo construído pelas gestões anteriores valendo-se de uma linguagem depreciativa e infundada, a Fundação Palmares expõe a ingerência ideológica numa atividade que deveria primar pela técnica. Ademais, a medida em questão se torna ainda mais gravosa por se tratar de uma biblioteca financiada com dinheiro público, submetida, portanto, aos princípios da indisponibilidade do interesse público pelos administradores do Estado, bem como o da impessoalidade, que devem afastar de seu seio afinidades ou animosidades políticas ou ideológicas.

Este Conselho Federal permanecerá atento em sua missão de garantir bibliotecas acessíveis e plurais, combatendo, assim, toda forma de discriminação e ignorância.

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (CRB-7/4166)

Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Nota de repúdio da FEBAB

A informação é um direito humano! Na história do Brasil houve grupos alijados pelos processos coloniais hegemônicos que retiraram o direito à representatividade histórica, cultural, social e informacional de povos negros e indígenas, os quais sofreram com os horrores da escravidão e genocídio. No Brasil que hoje moramos, as populações negras e indígenas seguem em lugares de subordinação, dominação, controle e exploração em prol do grupo de elite dominante.

A construção identitária positivada e os direitos previstos pela Constituição brasileira foram pautas de luta e reivindicações do movimento negro brasileiro, especialmente a partir do início do século XIX e XX, quando se deu a construção da Frente Negra Brasileira, Movimento Negro Unificado, Teatro Experimental do Negro, dentre outros marcos históricos da população negra e população brasileira. Tais marcos foram demarcados por debates sobre a centralidade da raça nas relações sociais e o racismo enquanto construto social que influencia e acaba por determinar as oportunidades fornecidas, os direitos obtidos e os acessos concedidos para que essas populações que sofreram e sofrem com os resquícios da escravidão e da colonialidade em suas esferas do ser, saber e poder. Esses elementos são impeditivos para a construção de uma sociedade justa para todas as pessoas e que se pressupõe ser antirracista, antissexista, antiLGBTQfóbica e democrática de direito.

Um dos pontos em que o campo da Biblioteconomia e áreas correlatas se direcionam é a justiça informacional pelo acesso à informação. Tal acesso é fomentado e proporcionado em bibliotecas e unidades de informação, assim como por instituições e organizações públicas. Dentro dessa esfera, encontra-se a Fundação Cultural Palmares, criada em 1988, com direcionamento para a “promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (FUNDAÇÃO..., 2021, s.p.). Esta Fundação possui como princípio o comprometimento para o combate ao racismo, à valorização, organização, preservação e disseminação das culturas e histórias negras, assim como o reconhecimento da contribuição da população negra na construção do povo brasileiro.

Nesse sentido, enquanto pessoas bibliotecárias e profissionais da informação, nos causa extrema tristeza ao constatar a censura praticada no acervo da instituição. Acervo sedimentado por anos de construção participativa e democrática das gestões que antecederam a atual e, cujo valor pelo direito à informação permitiu a construção de um acervo que prioriza não só a diversidade epistêmica que compõe o pensamento negro, seus atores e colaboradores da luta antirracista. Importante dizer que a construção epistemológica da população negra está sedimentada em vertentes marxistas, haja vista autores(as) intelectuais negros(as) como Nilma Lino Gomes, Abdias do Nascimento, Lélia González, Milton Santos, W. E. B. Du Bois, Cedric Robinson e tantos outros que, com suas obras seminais, serviram e servem de inspiração para a insubmissão epistêmica, profissional e ativista da população negra nas mais diversas esferas.

Retirar quaisquer materiais e recursos informacionais que se coloque contra a posição ideológica de governos e/ou gestores sem utilizar metodologias científicas, planejamento de

construção e desenvolvimento de acervos e coleções, assim como desconsiderar o papel da profissão bibliotecária para que se realize essa atividade é, no mínimo, agir com censura. Algo que nosso Código de Ética Bibliotecária e nossa profissão repudiam veementemente.

Dessa forma nós da FEBAB, que integra 17 Associações de Bibliotecários, 08 Grupos de Trabalho e 05 Comissões Brasileiras, nos aliamos a outras entidades profissionais e coletivos para pedir que se reverta imediatamente quaisquer ações no tocante ao desbaste dessas coleções pois se configura em grave ameaça ao patrimônio cultural nacional.

Os acervos das instituições são públicos e devem ser preservados e mantidos pelas entidades. Nunca permitiremos que acervos e coleções formados ao longo da história e criados com recursos públicos sejam eliminados.

Esperamos que a Fundação reverta suas ações, bem como conclamamos o Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo (DLLLLB) e Fundação Biblioteca Nacional para que possam interceder pela salvaguarda desse precioso acervo.

Elaborado pelo Grupo de Trabalho de Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades e Diretoria Executiva da FEBAB.

Assinam este documento:

- Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia
- Associação de Bibliotecários e Documentalistas do Estado da Bahia
- Associação dos Bibliotecários do Ceará
- Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
- Associação de Bibliotecários do Espírito Santo
- Associação dos Bibliotecários de Goiás
- Associação Profissional de Bibliotecários do Mato Grosso do Sul
- Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais
- Associação Paraense de Bibliotecários
- Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
- Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco
- Associação de Bibliotecários do Estado de Piauí
- Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro
- Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte
- Associação Rio-Grandense de Bibliotecários
- Associação Catarinense de Bibliotecários
- Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe

- Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais
- Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares
- Comissão Brasileira de Direitos Autorais e Acesso Aberto
- Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
- Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- Grupo de Trabalho em Bibliotecas Públicas
- Grupo de Trabalho Acessibilidade em Bibliotecas
- Grupo de Trabalho em Catalogação
- Grupo de Trabalho Bibliotecas pela Diversidade e Enfoque de Gênero
- Grupo de Trabalho de Bibliotecas Parlamentares
- Grupo de Trabalho Serviços de Bibliotecas para Pessoas em Vulnerabilidade
- Grupo de Trabalho Competência em Informação